

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





Câmara dos Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES

54



FRANCO MONTORO

Brasília – 2009

A homenagem que a Câmara presta a Montoro, ao editar este perfil, revela o reconhecimento à intensidade de sua participação política, em que fala de tudo, descortina o futuro e, sobretudo, trata do homem.

Obstinado com temas humanos como o emprego, ficou famosa sua afirmação: “Salário não é renda”, Montoro adotou idéias modernizadoras, entre as quais a participação social na política, a descentralização do poder e a defesa da união cultural, econômica e afetiva da América Latina.

Montoro foi fiel à sua vocação democrática impregnada de uma visão cristã, à qual manteve-se coerente desde que fundou a Ação Católica, com princípios voltados para a ética, a política e o social, inspirada na Democracia Cristã, movimento político de caráter social democrático implantado na Europa do pós-guerra. A participação dos leigos no apostolado hierárquico foi uma revolução em uma Igreja centralizadora extremamente hierarquizada. Montoro utilizava-se dessas idéias e de toda a estratégia nelas contidas para consolidar uma ação política que se iniciava, e que o tornou um fenômeno eleitoral.

“Nem o comunismo totalitário, nem o capitalismo opressor”. Montoro via como fundamental a estabilidade do trabalho, o valor do salário e a participação do trabalhador nas decisões da fábrica e do poder. Acreditava nos pequenos empreendimentos; na importância do município em relação ao estado e à União; questionava a centralização política ao defender o parlamentarismo. O comentário de Fernando Henrique Cardoso resume: “Devemos a nossa modernidade ao Montoro. (...) o Montoro tem uma influência sobre mim e sobre nós, Cunha Lima, o Serra, o Geraldo (...) embora nós pensássemos que nós fôssemos a renovação, porque nós vínhamos da esquerda, o Montoro era mais moderno. O Montoro entendia a nova sociedade, o Montoro é que tinha essa idéia de sociedade civil no fundo (...)”



FRANCO MONTORO

Brasília – 2009

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
53ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
2009

Presidente MICHEL TEMER

1º Vice-Presidente MARCO MAIA

2º Vice-Presidente ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

1º Secretário RAFAEL GUERRA

2º Secretário INOCÊNCIO OLIVEIRA

3º Secretário ODAIR CUNHA

4º Secretário NELSON MARQUEZELLI

1º Suplente de Secretário MARCELO ORTIZ

2º Suplente de Secretário GIOVANNI QUEIROZ

3º Suplente de Secretário LEANDRO SAMPAIO

4º Suplente de Secretário MANOEL JUNIOR

Diretor-Geral SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Secretário-Geral da Mesa MOZART VIANNA DE PAIVA



Câmara dos Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES

54

FRANCO MONTORO

Ensaio introdutório e seleção de textos por
JORGE DA CUNHA LIMA

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília – 2009

Diretor Legislativo **AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor **ADOLFO C. A. R. FURTADO**

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora **MARIA CLARA BICUDO CESAR**

Projeto Gráfico **SUZANA CURI**

Diagramação **ESTÚDIO O. L. M. E PABLO BRAZ**

Capa **PABLO BRAZ**

Revisão e Indexação **SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO**

Revisão editorial **FLAVIO PERALTA**

Fotos **ACERVO DA FAMÍLIA E ARQUIVOS DO SENAC – SP**

Esta obra foi diagramada e revisada em 2008, antes da vigência do novo Acordo Ortográfico.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – Cedi

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA – Coedi

ANEXO II – TÉRREO – PRAÇA DOS TRÊS PODERES

BRASÍLIA – DF – CEP 70160-900

TELEFONE: (61) 3216-5802 FAX: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Perfis parlamentares

n. 54

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Montoro, Franco, 1916-1999.

Franco Montoro / ensaio introdutório e seleção de textos por Jorge da Cunha Lima.

– Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

350 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 54)

ISBN 978-85-736-5523-0

1. Político, biografia, Brasil. 2. Montoro, Franco, 1916-1999, atuação parlamentar. 3. Lima, Jorge da Cunha. I. Título. II. Série.

CDU 328(81)(042)

ISBN 978-85-736-5523-0

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
---------------------	---

1ª PARTE	17
A vida pública de um político ético por Jorge da Cunha Lima	

<i>O governo democrático de São Paulo</i>	19
---	-----------

<i>A ética e a lógica em Montoro</i>	33
--------------------------------------	-----------

<i>Montoro por Fernando Henrique Cardoso</i>	37
--	-----------

<i>Montoro por José Serra</i>	54
-------------------------------	-----------

2ª PARTE	57
Discursos e debates históricos	

<i>Reformas de base</i>	59
-------------------------	-----------

<i>Homenagem à Revolução de 32</i>	73
------------------------------------	-----------

<i>Gastos militares na América Latina</i>	76
---	-----------

<i>Democracia Cristã na América Latina</i>	92
--	-----------

<i>Princípios da Democracia Cristã</i>	103
--	------------

<i>Democracia, justiça social, reformas política e econômica</i>	108
--	------------

<i>Homenagem ao papa João XXIII</i>	111
-------------------------------------	------------

SUMÁRIO

<i>Juventude Operária Católica</i>	120
<i>Reforma eleitoral</i>	125
<i>Política habitacional</i>	140
<i>Ensino primário</i>	151
<i>Crítica ao Ato Institucional nº 2</i>	166
<i>Desenvolvimento da indústria nacional</i>	167
<i>Crítica ao projeto constitucional de 1967</i>	173
<i>Homenagem ao chanceler Konrad Adenauer</i>	181
<i>Achatamento do salário mínimo e custo de vida</i>	193
<i>Achatamento salarial</i>	205
<i>Despedida de Franco Montoro da Câmara dos Deputados</i>	227
<i>Dívida externa da América Latina</i>	228
<i>Previdência Social: proposta de reforma</i>	231
<i>Presidente do Chile Eduardo Frei</i>	239
<i>Saudação a Rafael Caldera</i>	250

SUMÁRIO

*Homenagem aos oitenta anos
de André Franco Montoro* 257

Homenagem ao PSDB 264

*Formação do Movimento
Parlamentarista Brasileiro* 274

Previdência Social 285

Diretas Já 288

Despedida do Senado 296

*Discurso de posse
como governador de São Paulo* 303

*Discurso de transmissão
do governo de São Paulo* 307

3ª PARTE 313

Projetos de lei

*Projetos de lei do
deputado federal* 315

Projetos de lei do senador 329

ÍNDICE ONOMÁSTICO 331

ÍNDICE DE ASSUNTOS 341

Apresentação

Há homens que chegam ao fim da vida. Outros, à plenitude. Montoro chegou à plenitude sem se dar conta. Tinha, ainda, muito o que fazer. Como ele, da mesma família espiritual, lembro-me de dois: Alceu Amoroso Lima e Jacques Maritain.

O que seria essa plenitude de Montoro, que morreu a caminho do México, pois não desistia da idéia de tornar a América Latina mais solidária, numa união ao mesmo tempo cultural, econômica e afetiva?

Há muitas virtudes que nos conduzem a esse estágio moral da maturidade. Para mim, a principal virtude de Montoro, durante todos os dias de sua vida, foi ser coerente com as idéias que deveras tinha. Era um alto falante delas, mas, além de proclamá-las, buscava sempre realizá-las. Tinha uma técnica muito pessoal de lidar com as idéias. Escutava muito e, da mesma forma, olhava tudo. Depois avaliava, com a ajuda do diálogo interminável com grupos de pessoas e com uma vasta leitura, para conferir o ouvido e o olhar.

Por fim, punha-se em movimento. Agir era a palavra de ordem. Nenhuma idéia ficava no armário.

Mas a coerência de Montoro não significava ficar atrelado a um comportamento único. Ao contrário, vivia em estado de renovação. Sua coerência revelava a fidelidade aos princípios que norteavam sua vida e sua conduta. Princípios de raiz cristã, principalmente voltados para a ética, a política e o social.

Meu grupo se aproximou de Montoro quando fundamos a JEC (Juventude Estudantil Católica) no Colégio São Bento, onde, aliás, Montoro havia estudado. Amigo e colega de filosofia do reitor do São Bento, que era D. Cândido Padin, Montoro foi logo trazido a nos falar sobre a Ação Católica, que ele havia fundado no Brasil, e sobre a Democracia Cristã, movimento político já bastante implantado na Europa do pós-guerra, sobretudo na Itália, França e Alemanha, onde Schumann, De Gasperi e Adenauer lideravam a reconstrução da Europa, com um projeto social democrático de inspiração cristã. Na América do Sul, o movimento se consolidou numa famosa reunião no Uruguai, à qual compareceu

Montoro, convidado por Tristão de Ataíde, que logo lhe passou o cetro do Partido Democrata Cristão, pois dizia não ter pendores para a militância política profissional.

Nos primeiros contatos conosco, Montoro falava mais da Ação Católica, pois era presidente da LUC (Liga Universitária Católica), que reunia profissionais liberais, depois de ter sido fundador da JUC (Juventude Universitária Católica), que cuidava do setor universitário. Ele sempre convidava os grupos para irem a sua casa, mais usada do que a Igreja para suas pregações. Gostava de confundir o espaço da família com o espaço da sociedade. E fez isso a vida inteira. Sua casa foi durante sessenta anos um comitê político.

De suas idéias, a que mais retenho é a definição da Ação Católica, movimento iniciado na Bélgica por inspiração de monsenhor Cardjin. A Ação Católica é a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja. Esse pequeno enunciado significava uma revolução no seio de uma Igreja centralizadora e extremamente hierarquizada de cuja missão os leigos participavam com muita parcimônia. A Igreja nos convidava, moleques de dezesseis anos, a participar do apostolado hierárquico como pregadores, homens de fé e de ação. Entramos de cabeça, ainda que com uma modesta compreensão do que a religião significava. A participação, a comunhão e a ação nos fascinavam. Montoro, filósofo e professor de Introdução à Ciência do Direito, e visceralmente político, utilizava-se dessas idéias e de toda a estratégia nelas contidas para consolidar uma ação política que se iniciava.

Outra idéia que retenho, já então no campo político, é da sua obsessão pela justiça social. O mundo, depois da Segunda Guerra Mundial, trouxe à tona, com muita intensidade, a glorificação da vitória dos aliados e suas respectivas façanhas. A resistência de Stalingrado tornou os russos heróicos e, no bojo do heroísmo, o comunismo fascinou intelectuais e jovens de todo o mundo. No pacote, o líder Joseph Stalin. A invasão da Normandia e a vitória final, na guerra, glorificaram os americanos e a justa reputação de Roosevelt.

Nós, militantes cristãos, liderados por Montoro, não estávamos nessa. Calçados na encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, defendíamos uma justiça social democrática, que respeitava profundamente os direitos humanos, alicerçada no Direito Natural, que era nossa bandeira contra um direito baseado no positivismo ou na dialética histórica

marxista. Nem comunismo, nem capitalismo, repetia Montoro em todas as suas palestras. Esse posicionamento nos afastou muito da consideração da crítica hegemônica, ora manipulada pelos intelectuais marxistas, ora pela mídia capitalista. Tanto a universidade quanto os intelectuais foram impiedosos, considerando nosso pensamento mais que ingênuo, arcaico. Grandes escritores católicos foram simplesmente marginalizados, como Otávio de Faria, que fez o primeiro grande romance urbano brasileiro: *A tragédia burguesa*, e Jorge de Lima, que simplesmente escreveu *Invenção de Orfeu*, uma das obras-primas da língua portuguesa. E, para não me estender muito, houve Murillo Mendes, cuja sutileza estética não era percebida por uma crítica que só canonizava o regionalismo engajado. Dr. Alceu Amoroso Lima, nessa época já um ícone, com sua obra imensa sobre Deus, a juventude e a esperança, no que me recordo, foi a mais doce figura entre todos os intelectuais que conheci, em cujo rosto nunca vislumbrei o menor sinal de amargura. Até Gustavo Corção, que mais tarde nos decepcionou, naquele tempo escreveu um ensaio magistral: *A descoberta do outro*.

D. Cândido, Montoro e os dominicanos, que tinham uma formação artística modernista, por influência francesa, aproximaram-nos desses intelectuais, que faziam suas palestras no Centro Literário do São Bento, presidido por Haroldo de Campos, aluno do colégio, que não era católico militante, mas já era irresistivelmente culto, inteligente e independente.

Dessas andanças místicas e literárias, Montoro nos convocou para a política. Defendia a idéia de que a política seria um caminho para a ação, para a realização de nossos ideais de justiça social, em parâmetros rigorosamente cristãos.

E aí começou a sua carreira política e, indiretamente, as nossas. Achava que político tinha que se candidatar. Candidatou-se a vereador de São Paulo, pelo Partido Democrata Cristão, pois acreditava que o parlamento municipal era fundamental para o amadurecimento político, pois já difundia nessa época uma idéia que o acompanharia pela vida afora: ninguém vive na Federação, nem no estado, você mora mesmo é na cidade. É certo que nesse enunciado já estava o cerne da descentralização, que foi sua arma de guerra na candidatura a governador, muitos anos mais tarde.

Já prenunciava naquela época seu talento eleitoral. Engajava todo mundo – amigos, tias, militantes, colegas de faculdade, de procuradoria.

Produzia umas listinhas, verdadeira corrente da felicidade, que se multiplicavam e anunciavam a todos o surgimento de um candidato novo, inovador, com idéias cristãs. Foi eleito vereador e, com essa metodologia, bastante ampliada no futuro, tornou-se um fenômeno eleitoral. Venceu todas as eleições de que participou com margens inacreditáveis de votos. A essência de suas campanhas era a participação do eleitor, tanto para elegê-lo quanto para ajudá-lo a exercer seus mandatos. Tinha uma enorme afeição pelo Legislativo, e a Câmara dos Vereadores era a legislatura mais próxima do eleitor. Por isso mesmo foi difícil, para ele, renunciar a seu primeiro mandato na vida pública. Mas a questão é que tinha ainda mais apreço à ética do que ao mandato. Quando os vereadores traíram João Sampaio, elegendo para a Mesa uma camarilha de baixo nível moral, cujos votos foram abertamente comprados, Montoro saiu. Seu gesto, contudo, valeu-lhe uma eleição consagradora para a Assembléia Legislativa, já no tempo de Jânio Quadros governador, quando se tornou presidente da Assembléia e, por ironia política, deu posse ao seu desafeito, diria melhor, desapontamento.

Nosso grupo, da pequena e respeitável burguesia liberal, assistia à missa no São Bento e nos dominicanos, impregnando-se da mesma teologia de Santo Tomás de Aquino, mas com matizes bem diversos: o misticismo monástico, do lado dos beneditinos, e a pregação apaixonada dos dominicanos. Tínhamos certo fascínio pela UDN (União Democrática Nacional) e pela pregação lanterna de Lacerda, por diversas razões. O PDC (Partido Democrata Cristão) ainda não era um partido de poder, enquanto a UDN parecia ser. Lacerda foi o melhor usuário, e a televisão nascente jamais conheceria outro. Além disso, sempre fomos contra a ditadura de Vargas, postulação de honra para nós, acadêmicos de direito do Largo de São Francisco, e ainda não compreendíamos bem o Getúlio eleito. Os jovens militantes e engajados do período se aglutinavam em dois movimentos: a Juventude Comunista e a Juventude Universitária Católica, pois dez anos antes a Juventude Integralista já havia sido banida do mapa político, sem retorno expressivo.

Duas coisas mudaram nossa cabeça de militantes católicos: o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e a morte de Getúlio. O Iseb, movimento criado por Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e outros intelectuais que gravitavam no Rio de Janeiro, tinha um projeto para a nação e um projeto para a

burguesia nacional. A idéia de um nacionalismo desenvolvimentista, contando com a participação do industrial progressista, de parte importante das Forças Armadas, de intelectuais, estudantes e algumas lideranças trabalhadoras, tornou-se uma idéia incrementada pela campanha O Petróleo é Nosso. A morte de Getúlio nos revelou que havia um pensamento de elite e um pensamento de povo, nunca percebido por nós, ambos extremamente arraigados nos seus pensamentos e nos seus preconceitos. E de que havia uma nação a ser construída em moldes novos, bem diversos dos da velha República. Boa parte da minha geração só assimilou a revolução de 1930 em 1954.

Montoro não era do Iseb; tinha suas próprias idéias, mas uma sensibilidade para perceber as dos outros. Achava sempre que a Democracia Cristã, tão representativa na reconstrução da Europa, seria uma terceira via para o Brasil e para a América Latina. Suas idéias econômicas eram pouco ortodoxas, mas muito originais. Para ele a questão econômica fundamental era a estabilidade do trabalho, o valor do salário, a participação do trabalhador nas decisões da fábrica e do poder. Nunca aceitou o planejamento centralizador proposto pela economia comunista nem a exploração do trabalhador praticada pelos capitalistas. “O que pode ser feito pelo município não deve ser feito pelo estado, e o que pode ser feito pelo estado não deve ser feito pelo governo federal”. Nem se comovia muito com o nacionalismo, porque para ele o Brasil era também a América Latina, da qual sempre andamos muito afastados. A idéia de comunidade de nações já fermentava em seu espírito. No plano concreto, Montoro acreditava nos pequenos empreendimentos a ponto de, muito mais tarde, afirmar, já governador de São Paulo: “A grande obra do meu governo é a soma das pequenas obras”.

A homenagem que lhe presta a Câmara dos Deputados, ao editar este perfil parlamentar de Montoro, é prova do reconhecimento dessa instituição republicana e democrática pelo intenso trabalho parlamentar de Montoro em todos os seus mandatos como vereador, deputado estadual, deputado federal e senador.

O principal dos seus discursos reproduzidos mostra a intensidade e a profundidade de sua participação parlamentar. Falou de tudo, descortinou o futuro, mas, sobretudo, podemos notar que todas as suas intervenções, em discursos e apartes, referem-se ao homem, aos problemas humanos. Sua obsessão com a questão do emprego. Sua famosa afirmação: “Salário

não é renda”. Sua obstinação com a idéia da participação e da descentralização. Sua vocação democrática. Sua luta pelas Diretas Já. Sua fidelidade ao parlamentarismo, contra um presidencialismo centralizador. A participação no PDC, a fundação do MDB, do PMDB e finalmente do PSDB. Tudo isso está revelado nos seus discursos, nos seus apartes e nas homenagens que o Congresso lhe tributou em tantas ocasiões: quando se desligou do Senado para assumir o governo do Estado de São Paulo, conquistado nas primeiras eleições diretas para governador, depois do Golpe Militar, ou quando morreu, em seu último mandato político.

Seus projetos de lei, aprovados uns, rejeitados outros, têm a mesma coerência: sempre o interesse do cidadão, da comunidade, da sociedade. O leitor poderá constatar isso neste livro.

Seu *curriculum vitae*, aqui publicado, difere bastante desse instrumento de mercado ou de carreira universitária ou profissional. É uma descrição institucional de uma grande vida, com a simplicidade técnica de um *curriculum*. Sua leitura é interessante, para a compreensão das etapas.

O depoimento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, prestado numa entrevista que me concedeu, e que reproduzo na íntegra nesta publicação, é tão importante quanto generoso e surpreendente. Todos conhecemos a importância que Fernando Henrique atribui às suas próprias convicções políticas e a seu correspondente desempenho. Sabemos que o sociólogo não deixou sem registro nenhum dos grandes momentos e decisões de seu governo e de sua vida pública. Dificilmente esperaria ouvir de Fernando Henrique:

Devemos a nossa modernidade ao Montoro. Bem, e eu fui reavaliando o Montoro. O que acontece é que o Montoro tem uma influência sobre mim e sobre nós. Sobre nós, Cunha Lima, o Serra, o Geraldo, muito maior do que na época nós imaginávamos, porque, realmente, embora nós pensássemos que nós fôssemos a renovação, porque nós vínhamos da esquerda, o Montoro era mais moderno. O Montoro entendia a nova sociedade, o Montoro é que tinha essa idéia de sociedade civil no fundo. Que nós passamos a aprender, mesmo antes disso, com a Igreja.

Hoje, passados nove anos de sua morte, podemos avaliar a sua grandeza política.

O mundo, congelado ideologicamente depois da guerra fria, pela hegemonia americana, demonstra, após o muro de Berlim, o quanto Montoro tinha razão: “Nem o comunismo totalitário, nem o capitalismo opressor”.

Os escândalos que perpassam a gestão pública em todo o mundo comprovam que uma política divorciada de um comportamento ético não apenas nos conduz à decadência moral, como prejudica particularmente os pobres.

A permanente barganha entre o Poder Executivo e o Legislativo, pretensamente para garantir a governabilidade, é geradora de hábitos institucionalizados de corrupção.

O parlamentarismo evitaria radicalmente esse risco. Toda crise moral, política ou de gestão é resolvida por uma renovação tranqüila e constitucional do chefe do Governo.

A globalização econômica, política e cultural imposta ao mundo pelas novas realidades políticas e tecnológicas adverte-nos quanto à necessidade de nos atermos aos valores da identidade, que não se localizam apenas na cidade, mas no coração dos homens. A globalização exige a vacina de comunidades regionais para evitar que a mera hegemonia transnacional prevaleça sobre os valores próprios de cada nação ou região. Por essa razão, Montoro sonhava com uma comunidade latino-americana, de caráter político, econômico e, sobretudo, cultural.

Jorge da Cunha Lima

1ª PARTE



Crédito: Acervo da família

A VIDA PÚBLICA DE UM POLÍTICO ÉTICO

POR JORGE DA CUNHA LIMA

O governo democrático de São Paulo

No dia 15 de novembro de 1982, todos os grandes painéis disponíveis na cidade de São Paulo e no interior mostravam um cartaz cor laranja com uma frase pincelada a mão, em preto: “Hoje é dia de mudar”. Não tinha o nome do candidato nem do partido. Tinha a cor laranja, escolhida por Montoro, o anseio de mudança que a candidatura simbolizava e uma família gráfica brutalista, inventada pelos publicitários. Aquele cartaz, no dia ensolarado, foi a senha que encheu as urnas com 5.209.952 votos.

Montoro tornou-se o primeiro governador de São Paulo eleito diretamente pelo povo, depois do Golpe Militar de 1964. Além de suas virtudes políticas, construiu sua vitória com uma enorme intuição de comunicação política. Fui o coordenador de comunicação da campanha. Confesso que mais aprendi do que contribuí. Quais foram as inovações na campanha que levaram o candidato de oposição a uma vitória tão consagradora?

Das pessoas convocadas para a campanha eleitoral, 80% não trabalharam diretamente. Trabalharam dia e noite, na Rua Madre Teodora, também chamada Sorbonne, para elaborar o plano de governo em todos os seus segmentos: Infra-Estrutura, Administração e Finanças, Educação, Cultura, Justiça, Trabalho e Segurança. Tudo sob a égide dos quatro dedos: Descentralização, Participação, Criação de Empregos, Ética.

Criação de um *pool* de médias e grandes empresas de publicidade, além de pessoas ligadas ao mundo da cultura e das comunicações, artistas, empresários e alguns quadros políticos, como Serra e Fernando Henrique, alguns deputados, prefeitos e vereadores. Trabalhávamos num comitê à parte. Todas as decisões, tomadas em conjunto com o próprio candidato, beneficiavam-se das intervenções dele. Nada tinha tom mercadológico. Nenhum guru de *marketing*. Fazíamos parte de um sonho. “Quando sonhamos sozinhos, é só um sonho; quando sonhamos juntos, é o começo de uma nova realidade”, repetia Montoro para nos entusiasmar.

Conseguimos, assim, imprimir a esse sonho uma grande eficiência de comunicação global. Falávamos para a sociedade.

Montoro insistia nas pequenas coisas, que nos pareciam supérfluas diante dos grandes instrumentos oferecidos pela mídia.

Insistia no ceguinho que lhe trouxera uma música para a campanha. Adotou a música. Veiculou a música. Levou o ceguinho para todos os cantos. Reunia-se com o comitê e, em toda parte, com grupos de maior importância ou sem nenhuma importância para nós. Discutia horas sobre os problemas da comunidade, como se tivesse todo o tempo do mundo para ganhar uma eleição, mas detestava discursos longos. Julgava que nós tínhamos mais o que aprender com o povo do que este conosco. Assim mesmo fez discursos em toda parte.

Tinha uma energia “capaz de iluminar uma cidade”, como dizia Ulysses Guimarães. Num só dia percorremos todas as principais cidades do Vale do Paraíba. Depois do comício em São José dos Campos, eu estava praticamente entregue. Montoro, que comia suas bananas durante os comícios, recolheu-se ao hotel, em ótimo estado, para ler algumas propostas da Sorbonne para seu plano de governo, que desejava utilizar na próxima viagem ao Vale da Ribeira.

Nunca dispensou o “boca a boca”, o “casa em casa” e as cascatas de listinhas pessoais. Creio que o Correio jamais timbrou tanta correspondência como naqueles meses.

Muitos anos depois, já em plena era digital, um mar de mensagens eletrônicas levou o socialista Zapatero ao governo da Espanha, quando o povo, por esse meio, denunciou a falsa interpretação do atentado, fornecida pelo governo espanhol.

Montoro ganhou, numa campanha que não foi apenas vitoriosa, mas brilhante. Levou, tomou posse com uma simplicidade republicana, mas com a liturgia que a dignidade do cargo exigia. Logo depois, apenas dois meses de governo, quase levou a pior – o conhecido episódio das grades do Palácio merece uma reflexão.

A direita, e nessa época havia uma direita explícita composta pelos inconformados com o fim do regime militar e todos os decorrentes privilégios, não tolerava a idéia de um governo democrático bem sucedido. Liquidar com o governo Montoro em seu nascedouro seria o sinal para desencorajar qualquer tentativa de democratização a longo prazo. Para eles e a imprensa que os acolitava, Montoro era frágil, inexperiente, bom

orador, mas péssimo administrador. Isso, em dois meses apenas, a indicar o que viria pela frente.

Do outro lado, os movimentos corporativos da sociedade, os movimentos sociais mais agressivos, muitos intelectuais de esquerda e grande parte do PT, excitados com a crise econômica e social e com as enormes dificuldades de vida, fizeram, por escrito e em atos, o jogo da direita mais reacionária. Quebra-quebra no centro. Desacato à autoridade. Reivindicações impossíveis de serem assimiladas em dois meses de governo. Transferência de questões exclusivamente nacionais para o campo do estado, que não tinha nem tempo nem competência constitucional para resolvê-las.

Montoro estava encurralado no Palácio com dois hóspedes ilustres, Tancredo e Brizola, quando fomos informados de que uma enorme passeata dirigia-se, com as intenções mais radicais, para o Palácio dos Bandeirantes – cenário ideal para essas oposições, conscientes umas do seu papel histórico reacionário, irresponsáveis outras do seu papel histórico revolucionário.

O governo seria desacatado, considerado frágil, incapaz de governar, ou seria considerado repressor, temerário, incapaz de dominar pacificamente uma crise. Uma vítima fatal, no confronto, poderia pôr fim à democracia que mal se iniciava.

Desencorajada a PM de impedir a chegada da passeata, desencorajada por decisão do governador de utilizar-se da força e das armas, a passeata chegou às grades do Palácio e derrubou-as. Estava consagrada a violação simbólica do poder. A PM segurou os insurrectos do lado de fora das grades. A malta queria conversar. Pediu audiência. Os mais conservadores, dentro do Palácio, queriam protelar o encontro, conceder audiência formal em dia a ser marcado, respeitadas todas as regras burocráticas e formais. Lembro-me perfeitamente de Montoro, com uma expressão grave e serena: “Vou recebê-los agora, lá em baixo”. Formamos um pequeno grupo, que acompanhou o governador, que tinha atrás de si o secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto. Os manifestantes se aproximaram excitados. Montoro portava a cara de estadista, que se revelava naquele momento, como comprovam as fotografias. Lembro-me de Clara Ant, do PT, vociferando. Montoro só se incomodou quando um microfone quase lhe afetou os dentes da frente. Exigiu compostura. O clima se acalmou. As reivindicações foram feitas e anotadas. E a crise foi contornada. Parte da imprensa e os setores da direita não se cansaram

de cantar o episódio como o fim do governo Montoro. Outros, mais lúcidos, como Tancredo Neves, perceberam que o governo começou exatamente naquelas grades, quando Montoro mostrou o que seria um governo democrático, capaz de dialogar até nas piores circunstâncias. Esse traço, que já marcava sua vida parlamentar, marcou definitivamente o seu governo.

Foi um começo duro para todos os que estavam no Palácio. Montoro tinha pressa, mas não tinha açonamento. O secretariado foi dividido em grupos setoriais, criados para favorecer o diálogo entre os secretários e facilitar a implantação das teses e propostas originadas nos grupos de trabalho da campanha, a famosa Sorbonne. Andrezinho, filho do governador, secretariou esse trabalho com obstinação; José Serra planejava as despesas e, com um rigor de engenheiro, mais que de economista, segurava o dinheiro.

Montoro insistia nas pequenas coisas. “Há uma crise no mercado de laranja, originada de diversas causas lícitas e ilícitas. Vamos vender laranja diretamente ao povo, nas esquinas. Garanto que a crise acaba.” Assim disse e fez o governador. Em meio a um momento político e econômico tormentoso por que passava o governo militar, já em seus estertores, Montoro recomendava a horta doméstica. Luci Montoro comandava o projeto, desde a horta que fez no palácio até os milhares que espalhou por todo o estado. Por isso mesmo, muitos anos depois, em sua missa de sétimo dia, centenas de representantes das comunidades de base encheram o altar do Verbo Divino com frutas e legumes em vez de flores.

Enquanto sugeria as pequenas coisas, as grandes estavam em gestação. Hidrovias, hidrelétricas, rodovias principais e milhares de quilômetros (nunca vistos anteriormente) de estradas vicinais, hospitais, escolas. Política ecológica. Tombamento da Serra do Mar. Política educacional. Sintonia com a Justiça e com a Polícia Militar. Respeito aos direitos humanos. Enfim, tudo aquilo que, ao final, o consagrou como um governador único e inesquecível, sobretudo junto aos pobres e aos prefeitos municipais.

Mas antes de chegar a esse apogeu, com amplo reconhecimento da sociedade e da mídia, tivemos algum tropeço em comunicação. Sei de perto, pois no primeiro ano do governo fui secretário da Comunicação. O problema é que, por razão de coerência, e com o meu total apoio, criamos o nome Governo Democrático de São Paulo, sem nenhuma

referência ao titular. Além das dificuldades iniciais, de grandes acertos financeiros e administrativos, implantação de um ritmo democrático depois de vinte anos de ditadura, as obras e ações administrativas não apareciam, pareciam invisíveis. Um dia isso ficou claro para mim quando o prefeito de Franca, creio, disse ao governador Montoro, com todas as letras: “Montoro, esse Governo Democrático de São Paulo vai muito bem. Já fez três vicinais na minha cidade. Trabalhou na saúde e na educação. Mas o governo Montoro está uma droga!”

Por esse lado a estratégia de comunicação foi repensada. Mas outro fator também foi repensado. Montoro, inteiramente dedicado ao governo descentralizado e participativo, afastara-se um pouco da liderança política nacional, o que lhe era cobrado pelos companheiros, pela mídia e pelos meios políticos nacionais. A transição democrática não podia dispensar a colaboração direta de seus grandes líderes – Ulysses, Tancredo, Montoro, Brizola – e de líderes emergentes – Lula, Fernando Henrique, Quéricia.

Montoro, comprometido desde 21 de abril de 1983, quando convocado pelo governador de Minas, Tancredo Neves, foi o orador oficial da cerimônia realizada em Ouro Preto e pronunciou o famoso discurso no qual diz: “É preciso continuar a obra de Tiradentes. Independência agora se chama democracia, com eleições diretas já”.

Então, Montoro convida dez governadores da oposição para, em São Paulo, no dia 26 de novembro de 1983, traçarem as diretrizes para a transição democrática. Tudo deveria começar com um reforço muito forte à embrionária campanha por eleições diretas para presidente da República. José Hamilton Ribeiro, em seu livro *Os três segredos que o fizeram o político mais votado do Brasil*, sobre Montoro, considera que esse encontro “significa efetivamente o começo da campanha Diretas Já, que viria a se constituir num dos maiores momentos cívicos da história do país”.

DIRETAS JÁ – CAMPANHA DE UMA NOTA SÓ

Durante o primeiro ano de seu mandato, como vimos, Montoro reorganizou a máquina do Estado e imprimiu um caráter administrativo ao Governo Democrático de São Paulo. Uma pesquisa, denominada *Flash*, conduzida por Fátima Jordão e realizada pela Secretaria

de Comunicação, recomendava que Montoro exercesse uma liderança política nacional mais explícita, porque, embora a oposição tivesse levado as primeiras eleições diretas nos principais estados do país, a escolha do futuro presidente ainda seria feita por via indireta, num Congresso dócil ao poderio militar.

Apoiado nessa constatação, em sua enorme intuição política e, também, na demanda dos meios jornalísticos, sobretudo dos repórteres credenciados no Palácio dos Bandeirantes, Montoro convocou os governadores para um encontro histórico em São Paulo, no qual se elaboraria uma estratégia comum para o completo restabelecimento da democracia no Brasil.

Logo após, antes do Natal, num jantar oferecido aos repórteres credenciados, pressionado por eles, Montoro anunciou sua disposição de convocar um grande comício em prol das diretas, no dia 25 de janeiro, aniversário da cidade, na Praça da Sé.

Consultou seus interlocutores políticos, Fernando Henrique, Ulysses, Serra, além dos membros do diretório do partido. Todos foram contra. Inclusive, numa reunião realizada na casa da deputada Ruth Escobar, com todo o diretório estadual presente, todos votaram contra a idéia desse comício na Praça da Sé, em plenas férias escolares, recesso parlamentar e férias judiciárias. Além do mais, o presidente Figueiredo acabara de comunicar que manifestações em favor de eleições diretas seriam consideradas atividades altamente subversivas.

Assim mesmo, Montoro confirma sua decisão e marca o comício para o dia 25 de janeiro de 1984, aniversário da cidade, na Praça de Sé. “Quero o comício no marco zero da cidade.” Teimoso, talvez.

No anúncio, Montoro contou apenas com o apoio do gabinete, o meu, que era o secretário de Comunicação, o de José Carlos Dias, que era secretário da Justiça, duas instituições da sociedade civil, UNE (União Nacional dos Estudantes) e CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), e dos repórteres credenciados.

Dias após, na Sala dos Pratos, para a qual convocou secretários, líderes e o prefeito da capital, Montoro recebeu o apoio formal de todos eles. Seu entusiasmo contagiou os presentes.

Como as reuniões não podiam se realizar no Palácio nem na Secretaria de Comunicação, minha casa transformou-se numa central de convocação, organização e comunicação da campanha das Diretas Já. Todas as

lideranças do país, políticos, artistas, juristas, trabalhadores e estudantes gravaram depoimentos num estúdio improvisado na sala de jantar. Quinze dias depois do anúncio, o comício já contava com a adesão de 148 instituições da sociedade civil, duzentos e tantos prefeitos, todos os governadores de oposição, deputados, senadores e a maioria quase absoluta dos artistas brasileiros.

A gravata amarela, um dos símbolos da campanha, freqüentou o colarinho de bancadas de deputados e até mesmo de artistas e operários que não tinham o hábito de usar gravatas. Leilões, com obras doadas pelos maiores pintores brasileiros, foram realizados no bar do Maschio, para arrecadação de fundos.

A adesão ao Comício das Diretas foi de tal ordem que, na condição de coordenador, tive de providenciar com os organizadores mais dois palanques enormes para abrigar prefeitos, deputados, lideranças sindicais e estudantis, além de uma passarela para o desfile ininterrupto de artistas e personalidades que fariam pronunciamentos a partir das 16 horas.

A imprensa apoiou com entusiasmo a realização do comício, à exceção da Rede Globo, que o fez apenas às 17 horas do dia 24, véspera do evento.

Só as providências finais, que envolviam uma logística para o acesso das personalidades, o acesso da população, por metrô, inteiramente liberado, pois era dia de São Paulo, as condições de infra-estrutura, som e iluminação, segurança, limpeza, preencheram uma *checklist*, feita pelo obcecado João Dória, com mais de 84 itens. Éramos todos novatos na realização de uma concentração de tal porte. A ditadura havia transformado as praças em espaços meramente decorativos de uma cidade e os cidadãos em meros inquilinos.

Ao meio-dia do dia 25 de janeiro, Montoro oferecia um almoço às autoridades que vieram para o comício. Pediu-me que fosse até a Praça da Sé, para ver como estavam as questões técnicas: acomodação dos convidados, dos artistas e da imprensa, para a qual fizemos uma imensa sala, com todos os apetrechos técnicos, embaixo do palanque.

Entrei no palanque pela passarela erguida, por prudência, desde a porta da Catedral. Atravessei o enorme espaço vazio. Quando vi a Praça da Sé, daquele promontório cívico, emocionei-me como nunca. Meio-dia e meia. A praça já estava lotada, tingida de amarelo. Mais tarde, foi o que foi.

Quase todo mundo atribui o sucesso da campanha das Diretas Já à tenacidade e à teimosia de Montoro. Contudo, há um fator pouco lembrado que possibilitou tanto o sucesso do comício como a realização posterior de concentrações de mais de dois milhões de pessoas, tanto no Anhangabaú como na Candelária, e comícios-monstro em todas as capitais do país.

Foi uma orientação de Montoro que possibilitou isso.

Quando a preparação do comício esquentou e o sucesso já parecia garantido, diversos movimentos que apoiaram o evento propuseram colocar suas reivindicações de caráter sindical, corporativo e mesmo ideológico, além de outras mais pontuais, na pauta e nos discursos do comício. Montoro recusou com veemência: “Vamos reivindicar o que nos une; Diretas Já. E só isso”.

O resto ficou para depois, inclusive derrotar o governo em eleições diretas, pois, apesar de ter sido o maior movimento cívico da História do Brasil, só comparável à Campanha Abolicionista, o Congresso votou contra a emenda do deputado Dante de Oliveira, que garantia a volta de eleições diretas para presidente. E assim, no dia da eleição indireta, pressionado pela opinião pública e pelas virtudes políticas do candidato de oposição, o Congresso elegeu Tancredo Neves o primeiro presidente democrático do Brasil, depois de 26 anos.

Essa objetividade no direcionamento de uma proposição política, que alguns chamaram de teimosia, sempre foi uma das virtudes de Montoro, juntamente com sua coerência.

A GEOGRAFIA ESPIRITUAL DE MONTORO

Todo homem é marcado por uma geografia espiritual. Com terra e adubos adequados essa geografia possibilita pleno desenvolvimento da personalidade. A árvore geralmente dá frutos, mas são os frutos seus. Montoro cresceu católico: família, Colégio São Bento, Faculdade de Filosofia, JUC, Tristão de Ataíde, PDC, Bérghson, Mounier e, principalmente, Jacques Maritain.

Se a Faculdade de Direito ensinou a Montoro, e a tantos outros de sua geração, como Jânio, Ulysses, Sodré e Auro, o hábito e o exercício da política, foi a Ação Católica que lhe transmitiu a noção de participação. Tudo era

feito e decidido por meio de círculos, nos quais um grupo de trabalho se propunha ver uma questão, julgar a situação e decidir uma ação adequada para resolver o problema. Como fui da mesma escola e geografia, pude constatar que o governador Montoro, em pleno exercício do cargo, usava o mesmo método nas reuniões do secretariado, que eram setoriais. Aprofundava a visão dos problemas, fazia uma avaliação técnica e moral e depois partia para a ação, sempre depois de ouvir todo mundo. A única diferença foi que na JUC constituíamos um grupo confessional engajado na militância católica. No governo tinha gente de todo lado, católicos, comunistas, protestantes, liberais. A luta democrática os unia, e isso, para o governador, era o suficiente. Basta ver a composição do seu governo, principalmente do seu secretariado.

Mas o que amalgamava tudo isso era a formação de Montoro, a profunda influência política e filosófica de Jacques Maritain. Naquela época, Maritain, baseado na ou baseando a doutrina social da Igreja Católica, para a qual ele se havia convertido, divulgava idéias que para o meio conservador eram avançadíssimas e para os meios marxistas, reacionárias. O tempo veio demonstrar que uns e outros estavam errados e que Maritain já tinha em mente a terceira via. Em suas memórias, ditadas para Pedro Cavalcanti e por ele editadas, há dois trechos que mostram a base do pensamento político de Montoro, pois foram por ele mesmo selecionados.

Qual é o fim supremo e a tarefa essencial da sociedade política?

Não é assegurar vantagens materiais a indivíduos ou grupos isolados, preocupados com seu bem-estar e enriquecimento. Não é, também, conquistar o domínio tecnológico sobre a natureza ou o domínio sobre os homens. Mas, e acima de tudo, melhorar as condições da vida humana e promover o bem comum da população de tal forma que cada pessoa concreta – não apenas dentro de uma classe privilegiada, mas toda a população – possa realmente atingir aquele nível de independência que é próprio à vida civilizada. Nível que é assegurado, ao mesmo tempo, pelas garantias econômicas do trabalho e da propriedade, pelos direitos políticos e a cultura do espírito.

Quanto aos meios, Maritain afirmava:

É um axioma universal e inviolável, um princípio fundamental e evidente, que os meios devem ser apropriados ao fim, porque eles são os caminhos que conduzem ao fim e, de certa forma, são o próprio fim na sua realização contínua, no seu vir a ser. Por isso, empregar meios intrinsecamente maus para atingir um fim intrinsecamente bom é um erro e um contra-senso. Sabemos que os homens, em seu comportamento prático, com frequência desmoralizam esse princípio, em particular no campo político. É difícil submeter nossa vida à razão no plano individual. E é terrivelmente mais difícil no plano político. No tocante à organização racional da vida coletiva e política, estamos ainda numa idade pré-histórica.

Não preciso enfatizar quanto esses textos são definitivos para o início do século XXI; quero ressaltar quanto foi difícil praticá-los no século XX. Montoro o fez o tempo todo, a vida inteira, em todos os mandatos públicos que exerceu, em todo o magistério que exerceu, e sempre o magistério é público. Montoro nunca trabalhou para um universo privado, nem próprio. Foi sempre um homem público.

E se eu coloco sempre um tom afetivo nesta crônica é porque tenho a certeza de que a racionalidade presidiu todos os seus atos. Uma racionalidade que pôde fazer de Montoro, a vida inteira, uma única árvore que fecundou nossa geografia espiritual, mas tão humana.

MONTORO E A CULTURA PÚBLICA

Em sua vida parlamentar e em sua campanha para governador de São Paulo, assim como na campanha das Diretas, Montoro demonstrava um apego quase repetitivo pelos valores de uma cultura nacional. Tinha certa ojeriza a que em lugares ou circunstâncias públicas oficiais não se tocasse música brasileira. Uma vez até bronqueou com o governador Geraldo Alckmin, pois, na espera, o telefone do Palácio estava transmitindo um *rock* bate-estaca. Na campanha das Diretas, sempre enfatizou que a presença de músicos e poetas brasileiros no palco deveria ser pelo menos proporcional à dos políticos. E foi o que foi: o mais diversificado *show* da música popular brasileira de todos os tempos. Mas não era xenófobo; no Festival de Campos do Jordão foi o governa-

dor que mais assistiu a concertos desde a sua inauguração, concertos nacionais e internacionais, evidentemente.

Montoro foi um homem de cultura, principalmente filosófica e jurídica. Com o tempo adquiriu uma cultura política, sendo mesmo um divulgador e elaborador de idéias em dezenas de livros que publicou.

Seu interesse pela cultura pública manifestou-se claramente em sua campanha para governador do estado. Na famosa Sorbonne, onde se elaborava o programa de governo, a influência dos grupos artísticos e culturais era intensa. A campanha produziu diretrizes e pensamentos a respeito da cultura pública no Brasil.

Quando me tornei secretário da Cultura do estado, depois da campanha das Diretas, procurei seguir fielmente essas diretrizes. A primeira idéia era a de que precisamos implantar uma política cultural pública que, embora incentive, difira das manifestações culturais produzidas pelos agentes privados. Claro que desde o início do governo foi descartada a política de guichê, isto é, o estado atendendo e recusando o pedido direto de dinheiro para a produção cultural indigente. Isso custaria o orçamento do estado e não resolveria a demanda.

Montoro apoiou com entusiasmo uma política cultural. Uma das questões principais era a da preservação cultural e ambiental.

Com a participação da sociedade e do Condephat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), na época dirigido por Modesto Carvalhosa, o governo Montoro realizou o mais racional, sistemático e independente processo de tombamento jamais realizado no Estado de São Paulo. É verdade que em muitos segmentos o estado chegou tarde, mas salvou-se o que se pôde salvar. O mais criterioso e importante tombamento realizado pelo governo foi o da Serra do Mar, museu, ao ar livre, de espécies vegetais e animais, verdadeiro celeiro mundial, preservado entre o Atlântico e o planalto. Montoro quis que o ato fosse realizado simbolicamente no alto da Serra do Mar, num velho edifício construído pela empresa de eletricidade na velha Estrada de Santos. Ao cair da tarde, ouvimos o Hino Nacional tocado pela Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo). Num silêncio delirante assinamos o frágil documento, testemunhado pelo governador, pois era atribuição do secretário assiná-lo.

O que deu força a esse documento? A participação.

Não tínhamos polícia florestal, nem quadro suficiente para a fiscalização de centenas de quilômetros de área litorânea. Tínhamos uma radiopatrulha Volkswagen para todo o litoral. Pois bem, na terça-feira subsequente, recebo um telefonema de um cidadão de Ubatuba informando que na Praia Vermelha estavam cortando árvores contra o tombamento. Avisei o Montoro e acionamos a Secretaria de Segurança. Em duas horas, uma guarnição da PM, num helicóptero da polícia, chega à praia e prende os predadores. A notícia se espalhou pelo litoral em minutos. Nessa hora o tombamento estava consolidado pela opinião pública. A única herança lamentável desse ato foi que, dezenas de anos após, apesar dos cuidados de tombar acima da quota 30, um bando de exploradores do estado obteve indenizações milionárias por alegados prejuízos, endossadas por uma Justiça desatenta.

Com a ajuda da participação de comissões representativas de todos os setores artísticos, percebemos o estado precário em que se encontravam arquivos, museus e bibliotecas. Não bastava espanar os livros nem mandar novos exemplares para as bibliotecas. Quanto aos arquivos, não havia nem critério de seleção do material público digno de arquivamento quando os processos eram manuais e cartoriais. Os museus, com raras exceções, pareciam depósitos.

Mais uma vez o que nos salvou foi a participação, tão pregada por Montoro: um novo telefonema anônimo de um cidadão. “Doutor, estão despejando num caminhão todos os arquivos da antiga Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Até objetos estão jogando no lixo.”

Em minutos, com conhecimento e autorização do governador, mandamos uma guarnição policial para impedir o abuso. Não dava tempo de acionar a Justiça. Impedimos o desastre. Entre as coisas que estavam indo para o lixo: todas as atas de constituição da histórica empresa ferroviária.

O governo chegou à conclusão de que se deveria criar um sistema estadual de arquivos, um de museus e outro de bibliotecas, os quais foram concebidos juntamente com os técnicos e interessados diretos – arquivistas, bibliotecários, museólogos – e produziram-se três leis criando cada um dos sistemas.

Em cada repartição ou empresa pública criou-se um comitê de arquivamento que, depois de fundada instrução promovida pelos especialistas da USP, selecionava o material arquivístico, remetendo-o para

o Arquivo do Estado, para o qual se adquiriu o edifício dos tapetes Tabacow, em Santana. Interessante que o primeiro arquivo foi montado também no seio de uma fábrica de tapetes – Tapetes Santa Helena. O sistema floresceu, e hoje o Arquivo do Estado, bem instalado em Santana, serve de modelo para o Brasil.

O Sistema Estadual de Bibliotecas visou transformar meros depósitos de livros em verdadeiros centros culturais interativos, com participação de escritores, professores e leitores, num processo de animação sem precedentes. O sistema, que depende muito dos protagonistas, teve inúmeras experiências alentadoras, mas permaneceu como um modelo de possibilidades.

Já os museus sofreram uma profunda transformação em todo o estado. O sistema abriu-se à colaboração do terceiro setor e do próprio público. A idéia foi que todos esses equipamentos públicos se transformassem em verdadeiras oficinas culturais.

A terceira grande preocupação de Montoro, já que o dinheiro era curto, e o compromisso da democratização enorme, foi de formar quadros competentes para criação, produção e divulgação artística e cultural.

Transformou-se o velho edifício da Faculdade de Odontologia de Três Rios numa moderna oficina cultural, preparada para aperfeiçoar artistas e quadros profissionais dos setores de música, dança, pintura, teatro, literatura, cinema e audiovisual. Logo após a inauguração, um dos últimos atos de Montoro, a circulação anual de interessados era da ordem de sete mil artistas e profissionais. Mais tarde a oficina foi rebatizada em homenagem a Oswald de Andrade e multiplicada por todo o interior do estado.

Montoro era mais prático do que nós, sempre ligados às abstrações culturais. A situação da produção cinematográfica em São Paulo era grave. Havia bons diretores, boas idéias, mas a produção sempre empacava no meio. Com a inflação, o preço da película aumentava absurdamente, desde o momento em que se orçava o filme até o momento de comprar e retirar os filmes virgens da Kodak. Tínhamos verba para ajudar a produção de doze longas-metragens. Os produtores tinham dinheiro para começar o filme. Montoro sugeriu que comprássemos e pagássemos os filmes virgens ao fornecedor, que os guardaria na geladeira até que a produção os solicitasse na hora adequada. Assim, a inflação não pesaria indevidamente no orçamento do filme. Com essa manobra prática, naquele período o cinema de São Paulo, com a ajuda do governo de São

Paulo, produziu doze longas-metragens de ótimo nível. E Montoro não era nenhum experto em produção cinematográfica.

No famoso discurso “É preciso continuar a obra de Tiradentes”, pronunciado em Ouro Preto em 21 de abril de 1983, a convite do governador Tancredo Neves, quando se referiu à questão cultural no contexto da inconfidência, Montoro disse:

Uma das condições para que o pensamento brasileiro desvende hoje soluções nossas, como o fizeram os conjurados, é enfrentar o colonialismo cultural, infelizmente ainda dominante em múltiplos setores da tecnologia, da ciência e das artes do país. A superação da dependência cultural, além da dependência econômica, é uma exigência fundamental para o nosso desenvolvimento, pois a capacidade de tomarmos as decisões que a nossa realidade exige depende da ruptura com as formas de pensar colonizadas. Nossos problemas possuem realidade própria e exigem soluções, processos e instrumentos adequados a essa realidade. Não podemos promover nosso desenvolvimento econômico e social empregando esquemas europeus ou norte-americanos. Não podemos aceitar sem preocupação e resistência a dominação do cinema, televisão e música estrangeiros, divorciados dos nossos problemas, a nos apontar realidades e valores que não são nossos, a dificultar a tomada de consciência de nossa situação real, a gerar atitudes de alienação e fuga. E, principalmente, não podemos continuar importando e transplantando, passivamente, tecnologias estrangeiras para o nosso meio.

Evidentemente não se trata de rejeitar a contribuição técnica, científica ou artística de procedência externa. Mas sim de evitar recebê-la sem espírito crítico e elaboração própria.

Enquanto não tivermos uma cultura brasileira, adaptada à nossa realidade e elaborada por nós mesmos, continuaremos a ser dependentes e caudatários de nossas economias.

A ética e a lógica em Montoro

Montoro gostava de ensinar lógica e ética em suas aulas ou pregações políticas. Preferia, ainda mais, aplicá-las na vida pública. Costumava dizer que um administrador público, um governador, por exemplo, se apenas fosse honesto no trato das coisas públicas, faria uma economia de 30% no orçamento. Não precisaria ser um gênio administrativo. Sendo honesto, dizia ele, não faria o que mais arrasa os cofres do erário: as obras inúteis. Exatamente são as obras inúteis e as compras desnecessárias o objeto preferido dos profissionais da corrupção. Empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviço são mestres em propor aos administradores dóceis coisas sem pé nem cabeça, que não atendem às necessidades da sociedade, mas deslocam facilmente para os bolsos particulares e de funcionários inescrupulosos vultosas quantias. E há nessa prática dois desperdícios, o do dinheiro desviado e o do objetivo que não interessa a ninguém. Gostava ainda de enumerar pontes inacabadas que levavam de um lugar para lugar nenhum, hospitais superdimensionados, compras de caju em Santa Catarina para a merenda escolar do Ceará, grande produtor de caju. E, assim, ficava meia hora contando as aberrações que enumerou em suas viagens pelo Brasil. Quando podia, ele as incluía nos discursos parlamentares.

Nas últimas idéias que revelou ao jornalista Pedro Cavalcanti, autor de *Memórias em linha reta*, Montoro se debruça sobre a questão ética no mundo moderno.

É interessante que seu relato, dias antes de sua morte, só cuide da coisa ética. Interessante porque ainda nem bem se consolidou a democracia em sua plenitude social no Brasil, e o que vemos, ainda maior que a incompetência, é uma lassidão ética e moral, que se alastra pelas corporações públicas e privadas, pela administração de todos os poderes, indiscriminadamente e, infelizmente, pelas pessoas. A sociedade parece perder-se dos parâmetros éticos, cujo cumprimento só ela pode exigir dos seus mandatários no sistema democrático.

Montoro observa que a ética, contudo, tornou-se uma das maiores preocupações no fim do século passado. Uma quantidade incrível de

publicações em todo o mundo e em todos os setores do conhecimento dedica-se à questão da ética. E o próprio Montoro indaga com o filósofo José Arthur Gianotti: “Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo?” Montoro apóia-se no notável romance de Balzac *Ilusões perdidas* para afirmar: “Quiseram construir um mundo sem ética... E a ilusão se transformou em desespero”. E a partir daí, no relato a Pedro Cavalcanti, Montoro discorre sobre a ética no Direito, na Economia, na Política, na Ecologia e nas Ciências.

Montoro sempre achou que há um direito que precede a norma positiva.

O direito natural impede as atrocidades praticadas em nome de uma norma positiva, adotada sem qualquer avaliação de suas conseqüências éticas. “Na base da Declaração Universal dos Direitos Humanos há um duplo reconhecimento. Primeiro, que acima das leis emanadas do poder dominante há uma lei maior de natureza ética e validade universal.” E, como sempre, conclui que o fundamento dessa lei é o respeito à dignidade da pessoa humana.

No plano econômico, Montoro condena fortemente as conseqüências de uma ordem econômica baseada em planos quinquenais idealizados pela prepotência ou um liberalismo despido de qualquer dimensão ética. Condena a globalização, que deixou o mundo ainda mais desamparado. Atira como um libelo os dados revelados na Cúpula de Copenhague, realizada pela ONU:

- Mais de um bilhão de pessoas, isto é, uma quinta parte da população mundial, passa fome e vive em condições de extrema pobreza.
- No plano mundial, 30% de toda a população em idade economicamente ativa está desempregada.
- Em países altamente industrializados, e não apenas nos demais, o desemprego e a exclusão social tornam-se endêmicos. Tanto nos Estados Unidos como na Comunidade Européia, cerca de 15% da população vivem abaixo do limiar da pobreza.

“É urgente modificar esse quadro”, diz Montoro, “a pobreza estrutural não é uma fatalidade histórica, mas um desafio à sociedade e

uma tarefa a enfrentar. Trata-se de um imperativo ético, de um apelo de nossos povos, que não podemos abafar”.

Depois da Segunda Guerra Mundial houve uma decepção enorme com as democracias estabelecidas, pela enorme generalização da corrupção nos meios políticos. A primeira grande reação foi a operação “Mãos Limpas”, executada pela Justiça italiana. Mas, em todo o mundo, máfias de toda ordem transformam a coisa pública em coisa nossa. Essa observação de Montoro revela o desmoronamento do princípio básico republicano: o bem público.

Montoro apenas se referia aos grandes escândalos internacionais e ao amplo movimento de investigações, processos e condenações de agentes públicos responsáveis e altas autoridades do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Nem sonhava ainda com o que iria acontecer no Brasil poucos anos depois. Apenas advertia: “A exigência da ética na política contrapõe-se às concepções maquiavélicas e às práticas políticas dominadas pelo interesse pessoal ou de grupos”. A máxima pela qual a política deve ser indiferente ao bem e à moral é um erro fatal de Maritain.

Lembro-me de que o governador tinha um apego obstinado à questão da defesa do meio ambiente: a questão da natureza. A palavra *Ekos* ecoava em todos os cantos, principalmente nos diálogos que o governador mantinha com os diversos setores da administração. Como fez para Pedro Cavalcanti, gostava de citar o filósofo francês Michel Serres em seu texto lapidar: “As violências contra a natureza, cometidas ao longo da história, não foram balizadas por qualquer ética. É preciso firmar com o mundo, (...) do antigo contrato social, um novo pacto: o contrato natural”.

Uma das maiores ignorâncias dos tempos modernos refere-se à ética diante das novas descobertas científicas. Se é verdade que no século passado a ética já se defrontou com inúmeros problemas científicos relativos a seres inanimados, neste século as questões éticas referem-se diretamente aos seres animados. O maior problema ético do século passado foi o uso de experiências científicas utilizadas como armas mortíferas. A bomba atômica resumia toda a questão ética da utilização indiscriminada dos seres inanimados. Pedras, minerais e mesmo átomos não pertencem ao mundo biológico. No século XXI, a ciência se desenvolve no campo dos seres animados. As implicações éticas são imensas e desconhecidas. Genoma, transplante de órgãos, mutações

genéticas, transgenia etc. são alguns componentes da partitura ética destes tempos.

Montoro tinha a convicção de que os homens, após a Segunda Grande Guerra, passaram a não acreditar que a ciência e a técnica poderiam garantir por si o progresso e a felicidade humana.

Recolhe de Einstein um pensamento que merece reflexão:

Por uma penosa experiência, aprendemos que o pensamento racional não é suficiente para resolver os problemas de nossa vida social. O intelecto tem um olho aguçado para os métodos e ferramentas, mas é cego quanto aos fins e valores.

Por fim, Montoro refere-se a uma ética de princípios universais. Seu texto, colhido com tanta acuidade por Pedro Cavalcanti, dá-nos essa brilhante lição:

Nesta altura de nossas reflexões, é oportuno lembrar a afirmação de Umberto Eco: o moderno é ler Platão. Não se trata, evidentemente, da figura isolada do filósofo grego, mas de uma referência às linhas fundamentais do pensamento clássico, que atravessa séculos e mantém permanente atualidade.

Na grande tradição clássica, que se desenvolve principalmente a partir de Sócrates, a lei humana, ou ética, tem o sentido de uma ética cósmica, universal. Isto é, fundada na situação do homem e do mundo. Nessa perspectiva, a ética não é apenas um pensamento subjetivo. Mas tem um fundamento numa realidade extramental e objetiva: a lei cósmica universal, a natureza das coisas e, especialmente, a natureza humana. É a perspectiva da consciência comum da humanidade. É claro que as circunstâncias e os costumes variam no tempo e no espaço. Mas há princípios fundamentais que se impõem à consciência humana. Nesse sentido, podemos falar num realismo ético, cujos valores fundamentais foram proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Montoro por Fernando Henrique Cardoso

ENTREVISTA CONCEDIDA A JORGE DA CUNHA LIMA

FHC: Conheci o Montoro e tudo isso. O Montoro era o grande senador da oposição de São Paulo e vinha de uma corrente totalmente diferente da minha. Ele era democrata cristão de origem, e eu vinha da esquerda não-cristã.

A minha aproximação com o PMDB se deu com duas pernas. O Montoro era senador do PMDB. Duas pernas, disse. Uma foi no Rio Grande do Sul, por meio do Pedro Simon, que era deputado estadual e tinha um diretório muito ativo e tinha aquele centro de estudos que havia no PMDB. Então, eu ia lá, de vez em quando, fazer conferências. Era uma coisa agressiva, contra o governo militar.

Aqui em São Paulo era difícil, porque quem mandava aqui era o Natal Gale, da turma do Quércio, quando o Quércio passou a ser agente na vida política. Foi por meio do Pedro Simon, de um lado, e, do outro, do Ulysses. Como? Por meio do jornal *Opinião*, onde eu escrevia, que era do Gasparian. Na ocasião nós tínhamos feito o Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisas). O Ulysses, junto com o Pacheco Chaves, acompanhava a instituição e tinha lido as coisas que eu escrevia, notadamente um artigo que escrevi que se chamava “O papel da oposição”. Por quê? Porque eu, naquela altura, estava na contramão do que era a esquerda da época – e estou me referindo à época da ditadura. Eu conhecia os de antes também, mas estou me referindo a essa época.

Nós tínhamos sido postos para fora da universidade. Fizemos o Cebrap e passamos a colaborar nesses jornais de oposição ao governo. Basicamente no *Opinião*, e também depois no *Movimento*, jornal dissidente, mais ligado ao PCdoB. O *Movimento* era do Sérgio Mota, e o *Opinião* era do Gasparian.

E eu escrevi um artigo em 1973, mais ou menos, quando estávamos ainda todo mundo com aquela coisa da luta armada, guerrilha, que eu nunca aceitei. A gente podia ter até solidariedade pessoal, pessoas e tal,

mas politicamente, não acreditava. Então eu escrevi um artigo, “O papel da oposição”, em que eu, de alguma maneira, pregava a luta ao regime por dentro, por dentro do regime, pelos partidos.

O Montoro era do MDB; então a esquerda via o MDB mal, porque era o partido do “sim, senhor”. Ou melhor, do “sim”. O MDB dizia “sim”, e a Arena dizia “sim, senhor”. Isso se dizia na época porque eram os partidos do regime.

Quando eu estava no exílio, no Chile, MDB para mim era a mesma coisa que nada, eu não sabia quem era Mário Covas, que era líder do MDB aqui. Nós não dávamos bola para o MDB, estávamos em outra.

Como o Montoro ficou no Brasil, ele entrou na oposição institucional, e nós estávamos fora do Brasil. O Serra, eu, Almino, Plínio, todo mundo fora do Brasil. Quando nós voltamos – Plínio e Serra voltaram mais tarde, em 1977 –, eu vim antes, mas fui posto para fora da universidade. E olhando todo esse negócio com muita desconfiança, esse negócio de MDB, mas lá por volta de 1973, dizia: “Olha, essa coisa aqui... vai estar tudo arrebitado, esse negócio de assalto a banco, guerrilha”. Eu nem sabia que tinha guerrilha, eu soube depois, no Araguaia. “Isso tudo não vai funcionar, é preciso...”

Aí o que é que aconteceu? Eu comecei a escrever, a fazer a filosofia da destruição do regime usando os instrumentos do regime, portanto no MDB.

O Ulysses foi ao Cebrap e nos pediu que fizéssemos um programa para a campanha de 1974, que nós fizemos. E eu me lembro muito bem que eu fui com Weffort, Chico de Oliveira – pelo menos esses dois eu tenho certeza. Fui a Brasília, eu acho que foi no apartamento do velho Amaral Peixoto, para encontrar o Tancredo, o Ulysses e o Pacheco Chaves. O Montoro passou por lá. O Montoro não tinha paciência de ficar parado. Nós fomos lá, na certeza de que eles não iriam aceitar nosso programa, porque era socialdemocrata. Nós não sabíamos que era, mas era socialdemocrata.

De todos os programas que vieram depois, a matriz foi aquela. O que é que nós fizemos? Pusemos a temática do sindicato independente, do negro, da mulher, da luta pelo salário, quer dizer, não era só oposição ao regime, era oposição social também.

Era tudo o que eles queriam. Nós, achando que eles iriam rejeitar – aceitaram. Aí nós nos aproximamos. Eu me aproximei mais do MDB, não é? Via Ulysses, via Ulysses.

Montoro era senador. Eu me lembro de uma vez em que eu vinha do Paraná com o Montoro no avião. Ele, falando. Sempre o Montoro com muitas idéias e sempre querendo me chamar para depor numa coisa de inquérito da Câmara, tal e coisa. E eu me lembro do Montoro, também, quando ele foi ministro do Trabalho, mais lá atrás, quando ele tinha um programa de habitação. Eu estive numa reunião com ele na representação do Ministério do Trabalho aqui em São Paulo, na Delegacia do Trabalho. Acho que o Jorge Wilhelm esteve aí também nessa reunião. E o Montoro, entusiasmado e tal.

Mas o Flávio Bierrembach, em reunião na Assembléia Legislativa, estava contra o Montoro, o Flávio e outros mais, dizendo até que eu o estava criticando por causa da visão de lutas de classe, pois o Montoro era a favor das idéias comunitárias. Mas eu não estava criticando o Montoro, nem passou pela minha cabeça. O Flávio é que queria criticar o Montoro e usou o que eu falei lá e tal.

Então, o que estou querendo mostrar para você é o seguinte: eu entro para o MDB não pela mão do Montoro, embora eu o conhecesse de antes, e até com restrições à visão do Montoro, que era a da Democracia Cristã.

Mais tarde, já em 1977, o Ulysses me procura para eu ser candidato ao Senado. Em 1977 já estavam aqui o Plínio, o Almino, o Serra – tinham todos voltado do exílio. O Arraes e o Brizola vieram um pouco depois, não tenho certeza.

Era já, passagem, eleição do Figueiredo. Quando o Ulysses me procurou para eu ser candidato, o Montoro era o senador do MDB e candidato à reeleição. Portanto, era para ter uma sublegenda competindo com o Montoro. Evidentemente não era para eu ganhar, a idéia não era essa, a idéia era outra. A idéia era introduzir esse setor de esquerda, intelectualizado, na vida do MDB.

O Ulysses percebeu que, por meu intermédio, ele pegaria uma ampla camada.

Nós tivemos uma reunião – não me lembro se você estava lá – na casa do José Gregori para decidir quem seria o candidato ao Senado. O Flávio queria que fosse o Samir Achôa. O Flávio nunca foi tão sensato

assim em política. Queria porque o Samir era vereador bem votado e tal, aquela coisa. E rolava aquela discussão. Os que realmente podiam, que tinham cancha política, não podiam ser, porque estavam com os direitos cassados, que eram o Almino, o Plínio. O Serra, não se cogitava dele para senador; como deputado ele tentou ser.

Eu tinha uma situação ambígua, porque eu não tinha os direitos políticos cassados, mas eu fui cassado pelo AI5 e, via de consequência, também estaria cassado, embora não fosse cassado politicamente da Câmara nem nada. Isso foi levantado porque eu entrei nominalmente no AI5. Cassado da universidade.

Então, na verdade, a idéia era uma candidatura de protesto que era boa para o MDB porque trazia a turma do protesto e não representava risco para o Montoro. Não havia esse risco porque o Montoro tinha muito voto naquela altura, e não havia o risco de eu virar senador porque não passava pela minha cabeça essa hipótese – eu não queria. Era campanha para obter os 20%, para você poder ser registrado. O pessoal ligado ao Montoro se opôs, ficou com medo. O Robertão era o mais exaltado contra a minha candidatura. Quem apoiou? O Ulysses, o Quércia (que era senador também, eleito em 1974), o Goldman, ou seja, o pessoal que queria diluir um pouco a força do Montoro me apoiou.

Eu não estava nessa; eu estava na campanha, mas o Ulysses tinha uma coisa mais ambígua: o Ulysses queria somar gente. O Quércia queria era chatear o Montoro. Eu ganhei a indicação com 28% dos votos, cavalando. Você vê como é curioso.

O Quércia já tinha uma massazinha de votos – ele era senador – e já tinha dentro do partido. O problema era dentro do partido, convenção dentro do partido – quem é que tem isso? Eu me lembro de que a primeira reunião a que fui como pré-candidato foi em Rio Preto, e o deputado de lá era muito amigo do Montoro; depois ficou muito amigo meu também. Não me lembro do nome dele agora. Eu sei que eu fui de ônibus para Rio Preto, porque não tinha automóvel para a campanha. Cheguei lá e não sabia o que fazer: não sabia onde era a Câmara, como é que se falava, não mencionei ninguém. Isso para político é terrível. Não fiz elogio ao chefe local.

Mas, enfim, o fato é que fizemos a campanha. No começo deu até uma certa tensão, porque alguém dizia que eu estava dizendo que o Montoro

era velho – inventaram logo essa história. O Montoro ficou assustado: de repente, uma força nova. Mas não ia acontecer isso, nem aconteceu.

Montoro se elegeu com uma grande folga, e eu não sabia que eu ia ser suplente, pois o Montoro tinha um suplente que era o Grama, o Magalhães Teixeira, eu tinha outro, que era o Maurício Soares, que foi depois prefeito de São Bernardo. Era do PT, foi indicado pelo Lula, e agora é do PSDB de novo.

Mas o suplente é o segundo mais votado, e eu era.

Mas eu virei candidato para valer quando o Supremo Tribunal Federal, quinze dias antes das eleições, anulou as decisões dos tribunais anteriores que tinham cassado a minha candidatura por causa do AI5. Aí o Leitão de Abreu deu um parecer dizendo que ninguém podia perder direito para sempre.

JCL: Lembro-me de que você virou um candidato emblemático, importante, e eu me lembro, ainda, de que, nessa época, eu apoiei a sua candidatura. Daí eu fui chamado lá no lanche dominical do Montoro e me falaram: “Você é da família ou não é?” Eu falei: “Eu sou da família, mas estou seguindo as normas do Montoro, de que era preciso abrir espaço, e isso não é um problema eleitoral. Fernando Henrique traz toda a mitologia do que precisa ser um novo Brasil, e eu, então, não estou lá contra ninguém, eu estou lá porque eu acho que isso é indispensável ao partido.” Sabe quem foi o único que entendeu o que eu falei, inclusive (...). Sabe o único que entendeu o que eu falei?

FHC: Quem foi?

JCL: O Montoro. E os filhos ficaram mudos.

FHC: Não, os filhos ficaram com raiva de mim, na convenção. Foi curioso esse processo. Foi muito interessante ver como amálgama, amálgama posterior. Então, houve o negócio. O Tribunal resolveu – foi Leitão de Abreu – que ninguém podia ser cassado para sempre. Os deputados eram cassados por dez anos. E eu? Esse argumento, que foi dado pelo meu advogado, o Tribunal decidiu que valia a minha candidatura. Ainda assim eu tive mais votos que o Lembo, que era o candidato da Arena.

JCL: Senão seria ele o suplente?

FHC: Não, não, não. Só os do partido. Mas eu tive mais votos que o Lembo. Aí deu tudo bem; terminou o negócio, o Montoro era senador. A partir desse momento, deu-se uma inversão: curiosamente, o Montoro se aproximou de mim e eu dele. Ele, senador; eu, no Cebrap. Continuei ligado ao Ulysses. Ia de vez em quando a Brasília, o Ulysses vinha sempre falar comigo – o Ulysses também tinha muita ligação pessoal comigo, muita.

E a coisa vai evoluindo, quando se aproxima a possibilidade de o Montoro ser candidato a governador de São Paulo; aí eu automaticamente seria senador. Já depois da eleição para o Senado, o meu interesse e o do Montoro coincidiram. Ele, de ser governador, e o meu, de ser senador. E mesmo quando ele era senador e eu era suplente, o Montoro sempre foi muito generoso. Ele sempre me chamava e tal: “essa sala é sua...” Aquela coisa do Montoro.

E eu fui reavaliando o Montoro. O que acontece é que o Montoro tem uma influência sobre mim e sobre nós. Sobre nós, Cunha Lima, o Serra, o Geraldo, muito maior do que na época nós imaginávamos, porque, realmente, embora pensássemos que nós fôssemos a renovação, porque vínhamos da esquerda, o Montoro era mais moderno. O Montoro entendia a nova sociedade, o Montoro é que tinha essa idéia de sociedade civil, no fundo, que nós passamos a aprender, mesmo antes disso, com a igreja.

Foi D. Paulo [D. Paulo Evaristo Arns], o negócio do Cebrap, fazendo a coisa do São Paulo. Crescimento e pobreza, eu fui muitas vezes à periferia, aos bairros operários. Fui a muito convento fazer conferência.

D. Paulo era franciscano. Quando as irmãs dele, que eram franciscanas, vieram – uma era superiora –, eu fui fazer uma conferência, no Ipiranga, onde havia um seminário. Quantas vezes eu fui àquele seminário para participar de discussões com a sociedade civil.

Então fomos vendo – e para nós começou a existir – aquela coisa da comunidade de base, à qual eu não pertencia, mas aquilo ali era uma força de mobilização muito grande. Nós víamos de perto. Aí D. Paulo criou a Comissão de Justiça e Paz e quis que eu fosse presidente. Eu digo: “Mas D. Paulo...” Ele diz: “Não, você não sabe, mas você é cristão. Queira ou não queira, você é cristão”. Eu digo: “Eu sou batizado, sou crismado, mas...” “Não, não, não...” Eu digo: “Acho melhor não botar eu que não... Eu não quero fazer aqui, eu não sou...” Aí vieram vários e, finalmente, o Zé Gregori, mas nós tínhamos também Margarida Genevois

e o Procópio Camargo, que trabalhava comigo, que era mais ou menos ligado também à Igreja. Que foi como o Severo, também, grande amigo meu. Eles foram dominicanos. O Severo não, mas o Procópio. E o Procópio influía muito nessa idéia de mostrar a mudança que estava havendo na Igreja.

De fato, na prática, a Igreja Católica passou a ser uma força mobilizadora progressista. Eu fui vendo isso também. Eu fui um dos primeiros que, não vindo da Igreja, passou a trabalhar com a Igreja. Eu tive apoio direto de D. Paulo quando fui candidato a senador, direto. D. Paulo mandou... Há panfletos de D. Paulo me apoiando.

Agora já estamos nos aproximando do Montoro. E o Montoro tinha a paixão pela ecologia. Naquela época ninguém falava nisso. Era o Montoro. Ele tinha a visão das hidrovias. Montoro tinha essa idéia.

A comunidade, a sociedade civil, a coisa comunitária – por aí. A descentralização. Mas a minha visão de formação anterior era burocrática, centralizadora, era o Estado. Claro que custou a perceber que o Estado burocrático, num país deste tamanho, não iria fazer a não ser besteira. Isso tudo aí era o Montoro.

Quando o Montoro veio para o governo, eu estava muito próximo dele. Por quê? Você se lembra que o Mário era o presidente do partido, o Mário Covas. Mas quando o Mário foi ser candidato, ele se afastou da presidência. Eu era vice-presidente, então eu assumi a presidência.

Então, eu chefieei a campanha do Montoro e apoiei muito o Ulysses, que teve uma votação enorme para deputado. Foi a única vez que ele teve votação grande. Eu era presidente do partido na campanha do Montoro para governador.

Tivemos uma alteração por causa do Mário Covas, porque na convenção eu me opus fortemente à candidatura do Quércio. Disse coisas duras.

JCL: Você foi contra naquele momento, mesmo com a chantagem?

FHC: Fui contra na hora, com chantagem e tudo.

JCL: Você e dona Luci eram as duas únicas vozes.

FHC: Eu fui contra. Eu disse lá, na cara do Quércio, e depois fui para a casa do Montoro, quando terminou a convenção, com o Chopin Tavares de Lima – o Chopin, que também era contra. Acho que foi o Chopin que usou a frase: “Está formada a aliança co-co, corrupção com comunismo”, porque o pessoal da esquerda comunista apoiou o complô na convenção.

JCL: E o MR8.

FHC: O MR8 e o Partidão também. Apoiaram o Quércia. Ainda estavam furiosos. E o Montoro tinha uma visão mais hábil na época: ele percebeu que precisava da unidade do partido; então ele deixou queimar o Mário Covas, que era o candidato da executiva.

Eu fui muito mais, muito mais duro. Mas daí, nós já estávamos muito próximos, porque em todo aquele tempo da campanha nós tínhamos nos aproximado muitíssimo.

Quando foi a hora de formação do governo, Montoro se elegeu governador, foi lá e me chamou. Ele ia ao Cebrap o tempo todo. Ele queria que eu fosse prefeito nomeado de São Paulo. Ele me dizia: “Nós vamos governar a quatro mãos”. Ele era muito generoso, o Montoro. “Nós vamos governar a quatro mãos e você vai ser prefeito.”

Eu não queria, eu queria ser senador. Não queria ser prefeito, eu não tinha experiência política, ia ser um desastre.

O Montoro fez o seguinte: ele montou o governo; e aí deu aquele problema. O Mário Covas queria ser prefeito, e o Montoro o convidou para ser secretário dos Transportes. O Mário ficou furioso. O Montoro estava num hotel aqui, escondido. Como ele era governador eleito, pouca gente sabia onde ele estava. Eu sabia. Eu fui com o Mário lá. O Mário saiu tiririca.

“Mas, Mário, ele está te dando os Transportes agora. Amanhã ele pode botar você na prefeitura”, disse eu, acalmando o Mário.

O Mário funcionava diferente de mim ou do Montoro. O Mário funcionava na contraditória, ele tinha que ter um inimigo. O Montoro era mais próximo, e eu estava mais próximo dele e teria que fazer um acordo, tentar convergência. O Mário era do conflito.

Houve um trabalho imenso. Depois, o Montoro indicou o Mário, mas enquanto não indicaram o Mário, o prefeito era o presidente da Câmara. Lembra-se daquele, Lima? Era um vereador, não me lembro. Ele não tinha condição nenhuma de ser prefeito, mas nós fizemos o gabinete do prefeito, e, aí, pusemos o Portela como secretário de Obras.

O Mário ficou louco, porque não podia depois se desvencilhar das pessoas que o Montoro e eu tínhamos posto. O Mário implicando com o Portela porque o Portela era homem do Montoro. E no partido, então, havia três blocos: havia o bloco do Mário, o bloco do Montoro e o meu

bloco. E o do Quércia, o do Quércia contra esses três. Nós nos aliávamos, não éramos a mesma coisa. Aí o meu e o do Montoro se fundiram. Não havia mais o meu bloco e o bloco do Montoro – era um bloco só, mas o do Covas, não.

O Covas tinha a turma dele; a minha turma e a do Montoro era a mesma, passou a ser a mesma, inclusive o Portela, o Serra – tudo ficou a mesma coisa. O Montoro nunca se preocupou muito com esse negócio de diretório, coisa nenhuma. Quem se preocupava? Naquela época eu me preocupava, e o Portela, o Xico Graziano. Nós contávamos os votos, não sei o que do diretório – quem controla Mooca, quem controla Ipiranga. No Montoro, quem controlava isso eram o Robertão e o Ricardo. Mas depois, o Rico e eu éramos a mesma coisa. É muito interessante: houve uma fusão, prática, orgânica no partido e uma aproximação imensa de idéias. Então, quando o Montoro montou o governo, ele o montou junto comigo. Mas eu fui para Brasília. Eu fui ser senador lá em Brasília. Em São Paulo ficaram o Serra e o Andrezinho.

Eu só não concordei com o Montoro uma vez, bem mais tarde. Estávamos o Montoro e eu lá em Brasília, no carro. Ele, deputado federal nessa época, disse: “Que bons tempos aqueles em que nós dois governávamos São Paulo”. Eu respondi: “Montoro, nem eu nem você; quem governava era o Serra”.

Mas não é verdade, porque o Montoro tinha vontade.

Agora eu vou dar um exemplo do que era o Montoro, a sensibilidade política do Montoro. Ele estava sempre trabalhando, era um grande trabalhador, um grande trabalhador. Sempre trabalhando e tal, idéias... Era homem de idéias. E o Montoro tinha uma qualidade que é rara em político: ele tinha horror a canalha. A corja não chegava perto dele. Montoro era limpo, não tem corja com o Montoro.

E, geralmente, o político tem um lado que é mais ou menos discutível, que é poder falar com toda a sociedade. Montoro não tinha esse lado. Engraçado. Ele não tinha muita paixão pela vida partidária. Não era esse o forte do Montoro.

Mesmo em campanha eu aprendi muito com o Montoro, porque eu, quando comecei a fazer campanha, não sabia como fazer. Eu fazia um discurso diferente em cada local, porque tinha vergonha dos meus amigos que estavam me acompanhando. Com o Montoro, o discursinho dele era o mesmo: 1, 2, 3, 1, 2, 3, repete, repete, repete. E é o certo. “Se

você está fazendo propaganda, não está fazendo discussão de tese; usa as mãos e tal...” Sempre o mesmo discurso. Não falar muito tempo. E ele diz as mesmas coisas, e sabe quando vai entusiasmar. E quando ia para o comício, ele tinha horror de que o pessoal falasse por muito tempo. Ele era o último a falar, quando candidato. Ele ficava desesperado para acabar com aquele negócio lá para ele poder falar. E tinha uma técnica invejável, o pessoal aplaudia, gostava e tal e coisa, mas ele tratava meio por cima as pessoas e terminava o comício. Aí ele ia para o quarto dele. Jamais jantava com o pessoal, que é uma coisa importante, pois o jantar é que marca. Depois do comício, o jantar vai até uma, duas horas da manhã e repete-se tudo. Come-se na hora errada... O Montoro nada, ele comia banana. Você se lembra de quando ele era governador, quando ele montou o Montoro-móvel, em que ele andava por aí a banana e pão? O Montoro nunca foi de gosto, de requinte nenhum, nenhum, nenhum. Era trabalho, trabalho, trabalho, e sempre tinha as receitas dele. O Montoro era um pregador, quer dizer, é um político de vocação profética, não no sentido negativo... Porque ele era um pregador concreto, não tinha idéias mirabolantes. O Montoro dava para você o caminho: “tem que fazer isso, isso, isso”.

E ele sabia o que queria e ele quando queria, queria. As pessoas não estão levando sério, é brincadeira, porque quando ele queria, queria.

Eu vou lhe dar um exemplo de um fato de que eu acho que você participou. Foi o mais brilhante exemplo que eu tenho da vida política com o Montoro, que foi a campanha das Diretas. Isso foi uma invenção do Montoro.

Claro que houve pequenas manifestações anteriores, no Paraná, houve aqui na praça do Pacaembu. Eu vim, o PT fez. Fui o único que vim, porque todo mundo levava vaia. Só não levei porque tive a incumbência de comunicar a morte do Teotônio, que tinha morrido naquele dia. Senão, teria sido vaiado também, porque levei vaia lá no ABC muitas vezes, não nas greves... Mais tarde, porque você pode dar solidariedade que eles te vaiam. O PT é um partido difícil, é um partido incivil.

JCL: Eu fui vaiado oito minutos no dia em que fui representar o Montoro na primeira assembléia das diretas, que eles fizeram num auditório em São Bernardo, onde estava D. Paulo Evaristo.

FHC: Foi na mesma época. Eu e o Montoro, juntos, fomos vaiados no pátio da Câmara Municipal numa manifestação, não sei se da anistia ou do que era, porque o PT é absolutamente assim, ele não aceita o outro. Sabe essa coisa da diversidade? O PT é o exemplo disto: partido que não aceita o outro, para o qual não existe o outro.

Mas o Montoro viu aquele negócio das diretas. Resolveu fazer um comício. Eu era presidente do partido. Ele me chamou, me chamou e tal... Eu, descrente. Então, na casa da Ruth Escobar, aqui no Pacaembu, onde ela mora até hoje, houve uma reunião da executiva da qual Ruth era membro. Montoro trouxe a idéia, que foi rejeitada por unanimidade. Aí eu fui ao Montoro e disse: “Montoro, ninguém quer esse comício, todo mundo acha que não virá ninguém.” “Então, vamos falar com os outros partidos”, respondeu Montoro. Recusaram o comício. O Montoro insistiu, insistiu, insistiu, insistiu: “Vai haver o comício.”

Eu me lembro perfeitamente que, por alguma razão, houve uma reunião em Ibiúna, sem o Montoro, mas estava o Ulysses, acho que estava o Jarbas Vasconcelos, estava o... esse que foi ministro do Ulysses, era muito amigo dele, Ciência e Tecnologia, enfim. Não é o Luiz Henrique. É o outro, que foi ministro do Exterior, meu Deus!, grande amigo meu também, que morreu. Enfim, várias pessoas estiveram na casa do Zé Gregori. E nós estávamos assistindo à televisão lá, à noite, quando o Figueiredo disse que “Diretas Já é a mesma coisa que subversão”. Então, todo mundo na sala disse: “Morreu o comício”.

Voltamos para São Paulo, e Montoro: “Vai ter o comício”, teimou. Todo mundo achava que não iria funcionar.

No dia 25 de janeiro eu fui com o Montoro para a universidade, pois era aniversário da universidade, e o Zé Gregori, que era deputado – não me lembro se ainda era secretário –, foi para a Praça da Sé com Osmar Santos, todo mundo. Estava organizando isso lá na Praça da Sé. Aí me telefonou o Zé Gregori: “Venha depressa porque está uma enchente aqui. Nós não agüentamos mais segurar”. E eu respondi: “É mesmo?”

JCL: Você sabe que, quando o Montoro decidiu, ele também não teve apoio dentro do governo. Ele teve o apoio só de duas pessoas – eu e o Zé Carlos Dias –, de uma central sindical, a CGT, e da UNE. Ninguém mais apoiou. Eu virei coordenador da campanha, graças a Deus, porque só havia eu para coordenar – eu era secretário de Comunicações. No dia 15 de

janeiro nós tínhamos já cento e não sei quantas instituições da sociedade civil alinhadas no comício, e no dia, nesse dia da universidade de que você falou, houve um almoço do Montoro com o governador, isso ao meio-dia. O Montoro me ligou e falou: “Vá até a Praça da Sé, vá ver como está”, para ver se tinha som e tal. Daí eu fui para a Praça da Sé, entrei pela Catedral, atravessei aquela passarela que a gente fez e, quando cheguei na beira do palanque sozinho, olhei aquela praça, que já estava cheia ao meio-dia. Tive uma tal emoção que chorei, e fiquei completamente...

FHC: Ali mudou o Brasil.

JCL: Daí eu liguei para o Montoro, que estava no Palácio, e falei: “Olhe, avise que a praça está cheia”. Ele falou: “Não quero brincadeira, quero saber se está em ordem”. Eu disse: “Não, governador, a praça já está cheia”. Daí vocês foram para a USP.

FHC: Nós ficamos pouco tempo na USP, porque tínhamos que correr para a Praça da Sé. E aquilo mudou o Brasil. Aquilo se deveu à teimosia visual do Montoro, porque ele tinha o sentimento da rua, que é uma coisa interessante. Aliás, o Ulysses falava do Montoro e dizia: “Você sabe, o Montoro é um **professor**; me desculpe, você é professor, mas num outro sentido. Ele é **professor**”. É um pedagogo, mas não é isso não. Ele era professor mesmo, mas tinha o sentimento do povo e coragem de fazer as coisas. E o Montoro podia se tornar muito bravo – quem quiser que se iluda. Muito bravo, enfrentava as situações.

Enfim, é uma figura rara. Mas o que me influenciou muito é que o Montoro renovou tudo crendo nas idéias. Quem era a favor de descentralização no Brasil? Todos são ou eram por um Estado centralizador e burocrático. Quem era a favor de se ligar com a sociedade? Foi o Montoro. Quem falava do negócio de ecologia? Quem? O Montoro.

Tudo eram idéias novas, e ele pegou gente nova. Você vê que o Montoro teve coragem de nomear o Serra, que era um menino no exílio, secretário de Planejamento. Pegou o Sayad, que ninguém sabia quem era.

JCL: Até os comunistas, que eram contra o pensamento dele.

FHC: Ele nunca se preocupou com isso; ele acreditava na fé dele, nas coisas em que ele acreditava. Ele achava que ia ganhar no diálogo e no convencimento e ganhou. Quer dizer, o Montoro criou uma plêiade nova, tudo o que há de novo, inclusive eu, na política daquela época. Veja só: o Serra, o Sayad, o Bresser, você, Zé Gregori...

JCL: Paulo Renato e uma infinidade dos que foram ministros, uma infinidade de gente.

FHC: Vários, vários, porque ele teve a grandeza de ver que tinha que pôr gente nova na jogada. O Montoro teve um papel renovador enorme, não dando a impressão de ser isso.

JCL: Porque a Democracia Cristã para vocês era uma coisa atrasada. Hoje a gente pode até dizer que se tinha uma visão bem razoável.

FHC: Tinha. De alguma maneira aconteceu. Aqui ninguém viu isso. No Chile houve isso com a Concertación, em que a Democracia Cristã se juntou ao socialismo, lá no Chile. Aqui, ninguém viu isso porque se juntou dentro do MDB, PMDB e, depois, PSDB. Quem fundou o PSDB? Não foi o Montoro? Não fomos nós? Então, o PSDB, de alguma maneira, é a aliança do setor progressista da Democracia Cristã com o setor atualizado da esquerda não-cristã, que resultou no PSDB.

JCL: Mas esse personagem que você está descrevendo, ele é sentido, mas não é perceptível.

FHC: Não há uma percepção intelectual nem um reconhecimento. Há uma sensação, um sentimento. Mas isso aí é importante. É importante transformar esse sentimento em mais do que isso, porque o Montoro precisa de um reconhecimento, também, racional do que ele fez. E ele sabia o que estava fazendo. Não que ele fizesse só por si, não. Ele sabia o que estava fazendo. Quer dizer, como ele se jogou nessa coisa toda foi fantástico.

Eu vou dar um outro dado do Montoro, que é a mesma visão dele. Eu, presidente da República; Montoro, deputado. Montoro não concorria com tudo o que eu estava fazendo, mas em geral sim, porque a centralização, os homens dele foram para o governo.

Ele tinha um ponto que o deixava alucinado, que era o parlamentarismo. Nós fizemos a campanha do parlamentarismo e perdemos. Eu não era parlamentarista, me tornei na Constituinte. Aí não foi por causa do Montoro, mas por causa do Afonso Arinos.

O Montoro era parlamentarista; o Mário, mais ou menos, mas se tornou. Fizemos a campanha, perdemos. Quando eu ganhei a eleição, o Montoro queria que eu instaurasse o parlamentarismo – a única coisa que o Montoro queria. Ele não queria negócio de ministério; não tinha mais interesse, ele já tinha sido tudo. Ele queria o parlamentarismo. Então, ele ia lá me convencer de que era preciso fazer o

parlamentarismo. Nós perdemos o plebiscito, mas isso não era argumento para o Montoro. Quando ele acreditava numa coisa, ele investia contra moinho de vento também. Nunca deixou de insistir na idéia do parlamentarismo, até morrer.

Realmente o Montoro foi um grande batalhador; não parecia à população dessa maneira, mas ele era um tremendo batalhador.

JCL: Obstinado.

FHC: Obstinado. Nós quase empurramos o Montoro para uma fria, que era ser candidato à prefeitura de São Paulo, você lembra? Quase. Salvou-se por uma pneumonia discutível, mas ele teve a sensibilidade de não entrar. Não podia, ele iria perder a eleição. E se ganhasse? Olha o meu caso. E se ganha? Não era mais a época de ser prefeito – foi governador, foi tudo, foi senador. Não dava.

Eu entendi que não tinha cabimento forçar o Montoro a ser candidato a prefeito. Tentamos que fosse líder da Câmara, o Serra também, mas ele perdeu a eleição para o Zé Aníbal.

JCL: Vocês tentaram isso?

FHC: Ah, sim! O Serra foi muito leal ao Montoro.

JCL: Por que ficou um ressentimento com o Zé Aníbal?

FHC: Porque o Zé Aníbal se jogou. Mas você sabe que foi erro dele. Naquela altura ele não podia mais ser líder. Líder é para outro momento da vida.

JCL: O líder parlamentar é um tarefeiro obstinado, não é um fazedor de idéias.

FHC: Não é. Nem é um discursador.

JCL: E nem o seu governo precisava de um líder elaborador, porque a elaboração era a sua. Quer dizer, você precisava de um operador. Eu acho que talvez o Zé tenha sido mais adequado.

FHC: Foi errado – o Zé Aníbal era mais adequado, mas não era o que nós queríamos. Nós queríamos o Montoro. Pergunte ao Serra.

Além disso, ele não era talhado para isso, não tinha paciência. Montoro era absolutamente impaciente, ele não agüentaria. O líder tem que ter paciência, ele tem que reivindicar pequenas coisas. Nunca vi o Montoro reivindicando nada. Não é o estilo dele. As únicas reivindicações que o Montoro tinha eram no estrito âmbito da família, que isso

para ele era um dado muito importante. Pela família ele podia pedir, mas eu nunca vi o Montoro insistindo: lê aquele, porque é meu. Nunca. Não era disso o Montoro.

O Montoro, talvez, dessa geração dele, fosse o político mais moderno. Foi mais moderno que o Ulysses. Ele não teve o mesmo impacto nacional que teve o Ulysses, mas, como político, ele era mais moderno que o Ulysses. O Ulysses era mais tradicional no modo de fazer política que o Montoro.

JCL: Por isso o Ulysses se apegava tanto a você e ao Cebrap: porque era um discurso que ele procurava. Ele foi buscar o discurso que ele não tinha e o Montoro tinha...

FHC: Tinha discurso, o Montoro tinha propostas. Eu acho que o papel do Montoro na renovação da vida política brasileira tem que ser reavaliado, porque é verdade que o âmbito dele foi mais São Paulo do que o Brasil. Não teve o reconhecimento. Foi ministro lá no parlamentarismo, mas as pessoas que ele fez em São Paulo foram políticos que mudaram o Brasil, em grande parte, com as idéias dele. Não teriam sido só dele, mas foi ele que nos influenciou.

Descentralização – o que é que o governo atual faz? É o oposto. O governo Lula volta, é uma regressão. É patético, porque o PT nasceu muito mais próximo da base, e eles sempre fizeram horrores. Estão fazendo bobagem.

Montoro não. Montoro nos influenciou... Quem descentralizou o setor de saúde? Fomos nós, quem fez o SUS fui eu. Eu, não: foram os meus ministros, eu apoiei. A educação. E só não descentralizamos a reforma agrária porque o pessoal não aceitava, tentamos tudo o que pudemos. E quem fez o casamento da sociedade civil com o governo fui eu, não foi o Lula. E tudo quanto é ONG reclama hoje; no meu tempo não perceberam quanto nós abrimos espaço, agora reclamam. Mas isso é Montoro, lá por trás, a origem disso é o Montoro.

E outra coisa: o Montoro foi parlamentar a vida inteira, ele era bom na tribuna, mas isso não era a vida dele. A vida dele não era a tribuna, não era o parlamento; era a rua, era a sociedade. Montoro nunca deixou de estar metido em tudo quanto é organização que existe.

JCL: Por isso, talvez – eu li todos os discursos que ele fez no primeiro mandato de deputado e no segundo, depois já de ter sido governador –, ele tenha tratado de todas as pequenas causas que você imagina.

FHC: Rádio comunitária. Política energética. América Latina. Isso era outra obsessão dele. Espanhol obrigatório, ele botou na Constituição. América Latina, integração.

JCL: Então, esses discursos são a prova de que não tinha ninguém mais sintonizado com o problema do homem comum.

FHC: É. Ele tinha isso, o homem comum. E ele não era um parlamentar no sentido clássico do que seja um parlamentar. Sua vida política é a sociedade, o homem comum.

JCL: Ele era um representante da sociedade.

FHC: E não de uma casta política, mas da sociedade. É um perfil muito interessante e muito diferente do perfil tradicional do político brasileiro, muito diferente.

Outra coisa: ele deu aula a vida toda. Ele era senador e deu aula. Ele adorava dar aula. Nunca parou de dar aula e tinha lá sua maneira, sei lá se certa ou errada. Certa, seguramente. Não sei qual o fundamento, o grau de sofisticação, mas ele tinha uma visão de justiça.

JCL: Ele tinha duas visões que não eram as visões, digamos, tradicionais, da filosofia brasileira; tinha uma formação jurídica, aliada à formação filosófica.

FHC: E nunca deixou de dar aula. Ele nunca perdeu contato com a universidade.

Outra coisa: ele era católico, um pouco como o Geraldo, mas ele não era dogmático, não era beato. Nem era beato nem tinha a cabeça fechada. É outra coisa.

Sentia os problemas públicos e familiares com a maior dignidade. O lado pessoal dele, de tolerância, é admirável. É curioso: ele era uma pessoa apressada, insistente, teimosa, mas tolerante. Ele aceitava o outro, o que é uma marca muito importante, a meu ver, para demonstrar quem é democrata e quem não é. Ele era profundamente democrata, não porque isso era moda. Não era moda.

Realmente eu tenho uma admiração imensa pelo Montoro, que tentei expressar até o fim, quando ele morreu. Dei seu nome ao aeroporto

aqui. É uma coisa boa, porque, cada vez que chega um avião, a pessoa tem que se referir a ele...

JCL: É uma das poucas lembranças, porque realmente muito se apaixonou. Outro dia estavam falando da campanha das Diretas e só falaram no Sarney. Que absurdo!

FHC: Sarney fez um discurso contra as diretas no Senado, eu assisti. Não tem nada a ver. Não há uma rua importante com o nome do Montoro. O aeroporto é importante, porque o aeroporto marca.

Por que o não-reconhecimento? Por causa da Democracia Cristã alemã. Havia briga entre a Democracia Cristã e a Internacional Socialista. E você sabe que nem ele nem eu queríamos que o partido se chamasse socialdemocrata – votamos contra.

JCL: Houve essa possibilidade?

FHC: Foi uma votação na convenção. Perdemos. Queríamos que fosse democrático popular, uma coisa assim. Eu não queria porque aqui não há sindicato no partido, não vai haver. A história do Brasil não é a história da Europa. Para mim isso é uma coisa que tem conotação com a Europa, e eu, como intelectual, tenho que ficar explicando o tempo todo por que se chama assim e não assado. Só que, no Brasil, eu errei; aqui, virou PSDB...

JCL: Ninguém sabe que isso é socialdemocracia. É tucano.

FHC: É tucano. Montoro inventou. Ele botou logo o negócio do tucano.

JCL: Será que ele fez isso porque ele não queria aquilo?

FHC: Quem sabe? É possível. Mas quem inventou esse negócio de tucano foi ele. E por que é que ele disse que é tucano? É interessante. Porque é um pássaro tipicamente brasileiro e é ecológico, o símbolo é ecológico. Um pássaro da Amazônia. É fantástico.

Montoro por José Serra

DEPOIMENTO DE JOSÉ SERRA SOBRE FRANCO MONTORO

MONTORO

(...) quanto ao arrependimento na vida pública, é coisa que não carrego comigo. Eu sigo um velho ensinamento do Padre Lebre: o importante é você se considerar um Zé Ninguém a serviço de uma grande obra. Sou um Zé Ninguém há oitenta anos, mas posso olhar para trás com orgulho e para a frente com esperança.

Franco Montoro, julho de 1996.

Era uma noite bem escura e fria de julho em 1988. Chegamos à Câmara de Vereadores de Cruzeiro, eu e o Geraldo Alckmin, acompanhando Franco Montoro, depois de percorrer todo o Vale do Paraíba empenhados na fundação e organização do PSDB nos municípios.

O Geraldo sempre recorda: já era tarde, atrasáramos muito, não havia mais do que cinco ou seis pessoas no plenário, entre elas o presidente local do partido e o deputado da região. Montoro foi o último a falar: “Meus amigos (...) é o entusiasmo de vocês que nos motiva, que nos estimula nesta luta para mudar o Brasil”.

Esse era o Montoro: o homem público mais entusiasmado que conheci, capaz de dedicar o mesmo esforço de persuasão a uma grande multidão e a um pequeno grupo de militantes (preferencialmente jovens).

Contrariando uma lei da política, entrou na vida pública bem moço e deixou-a ontem de madrugada, cinco ou seis décadas depois, mais idealista, lúcido e otimista sobre o futuro. Pertencia àquele grupo de pessoas que, sabendo que vão morrer amanhã, são capazes de dedicar-se, na véspera, a plantar um carvalho. No Congresso, na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores, foi um legislador exemplar. À frente do governo de São Paulo, mostrou que era também um grande executivo. Quando ele assumiu o governo, eu era recém-chegado do exílio e não conhecia de perto as práticas da política oficial; por isso, na ocasião, não

valorizei bem o seu estilo de formar uma equipe procurando selecionar os melhores e ignorando ou resistindo de forma desassombrada às pressões fisiológicas.

Fui talvez seu secretário de Estado mais próximo durante três anos, anotando, diariamente, sua paciência infinita, sua tolerância para com os defeitos dos outros e as divergências dos adversários. Era incapaz de insultar alguém, pela frente ou por trás: respeitar o próximo era seu modo de ser. Tinha, como comandante de equipe, uma qualidade rara, que ajudou muito o desempenho do seu governo: não concorria com seus subordinados. Vibrava com seus eventuais sucessos, não tripudiava sobre seus fracassos. Não centralizava a administração, embora, diga-se de passagem, soubesse cobrar os resultados e fazer trocas de pessoas nos momentos adequados.

A propósito de erros e fracassos, lembro-me de um jantar simples, com ele e a dona Luci, na ala residencial do Palácio. Estávamos no começo do governo e, não sendo da mesma natureza de Montoro, cujo ânimo sempre voava mais alto, eu expunha meus receios sobre o futuro da administração, comprometida pelo descalabro que herdáramos do governo anterior, pela crise econômica que corroía as receitas, pela demanda de serviços sociais da população desempregada e pela combatividade do funcionalismo que, compreensivelmente, tinha pressa em recuperar seu poder aquisitivo corroído. Apesar de não ser dado a conselhos e a emissão de juízos, Montoro fez uma reflexão que tratei sempre de assimilar e que acabei reencontrando muito tempo depois num poema de Kipling, lembrado por Borges: “Não se perturbe muito, pois o êxito e o fracasso são impostores. Ninguém fracassa tanto quanto acredita nem tem tanto êxito como imagina”.

A convivência diária no trabalho permitiu-me também aprender pequenos detalhes do seu estilo de fazer política. Em relação à imprensa, por exemplo, ele exibia três particularidades invejáveis, que nunca pude copiar bem, embora tenha me esforçado. Primeiro, nunca reclamava de notícias injustas, por erradas, ou de comentários agressivos, por passionais. Segundo, não costumava falar em *off* para jornalistas. Aliás, Montoro não tinha *off*: o que dizia num cochicho, tirando a forma, era o que dizia numa reunião ou num jantar com a dona Luci ou o Andrezinho. Terceiro, quando alguém o procurava nervoso para comentar ou reclamar de alguma notícia da imprensa, ele invariavelmente

respondia que não tinha lido. Com isso conhecia primeiro a opinião do seu interlocutor, evitava fazer avaliações precipitadas e economizava conversas tensas e demoradas, que ele detestava.

Montoro nasceu conciso: de fato, só perdia a proverbial paciência quando tinha de ouvir discursos longos nos palanques. Manifestava, embora educadamente, sua pressa e fazia comentários ao pé do ouvido que deliciavam seus companheiros de palanque, como o Fernando Henrique, o Covas e, lembro-me, o Dr. Ulysses Guimarães.

Há três anos, quando Montoro completou oitenta, o jornalista Elio Gaspari perguntou-lhe: “Olhando para trás, qual foi o seu melhor momento na política? Algum de que se arrependa?” Montoro: “Eu me orgulho de duas coisas: primeiro de ter iniciado a campanha pelas eleições diretas para presidente; segundo, de ter sido o primeiro governante brasileiro a lutar obsessivamente pela descentralização dos poderes do Estado e pela participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento. Eram idéias consideradas inviáveis. Hoje, fazem parte do cotidiano de nossa vida política”. A segunda parte da resposta está na epígrafe: “Um Zé Ninguém a serviço de uma grande obra”.

Poderíamos acrescentar ao seu balanço: nós todos nos orgulhamos de termos convivido e procurado seguir o exemplo de um homem que provou a verdade dos filósofos São Francisco, Buda, Maomé e Maimônides: a melhor forma de servirmos a nós próprios e sermos felizes é nos dedicarmos aos outros, diminuindo seus sofrimentos, e lutarmos por sua felicidade.

2ª PARTE



Crédito: Acervo da família

DISCURSOS E DEBATES HISTÓRICOS

Uma seleção de discursos históricos
entre 1950 e 1990, transcritos do
Diário do Congresso Nacional

Reformas de base

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 15/4/1959, p. 1484-7.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em três discursos que tiveram merecida repercussão nacional, os nobres deputados Santiago Dantas, João Agripino e Vasconcelos Torres, falando oficialmente em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático, embora defendendo posições diferentes, lançaram as bases de um amplo debate sobre certas formas de estrutura de nossa sociedade, especialmente sobre a política do desenvolvimento e a reforma agrária.

Na qualidade de líder do Partido Democrata Cristão, desejo trazer hoje ao Parlamento Nacional o nosso pensamento sobre o assunto. Aceitamos, com prazer, o debate sobre as reformas de base da estrutura social, porque somos essencialmente um partido de reforma social.

Contra as injustiças do mundo capitalista e contra a opressão do regime comunista, democratas cristãos levantam hoje, em todo o mundo, uma bandeira de reformas sociais que procuram realizar a justiça sem destruir a liberdade.

Dentro desse espírito, defenderemos, não como solução oportunista e ocasional, mas como programa inspirado numa ideologia de respeito aos homens e de afirmação corajosa de fraternidade, três reformas fundamentais: a reforma agrária; a reforma na estrutura das empresas econômicas; e a reforma fundamental na administração, no sentido da sua descentralização. Em todos esses casos, pretendemos exigir o respeito, a dignidade da pessoa humana e fazer com que todos os homens participem ativa e conscientemente do esforço e dos resultados do nosso desenvolvimento.

Em relação ao desenvolvimento econômico, temos duas posições que apresentamos ao debate, como contribuição dos democratas cristãos.

Julgamos, em primeiro lugar, que o desenvolvimento não pode ser feito em termos estritamente econômicos, não pode processar-se sem a consideração do homem, que deve constituir o centro e o objeto fundamental de toda a ação da vida pública. É preciso que o desenvolvimento

se faça em termos de humanização. É importante que ele não se efetue em favor de alguns privilegiados, com resultados remotos, duvidosos e, muitas vezes, contraproducentes para a grande maioria da população.

Precisamos exigir que, no lado do esforço do desenvolvimento econômico, processem-se modificações na estrutura agrária, na empresa econômica e num sistema de nossa administração para que o homem participe do esforço do desenvolvimento e dos resultados desse esforço.

O Sr. Hamilton Nogueira – Estou ouvindo, com todo o interesse, o discurso em que o nobre orador está situando admiravelmente a questão, no ponto de vista de uma democracia verdadeiramente cristã. É claro que não podemos aceitar, em hipótese alguma, apenas o fator econômico, material, como também não podemos afastá-lo. Não é possível termos uma democracia – governo do povo, pelo povo e para o povo – sem aquilo que o padre Lebon chama a “subida do povo”, que envolve problemas de ordem moral, de ordem religiosa e de ordem econômica. Estou de pleno acordo com V.Exa. em que não devemos cuidar apenas do fator econômico. Por outro lado, os estudos atuais de ecologia e de sociologia demonstram que nos países mais altamente civilizados – V.Exa. conhece o trabalho de Erick Trohmann, grande sociólogo que faz a psicanálise das civilizações – os índices de suicídios, de homicídios, e de alcoolismo são mais altos. É o que ocorre nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suíça e na Suécia. V.Exa. tem toda a razão ao mostrar que, ao lado dessa reforma agrária indispensável, teremos de cuidar da reforma do homem, da subida do homem, do reconhecimento do direito da pessoa humana.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço ao nobre deputado Hamilton Nogueira a magnífica contribuição que traz ao nosso trabalho. Quero mencionar outro aspecto que representa para nós, democratas cristãos, a pedra-de-toque do problema do nosso desenvolvimento: o Brasil não conseguirá superar o estado de desenvolvimento em que se encontra se continuar lutando isoladamente. Nossos problemas fundamentais, assim como os das demais nações latino-americanas, só poderão ser resolvidos dentro da ampla compreensão continental.

Se insistirmos em permanecer isolados e divididos, continuaremos a ter economias fracas, dominadas pelo interesse de grupos estrangeiros dotados de maior técnica e maiores recursos.

Outros sustentam tese contrária. Defendem uma posição isolacionista. Aham que o Brasil deve atuar no plano internacional como se fosse uma ilha isolada. Este, parece-nos, é o ponto de vista do ilustre economista Eugênio Gudin.

Em trabalho publicado na *Carta Mensal* do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, sob o título “Reflexões sobre a ajuda econômica americana”, o Sr. Eugênio Gudin sustenta a seguinte posição: “Seria preferível que os nossos problemas fossem encaminhados ao governo americano em termos de solução para o Brasil e em função das nossas relações políticas e econômicas com os Estados Unidos, e não em termos de ajuda proporcionalmente distribuída aos países da América Latina”.

Como Gudin, inúmeros escritores, economistas e políticos sustentam a necessidade de um entendimento isolado do Brasil com os Estados Unidos no esforço para o nosso desenvolvimento.

Parece-nos que está aí um dos erros essenciais da nossa vida econômica no plano internacional. Na realidade, o Brasil não superará sozinho os seus problemas de subdesenvolvimento. O panorama da economia mundial nos revela hoje a organização de grandes blocos continentais com economia integrada. Uma das características da economia dos nossos dias é o esforço conjugado em escala continental para a superação dos problemas de desenvolvimento a fim de alcançar padrões mais elevados de técnica, a conjugação de capitais e a constituição de mercados mais amplos. Se passássemos uma vista-d’olhos no panorama econômico mundial, verificaríamos que nos Estados Unidos, desde o início da sua história, ao contrário do que se deu na América Latina, os 48 estados associaram-se para um esforço comum. Encontramos, então, ali, o exemplo de um estado contribuir com o carvão, outro com o ferro, outro com capitais, para constituírem, no conjunto, os fundamentos da indústria siderúrgica. Essa união dos 48 estados americanos explica, em grande parte, a força de sua economia. Da mesma forma que a divisão da América Latina em 20 fronteiras fechadas, com 20 mercados e 20 centros de produção explica sua fraqueza.

O Sr. Hamilton Nogueira – Permite V.Exa. mais um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. Hamilton Nogueira – V.Exa. está abordando realmente um assunto que interessa a toda a América e, digamos, ao mundo inteiro. Duas

expressões ouvimos aqui constantemente: reforma agrária e subdesenvolvimento econômico. Para mim, entretanto, até agora, não se emitiu verdadeiro conceito de reforma agrária. Quanto ao subdesenvolvimento, quer nas duas Casas do Congresso, quer na imprensa e na literatura, tem sido tema constante. Mas não conheço, até agora, qualquer estudo sobre as regiões do Brasil realmente subdesenvolvidas. A tese apresentada oficialmente pelo próprio Sr. Presidente da República é a do subdesenvolvimento total do Brasil e de Brasília como o ponto de partida da redenção da nacionalidade. Entretanto, verificam-se índices de subdesenvolvimento exatamente naquelas zonas do país onde há densidade de população. Assim, qualquer estudo a respeito do subdesenvolvimento no Brasil terá que ser precedido de estudo demográfico preciso, com a distribuição da população por quilômetro quadrado. O que se observa é a preocupação de estudar zonas onde não existe ninguém. O subdesenvolvimento será combatido pela abertura de uma estrada por onde, como disse muito bem o Sr. Jânio Quadros, “passarão as onças”. Enquanto isso a mortalidade infantil incide nas áreas de maior população. Estou certo de que V.Exa., como ilustre democrata cristão, tratará da questão sob esse aspecto.

O SR. FRANCO MONTORO – Terei oportunidade, nobre deputado Hamilton Nogueira, de mencionar, no decorrer de meu discurso, alguns dados concretos que caracterizam esse estado de subdesenvolvimento no Brasil, em grande parte de toda a América Latina. Entretanto, não farei, nesta oportunidade, a precisão que V.Exa. com justa razão pede, a respeito da reforma agrária, porque o tema do meu discurso é o da integração da América Latina. Este o aspecto da política de desenvolvimento que pretendo abordar.

O Sr. João Meneses – Permita-me. Acompanho o roteiro do discurso de V.Exa. e aguardo suas conclusões a fim de também apartear-lo. Mas desejo, neste instante, aludir ao aparte dado ao deputado Hamilton Nogueira, que falou das formas de combater o subdesenvolvimento e fez críticas à ligação Belém-Brasília. Parece-me que S.Exa. se filia ao grupo dos que consideram aquela estrada apenas como o caminho das onças. Estamos em campos completamente opostos. Não aceitamos, de modo algum, a crítica. Precisamos de meios de comunicação. Se o Sul necessitava desenvolver-se, nós, do extremo Norte, precisamos, igualmente, desenvolver-nos – para isso não podemos ficar isolados do resto do país. A

nova via de acesso que se prepara e se tornará em breve uma realidade, a ligação Brasília–Belém, é um grande passo na história do desenvolvimento da economia e da política brasileiras.

O Sr. Hamilton Nogueira – Em detrimento e com sofrimento do povo brasileiro.

O Sr. João Meneses – Não compreendo como o nobre deputado Hamilton Nogueira conceitua o sofrimento do povo brasileiro. Não sei que forma de sofrimento é essa. Não sei o que tem uma coisa com a outra. Não sei como pode S.Exa. separar o sofrimento do povo brasileiro do sofrimento dos nossos irmãos da Amazônia e do Nordeste. Talvez ache S.Exa. não seja também do povo brasileiro, apesar de termos tido o prazer de recebê-lo de braços abertos na terra paraense.

O Sr. Hamilton Nogueira – Não desejo interromper o discurso do nobre deputado Franco Montoro. Oportunamente falarei sobre esse assunto e terei grande prazer em debatê-lo com o nobre colega do Norte.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço aos nobres deputados a colaboração que prestam a meu discurso e a disposição de deixarem essa discussão, paralela ao assunto realmente, o assunto que trago hoje ao conhecimento da Casa, para ocasião posterior.

Referia-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao panorama da economia contemporânea, toda ela constituída de blocos continentais. Vimos o exemplo dos Estados Unidos.

Assim acontece também com a Rússia. Em 1958, a Rússia convocou os países sujeitos a sua órbita para organizar a integração econômica de metade do mundo.

A Comunidade Britânica de Nações, em que se transformou o velho Império Britânico, pelo *Westminster Act*, em 1931, constitui outro caso de economia integrada.

Os estados escandinavos organizam a sua economia procurando formas progressivas de integração.

E é de nossos dias, pois entrou em vigor em 1º de janeiro de 1959, o Mercado Comum na Europa Ocidental. A Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda, Luxemburgo organizaram um mercado comum. Já se haviam unido na Comunidade Européia do Carvão e do Aço. E haviam, também, estabelecido as bases de uma comunidade européia para a exploração pacífica da energia atômica, por meio da Euratom.

Esforços de integração econômica, ainda, nos exemplos da Índia e do bloco pan-arábico.

Encontramo-nos, assim, diante de uma mobilização universal de países que procuram se unir diante do mercado universal para poder proporcionar melhor nível de vida a seus povos.

Diante desse quadro universal, a América Latina é o único conjunto que permanece dividido e fragmentado. Em vez de união, temos vinte nações separadas, vinte mercados dispersos, vinte fronteiras fechadas, vinte interesses nacionais que se apresentam freqüentemente como antagônicos e opostos.

O Sr. Gabriel Passos – Pelo que acabamos de ouvir, os nobres colegas que apartearam, ao quererem situar o discurso de V.Exa. no que diz respeito ao desenvolvimento econômico interno do Brasil e, sobretudo, ao aspecto desse desenvolvimento no que concerne à reforma agrária, equivocaram-se. Em verdade, a exposição de V.Exa. demonstra brilhantemente a existência de um regionalismo internacional, ou seja, regiões que economicamente se aproximam e se unem para, dentro do organismo internacional, defender os seus interesses. Naturalmente V.Exa. leva o seu discurso para situar o Brasil também num regionalismo internacional, mostrando as afinidades e as ligações naturais entre esses países e o meio geográfico e econômico. Daí, certamente, V.Exa. tirará as conclusões, que esperamos sejam brilhantes como a premissa e que aguardamos, com prazer, para apreciá-las.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço ao nobre deputado Gabriel Passos a contribuição que traz a este trabalho.

Tenho a certeza de que a tese que defendo contará com a colaboração e o apoio entusiástico e competente de S.Exa.

Dizíamos que, no panorama mundial, a economia latino-americana se apresenta fragmentada. E quais são os resultados dessa situação? Um economista norte-americano, Seymour Harrys, ao examinar os problemas econômicos da América Latina, faz a seguinte afirmação, que é preciso reter para reflexão sobre as nossas responsabilidades: “As repúblicas da América Latina são vítimas de força internacional”.

A fragmentação de nossas economias favorece a exploração de nossos povos. Por isso é baixo o padrão de vida da população latino-americana. A renda média anual *per capita* em 1955 na América Latina foi

de 275 dólares, isto é, uma nona parte da renda *per capita* dos Estados Unidos, que é de 2 mil e 300 dólares por ano.

É essa uma das rendas mais baixas no mundo e caracteriza, por si só, a insuficiência do nível de vida das populações da América Latina.

O Sr. Paulo de Tarso – V.Exa. permite um rápido aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. Paulo de Tarso – Os dados que V.Exa. traz ao conhecimento da Câmara reforçam a afirmativa do senador democrata chileno Eduardo Frei Montalva, porque a doutrina de Monroe precisa ser revista – na verdade, não há uma América só, há duas Américas: a do Norte, próspera, desenvolvida, e a do Centro e a do Sul, subdesenvolvidas e relegadas a um nível de vida infra-humano.

V.Exa. está expondo, como líder de nós todos, democratas cristãos, assunto de relevante interesse para o país e para a América.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado a V.Exa. pela colaboração preciosa à tese que estou expondo.

Eis, Srs. Deputados, mais alguns dados que não nos podem deixar indiferentes. Há na América Latina 70 milhões de analfabetos. Três quartas partes da sua população passam fome. A expectativa de vida é de 40 anos apenas, enquanto na Europa é de 63 anos e, nos Estados Unidos, de 68 anos.

Mas esses índices impressionantes são acompanhados de outros, de certa forma contraditórios, que tornam ainda mais grave nossa situação. Os orçamentos militares na América Latina somam a importância de 1 bilhão e 200 milhões de dólares todos os anos.

Há pobreza, fome, analfabetismo e, entretanto, no período de quatro anos, compreendido entre 1950 e 1953, a América Latina, no seu conjunto, remeteu aos Estados Unidos 436 milhões de dólares, mais do que recebeu desse país como empréstimos e inversões.

Em 1956, a América Latina amortizou 56 milhões de dólares a mais do que recebeu do Banco de Exportação e Importação. Ajudamos mais do que somos ajudados: remetemos capitais ou pagamentos em quantidade maior do que recebemos.

Não precisamos continuar apontando outros dados igualmente significativos da situação de nosso continente, conclusão que nos parece necessária e irrefutável: as nações latino-americanas, enquanto permanecerem isoladas, não poderão vencer sua luta pelo desenvolvimento.

Importa realizar não uma política isolacionista, que obrigue, um a um, nossos países a se dirigirem às nações mais fortes para pedir auxílio, de chapéu na mão, sob forma de favor, mas promover amplo entendimento continental que nos una, nos fortaleça e nos liberte. Lembremos de que grande parte dos problemas da América Latina podem ser resolvidos pela própria América Latina.

O dever que se impõe a nós, como representantes de uma população que é parte significativa no continente, é o de promover não o nosso isolamento, mas a nossa união. A solução que se impõe às nações latino-americanas é a de união, num esforço conjugado; é a grande tese de integração econômica, social e política da América Latina.

Realizamos, os democratas cristãos, há dois anos, um Congresso Internacional, que teve por sede a cidade de São Paulo. E, ao final dos trabalhos, as delegações de todos os países da América Latina formularam a seguinte conclusão:

Os partidos democratas cristãos declaram que o atraso cultural, a debilidade política, o limitado desenvolvimento econômico, o baixo nível de vida e as agudas tensões sociais que ameaçam a América Latina são conseqüência evitável da fragmentação das suas economias e só poderão ser corrigidos pela rápida aplicação de formas concretas de integração econômica, social e política.

É a tese da união das nações latino-americanas.

O Sr. Cid Carvalho – Permite-me um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. Cid Carvalho – Venho acompanhando, com a maior atenção, o discurso de V.Exa. Parece-me muito importante, como salienta V.Exa., a necessidade de, no plano da América Latina, sairmos de uma solidariedade formal para uma luta comum contra o subdesenvolvimento. Há dias tive a oportunidade de ler palavras do general De Gaulle, sobre a questão de Berlim, nas quais situava muito bem o grande drama representado, no mundo, pelos países superdesenvolvidos, de um lado, e, de outro, pelos subdesenvolvidos. No meu entender, a grande marca do século atual é exatamente a tomada de consciência do subdesenvolvimento pelos povos subdesenvolvidos. Daí eu achar que o Brasil não só deve lutar violentamente por uma integração maior da América Latina dentro dessa consciência de luta contra o subdesenvolvimento, mas ainda assumir de

fato uma posição de vanguarda, de liderança, no campo internacional, para o reforço da luta contra o subdesenvolvimento. Existe uma série de interesses, e os mais fortes, contra essa tomada de consciência.

O SR. FRANCO MONTORO – O aparte de V.Exa. põe no devido relevo a necessidade imperiosa dessa união em face da força daqueles que têm interesses contrários ao nosso desenvolvimento.

Propomos, por isso, a aproximação e o entendimento entre as nações da América Latina para um esforço conjugado no sentido da promoção de seu desenvolvimento. Ao lado da Operação Pan-Americana, teríamos assim, para atender a problemas específicos de nosso continente, a realização de uma verdadeira Operação Latino-Americana, cujas tarefas fundamentais estariam fixadas, inicialmente, nos sete pontos seguintes.

Em relação à integração econômica:

- 1 – Defesa conjunta das nossas matérias-primas, incluindo minérios e produtos agrícolas, notadamente o café, produto que representa a produção maior de oito nações da América Latina.
- 2 – Disciplina da aplicação e retorno dos capitais estrangeiros.
- 3 – Instauração gradativa de um mercado regional latino-americano.

Dentro da integração social:

- 4 – Luta contra o analfabetismo, e desenvolvimento de uma educação adaptada às necessidades reais do nosso meio, especialmente o ensino profissional e a formação de técnicos em todos os níveis.
- 5 – Elevação dos níveis de alimentação e de saúde das populações da América Latina.

Quanto à integração política:

- 6 – Luta implacável contra as ditaduras, porque elas são o instrumento frequente da sujeição das nações ao interesse de grupos econômicos.
 - 7 – Criação de uma União Parlamentar Latino-Americana, com a realização de um Congresso de representantes de todos os parlamentos da América Latina.
-

O Sr. Arno Arnt – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. Arno Arnt – Em homenagem à nossa pátria, quero declarar a V.Exa. que é, indubitavelmente, o Brasil o país que mais em concreto tem podido afirmar esse espírito de solidariedade latino-americana. O sul da Colômbia tem porta franca para o Brasil; o leste do Peru também; a Bolívia usa o Brasil como saída, e a Argentina e o Paraguai podem usar, hoje, o Paranaguá, mas vão servir-se de São Francisco do Sul como o grande porto sul-americano, em homenagem ao seu tutelar, São Francisco, de libertação cristã e solidariedade sul-americana.

O SR. FRANCO MONTORO – São exemplos magníficos, nobre deputado, de uma colaboração que deve ser ampliada e, principalmente, planejada no sentido de uma verdadeira operação de libertação da América Latina, para que possamos superar a fase de subdesenvolvimento utilizando nossos próprios recursos.

O Sr. Josué de Castro – Permite V.Exa. um aparte?

O Sr. Presidente (Sr. Sérgio Magalhães – 1º vice) – Atenção! Lembro ao orador de que dispõe apenas de cinco minutos para terminar seu discurso.

O SR. FRANCO MONTORO – Obrigado, Sr. Presidente. Com prazer ouço o aparte do nobre deputado Josué de Castro.

O Sr. Josué de Castro – Sr. Deputado, desejo trazer o meu aplauso ao discurso pronunciado por V.Exa., às idéias nele expendidas e às proposições nele formuladas. Dou meu apoio integral à concepção de V.Exa. de que o problema do subdesenvolvimento é central e vital para a sobrevivência de nosso continente e, mais ainda, que o subdesenvolvimento só pode ser vencido, superado na América Latina, com o esforço conjugado desses países subdesenvolvidos, utilizando seus próprios recursos, sua vontade criadora, seu desejo de progresso e de emancipação econômica. Acredito que as ajudas de fora dessa área, as ajudas das grandes potências mundiais são necessárias, porém secundárias. O essencial é mobilizar forças de trabalho dentro do país – as forças hoje latentes mais que despertam para emancipar o continente. Acredito que o subemprego é o fator essencial do subdesenvolvimento. Basta mobilizarmos a própria mão-de-obra existente na América Latina por meio da distribuição do trabalho, de melhor critério de utilização dos nossos escassos recursos, para transformarmos o panorama econômico de nosso continente. Quanto à proposição especificada por V.Exa. de que se crie a União Parlamentar

Latino-Americana para advogar o Plano Continental das reivindicações do desenvolvimento dessa área, também dou meu integral apoio, porque sei que só assim os países latino-americanos estarão representados na força política decisiva. A verdade é que os governos na América Latina estão bem longe de representar os povos e a vontade dos povos latino-americanos. Esses governos são muitas vezes representantes apenas de um grupo ou facção política, e os interesses dessa facção nem sempre coincidem com os autênticos interesses nacionais de cada um dos países latino-americanos e, muito menos ainda, com os interesses globais de toda a população latino-americana que deseja emancipar-se econômica, política e socialmente de toda e qualquer forma de tutela estrangeira. É nesse sentido que venho trazer o mais integral apoio às idéias de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. a magnífica contribuição que traz ao meu discurso.

O Sr. *Mário Martins* – Permita, V.Exa., um aparte. Estou inteiramente de acordo com as idéias sustentadas neste plenário por V.Exa. Apenas estranho que, nos itens lembrados por V.Exa., já em decorrência de um congresso em Santiago, não se tenha referido também a um dos problemas básicos desse atraso latino-americano – a ausência de uma política de desarmamento militar. O continente ainda conserva o mesmo sistema de corrida armamentista. E observamos que a maioria dos países latino-americanos concede para as pastas militares verbas numa porcentagem muito maior do que para educação, saúde e agricultura. Assim, poderíamos começar pregando a necessidade de diminuirmos os gastos militares em favor da saúde, da educação e da agricultura.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado pela brilhante colaboração de V.Exa. Realmente, os gastos militares somam, na América Latina, importância superior a um bilhão de dólares todos os anos. É essa uma das despesas que, num clima de entendimento continental, poderiam ser grandemente reduzidas e aplicadas em favor do nosso desenvolvimento e do bem-estar do nossos povos.

O Sr. *Presidente (Sérgio Magalhães)* – Atenção! O tempo do nobre orador está findo.

O Sr. *Vasconcelos Torres* – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O Sr. *Presidente (Sérgio Magalhães)* – Tem a palavra, com a permissão do orador, o nobre deputado Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres – Sr. Presidente, a exemplo do que ocorreu com os oradores que trataram da matéria ora versada pelo nobre deputado Franco Montoro, eu solicitaria concedesse V.Exa. um prazo, semelhante àquele permitido aos oradores que anteriormente ocuparam a tribuna, ao nobre colega para S.Exa. concluir a brilhante explanação.

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – O tempo do orador é improrrogável, de acordo com o regimento desta Casa. Em todas as oportunidades que ocupei esta presidência não cedi nesse ponto e não assisti a nenhum orador passar além do tempo regimental. Não tenho conhecimento do fato que alega o nobre deputado. Assim, havendo outro deputado que deverá ocupar ainda a tribuna na tarde de hoje, peço ao orador que conclua o seu discurso.

O Sr. Vasconcelos Torres – Sr. Presidente, não discutirei a decisão de V.Exa. Limitar-me-ei apenas a lembrar, com o testemunho de toda esta Casa – pois que V.Exa. diz não ter conhecimento de um só caso de prorrogação de tempo do orador do Grande Expediente – o meu próprio e o dos nobres deputados Dantas e João Agripino.

O Sr. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, colaborando com V.Exa., fiel cumpridor da lei, vou concluir estas considerações. Pretendia determe sobre o problema das matérias-primas e dos capitais estrangeiros, por considerá-los fundamentais.

Em virtude do mecanismo dos preços das matérias-primas, as nações da América Latina cada vez mais se empobrecem porque o preço dessas matérias baixa em proporção inversa àquela em que sobe o preço dos produtos manufaturados. A esse respeito impõem-se medidas sobre as quais falarei em outra oportunidade. Mas é necessário que os parlamentos da América Latina levantem esses problemas e exijam, em conjunto, a adoção de medidas que assegurem justo preço a seus produtos primários. Impõe-se também a racionalização das exportações para que não se dê o saque das reservas existentes.

Sobre esses e outros pontos que interessam à integração da América Latina voltarei a falar oportunamente. A mais urgente de todas as conclusões, a meu ver, porém, é aquela que diz respeito à criação da União Parlamentar Latino-Americana.

Dentro de alguns meses, o parlamento brasileiro estará presente, na cidade de Lima, à reunião Pan-Americana da União Parlamentar. Estarão presentes ali representações de outras nações da América Latina. Será o

momento propício para, em conjunto, organizarmos, dentro da União Parlamentar, o grupo latino-americano, em espírito de colaboração com o grupo Pan-Americano e com a União Parlamentar, que reúne representantes de todas as nações.

Mas, como temos problemas específicos e soluções próprias a defender, impõe-se a criação de um instrumento apto para chegar a esse resultado. Estou informado de que essa é, também, a aspiração de parlamentares de outras nações. Autorizado pelo deputado Saturnino Braga, que nos representa com dignidade e brilho no Comitê Executivo da União Parlamentar, posso informar à Câmara que, em julho de 1958, S.Exa. recebeu do deputado chileno José Mujalem Saffle verdadeiro apelo no sentido do encaminhamento da proposição de um grupo parlamentar latino-americano.

Com a participação do povo, porque é no parlamento que a voz popular está presente, a União Parlamentar poderá ser o grande instrumento democrático da integração da América Latina.

O Sr. Vasconcelos Torres – Permite V.Exa. um aparte? Apenas meio minuto.

O Sr. Presidente (Sérgio Magalhães) – Atenção! O tempo do nobre orador está esgotado, e pediria a S.Exa. que colaborasse com a Mesa.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, encerrarei meu discurso logo após o aparte solicitado pelo nobre deputado Vasconcelos Torres, que promete falar meio minuto.

O Sr. Vasconcelos Torres – Sr. Deputado Franco Montoro, é lastimável que o tempo seja inexorável e V.Exa. não possa prosseguir em seu trabalho de meditação sobre os problemas nacionais. O nobre colega abordou a matéria de modo objetivo e, neste instante, desejo congratular-me com V.Exa. pela maneira positiva com que examinou as questões suscitadas pelo discurso do nobre representante do PTB nesta Casa, o deputado Santiago Dantas. Reservo-me para, na primeira oportunidade, comentar mais longamente esse discurso, que, no meu modo de entender, marcará época na Câmara, porque, na verdade, V.Exa. faz justiça a seu próprio talento, a sua cultura, encantando a Câmara com uma dissertação objetiva sobre questões brasileiras de base.

O SR. FRANCO MONTORO – Obrigado a V.Exa.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que pretendia expender, apresentando alguns pontos que me parecem fundamentais para

um debate que deve ser o prosseguimento daquele já iniciado na mesma tribuna.

O espírito que deve inspirar nossa atuação pode ser sintetizado numa observação feliz do padre Lebreton, que, examinando a situação dos países subdesenvolvidos, em face de economia mais forte, disse certa vez: “Os países ricos tornam-se mais ricos, ao passo que os países pobres tornam-se cada vez mais pobres”.

É preciso, num sentido de verdadeira justiça e fraternidade, realizar um trabalho diferente: fazer com que as nações mais ricas se tornem menos ricas, para que as mais pobres se tornem menos sofredoras. Essa deve ser uma aspiração de todas as nações que querem ser cristãs, não apenas na exterioridade das declarações solenes, mas na realização concreta e ativa de um cristianismo autêntico, inspirado na verdadeira fraternidade. É preciso que os homens se tratem como irmãos e criem uma América e um mundo onde homens vivam a grande lição da fraternidade!

Homenagem à Revolução de 32

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 10/7/1959, p. 4057-8.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta Casa realiza um ato de rigorosa justiça rendendo hoje sua homenagem a uma revolução cujo sentido foi restabelecer o parlamento em nossa terra. A luta pela autenticidade democrática e a democracia têm como suas cidadelas fundamentais o Congresso e a imprensa livre. Foi esse o primeiro dos sentidos dessa revolução constitucionalista. Mas, antes de considerar os aspectos históricos dessa luta heróica, que aqui acabam de ser examinados de forma viva pelo deputado Herbert Levy, procuraremos tirar da história do passado recente lições para os dias atuais. Na Revolução de 32, podemos encontrar exemplos sobre os quais todo o Brasil deve meditar e refletir: foi luta pela democracia, luta pela defesa da autonomia do Estado e independência dos órgãos locais e luta – no sentido heróico e generoso – de uma ação política voltada não para o interesse pessoal, para a clientela ou para o usufruto, mas uma luta cívica colocada no plano da generosidade, em prol da democracia, pelo restabelecimento do Congresso, realizando tarefas de conseqüências nacionais e, mesmo, continentais e universais.

A paz, grande aspiração, anseio máximo de todos os povos da terra, poderia ser mantida – já advertia no fim da última guerra o papa Pio XII, em sua famosa alocução sobre a democracia – se os povos tivessem a oportunidade de ser consultados, se os representantes do povo, por meio dos parlamentos, decidissem a respeito da guerra. Mas as guerras são deflagradas sempre pelas ditaduras. Lutar, pois, pela democracia, lutar pela representação popular, é lutar pela preservação da paz.

Foi esse um dos sentidos da Revolução de 32. Havia, porém, um outro, que precisamos reter, pela sua oportunidade. Um aspecto que acaba de ser assinalado pelo orador que me precedeu na tribuna diz respeito à luta de São Paulo contra a opressão, que suportava havia dois anos – governo de interventores e de prefeitos, todos nomeados sem respeito algum pela autonomia do estado ou das comunas. Esse sentimento, inato à Federação, à defesa do regime federativo, das autonomias locais

e da autonomia municipal, representa o anseio permanente da alma brasileira. Outras revoluções de nossa história, a Farroupilha, no Sul, a de Pernambuco, no Norte, a Constitucionalista, em São Paulo, tiveram esse sentido de defesa da autonomia, da defesa do bem-estar de cada região. E aqui é necessário que se tire a grande lição que o Brasil de hoje exige. Se São Paulo esteve esmagado durante dois anos – falo como paulista –, é preciso reconhecer que outras regiões, como aquele São Paulo de 32, sofrem, não há dois anos apenas, mas talvez há meio século, uma opressão semelhante, pelo abandono em que se encontram, pela situação de miséria a que está sujeita a sua população. Refiro-me ao Nordeste, o fenômeno da origem dessa divisão tremenda e perigosa de nossa terra.

Não se olhou com o devido cuidado para todas as regiões, principalmente aquelas que mais necessitam desse apoio e desse amparo. Aquele mesmo espírito que fez com que São Paulo lutasse em 32 para ver garantida a sua vida própria, precisa inspirar a luta hoje, de todos os brasileiros, para fazer com que o Nordeste também viva a sua vida humana e digna. E é por isso que São Paulo, unânime neste plenário, aprovou, com entusiasmo, o plano de criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que coloca em perspectiva nova, num planejamento alto, o problema do reerguimento do Nordeste.

Para que a Federação sobreviva, para que o Brasil continue unido, é preciso olhar para a vida de cada uma das suas partes.

Mas há uma terceira lição a tirar da Revolução de 32, de imensa oportunidade. Estamos acostumados a ver a política e as lutas cívicas colocadas freqüentemente no plano do interesse pessoal; é o egoísmo que geralmente domina.

Pois bem, 32 representa um movimento político marcado não pelo interesse pessoal, não pela clientela, mas pela generosidade e pelo heroísmo. Foi toda uma população trabalhadora, de humildes estudantes de nossas faculdades, donas-de-casa, homens e mulheres de todas as categorias profissionais, que ofereceram seu sangue pela grandeza e pela defesa de uma causa, que era a causa da própria pátria.

É grandiosa a significação desse fenômeno: o apoio do povo às causas generosas e a necessidade de que nós, que somos responsáveis pelos setores inteiros da nossa vida pública, procuremos dar cada vez mais à nossa política não o sentido de um egoísmo voltado para os nossos interesses, mas de uma generosidade dedicada ao bem comum.

Há uma lição que está diante de nós. Aproximam-se as eleições municipais, em outubro, em todo o Brasil. Temos em mão a possibilidade de dar ao povo um instrumento que represente a luta contra os grupos organizados, contra o domínio do dinheiro e dos recursos financeiros nas eleições, representado pela cédula oficial e pela cédula única nas eleições proporcionais. É uma forma de fazer com que o processo eleitoral, fundamentado no regime político, se realize com mais pureza, com mais cuidado, voltado para esse sentido de dedicação ao bem comum, e não de usufruto pessoal ou partidário.

São essas algumas das lições que o movimento de 32 deixa marcadas para nossa reflexão e para que, no presente, inspirados nesse exemplo e nessa mostra de apoio popular a uma causa nobre, encaminhemos também nossos passos na defesa da unidade nacional, da autonomia local e da política voltada generosamente para o bem comum do nosso povo faminto e sofredor de todo o Brasil.

Gastos militares na América Latina

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 22/8/1959, p. 5538-41.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente e Srs. Deputados, no momento em que se reúnem, em Santiago do Chile, as 21 repúblicas do continente para examinar as ameaças à paz nas Antilhas e o problema do subdesenvolvimento da América Latina, não temos o direito de ficar nas fórmulas gerais de reafirmação de princípios. Temos o dever de enfrentar, com lealdade e coragem, os problemas concretos que impedem o desenvolvimento e ameaçam a paz neste hemisfério.

Entre esses problemas, um exige nossa consideração urgente pela gravidade e pela importância com que se apresenta. Refiro-me ao problema candente dos gastos militares. Diante do quadro de subdesenvolvimento geral da América Latina, constitui um crime contra a humanidade e uma violência tremenda ao bem-estar das populações o montante dos gastos que, com forças armadas, têm todas as nações do continente.

VINTE PORTA-AVIÕES

Quero mencionar um fato que pareceria imaginado, mas que é infelizmente real, ocorrido em nossa terra há pouco mais de dois anos.

No, que se realizava na cidade de São Paulo, um dos participantes, delegado do Brasil, referiu-se ao problema dos armamentos na América Latina. Tratava-se de um herói da última guerra, o oficial Clóvis Garcia, condecorado pelo Supremo Comando Aliado. Depois de relacionar os dados relativos ao volume desses gastos, o ilustre soldado referiu-se à compra que acabava de ser feita pelo Brasil de um porta-aviões e, segundo elementos então apresentados, demonstrou que, com a despesa aplicada na aquisição dessa arma de guerra, o Brasil poderia ter resolvido, do ponto de vista material, o problema da tuberculose. Não haveria mais um doente sem leito, sem assistência e sem medicamento se o Brasil tivesse decidido aplicar na defesa da saúde de sua gente aquela verba despendida na

compra de uma arma, segundo demonstrou, inadequada às necessidades modernas. Com aplausos gerais, concluiu sua oração. Imediatamente após, levantou-se o delegado da Argentina, Sr. Horácio Sueldo, antigo candidato à vice-presidência daquele país, que, apoiando a tese levantada por Clóvis Garcia, acrescentou um dado impressionante. O mais sério e o mais grave, disse, é que a Argentina foi também obrigada a comprar o seu porta-aviões porque o Brasil deu seu exemplo. Sentou-se o delegado argentino. Seguiu-se o delegado chileno, Sr. Tomás Reyes, que, no seu castelhano típico, acrescentou: “*Pero la desgracia continua*”. Informou então

A nós, chilenos, não interessa que o Brasil tenha ou não tenha porta-aviões, mas se a Argentina adquiriu um, o Chile fatalmente irá adquirir o seu, e já existe uma propaganda organizada no sentido de que se apresente em breve ao parlamento proposta de crédito extraordinário para que o governo chileno adquira um porta-aviões.

Não parou aí a série de depoimentos. Um deputado peruano, também presente, dando a sua anuência às palavras do delegado brasileiro, declarou em seguida:

O mesmo irá ocorrer provavelmente no Peru. Não existe lá ainda nenhuma proposta concreta encaminhada ao parlamento, ou ato governamental decidindo a aquisição dessa arma. Mas certa imprensa, muito suspeitamente, já começa a preparar a opinião pública, e há nas manchetes de alguns jornais frases como esta: “Alerta, peruanos! O Chile está se preparando para comprar um porta-aviões”. E dentro de alguns anos será fatal a compra dessa arma pelas forças armadas da República do Peru.

Esse episódio revela um dos aspectos mais trágicos do problema no continente latino-americano.

Teremos, dentro em breve, como são vinte as repúblicas, talvez vinte porta-aviões comprados com o sacrifício da saúde, da educação e do desenvolvimento, adquiridos à custa da ignorância, da miséria e da fome de nossas populações.

ARMAMENTOS E ANALFABETISMO

Todos os anos, a América Latina gasta um bilhão e duzentos milhões de dólares na aquisição de armamentos ou em despesas militares normais. um bilhão e duzentos milhões de dólares, mais do que todo o orçamento do Brasil, portanto, são despendidos na expectativa de uma guerra impossível entre as nações do continente. E ao lado dessa despesa temos dados estatísticos impressionantes.

Existem na América Latina setenta milhões de analfabetos. Duas terças partes da população passam fome. Dispomos de imensas riquezas naturais que aguardam capitais para serem exploradas e transformadas em bem-estar para nossas populações.

O *Sr. Humberto Lucena* – Acompanho com interesse o brilhante discurso de V.Exa., que, como sempre, traz a contribuição de sua inteligência para os debates na Câmara Federal. Na verdade, é de estarrecer o montante das despesas no Brasil com a manutenção das classes armadas, mas o que mais desejo salientar, nobre deputado Franco Montoro – e para esse particular pediria a atenção de V.Exa. –, é o aspecto mais grave: além das atribuições propriamente militares que tanto custam ao Brasil, as classes armadas estão recebendo também, por transferência, atribuições meramente civis. É o caso, por exemplo, dos chamados grupamentos de engenharia militar, que, no Nordeste, estão executando obras tradicionalmente entregues aos engenheiros civis dos departamentos eminentemente civis como o Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, como o Departamento Nacional de Estradas de Ferro. E com esse encargo novo, de construir estradas e açudes, nada melhorou, pois a administração dos militares é bem mais cara, já em face de suas instalações, dos quartéis que edificam, já em face do próprio pagamento do pessoal. As verbas orçamentárias destinadas à execução das obras pelo Grupamento de Engenharia, em grande parcela, são absorvidas pelo pagamento de gratificações mensais a coronéis, capitães, tenentes e soldados como suprimento aos vencimentos e às vantagens que recebem já por parte do Ministério da Guerra. Nesse sentido, aliás, formulei requerimento de informações ao Ministro da Viação em março e, até hoje, não tive a honra de receber a resposta, com a qual espero ocupar a tribuna

no Grande Expediente para também incorporar às de V.Exa. as nossas advertências oportunas e esclarecidas à nação brasileira.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a colaboração de V.Exa. No decorrer do meu discurso, terei oportunidade de voltar a esse problema especial a que V.Exa. se refere.

O *Sr. Amaral Furlan* – Congratulo-me com V.Exa. por essa brilhante tese que vem levantando no seu discurso, no dia de hoje. Realmente trata-se de um problema que nós, deputados, devemos atacar, e com urgência – o do gasto excessivo das Forças Armadas brasileiras, muitas vezes sem finalidade. A Artilharia de Costa do Brasil, por exemplo, que defende o Rio de Janeiro, não possui alcance suficiente para combater, vamos dizer, com qualquer navio moderno. Hoje, qualquer navio bombardearia essa cidade sem que a Artilharia de Costa conseguisse atingi-lo. E o resultado é que estamos gastando dinheiro demasiado com as Forças Armadas, e o soldado brasileiro aprende apenas a marchar. Marcha cedo, marcha de tarde, e não aprende o uso das armas modernas, não aprende aquilo que deveria para defender o nosso país. V.Exa. traz a esta Casa uma tese muito oportuna, e eu farei coro com o brilhante raciocínio de V.Exa. e, futuramente, pretendo também desenvolver argumento favorável a essa tese que V.Exa. está agora levantando.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. e em meu discurso pretendo examinar esses fatos. Por enquanto, apresento dados sobre a América Latina em geral.

(...)

ORÇAMENTO DO BRASIL

O problema no Brasil é uma miniatura do que ocorre em grandes proporções em toda a América Latina. Se examinarmos as despesas orçamentárias previstas para o presente exercício, vamos encontrar dados impressionantes. Por ocasião do recente conflito entre a Inglaterra e o Egito, a Inglaterra sustentou perante a ONU que o Egito se preparava para uma guerra de conquista e invasão. E o argumento decisivo apresentado pelo governo inglês teve por base os dados estatísticos: 30% do orçamento do Egito eram dedicados ao esforço

militar. Declarava o delegado inglês que essa porcentagem constituía prova decisiva.

Pois bem, qual a cifra correspondente no Brasil? Gastamos, nos diversos orçamentos, importância superior a 30%. Todos os anos 30% de toda a arrecadação é empregada em gastos militares.

Por outro lado, quanto gasta o Brasil com a educação? Menciona o orçamento: 9%; com a saúde, 5%; com a agricultura, 7%. Somadas educação, saúde e agricultura, temos um total de 21%. E só as Forças Armadas consomem 30%.

O Sr. Abel Rafael – Permite V.Exa. um aparte?

O Sr. Arno Arnt – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Peço aos nobres colegas que me permitam dar outros informes estatísticos.

Não há dúvida de que o maior problema que enfrentam os estadistas e homens públicos no Brasil é o do subdesenvolvimento. O nosso país deve concentrar todas as suas energias no desenvolvimento. Fala-se numa filosofia desenvolvimentista, em virtude da preocupação existente em todos os setores de esforçar-se pelo desenvolvimento no Brasil.

Pois bem, se examinarmos o período que vai de 1952 a 1957, verificamos que o Brasil gastou 77 bilhões de cruzeiros com Aeronáutica, Guerra e Marinha. E, nesse mesmo período, qual o total dos dispêndios com o seu desenvolvimento? Por meio do instituto oficial, o Banco de Desenvolvimento Econômico, o total aplicado nesse período foi de sete bilhões de cruzeiros, isto é, dez vezes menos gastou o Brasil no seu esforço de desenvolvimento do que o fez para a manutenção das suas Forças Armadas. Não há dúvida de que estamos diante de um dado impressionante que tem chamado – é preciso que se diga – a atenção de todos os homens de responsabilidade no Brasil. Não apenas civis, mas também militares. Na Aeronáutica, na Marinha e no Exército, encontramos inúmeros cidadãos que também se dispõem a modificar esse estado de coisas, e é preciso que lhes demos apoio para realizarem uma modificação essencial na nossa vida pública. Não temo contestação ao afirmar que é esse o esforço mais importante, pela sua grandeza, para qualquer esforço de desenvolvimento econômico e de promoção social.

O Sr. Arno Arnt – V.Exa. e a Casa sabem que ontem foi decretado o estado de sítio em toda a Bolívia. Em tangência com o assunto abordado por V.Exa. no seu discurso de hoje, V.Exa. fala na subnutrição dos sul-

americanos. Sr. Deputado, as nações sul-americanas se preocupam muito com perfumaria sem nenhum cuidado pelas coisas principais. Louvo a posição que V.Exa. está tomando, porquanto é a posição que os brasileiros de boa vontade e patriotismo precisam tomar. As suas cortes serão aumentadas por aqueles que ainda não se alistaram no desenvolvimento racional das repúblicas sul-americanas.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado a V.Exa.

O *Sr. Abel Rafael* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Terei muito prazer em ouvir V.Exa.

O *Sr. Abel Rafael* – Nobre deputado, estou naturalmente acompanhando o discurso de V.Exa. com atenção e dou inteiro apoio às suas palavras, pois há muitos anos, como professor de matérias técnicas, obrigado a analisar todos os orçamentos públicos, tenho verificado sempre que, enquanto os ministérios militares consomem cerca de 30% – e já chegaram a consumir 42% – do total do orçamento da União, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação e o Ministério da Aviação somente agora contam com verbas maiores, porque elas sempre foram diminutas. Isso é um absurdo. E as nossas Forças Armadas, principalmente o Exército, gastam muito com as vantagens de natureza pessoal, porquanto o material é obsoleto. Se formos atacados, não agüentaremos nem um dia, porque os nossos fortes também são antigos e não resistirão a armas modernas. Do jeito que vão as coisas, diante desses gastos com pessoal, o povo brasileiro, não tendo dinheiro para outras despesas, só encontrará o remédio de também sentar praça.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado a V.Exa. pelo apoio que traz à tese por mim sustentada.

O *Sr. João Meneses* – Sr. Deputado, os dados citados por V.Exa. são dados totais de cada orçamento ou especificam pessoal e outras aplicações?

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Deputado, os dados que mencionei são totais – incluem, evidentemente, pessoal.

O *Sr. João Meneses* – Sr. Deputado, naturalmente, para que se pudesse fazer melhor exame, melhor conservação do discurso de V.Exa., parece-nos que seria de todo o interesse que se pudessem separar essas verbas de pessoal e as suas diferentes aplicações, para então examinarmos e aquilatarmos a procedência, a necessidade ou a desnecessidade de aplicação dessas verbas.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa. e informo que o objetivo deste discurso é apresentar três sugestões concretas. No debate dessas sugestões, terei o prazer de ouvir as razões de V.Exa. e então apresentar os dados eventualmente necessários ao esclarecimento da matéria.

O Sr. Temperani Pereira – Permita-me V.Exa., nobre deputado. O tema que V.Exa. traz hoje para o debate desta Casa é indiscutivelmente de grande relevo. Tive minha atenção despertada para o assunto pela vez primeira lendo e ouvindo Alberto Pasqualini, que escreveu monografia a respeito. De lá pra cá, confesso que não polarizei a minha atenção no tema, como ele merece, mas desde já dou os meus louvores a V.Exa., que está trazendo à baila o problema. Não tenho dúvida, nobre deputado, em caracterizar, conforme V.Exa. o faz, como um mal, como um elemento negativo, dentro do quadro brasileiro, as altas rubricas consumidas pelas Forças Armadas do Brasil. Mas V.Exa. mesmo o disse – o Brasil é a miniatura da América Latina. Pediria vênica a V.Exa. para estender o símile um pouco mais: o Brasil é a miniatura, é o símile de todas as nações subdesenvolvidas do mundo, onde existem...

O SR. FRANCO MONTORO – De pleno acordo com V.Exa.

O Sr. Temperani Pereira – ...fatores negativos. Um se chama inflação, outro se chama crise de partidos políticos, outro se chamará alta absorção das rendas para manutenção das Forças Armadas. Assim sendo, gostaria de equacionar o problema dentro da visão global do subdesenvolvimento de um país para assinalar nesse fato mais um efeito do que uma causa. Não tenho dúvida de que V.Exa., com o brilho da sua inteligência, dará o trato devido ao assunto, mas quero lembrar desde já que, em si, como instituição, as Forças Armadas e, principalmente, o Exército brasileiro merecem todo o nosso louvor como força integrativa nacional. Em primeiro lugar, esse milagre de coesão do Brasil, em parte, deve-se indiscutivelmente a essa integração, a essa força integrativa do Exército. E mais do que isso: as nossas homenagens devem se voltar, nesse momento, para o que as nossas Forças Armadas estão fazendo no sentido até de suprir a escola e as universidades, e as suas omissões, dado que os professores, principalmente os das universidades, estão omissos, sem tomar posição relativamente aos problemas nacionais. Mas lembraria, finalmente, para não nos privarmos por mais tempo do brilho da palavra de V.Exa., daqueles aspectos exagerados dos nossos gastos, e,

mais do que exagerados, inúteis, porque não temos um armamento em condições de competição internacional, haja vista que, na última guerra, os nossos soldados passaram por um treinamento que começou no DDT [substância usada como inseticida] para terminar até na maneira de marchar. Esses aspectos negativos se devem, principalmente, a um cortejo de circunstâncias, entre outras, a dos acordos militares a que fomos coagidos, como fomos coagidos a ceder território nacional em Fernando Noronha, em nome de uma fraternidade, de uma segurança continental. Esses são os excessos que poderíamos podar para que as nossas Forças Armadas não pesassem tanto nos nossos orçamentos. E, à medida que crescerem as nossas rendas, e o Exército, por isso, consumir menos, poderá, então, integrado à vida brasileira, dedicar-se à sua grande tarefa sem desservir o nosso desenvolvimento econômico.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte do Sr. Deputado Temperani Pereira. Faço minhas as palavras de S.Exa. em relação ao esforço que o Exército realiza no sentido de superar os problemas que vêm sendo apontados. Não se trata de combater pessoas ou instituições. Trata-se, isso sim, de apoiar a orientação daqueles que, dentro das Forças Armadas, e fora delas, se empenham para que, nesse setor dos gastos militares, o Brasil e a América Latina sigam caminho diferente. É, como disse o nobre deputado Temperani Pereira, uma constante, das nações subdesenvolvidas, os excessos de gastos militares. Conseqüentemente, se quisermos sair desse estado de subdesenvolvimento, precisamos adotar caminhos novos não apenas em relação à economia ou à educação, mas também no tocante às despesas das classes armadas.

O Sr. *Hélio Machado* – Permita-me V.Exa.?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. *Hélio Machado* – Sem dúvida alguma, a idéia de fazer economia neste país e, em particular, no orçamento das Forças Armadas merece aplausos, desde que tal providência traga benefício para o nosso desenvolvimento. Que não sejam aplicadas as reduções orçamentárias das Forças Armadas da mesma forma como foram aplicados os ágios, quando houve modificação do sistema cambial, que foram prometidos à agricultura, e ela nada recebeu! Que se leve a sério, realmente, o programa de contenção de despesas, não apenas nas Forças Armadas, mas nos demais setores! Até certo ponto, há verbas em demasia, em detrimento de outros setores, como o da educação, da agricultura, que

se encontram desprovidos de verbas substanciais. Como membro das Forças Armadas, estou certo de que interpreto o pensamento de grande número de militares. Achamos que, realmente, há necessidade de um orçamento racional. Queremos lembrar, porém, que o papel do Exército, da Marinha e da Aeronáutica tem sido não apenas esse militarista, como vem sendo apontado: o seu papel tem muito de educativo, de desbravador, de colonizador, proporcionando, assim, maiores conhecimentos sobre o Brasil. Posso citar o caso particular da Marinha: até há bem pouco tempo, as costas brasileiras eram navegadas de acordo com cartas do século passado feitas pelo almirante Mouchez. O Serviço de Hidrografia da Marinha, realizando o levantamento de nosso litoral, permite que possamos ter, hoje, noção exata de nossa situação no continente. E, em particular, no Atlântico. Sabe V.Exa. que todos aplaudimos o discurso de V.Exa. Esperamos apenas que ele venha constituir mais uma pedra nos alicerces do Brasil futuro, no qual as Forças Armadas não sejam parte que prevaleça sobre as outras, mas integrante do grande trabalho de desenvolvimento do país.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a valiosa contribuição de V.Exa. destacando o sentido positivo que imprimiu às suas palavras e que representa também minha preocupação na matéria em debate.

O Sr. Colombo de Souza – Nobre deputado, se há assunto que deve ser encarado com realismo e objetividade é justamente esse das despesas que povos subdesenvolvidos realizam com a sua defesa militar. Ainda há pouco, na Conferência Interparlamentar de Lima, a questão foi profundamente debatida. E, logo depois, o senador Smathers, no Congresso norte-americano, propunha que os exércitos das diversas bases sul-americanas fossem abolidos e criada, em seu lugar, uma espécie de polícia internacional, a fim de que esses povos fizessem reverter à sua economia as grandes somas que utilizam com despesas militares. Trata-se de assunto profundamente derivado e que diz respeito à defesa e à continuidade nacional de cada povo. Mas, na realidade, não podemos deixar de ter Forças Armadas atualizadas e nunca *démodées*.

O Exército brasileiro – quer me parecer –, sob certo aspecto, tem correspondido a essa necessidade, tanto na parte de instrução como na parte de desbravamento.

Na parte de instrução, o Exército está instalando colégios militares em quase todas as capitais dos estados e deve desenvolver tal iniciativa

ao máximo. Professor que sou do magistério militar, tenho a consciência de que o Exército vem concorrendo muito para a instrução militar no Brasil. Agora mesmo, procura criar núcleos de população ao longo de nossas estradas de penetração. E, se moldássemos uma organização da forma que é a Real Polícia Montada do Canadá, fariamos – creio eu – obra de penetração à custa da nossa defesa, com elementos básicos de educação e com um quadro de oficiais realmente cultos, que beneficiasse todos os conscritos da nossa pátria.

V.Exa. menciona os aspectos positivos que devem ser amparados e incentivados.

O Sr. Arno Arnt – Permita-me um último aparte, em conexão com o assunto. O nobre deputado Colombo de Souza falou sobre a Polícia Montada do Canadá. Quero declarar a V.Exa., e à Casa, que o Rio Grande do Sul possui os melhores resultados dos regimentos de polícia montada para a educação e a repressão no meio rural gaúcho.

O Sr. Colombo de Souza – Dou o meu testemunho de que realmente assim é. Gostaria que os demais estados da Federação seguissem o exemplo nobilitante da antiga Brigada Gaúcha.

O Sr. Mário Martins – É claro que eu e toda a Casa estamos de acordo com o nobre deputado Colombo de Souza, quando ressalta a necessidade de dispormos de Forças Armadas eficientes, e reconhecemos o serviço que elas têm prestado ao Brasil. Mas divirjo de S.Exa. quando, trazendo a Plenário razões a favor dos gastos militares, alude à necessidade de incrementarmos ainda mais o número de colégios militares no território nacional. Seria isso interessante, desde que pudéssemos empregar também verbas para os estabelecimentos de ensino secundário de caráter civil, como o Colégio Pedro II. Do contrário, o que acontece é que preparamos, nos colégio militares, verdadeira massa de estudantes que revelaram vocação militar sem que, no entanto, haja quadro para recebê-los. Apenas, como o Ministério da Guerra tem mais facilidade de obter crédito que o Ministério da Educação, estamos inaugurando sucessivos colégios militares em vários estados do país, atendendo aos reclamos da população, que precisa de escolas. Tenho, porém, a impressão de que agiríamos mais em favor da democracia, em favor da mentalidade civil do nosso país, se

utilizássemos as verbas disponíveis na criação de um maior número de escolas civis, em vez de colégios militares, que seriam disseminadas pelos estados.

O SR. FRANCO MONTORO – Peço permissão aos nobres deputados para prosseguir no meu discurso. Na parte final, voltarei a conceder alguns apartes, mas, no momento, vejo-me constrangido a não aceitá-los.

O Sr. Presidente (*Nestor Jost* – 2º vice) – Atenção! Queria advertir o nobre orador de que dispõe de apenas cinco minutos.

O SR. FRANCO MONTORO – Vêem V.Exas. que disponho de tempo limitado e desejo apresentar algumas conclusões a respeito dos dados que acabo de trazer ao conhecimento da Casa.

O Sr. *Colombo de Souza* – V.Exa. me concede um aparte, nobre deputado? Apenas duas palavras.

O SR. FRANCO MONTORO – Darei, em seguida, o aparte a V.Exa. Indicarei, antes, em face desses dados, que realmente impressionam e que mereceram o apoio de todos os senhores deputados, algumas soluções concretas exigidas pela gravidade da situação.

TRÊS SUGESTÕES

São três os remédios que lembramos. Primeiro, a celebração de um acordo latino-americano para a redução gradual e conjunta das despesas militares e para a aplicação dessas importâncias no esforço de desenvolvimento e na elevação do nível de vida das nossas populações. Segundo, redução de algumas despesas orçamentárias. Para esse objetivo pedimos um cuidado especial, dos órgãos do Executivo, na elaboração da proposta orçamentária.

O Brasil tem hoje, aproximadamente, cem mil soldados nas suas diversas armas. É, positivamente, um número excessivo, que poderia ser reduzido em 30%. Há, além disso, despesas, como a de forragem, destinada à alimentação da cavalaria, que não podem deixar de merecer reparo candente. O Brasil gastou durante o ano passado 400 milhões de cruzeiros em forragem e outros alimentos para os animais, e, notem os senhores deputados, nenhum cruzeiro dessa verba entrou no Plano de Economia. Entretanto, as verbas orçamentárias para assistência à infância e à maternidade, que eram

de 97 milhões, foram reduzidas para 40! E da verba destinada à infância abandonada, que era de 49 milhões, foram gastos apenas 7 milhões.

Em terceiro lugar, lembro uma solução que se impõe também a todos os que consideram o problema. Trata-se de adotar, em nossas Forças Armadas, medidas que correspondam à aplicação dos nossos efetivos no esforço de desenvolvimento do Brasil.

Quero dizer uma palavra sobre cada uma dessas três sugestões.

ACORDO LATINO-AMERICANO

Sobre o acordo latino-americano para a redução conjunta de armamentos militares, menciono o apelo de um representante latino-americano na Organização dos Estados Americanos.

Em novembro de 1957 o embaixador da Costa Rica, Gonzalo Facio, assim se pronunciou:

Não terá chegado o momento de pensar num plano de desarmamento, ainda que parcial, em nossos países? Por que se há de manter elevados gastos militares, acima das necessidades estritas da segurança interna? Não seria maior a nossa contribuição à causa do Ocidente se essas enormes somas fossem dedicadas a elevar a produtividade das nossas nações?

O apelo ficou sem resposta. Nenhuma iniciativa concreta acompanhou a proposta do representante de Costa Rica. E o mais lamentável é que, meses depois, S.Exa. deixava o importante cargo que ocupava.

Nesse sentido, estamos submetendo ao governo da República a seguinte recomendação:

Considerando que as nações da América Latina aplicam todos os anos quantia superior a um bilhão e duzentos milhões de dólares em despesas militares;

Considerando que, com esses recursos, poderiam ser resolvidos graves problemas relativos ao desenvolvimento econômico e social deste continente, que possui setenta milhões de analfabetos, dois terços de sua população em regime de fome e imensas riquezas naturais inexploradas por falta de capitais;

Considerando que, no presente exercício, 30% do orçamento do Brasil é dedicado a gastos militares, enquanto apenas 9% o é à educação, 5% à saúde, e 7% à agricultura;

Considerando que uma das explicações para esses gastos é a necessidade de equilíbrio com a força militar dos países vizinhos;

Considerando, finalmente, a profunda aspiração de paz, de união e de progresso dos povos latino-americanos;

Recomendamos ao governo da República que, por meio do Ministério das Relações Exteriores e após os necessários estudos, seja proposta pelo Brasil a todas as nações da América Latina a celebração de um acordo continental que tenha por objeto a redução gradual e conjunta das despesas militares para que, garantida a segurança interna, os recursos excedentes sejam aplicados no desenvolvimento econômico e na elevação do nível de vida de nossas populações.

O Sr. Rui Ramos – Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Permita-me que primeiro apresente as três conclusões. Em seguida, concederei com prazer um aparte a V.Exa.

O Sr. Rui Ramos – Estou querendo interferir no assunto.

O SR. FRANCO MONTORO – Peço-lhe então que seja breve, porque infelizmente o tempo não nos permite...

O Sr. Rui Ramos – Exatamente. O número dos parlamentares que já se manifestaram nesta Câmara a respeito da matéria é muito grande e de todos os partidos políticos, o que tem sugerido a idéia de criarmos na Câmara um bloco parlamentar para estudar as relações de segurança e de desenvolvimento, as relações entre a segurança e o desenvolvimento.

O SR. FRANCO MONTORO – Magnífica idéia de V.Exa.!

O Sr. Rui Ramos – Essa foi a tese que expus num discurso pronunciado há dez ou quinze dias, lamento que V.Exa. não estivesse presente.

O SR. FRANCO MONTORO – Li o discurso de V.Exa. e quero nesta oportunidade cumprimentá-lo pelo acerto das medidas ali propostas. Eu mesmo utilizei alguns dos dados fornecidos por V.Exa. na elaboração do meu trabalho.

O Sr. Rui Ramos – Muito obrigado. Quero fazer um convite a V.Exa. e aproveito a ocasião para estendê-lo aos nobres deputados Mário Martins, Colombo de Souza, Nelson Omegna, Arno Arnt e a vários outros cole-

gas que se manifestaram aqui para afinal criarmos na Câmara Federal um bloco parlamentar com o objetivo de estudar as relações entre a segurança e o desenvolvimento, isto é, até onde deverão ir os gastos de segurança, sem prejuízo dos de desenvolvimento. No meu entender, dos blocos formados nesta Casa, já inúmeros, nenhum com mais utilidade, eficiência e atualidade do que esse. Como V.Exa. sabe, no ano que vem inverteremos no setor de segurança 44 bilhões, dos 167 bilhões da receita. Além disso, estamos aumentando as despesas militares no Brasil. Como há de ter visto, no orçamento para 1960 teremos a majoração de 2 bilhões e tanto a favor das Forças Armadas e em detrimento, por exemplo, da agricultura, que vai perder exatamente 2 bilhões no mesmo orçamento. Então, deixo com V.Exa. esse convite para que nós, juntos, de diversos partidos, formemos na Câmara um bloco parlamentar para o estudo das relações da segurança com o desenvolvimento.

(...)

REDUÇÃO DE DESPESAS

O SR. FRANCO MONTORO – (...) A segunda solução que apresento é relativa à redução dessas despesas e, nesse sentido, a sugestão do deputado Rui Ramos, que aceito com prazer, poderá contribuir para haver, na elaboração dos futuros orçamentos, entendimento entre Parlamento e Executivo, com o fim de permitir a redução desses totais, de forma que tenhamos orçamento mais razoável e equilibrado.

Já nos referimos a dois exemplos significativos: o total de soldados superior a cem mil homens, permanente e absurda despesa anual de quatrocentos milhões de cruzeiros com forragem e outros alimentos para a cavalaria.

TAREFAS DE DESENVOLVIMENTO

Finalmente, a terceira das soluções, talvez a mais importante, é a racionalização desses gastos: impõe-se o encaminhamento dessas importâncias a medidas que correspondam ao esforço de desenvolvimento. É o caso da aplicação dos efetivos militares em tarefas de desenvolvimento no Brasil. É preciso que se diga, para honra de

nossas Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica têm levado avante empreendimentos orientados no sentido de nosso desenvolvimento. Quero mencionar, a título de exemplo, para que esses casos se multipliquem, o Centro Técnico de Pesquisas, que a Aeronáutica mantém em São José dos Campos, o qual está realizando estudos e pesquisas de elevado padrão científico, inclusive com aplicação dos radioisótopos, a mais moderna aplicação da energia nuclear, no exame de desgaste de peças de motores para a indústria automobilística ou de motores em geral em que o Brasil se inicia. Esse centro técnico, que presta assistência às empresas públicas ou privadas, representa contribuição efetiva para nosso desenvolvimento técnico-industrial.

A Marinha de nossa terra tem realizado, também, magníficos trabalhos, como acaba de demonstrar o nobre deputado Hélio Machado, no levantamento de nossas costas, onde, até há poucos anos nos utilizávamos de cartas levantadas no século passado. A Marinha pode colaborar, também, no levantamento de nossos rios, essa riqueza imensa que temos abandonado. Quero dar meu testemunho sobre o importante trabalho de levantamento do leito do Rio Paraná, realizado por um ilustre oficial de nossa Marinha, o capitão Leôncio Nunes, auxiliado por alguns marinheiros.

Esse levantamento foi feito em colaboração com a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná–Uruguai. E, assim, depois de quatrocentos anos, pela primeira vez, graças à colaboração da nossa Marinha, tivemos a carta de navegação desse rio.

Ora, estão aí inúmeros outros rios a pedir estudos semelhantes que permitirão melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais.

E, da mesma forma, multiplique o Exército as obras de engenharia que vem realizando e o faça não por meio de comissões ocasionais que acarretaram aumento exagerado de despesa, pelas gratificações que exigem, mas como missão normal do próprio Exército. Missão ligada à construção de obras de desenvolvimento, tais como a construção de estradas, barragens e pontes – que são hoje muitas vezes construídas como simples exercício de treinamento e depois destruídas. E que essas obras se façam em correspondência e harmonia com o Plano de Viação Nacional.

VELHO PROVÉRPIO

Concluo, lembrando um velho provérbio que hoje estará modificado em virtude do desenvolvimento técnico do mundo moderno.

Diziam os antigos: "*Si vis pacem, para bellum*". Se quiseses a paz, prepara-te para a guerra. Hoje a recomendação é outra: a melhor preparação para uma guerra eventual é o desenvolvimento do país, o desenvolvimento de sua indústria siderúrgica, de suas fábricas de motores, de suas estradas, a organização nacional do abastecimento e do transporte. Se quiseses preparar-te para o acaso de uma guerra, podemos dizer hoje a qualquer nação, promove teu desenvolvimento e organiza tua indústria de base. A melhor preparação para uma guerra eventual é o desenvolvimento e o progresso.

Essa é a grande aspiração do nosso povo e também dos homens de maior responsabilidade em nossas Forças Armadas. Por isso a opinião pública do Brasil e as deliberações deste parlamento hão de assegurar apoio maciço sincero e entusiástico àqueles que querem fazer com que a riqueza imensa que o Brasil entrega às suas Forças Armadas seja desenvolvida no Brasil em realizações que tenham por objetivo o desenvolvimento econômico de nossa terra e o bem-estar de nossas populações.

Democracia Cristã na América Latina

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 17/11/1959, p. 8535-8537.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, sirvo-me da oportunidade para trazer ao conhecimento da Câmara dos Deputados do Brasil as conclusões centrais do recente Congresso Internacional da Democracia Cristã, realizado na cidade de Lima, o quinto de uma série iniciada em Montevideu e continuada em Santiago do Chile e São Paulo.

Firmou-se nesse congresso uma linha que corresponde à presença de movimento político novo no cenário, não apenas da América Latina, mas de todas as nações da Terra. O assunto já tem sido objeto de debates neste plenário, e agora pretendo apresentar, de forma oficial, a conclusão central desses conclaves, a começar pela linha que a Democracia Cristã representa diante do panorama político mundial.

As nações da Terra estão divididas, politicamente, entre dois blocos, em face não só de suas posições políticas, mas de suas filosofias de vida. Aos homens que governam e aos povos que escolhem os governos propõe-se a opção relativamente a uma dessas duas direções para as quais o mundo se está encaminhando: ou aceitam linha individualista, marcada pelo regime capitalista, ou o regime coletivista, que se afirma hoje por meio do movimento comunista. Rússia e Estados Unidos são, assim, as duas pátrias dessas concepções. Mas, se olharmos para as aspirações dos povos da Terra e procurarmos interpretar o sentimento mais profundo daqueles que refletem sobre as questões fundamentais da sociedade moderna, sobre os problemas internos de cada nação, vamos encontrar inquietação e inconformidade: os povos não aceitam a estrutura capitalista e não desejam a experiência comunista. A tese da livre empresa, que se apresenta como *slogan* fundamental da linha capitalista, não é de molde a entusiasmar ninguém e, para aqueles que tenham em sua alma lampejos de ver respeitada a dignidade da pessoa humana, a idéia da promoção da justiça com o esmagamento da liberdade equivale a fórmula inaceitável aos olhos dos homens. É diante dessa perspectiva que

se coloca a necessidade de uma opção que foi teórica até há alguns anos, mas hoje é concreta e viva. Essa experiência de uma solução política, filosófica, social e econômica, que não tem a marca individualista do capitalismo, nem a marca coletivista do comunismo, o sentido fundamental dessa força nova, que é a Democracia Cristã, que se afirma, que nasce com vigor em todas as nações, já começa a encontrar também no nosso Brasil as primeiras experiências, os primeiros resultados e o apoio maciço da opinião pública e dos homens chamados a decidir os destinos do Brasil, quando chamados a manifestar e a assumir posição ideológica clara, trilhando os caminhos que se abrem diante deles.

O Sr. Carmelo D'Agostino – No brilhante discurso de V.Exa. observei que, numa das passagens, em que se refere aos princípios democratas cristãos, V.Exa. se rebela contra a livre empresa. Devo dizer a V.Exa. que justamente na livre empresa, em face da competição a que se expõe o explorador da economia pública, evita-se qualquer predomínio, seja de preço, seja de renda de capital. Na livre empresa, de fato, prepondera a ausência de predomínio capitalista ou comercial, tanto que Eisenhower, na sua campanha à presidência da República, prometeu ao povo americano que, noventa dias depois da sua posse, baniria completamente todo o dirigismo existente na economia americana, com exceção dos materiais de guerra. De fato, decorridos noventa dias do seu governo, decretou-se no se país o livre-arbítrio, a livre empresa. De lá para cá, essa nação tem progredido sem ficar sob qualquer domínio ou guante, seja capitalista, seja dos preços, porque há justamente na economia americana a instabilidade dos valores.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado a V.Exa. pelas considerações que traz ao tema abordado por mim inicialmente.

Afirmo, entretanto, que uma das teses marcantes da Democracia Cristã é precisamente a recusa do sistema de livre empresa tal como a considera o sistema jurídico vigente.

Se examinarmos o que significa livre empresa em nossa estrutura, verificaremos que é o domínio do capital; a consideração exclusiva do capital na direção da empresa.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Ao contrário. O capital, na livre empresa, não tem meios de controle.

O SR. FRANCO MONTORO – Quem dirige a empresa econômica senão aquele que tem nas mãos a maioria do capital?

O marco da empresa capitalista é precisamente o regime de liberdade, mas em favor daqueles que detêm maior soma do capital. A sociedade anônima é a estrutura característica desse tipo de empresa. Impõe-se, necessariamente, uma modificação na empresa capitalista, que coloca na mãos dos detentores do capital a vida e a morte da empresa, a orientação dela e a situação de cada um dos empregados. É preciso ter presente que a empresa não representa apenas a soma do capital nela investido. O capital é um dos elementos entre os muitos que integram uma entidade econômica. Acima do capital, ou ao lado dele, existem outros valores. E acima deles, certamente, se encontra o valor humano. A empresa é acima de tudo uma comunidade de homens. O capital interfere na produção, é um dos elementos que integram o conceito de empresa, mas a comunidade de homens que lá trabalham é a primeira das realidades. É preciso – e isso constitui um dos deveres fundamentais do movimento democrata cristão, em todo o mundo – alterar a estrutura da empresa econômica, para incorporar o homem a ela; reconhecer que a empresa é uma instituição autônoma, independente do capital que nela se inverteu, com uma finalidade própria, com uma organização que não depende da vontade de uma das partes, mas que deve, entretanto, respeitar a estrutura de uma coletividade humana.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com muito prazer.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Refiro-me à livre empresa no sentido da máxima liberdade dos objetivos econômicos e humanos. Quando ela existe, há uma produtividade até sem limite.

E havendo produtividade sem limites, não pode existir controle de espécie alguma. Haja vista as bolsas de valores. Elas se desdobram, e muito, por meio da operação do termo. Em face dessa quantidade, em face dessa operação desdobrada em que se projeta o incognoscível, não há domínio possível do capitalismo. Domínio capitalista existe quando, de fato, não há livre empresa, como entre nós. Por exemplo, o caso da carne – acabamos sem o produto. Isso se deve ao dirigismo econômico exercido pelo governo. É preciso dizer a V.Exa., com palavras ásperas, condenando mais uma vez: chafurdamos completamente nesse domínio capitalista. Vendemos alimentos para ter dólares. É a fome que estamos trocando pela exportação de carne para satisfazer o capitalismo nos frigoríficos, porque não existe a livre iniciativa em nossa terra. Haja vista o que se

passa no interior – a carne é explorada por meio da livre empresa. São os municípios que matam, abatem os bois e os entregam para ser abatidos. Lá a carne não falta, o mesmo não ocorrendo na industrialização, no domínio capitalista, no dirigismo, no estatismo econômico exercido pelo governo, quando nas capitais vemos os frigoríficos com o predomínio, o guante dos seus capitais, espoliando e escorchando à ganância de grandes lucros. Isso representa a ausência da livre empresa comercial.

O SR. FRANCO MONTORO – O exemplo dado por V.Exa. revela a má orientação da intervenção no caso realizada. Estamos todos de pleno acordo com V.Exa. Refiro-me, no entanto, à tese fundamental ligada ao problema da empresa econômica, a estrutura capitalista da empresa econômica. Existe uma concepção coletivista segundo a qual compete ao poder público o domínio e a orientação de todas as empresas econômicas. Entre essas duas posições, a posição individualista ou capitalista e a posição coletivista ou comunista, que transforma todas as empresas em repartições do Estado, surge a posição que os democratas cristãos defendem, e com eles inúmeras outras doutrinas que pretendem modificar a própria estrutura da empresa para que não seja uma dependência apenas do capital, como objetiva o regime capitalista, e para que não se transforme em repartição pública, segundo a concepção coletivista. Essa modificação se obtém pela integração do homem no seio da empresa. Em todas as nações realizam-se modificações que não podem passar despercebidas ao legislador brasileiro. Aqui também preceitos constitucionais e legais começam a reconhecer essa verdade, que decorre da própria natureza das coisas, isto é, a de que a empresa tem essa realidade própria que deve ser reconhecida.

O Sr. *Yukishigue Tamura* – Quero congratular-me com V.Exa. pelo oportuno e brilhante discurso que está proferindo nesta Casa no momento. Dou minha inteira adesão e a mais plena solidariedade ao princípio que V.Exa. está expendendo da tribuna. A doutrina que V.Exa. acaba de expor, já analisada com brilhantismo e eficiência na Itália, por De Gasperi, com quem, por sinal, a personalidade de V.Exa. muito tem em comum...

O SR. FRANCO MONTORO – Bondade de V.Exa.

O Sr. *Yukishigue Tamura* – ...está resumida no conceito de política: ciência, arte e virtude do bem comum. Como ciência, a política oferece os meios para a ação; como arte, a maneira de aplicá-los; e, como virtude, o ideal. Sabemos que esse ideal é o ponto que foge aos extremos. *In medio*

stat virtus – nem o comunismo nem o capitalismo, mas a idéia do centro, a idéia intermediária, hoje pregada e vitoriosa nos movimentos democratas cristãos da Europa e também no movimento socialista reformador que hoje só opera na Inglaterra. É bom ver que não podemos aceitar na sua integridade o liberalismo econômico, que traz a formação de forças que se incrustam no organismo nacional e que, por vezes, substituem o próprio Estado, mas também não podemos admitir o outro lado extremo em que o Estado se sobrepõe às forças da iniciativa privada, aniquilando-as. Devemos admitir a intervenção do Estado naquelas atividades em que a iniciativa privada se mostre inoperante. Nesse caso, o Estado deve impor-se e substituir a iniciativa privada; nunca, porém, a ela se sobrepondo. Faço votos, pois, que a idéia de V.Exa., idéia sadia da Democracia Cristã, medre não apenas no meio brasileiro, mas em todas as Américas, como está acontecendo na Europa.

O SR. FRANCO MONTORO – Obrigado a V.Exa. pela adesão explícita a esses princípios que representam o centro do movimento democrata cristão. Desde há muito V.Exa. é um autêntico democrata cristão.

Não bastam, entretanto, os princípios, os movimentos democratas cristãos que se estão organizando, que estão nascendo em todas as partes da Terra. Na Europa, os democratas cristãos têm hoje o governo na Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Áustria e Suíça. Constituem movimento organizado e forte na França; constituem a resistência democrática, numa de suas manifestações mais ativas, na Espanha de Franco e em Portugal de Salazar. Representam, os movimentos democratas cristãos, uma esperança, aliados a outros de derrubada dessas duas ditaduras.

Os movimentos democratas cristãos existem atuantes nas catacumbas ou nos movimentos de resistência da Europa Central, da Tcheco-Eslováquia, da Hungria, da Polônia, da Estônia, da Ucrânia, da Letônia e da Lituânia; organizados na Unidade Democrata Cristã da Europa Central. Lá, não podem disputar eleições, pela simples razão de que nesses países eleições não existem – um partido, em nome de uma ditadura, elimina a possibilidade democrática dos demais partidos.

O movimento democrata cristão surge de forma vigorosa em todas as nações da América Latina. Ao recente congresso do Peru, compareceram 7 senadores e 32 deputados democratas cristãos de 12 países da América Latina: Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Peru, Venezuela, Bolívia, Cuba, Equador, Colômbia, Panamá e México.

Esse movimento, embora de amplitude internacional, não tem um partido ou uma nação que determine às demais a tarefa a ser realizada. Trata-se da reunião de experiência de grupos que nasceram com a mesma inspiração, que pretendem em cada nação um movimento de reforma das estruturas sociais, orientados por esses princípios de direito à liberdade e à dignidade da pessoa humana.

Mas não bastam os princípios, como dizíamos: impõe-se a elaboração de programas concretos. E é isso que está sendo feito nesses congressos internacionais, especialmente nos congressos latino-americanos. O tema central do Congresso do Peru foi o da união da América Latina. Um dos fenômenos que mais caracterizam a deficiência de nossa estrutura econômica é a impossibilidade em que se encontram as nações subdesenvolvidas de superar a sua situação; é, na América Latina, a divisão entre essas nações. A aproximação das economias nacionais, num entendimento continental, é o meio de que se estão servindo outras nações para adaptar-se às exigências da tecnologia moderna. É o exemplo da Rússia e dos Estados Unidos, que apresentam uma economia de base continental. É o exemplo que acaba de ser seguido pelas nações integrantes da região ocidental do continente europeu, que se unem por meio de organismos cada vez mais numerosos. Há a Comunidade Européia do Carvão e do Aço; o Mercado Comum, que entrou em vigor em 1º de janeiro do corrente ano; a Comunidade Européia para a Exploração Pacífica da Energia Nuclear, denominada Euratom, que acaba de ser constituída; a Assembléia Européia e outras tentativas de união da Europa, para que ela, unida, possa fazer face às exigências da técnica moderna.

O mesmo exemplo está sendo seguido na África e na Ásia, por meio das tentativas de união econômica afro-asiática, que são lideradas por Nehru ou Nasser, e que começam a encontrar o apoio das populações daqueles países subdesenvolvidos.

Diante desse quadro mundial, a América Latina permanece como a grande exceção: são vinte nações divididas, vinte fronteiras fechadas, vinte mercados restritos e limitados. E nenhum dos países da América Latina, seja o Brasil, o Chile, a Argentina ou a Venezuela, conseguirá adquirir aquele ritmo de industrialização exigido para o seu pleno desenvolvimento se contar somente com seu próprio mercado. Impõe-se, por isso,

entendimento entre as nações da América Latina para que, unidas, possam representar uma força ponderável nas transações internacionais.

Rejeitemos a tese isolacionista daqueles homens que, como Eugênio Gudin, no Brasil, pretendem que nos entendamos isoladamente com os Estados Unidos; a tese de Frondizi, na Argentina, que quis isolar-se das demais nações para ir de chapéu na mão pedir o apoio dos Estados Unidos, esquecido das demais nações da América Latina. Sou contra a política seguida por Alessandri, no Chile, que tentou um entendimento direto e isolado com os Estados Unidos. Se permanecermos isolados, continuaremos enfraquecidos e explorados.

Um industrial de São Paulo, há pouco mais de um ano, estando no Chile à procura do cobre de que necessitava para sua indústria, depois de lá permanecer três meses, voltou ao Brasil declarando aos seus companheiros de indústria que aquele metal chileno não poderia ser comprado naquele país, porque toda a sua produção pertencia a uma firma, Anaconda, com sede nos Estados Unidos. Era preciso ir a Nova York para comprar o cobre chileno.

O mesmo acontece com os nossos produtos. Aliás, todo o algodão e café brasileiros estão nas mãos de duas firmas estrangeiras: Sanbra e Anderson Clayton, respectivamente. As produções uruguaia, peruana, argentina e venezuelana encontram-se com uns tantos trustes internacionais.

Se continuarmos isolados e divididos, teremos sempre diante de nós esse quadro que as estatísticas apresentam e os economistas conhecem, mas que a população desconhece, que o parlamento muitas vezes ignora.

A própria Organização das Nações Unidas, em seu último relatório social, informa que o preço das matérias-primas, de que vive a economia dos países latino-americanos, é cada vez menor, relativamente aos preços internacionais. As matérias-primas e os produtos agrícolas são cada vez mais baratos, custam cada vez menos. Por isso mesmo essas nações produzem cada vez mais, exportam cada vez mais, mas recebem, efetivamente, cada vez menos.

Há trinta anos, com o preço de dez sacas de café, comprava-se um automóvel no Brasil. Hoje, são necessárias cem sacas para obtermos o mesmo resultado. Isso porque o produto que recebemos é cada vez mais caro e o que vendemos cada vez mais barato.

Isolados, o Brasil, a Argentina, o Chile ou a Venezuela, não conseguirão impor no mercado internacional o preço justo para os seus produtos.

Se, entretanto, unirem-se como fazem as outras nações, como se realiza o fenômeno histórico em outros continentes, poderemos fazer valer o peso da nossa vontade e impor o preço justo para os nossos produtos.

Existe o tema que reuniu parlamentares, militantes políticos, dirigentes sindicais, estudantes e representantes femininas do Movimento Democrata Cristão em toda a América Latina na cidade de Lima. E ali foram tiradas algumas conclusões.

O grande tema foi o da integração econômica, social e política da América Latina. Quero mencionar algumas das conclusões daquele congresso.

Em relação à integração econômica, o congresso formulou conclusões sobre a política dos capitais estrangeiros e a defesa das matérias-primas.

Impõe-se a elaboração de um estatuto latino-americano de inversões que discipline a inversão e o retorno dos capitais estrangeiros dentro de um critério de rigoroso interesse social; que os capitais estrangeiros venham até nós, mas que venham para aplicações de interesse social, não para a produção de refrigerantes e cosméticos que passam a ser consumidos à custa de propaganda que suga a economia e o trabalho de todas as populações da América Latina.

Outra conclusão:

Ação conjunta dos países da América Latina para que as instituições internacionais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional e outras entidades congêneres, aumentem as suas disponibilidades para este continente e tornem mais razoáveis suas exigências de garantia.

Outra conclusão:

Trabalhar por uma política comum de matérias-primas que assegure: 1º – a estabilidade e a justiça dos preços; 2º – a industrialização progressiva das matérias-primas, nos próprios países produtores; 3º – a preservação das reservas para não prejudicar as possibilidades futuras de cada país.

Em relação à integração política, o congresso formulou conclusões concretas a respeito da necessidade de uma luta contra as ditaduras. Não se limitou, porém, o Congresso de Lima, à declaração teórica ou à reafirmação de princípios. Deu – permitam-me a expressão os Srs. Deputados

– o nome aos bois e denunciou aqueles países que, na América Latina, são, hoje, verdadeiras ditaduras. É por isso que assim se inscreve a conclusão contra as ditaduras no Congresso Democrata Cristão de Lima:

O congresso denunciou os governos de Nicarágua, de São Domingos, do Haiti e do Paraguai como tiranias que merecem a condenação unânime dos povos da América. O congresso pede aos governos dos países democráticos uma atitude mais enérgica do que a observada até hoje.

E conclui: “E deve considerar-se indigno o fato de que a recente declaração de Santiago tenha sido subscrita pelos representantes desses países”.

O congresso ouviu o relatório das conclusões da Reunião de Santiago. Mas, meus prezados colegas, é realmente uma ignomínia que se pratica em relação à declaração contra ditaduras e que essa declaração seja assinada pelos representantes de quatro ditaduras. Melhor seria que não houvesse a declaração de Santiago, que afirma os princípios de liberdade e de democracia, mas que é subscrita, numa transação indigna, por nações onde os parlamentos estão suprimidos, e cujos ditadores assinam ao lado dos representantes dos países livres. Se quisermos fazer uma luta objetiva, não de palavras, mas uma demonstração corajosa contra as ditaduras, é preciso que a diplomacia, inclusive a brasileira, caminhe por terrenos mais concretos e realize aquilo que algumas nações conseguiram, como na Conferência de Caracas, onde se reuniram as nações da América para defender a democracia. Aliás, Uruguai e Costa Rica recusaram-se a comparecer ao conclave por se realizar num país de regime ditatorial.

A conclusão que menciono revela o teor concreto, a disposição não de dizer palavras que agradem, mas de tomar atitudes que representam a última esperança dos povos da América Latina. A luta contra as ditaduras não é apenas uma luta em defesa dos princípios teóricos de liberdade. As ditaduras representam, na América Latina, o instrumento comum de opressão de trustes internacionais que, para manter seu privilégio, fomentam revoluções e mantêm governos discricionários, porque é mais fácil negociar com as antecâmaras das ditaduras do que com aquelas nações onde existem câmaras com representantes do povo, onde o povo

tem a sua voz e onde os governantes devem dar satisfações e explicações ao povo que governam.

Em relação à política da América Latina e em relação aos Estados Unidos, o Congresso dos Democratas Cristãos recomendou aos militantes de toda a América Latina uma política que se define em poucas palavras: amizade sem entreguismo. Amizade sem entreguismo deve constituir a posição a ser seguida por todos aqueles que, respeitando as circunstâncias históricas em que nos encontramos, respeitando, como devemos, a amizade com os Estados Unidos, não devem ter, entretanto, uma posição de subserviência ou, para usar expressão consagrada em toda a América Latina, uma posição de entreguismo a grupos internacionais que não representam e não podem representar o pensamento da nação norte-americana.

Outra conclusão do congresso em relação à integração política é relativa à união parlamentar e diz:

Para promover a aproximação dos povos do continente e facilitar o debate dos seus problemas fundamentais, o congresso aprova a formação de uma União Parlamentar da América Latina e a realização periódica de congressos parlamentares latino-americanos.

Principalmente em relação ao problema candente dos gastos militares, considerando que as nações da América Latina gastam mais de um bilhão e duzentos milhões de dólares todos os anos para a compra de armamentos ou para a manutenção de exércitos, preparando guerras impossíveis ou alimentando rivalidades inconcebíveis e antipatrióticas, o Congresso de Lima aprovou a seguinte resolução:

Aos partidos democratas cristãos do continente: que trabalhem para a realização de uma Conferência Latino-Americana com o objetivo de ser realizado um acordo continental que limite as aquisições de armamentos às necessidades de defesa, e os recursos economizados sejam aplicados no desenvolvimento econômico e na elevação do nível de vida dos povos da América Latina.

São essas as conclusões com as quais presto contas, ao parlamento brasileiro, desse encontro internacional dos democratas cristãos. Nada mais desejando eles do que representar no Brasil e na América essa força

nova, que não aceita as estruturas capitalistas, que não quer a estrutura comunista, mas que, com base na fraternidade humana, colocando de lado a indiferença individualista e burguesa, colocando de lado o ódio, o rancor da subversão e da agitação social, pretendem, em nome da fraternidade, em nome da pessoa humana, em nome do amor ao próximo, realizar essa autêntica fraternidade para que o Brasil e para que a América sejam cristãos, não apenas pelas palavras, pelos gestos ou pelos monumentos, mas pela inspiração de sua vida, pela justiça, pela humanidade das suas estruturas econômicas, jurídicas e sociais.

Princípios da Democracia Cristã

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 20/4/1961, p. 2599.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, desejo ler, para que conste nos anais da Câmara dos Deputados, a Declaração de Curitiba, documento com que se encerrou a última convenção, realizada no estado do Paraná.

Com modificações na estrutura do partido, no sentido de maior democratização dos seus quadros, fortalecendo os núcleos de base, isto é, os diretórios municipais, e de melhor ajustamento nos seus órgãos dirigentes no plano nacional e estadual, pela divisão de trabalho e distribuição de tarefas, a convenção do Paraná aprovou a seguinte declaração, que foi denominada Declaração de Curitiba:

A XIX Convenção Nacional do Partido Democrata Cristão, reunida em Curitiba nos dias 8 e 9 de abril de 1961, resolve aprovar a seguinte Declaração de Princípios:

O Partido Democrata Cristão tem por finalidade trabalhar pela instauração, no Brasil, de uma autêntica democracia política, econômica e cultural. Para isso propõe-se a promover uma ação ampla de base popular e chama a colaborar no seu esforço todos aqueles que aceitem a linha ideológica da Democracia Cristã, firmada nas seguintes posições fundamentais:

Terceira força

A Democracia Cristã constitui uma terceira posição ideológica e política distinta do liberalismo e do marxismo. Em oposição ao capitalismo, que nega a justiça, e ao comunismo, que esmaga a liberdade, a Democracia Cristã luta pela instauração de uma ordem social que realize a justiça sem destruir a liberdade.

Pessoa humana

Afirma a dignidade pessoal do homem como valor fundamental da ordem econômica, social e política. Recusa e combate todos os regimes que reduzem os homens a simples instrumentos de poder econômico ou à condição de massas dirigidas pelo Estado. E, conseqüentemente, proclama a necessidade de um esforço contínuo de humanização de todos os setores da vida social.

Bem comum

Afirma que a finalidade de toda ação política é o bem comum e que a realização deste, na sociedade contemporânea, exige reformas de estrutura nas instituições sociais, e não apenas moralização dos costumes ou simples medidas de assistência paternalista.

Pluralismo

Afirma que essas reformas de estrutura e promoção do bem comum se hão de fazer mediante a necessária intervenção do Estado, mas no sentido de uma descentralização, ou pluralismo comunitário, que respeite e fortaleça os grupos sociais intermediários como a família, o município, o sindicato, a empresa, a escola, a cooperativa e outros, que não poderão ser absorvidos ou eliminados pelo poder centralizador do Estado.

Propriedade para todos

Afirma o direito de propriedade extensivo a todos os homens, especialmente em relação à moradia, à terra e aos meios de produção. Combate a concentração da propriedade em mãos de uma minoria ou a supressão da propriedade pelo Estado. Nesse sentido, defende a necessidade de uma reforma agrária e de uma reforma na estrutura da empresa econômica.

Comunidade internacional

Afirma a necessidade de organizar as nações numa comunidade internacional que, inspirada nos princípios da solidariedade, defenda os direitos fundamentais da pessoa humana, estabeleça a igualdade jurídica

dos Estados, reconheça o princípio da autodeterminação, promova o desenvolvimento e realize a paz. Recusa, por isso, o imperialismo, o colonialismo e todas as tendências que provoquem a discórdia e a guerra.

Fraternidade

Afirma a inspiração de toda a vida pública pelo espírito de fraternidade em oposição à indiferença egoísta do individualismo burguês e ao ódio de classe, de raça, de nacionalidade ou de religião.

Completa-se esta declaração de princípios doutrinários com as seguintes normas, que devem condicionar a escolha das linhas de atuação do partido nos campos político-administrativo, econômico-financeiro e humano-social:

- 1 – conciliar, no campo político-administrativo, os princípios da igualdade e da liberdade com as exigências da hierarquia e da ordem;
- 2 – conciliar, no campo econômico-financeiro, o exercício da livre iniciativa e o uso da propriedade privada com as exigências do bem comum social e do direito à igualdade de oportunidades que deve ser garantido a cada brasileiro, para realizar seu bem estar individual;
- 3 – harmonizar no campo humano-social de um lado os direitos e deveres recíprocos do capital e do trabalho, dentro dos postulados da justiça comutativa, distributiva e social, de forma a ligar o atendimento das reivindicações crescentes dos trabalhadores a novos estímulos a maior produtividade e, de outro lado, a respeitar, nas suas relações com a sociedade, com o Estado, a dignidade intrínseca da pessoa humana.

O Partido Democrata Cristão com base nas posições fundamentais acima anunciadas, adota, como pontos fundamentais de sua atuação política imediata:

- 1 – O nacionalismo, entendido como uma atitude visando a superação da espoliação econômica e da opressão social e como meio de proporcionar ao país o pleno exercício de sua soberania e o máximo de aproveitamento de seus recursos econômicos com os quais possa melhorar os níveis de vida da população.
-

- 2 – A libertação dos países subdesenvolvidos e a composição de bloco de países latino-americanos voltados contra as opressões dos imperialismos.
 - 3 – A necessidade da união dos povos livres contra o colonialismo sufocador da liberdade.
 - 4 – O princípio da igualdade entre os Estados soberanos e, por decorrência, a supressão do direito de veto concedido às grandes potências na ONU.
 - 5 – O desarmamento das potências militares, como forma de aliviar o mundo das tensões criadas pela guerra fria e proporcionar ambiente em que a violência possa ser superada pela justiça.
 - 6 – O comércio e relações diplomáticas com todos os povos.
 - 7 – O direito de todas as nações de optar democraticamente pela forma de governo que julgarem conveniente.
 - 8 – Combate às remessas indiscriminadas de fundos, juros e lucros para o exterior, que importem em ônus excessivos à economia nacional – regulando-se a matéria em lei substantiva, de preferência sob a forma de um Código Brasileiro de Investimentos.
 - 9 – A reforma agrária que, atendendo às peculiaridades regionais, promova a eliminação do latifúndio e do minifúndio improdutivo com a justa distribuição da propriedade rural, possibilitando, a salvo da exploração e da opressão, a organização dos trabalhadores rurais em comunidades democráticas de produção e abrindo para o homem do campo condições econômicas e sociais estáveis que propiciem o bem-estar e o aumento da produtividade.
 - 10 – A revisão da legislação do imposto sobre a renda isentando os rendimentos que não ultrapassem cinco vezes o valor do salário mínimo e tributando, sem exceção, em progressão sem limite, os rendimentos acima dessa quantia e, fortemente, os lucros extraordinários, ressalvados os investimentos que terão taxação menor.
 - 11 – Lutar pela aprovação de uma lei antitruste que confiará ao poder público a faculdade ampla de combater e eliminar os quistos de exploração constituídos pela concentração do poder econômico e pela sua interferência no mercado produtor e no consumidor.
-

- 12 – Promover a reforma da estrutura da empresa, propiciando ao trabalhador a participação nos lucros, na propriedade e na gestão, especialmente quando a sua participação no capital da empresa através da aplicação do Fundo de Aplicação lhe der direito imediato.
 - 13 – Defender a Petrobras como instrumento de libertação econômica do Brasil.
 - 14 – Confiar aos governos locais uma soma maior de atribuições ligadas à realização do bem-estar econômico-social de seus governados (educação primária e profissional elementar; assistência médico-hospitalar; fomento da produção; segurança pública; transportes urbanos e rurais; distribuição de energia elétrica; abastecimento de água; saneamento urbano etc.) conferindo-se-lhes, paralelamente, um maior quinhão na partilha das rendas públicas.
 - 15 – Reformular o sistema eleitoral burlado pelos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, para que as campanhas eleitorais não dependam do poderio financeiro, cabendo ao Estado divulgar o nome dos candidatos, em termos de igualdade.
 - 16 – Adotar o planejamento e a descentralização e o controle como processo necessário à eficiência da administração e a adoção de processos científicos na solução efetiva de seus problemas.
 - 27 – Necessidade da sindicalização rural, regulamentação do direito de greve e estabelecimento da legislação trabalhista para o homem do campo.
-

Democracia, justiça social, reformas política e econômica

Diário do Congresso Nacional, Seção I (Suplemento), de 10/7/1962, p. 4-5.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, com as manifestações que acabamos de ouvir, dos maiores partidos desta Casa, já se pode considerar decidido o apoio da Câmara à indicação do professor Brochado da Rocha.

Os votos favoráveis, que na bancada do Partido Democrata Cristão S.Exa. vai receber, terão a significação de um apoio e de uma lembrança.

Os acontecimentos de que todos participamos – essas crises que acompanharam a substituição do governo – não são apenas políticos, mas o reflexo da crise mais profunda. Não foi a crise engendrada por um homem ou por um grupo de homens. Ela decorre da crise mais profunda que não apenas o Brasil, mas todas as nações de estágio semelhante estão enfrentando, neste momento. Basta abrir os jornais para perceber o mesmo problema em dezenas de nações nos dias de hoje. Trata-se de manifestações de uma crise que está na base da estrutura social, que Toynbee classifica mesmo como crise da civilização. É para esse aspecto mais profundo que precisamos voltar nossas preocupações. E é para esse aspecto que a bancada do Partido Democrata Cristão pede a atenção dos Srs. Congressistas e daqueles que vão integrar o futuro gabinete de ministros.

O desenvolvimento, que representa a grande preocupação dos estados modernos, tem trazido como consequência não apenas o progresso tecnológico, material ou social, mas, ao lado de resultados impressionantes que a ciência e a técnica têm oferecido com a produção extraordinária de gêneros, utensílios e máquinas, o mundo apresenta o contraste tremendo da miséria e da fome, da ignorância e da enfermidade. O grande problema que preocupa os congressos internacionais é hoje o dos excedentes de trigo, de cereais e de carne. Mas, ao lado desses excedentes, o que se vê é a miséria, a fome, a ignorância, as enfermidades endêmicas de milhões de homens em todas as partes do mundo.

Diante desses problemas da miséria, da fome, da ignorância, contrastando com a riqueza fácil de alguns; diante dessa desigualdade e desse desequilíbrio entre nações plenamente desenvolvidas, cada vez mais ricas e mais fortes, e nações subdesenvolvidas, cada vez mais fracas e mais dependentes; entre classes cada vez mais numerosas e mais sofredoras e castas cada vez menos numerosas e mais poderosas; entre regiões cada vez mais fortes e regiões cada vez mais miseráveis e mais desesperadas; diante dessa série de desequilíbrios impõe-se uma reflexão e uma tomada de rumos. Uns desejam ignorar esse problema mais profundo, pretendem esquecer os males, não ver o problema, a inquietação, a dúvida, a crise, que é real, que não é artificial e que é profunda. Querem fechar os olhos, cruzar os braços. Adotam uma posição conservadora. Achem que não há privilégios a serem destruídos, acham que não há reformas estruturais a serem realizadas.

É para esse mal que precisamos ter os olhos presentes e afastar das preocupações do parlamento essa mentalidade conservadora, egoísta, dos braços cruzados, que pretenderia ignorar o grande problema e só ver os aspectos superficiais de crises passageiras.

É preciso também denunciar, ao lado da posição conservadora, a posição subversiva daqueles que, aproveitando-se dessas crises, querem servir-se delas para prestar processos revolucionários não no sentido da promoção da justiça, da paz e de uma democracia autêntica, mas da subversão, da violência, com a implementação da ditadura, seja de matiz direitista ou esquerdista, mas todas esmagadoras da liberdade e negadoras da dignidade humana.

Contra a posição conservadora e cega, contra a posição subversiva e totalitária, é necessário afirmar uma posição progressista que veja corajosamente os problemas e que se disponha a consertá-los mediante reformas estruturais como aquelas que foram aqui definidas.

Reformas de base como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma da estrutura da empresa econômica, a reforma eleitoral, a reforma administrativa, a reforma bancária, a reforma tributária – todas elas orientadas no sentido de serem instrumentos para a promoção da justiça e a eliminação dessas desigualdades. Reformas necessárias à criação de uma sociedade em que, em face das inovações que a técnica tem trazido, o progresso sirva não apenas a alguns, mas esteja a serviço de todos os homens e de todos os povos.

É essa a posição que os democratas cristãos, ao lado de trabalhistas, de progressistas, de democratas de todas as correntes desta Casa, desejam ver vitoriosa na ação do governo que se inicia.

Mas não basta a promoção corajosa da Justiça. É preciso também afirmar – no parlamento mais do que em qualquer outro lugar – a necessidade da preservação rigorosa da legalidade democrática. A democracia não representa apenas uma fórmula jurídica mas principalmente a condição de defesa da própria dignidade humana. Àqueles que se lembram, neste momento, de recorrer à força para instituir ditaduras de qualquer matiz, recordo o depoimento que ouvi recentemente de um líder de orientação diametralmente oposta àquela que defendo. Um líder comunista, advertido dos riscos da implantação de uma ditadura de direita como consequência de suas agitações, respondeu, e eu deixo essa palavra como advertência àqueles que, com pouco apego à democracia, com facilidade se voltam para as tentativas da subversão da ordem pela implantação de qualquer tipo de ditadura – repito, respondeu o dirigente comunista: “Uma ditadura de direita não nos amedronta, porque achamos que o Brasil não está preparado, ainda, para um Fidel Castro. Ele precisa ter, antes, um Batista”.

É esse, Srs. Deputados, o caminho para onde poderão levar-nos aqueles que, cegos diante da profundidade do problema, tentarem encaminhar-nos para a ditadura.

A ditadura da direita é o melhor caminho para uma ditadura da esquerda. O Brasil não quer, não deseja e não terá – pois o seu povo repele – ditadura de direita nem de esquerda. É necessário um apelo à consciência, ao esforço e ao sacrifício de todos para que preservemos a nossa democracia. Por isso, estão de parabéns hoje esta Casa e o Brasil, porque acaba de ser encontrada uma fórmula que, preservando a fórmula democrática e respeitando rigorosamente os dispositivos de nossa Lei Magna, permite-nos caminhar para uma solução. O Brasil terá um governo que se dispõe a encaminhar essas reformas e respeitar as liberdades constitucionais. Aqui estaremos para aplaudir e apoiar aqueles que desejarem fazer as reformas exigidas pela Justiça e defender a democracia, a liberdade e a condição de dignidade humana.

Homenagem ao papa João XXIII

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 13/6/1963, p. 3259-61.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, encaminho à Mesa, solicitando a sua transcrição nos anais da Câmara, o discurso do Sr. Arcebispo de Brasília, D. José Newton de Almeida, proferido nas exéquias do papa João XXIII.

Ao lado das homenagens prestadas por esta Casa, penso deva figurar esta peça, pela autoridade do subscritor e pela significação do conteúdo.

Para se ter uma idéia da significação humana, social e atual da oração, basta lê-la, como vou fazer: *“Non enim misit Deus. Filium suum in mundum, ut iudiset mundum, sed ut salveiur mundus per eum”* [Deus não mandou seu Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para salvá-lo por Ele (Jo 3:17)].

Jamais me passaria pela mente, Sr. Presidente e nobres ouvintes, traçar o perfil de um gigante imortal. Peço licença, tão-somente, para cumprir o dever de acompanhar, também com o balbuciar de algumas palavras, o gesto transbordante de dignidade, de respeito e de sincera homenagem com que o Governo do Brasil despetala sobre esse túmulo recém-aberto as flores de um místico jardim: o das reflexões de seu pensamento e dos sentimentos doridos do coração.

Há poucos dias, o mundo, e nós todos, vivíamos sob o peso de uma consternação cuja intensidade não possuía medida nem limite, tão incomensuravelmente grandes eram os seus termos: a vida, exuberante de bondade, de um ancião que conquistara o coração de todos os homens de boa vontade, e o martírio infindo a que o reduzira a enfermidade inexorável.

Aconteceu o que sinceramente não desejávamos: morreu o “papa da bondade”! Mas a sua luz, que não bruxuleou entre os sofrimentos da agonia, continua e continuará a refulgir. Pelo que se conhece da vida de João XXIII – origem e família, estudante e sacerdote, prelado, delegado

apostólico, núncio em Paris e pastor de almas em Veneza, até o profícuo pontificado na cátedra de Pedro – está-se diante de um homem de conduta linear, igual, coerente.

Tudo ele encarou com a serenidade dos homens unidos a Deus, sem nada temer, nem mesmo a morte. Foi sempre um exemplo de fé, de confiança e de amor. Por isso, ao soar o honrado supremo sacrifício, reconheceu no leito de dor um altar, e no seu ser a hóstia da imolação, do holocausto pelos homens – pelo concílio, pela Igreja, pela paz.

Morreu como D. Pio X, pobre e ignorando se possuía alguma coisa: “Estou tranqüilo, sempre desejei cumprir a vontade de Deus. Sempre, sempre”.

Não mentia. Sacerdote novo, ao ser convocado pelo seu bispo do Bêrgamo para secretário particular, fora essa a linguagem. Mais tarde, quando Pio XI o constituiu diretor da obra da propagação da fé, sua disposição de ânimo não mudara. Promovido a arcebispo e delegado apostólico na Bulgária e, depois, na Turquia, Romênia, Grécia, escolheu como lema episcopal o célebre estribilho de Bardino: “*Obedientia et pax*” (Obediência e paz). Quando prosseguiu na ascensão da nunciatura de Paris e do patriarcado de Veneza até o sumo pontificado, continuou a desdobrar serenamente a sua divisa: “*Voluntas Dei pax nostra*” (A vontade de Deus é a nossa paz).

Não se caracterizou jamais pela glória, mas pela humildade; não a grandeza do dom que lhe cabia, mas o nada que tornava possível aquela plenitude. Uma humildade que não tomou conhecimento de si mesma, com a malícia que a invertesse e a transformasse em orgulho. Humildade e grandeza de alma foram nele uma só virtude, porque em ambas só procurou o louvor de Deus – “*Voluntas Dei pax nostra*”. O que o mundo viu em suas atitudes e ouviu de seus lábios durante o curto mas glorioso pontificado foi o estilo de toda uma existência.

Espírito de tranqüila confiança e de otimismo realista, de grandeza, lealdade e simplicidade, de humildade pura, sempre manifestado a grandes e a pequenos, nos contatos freqüentes de autêntico pastor, nos discursos e até nos documentos os mais significativos de seu governo, não gostava de polêmica; preferia dialogar, como amigo.

Tudo isso, fez de João XXIII um homem “pacífico”, no sentido mais genuíno e evangélico da palavra, e, por isso, mais do que ninguém, capaz

de preparar os ânimos universais ao desarmamento dos espíritos, que é o pressuposto da verdadeira paz.

Conseguiu o que alcançaram os tiranos, guerreiros e dominadores – avassalou o mundo, o mundo inteiro, em torno da sua obra de paz e de harmonia. Ninguém perguntará com que armas, com que engenhos desta era atômica, com que mistérios da revolução tecnológica obteve efeito tão universal e em tão pouco tempo... Se houve segredo, foi o eterno segredo de Deus, do Deus dos exércitos, que é fonte de toda a ciência, que criou a menor energia até agora descoberta pelo homem no menor corpúsculo, que espalhou os espaços do universo e tirou do nada as moléculas para constante quebra-cabeça da limitada inteligência humana, que também é criatura sua, mas, sobretudo, que se constitui na própria bondade, da qual derivam todos os eflúvios do que é bom e de quem é bom, e, por isso, disse: “Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra”. A arma potente de João XXIII foi a da bondade!

Ao atingir a plenitude dos sessenta anos, Ângelo Roncalli escreveu que sentira a tentação de se considerar velho. E acrescentou:

É preciso reagir; a despeito das aparências externas, importa conservar vívida a juventude do espírito. Isso agrada ao Senhor, edifica as almas e faz bem a nós mesmos, que temos obrigação de semear alegria e otimismo entre os outros.

Naquela ocasião, ofertam a um amigo sua fotografia, com essa dedicatória original: “Este é monsenhor Roncalli, aos sessenta anos. É a idade mais bela: saúde boa, crescido juízo, melhor disposição para considerar as coisas com clareza, com mansidão, com otimismo confiante”.

Foi sempre assim, também aos setenta e, depois, aos oitenta anos. Estava sempre disposto ao exercício sem tréguas das boas interpretações. Respeitando o jugo da Igreja, a ele poderíamos aplicar aquela sentença do padre Faber: “O homem que habitualmente tem dos outros pensamentos bons, baseado em motivos sobrenaturais, não está longe da santidade”. Nas andanças de delegado apostólico nos Bálcãs, um monge lhe dissera, em estilo original: “Monsenhor, desejo-lhe a doçura de Davi e a sabedoria de Salomão”. Não era profecia, porque o prelado já possuía ambas as virtudes.

Na verdade, entretanto, foi como papa que Ângelo Roncalli se tornou conhecido e empolgou o mundo. E nós sentimos a vontade de perguntar:

afinal, quem é o papa, esse gigante que domina a história e que supera o tempo e a morte? Quem é esse misterioso, cuja palavra repercute sem fronteiras e sem limites? Responderei com um testemunho singular a trazer consigo o poder e a simpatia irresistíveis da inocência.

Aconteceu nos tempos de D. Pio X, de quem João XXIII foi verdadeiro sócia moral. Realizavam-se então, no Vaticano, inesquecíveis reuniões infantis de primeira comunhão, presididas pelo meigo pontífice da eucaristia. “Vocês me prometem que serão sempre bons, como neste dia em que, por sua vez primeira, receberam Nosso Senhor em seus coraçõezinhos?” Voz argentina se antecipou às dos colegas, espontânea e cheia de adorável simplicidade: “Sim, Jesus!”

Está aí a síntese admirável da doutrina de todos os tratados sobre o pontífice romano. O papa é um homem, que é mais do que um homem, como a hóstia é um pão, que é mais do que um pão. O papa é Jesus vivo sob uma figura humana – aquele de quem está escrito: *“Potesto eius, potesto eterno, et regnum eius quode num coscumpetur”* (O seu reinado não conhecerá o acaso, o papa verá o fim do mundo).

A poderoso estadista europeu, Leão XIII mandou dizer: “Vós sois uma potência que passa. Nós somos uma potência que fica!” Semelhante afirmativa partiu dos lábios octogenários de Pio XI em pleno apogeu dos totalitarismos... E que terá dito Pio VII aos arroubos de Napoleão? Passou o empavonado guerreiro, o papa continuou na atividade quase misteriosa de João XXIII.

Jesus Cristo fundou uma Igreja, e essa única Igreja, querida pelo divino Fundador, não poderá ter senão um só chefe visível, escolhido pelo próprio Cristo e por ele investido dos devidos poderes de apresentar e de governar a Igreja única. Será ele a “pedra fundamental”, a garantir a unidade e a estabilidade do edifício: esse chefe visível único, esse único pastor do único rebanho, esse único fundamento escolhido por Jesus para a sua Igreja é Pedro. Acabou de ser João XXIII. Amanhã será escolhido o sucessor do papa Roncalli, o novo Pedro redivivo.

Quanto à obra opulenta do finado pontífice, farei apenas duas leves alusões, ambas recendem o perfume da paz e da união – uma sobre as encíclicas sociais, outra sobre o concílio.

Integrando-se na missão da Igreja, que, como a do divino Fundador, é essencialmente missão de paz, o “papa da bondade”, já na sua encíclica programática, que foi a *Ad Petri Cathedram*, indicava a verdade, a unidade

e a paz como sendo os três bens indizíveis a conseguir e promover, segundo o espírito da caridade cristã. E afirmava que a concórdia entre os povos e as nações pressupõe a harmonia e a paz na família. É de notar que um dos primeiros atos de governo do santo padre João XXIII foi promover geral e metucioso reajustamento salarial para todos os funcionários do Vaticano. Nada faltou, nem salário-família nem casa própria. Aquele que ia escrever a *Mater et Magistra* queria ser um papa coerente.

A linha mestra da doutrina social cristã, sobretudo a partir de Leão XIII, até a *Pacem in terris*, que é um complemento da *Mater et Magistra*, nunca mudou na substância, apenas se adaptou às circunstâncias mutáveis e mudadas do mundo. As diferenças acidentais, especialmente na interpretação dos princípios, provam apenas a catolicidade da Igreja, em que variantes conseguem viver em paz e completar-se umas às outras, como aconteceu – às vezes com bastante calor – nos debates da primeira sessão do Congresso Ecumênico, salvo sempre o empolgante denominador comum da fé e do vigário de Cristo. Era a dupla presença da fé, “como farol que vivifica”.

Nunca se deveriam confundir os limites dos dois domínios – o da verdade essencial e o das circunstâncias acidentais. Daríamos um pequeno exemplo aludindo ao direito de propriedade e a sua função social para dizer, dentro da linha de João XXIII, que, quanto mais uma verdade, mesmo sobrenatural, for apresentada só e unicamente à inteligência, mais se correrá o risco de a dissecar e de ir pagar a um resultado diferente daquele que se tinha proposto: a ciência não dispõe quase nada ao amor. Não é possível que a nossa época se petrifique numa “douta ignorância”.

É ainda desse documento esta frase do arcebispo de Brasília, dirigida a todos os homens responsáveis pela coisa pública do Brasil:

Soa aqui desafio à sabedoria de todos os homens públicos, de todas as nações da Terra, porque urge superar a luta de classes, o desequilíbrio entre os dois terços de países subdesenvolvidos e o terço dos desenvolvidos e o radicalismo escandaloso dos dois blocos militares, a fim de promover uma paz que seja “fruto da justiça” e uma fraternidade digna de pessoas livres e de nações independentes.

Dando sentido atual e brasileiro a essa pregação, lembra o arcebispo de Brasília que, há mais de quinze anos, zeloso prelado brasileiro, bispo da

campanha, em Minas, fez correr pelo país inteiro a sentença que se tornou célebre: “A reforma agrária se fará: por nós, sem nós ou contra nós”.

Não se pode afirmar que a hierarquia em nossa pátria divirja quanto à necessidade urgente de corrigir os abusos que a nossa situação social apresenta. O que hoje clamam os bispos do Brasil é pela urgência salvadora daquelas medidas positivas, que as encíclicas sociais reclamam.

O que está em jogo é que o direito de propriedade é um direito de todos, e a estrutura agrária de nosso país está condenada histórica, social e cristãmente. Desafio à sabedoria de nossos homens públicos é também a especulação imobiliária, que gera favelas. Desafio urgente à administração pública é a não-descoberta do bem comum e o serviço não prestado ao povo. Aludiríamos ainda a outros setores como o da saúde, porque o Brasil continua num vasto hospital, e o da educação, por sermos metade analfabetos, mas eu não tenho o direito, não posso me substituir à eloquência imortal desse cadáver!

Longe de nós o neutralismo moral ou a indiferença perante a verdade estabelecida; para longe o irenismo fácil e, mais ainda, o compromisso com o erro; nada de “paz a qualquer preço”, mas confiança na bondade fundamental da natureza humana, ferida mas não destruída pelo pecado, e solicitude de jamais confundir o mal com quem erra, pois este conserva sempre a dignidade de pessoa.

Quem examina a doutrina social da Igreja e estuda as encíclicas sociais de João XXIII verifica irresistivelmente que a Igreja Católica, mãe e mestra de todos os povos, não tem miras de predomínio político ou religioso. Ela considera o dom da verdade que lhe foi confiado como acrescida responsabilidade, e a autoridade que lhe foi conferida por Cristo, como um serviço a ser prestado generosamente. A sua preocupação é a de promulgar, tutelar e reivindicar os legítimos direitos de todos os seres humanos, sem discriminação de raças, de posição social nem de fé ou de ideologia política, disposta a reconhecer o bem onde quer que ele esteja presente, considerando os homens todos como filhos do mesmo Pai que está nos céus, e desejosa de assegurar ao mundo inteiro aquilo que o santo padre disse na sua mensagem de Páscoa faz pouco mais de um mês, isto é, “a extensão da paz cristã, que acomoda todas as coisas na sua devida ordem e elimina as fontes de perturbação social e civil”. Se uma preferência ela demonstrar, como se lê na *Pacem in terris*, em favor dos mais fracos e em benefício dos mais humildes e necessitados

de ajuda e de defesa, ela quer ser a Igreja de todos, particularmente a Igreja dos pobres.

Quanto ao Concílio Ecumênico, estamos diante de um morto que por ele ofereceu a sua vida! Fê-lo não somente nos momentos lúcidos da mortal agonia, mas desde o tempos da preparação intensa da magna assembléia. Nas vésperas da abertura do Parlamento de Deus, comparece diante dos telespectadores do mundo (...) e deixa transbordar esta exclamação: “O mundo precisa de Cristo, e é a Igreja que deve dar Cristo ao mundo”.

Nas inauguração do concílio, ao entrar na Basílica de São Pedro, cujas arquibancadas estavam lotadas por 87 cardeais e mais de 2.500 bispos, emocionou-se, dizendo, depois, aos íntimos, que diante do formidável espetáculo perdera a voz, e em lugar das palavras, que lhe faltaram, rolaram-lhe lágrimas nas faces.

Lá estavam também os representantes dos irmãos separados, que diziam: “papa João é um homem humilde e bom, com quem se pode falar, como a velhos amigos”, e aceitaram o seu convite para tomar lugar “na sua casa” e ouvir e pensar. O papa os encorajara, dizendo: “Não haveremos de abrir um processo histórico, não vamos examinar quem tem, ou não, razão. As responsabilidades ficam divididas. Diremos somente: unamo-nos, acabemos com as dissensões”.

O discurso inaugural foi um extravasamento do coração e da mente do santo padre e contém pérolas, como esta:

O espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro aguarda um passo à frente na penetração da doutrina e na formação da consciência, em perfeita correspondência, fidelidade e autenticidade doutrinária, mas exposta e estudada por meio das formas do pensamento moderno.

E esta outra:

Nos dias de hoje, a esposa de Cristo prefere fazer uso da medicina da misericórdia, antes que da severidade. Ela quer ir ao encontro das necessidades de hoje, mas bem por meio da validade de sua doutrina do que de condenações. Não que não existam doutrinas falazes, opiniões e conceitos perigosos que devam ser dissipados e de que se deva precaver. Mas eles estão em tamanho contraste com as normas

da honestidade e já produziram frutos tão amargos e letais, que os homens, por sua conta, sentem já propensão para os rejeitar.

Quando, na noite do memorável dia 11 de outubro do ano passado, comemorando a abertura pela manhã do concílio marcha *aux flambeaux*, de quarenta mil tochas, emprestou aspecto impressionante à Praça de São Pedro, o papa João apareceu na janela do seu apartamento, saldou e abençoou a multidão e entre sorrisos lhe falou assim:

Queiramo-nos sempre bem, olhemo-nos reciprocamente para colher tudo o que une e dissipar tudo o que desune. Voltando para casa, fazei uma carícia aos vossos filhos e dizei-lhes que é a carícia do papa.

Notáveis foram os seus dois encontros com as delegações oficiais dos países que se fizeram representar na inauguração do concílio e com os irmãos separados. Mostrou-se particularmente afetuoso para com as delegações africanas. Falou-lhes assim:

A Igreja não se identifica com qualquer cultura, nem mesmo com a ocidental, porque a sua missão é de outra ordem: a da salvação religiosa do homem. A Igreja, na sua perene juventude, sempre renovada pelo sopro do Espírito Santo, está disposta a reconhecer, a acolher e até a animar tudo aquilo que honra a inteligência e o coração humano nas outras regiões do mundo (...). Não se pode, pois, deixar de seguir, com todo o interesse, os vossos esforços no sentido de encontrar a base de uma cultura de inspiração africana, formulando votos para que essa busca seja orientada por sãos critérios de verdade e de ação (...). Tende confiança na Igreja (...) a universalidade do seu olhar, ao qual não escapam as características humanas de todos os povos, põe-na a serviço de uma verdadeira paz no mundo.

Para receber os irmãos separados, fez questão de criar um ambiente de família e da máxima cordialidade. Abriu a conversação com estas palavras: “Para nos unirmos, é preciso que nos amemos; para amarmo-nos, é preciso que nos conheçamos; para nos conhecermos, importa correr ao encontro uns dos outros de braços abertos”. Papa João emociona a todos, vai ao encontro dos irmãos, toma-lhes pelas mãos, um por um, e repete: “É bom tudo o que une; não é bom o que separa”. Com particular emotividade saudou os representantes do patriarca de Moscou, daquele que dirige as pálidas esperanças de um povo apanhado pela tormenta, mas,

no entanto, dominado por profunda e inextinguível religiosidade. Aos monges protestantes de Taizé disse com profunda humildade: “Procurai ler no meu coração: é possível que lá dentro possais encontrar algo de melhor do que as minhas palavras”. Aos protestantes anglicanos:

Vossa presença, aqui, a emoção que sacode o meu coração de padre e de bispo da Igreja de Deus, a emoção de meus colaboradores, a vossa também, deixai que diga, me levam a confiar-vos o desejo do meu coração, que queima de trabalhar e de sofrer para que se aproxime a hora em que se realize para todos a oração de Jesus na última ceia: Pai Santo, que eles sejam um! Conservai-os na unidade.

No fim do paternal encontro, o papa assegurou que, na manhã seguinte, aplicaria a santa missa “pelas pessoas ali presentes”. Depois, sempre com humildade, perguntou se aceitavam a sua bênção. A resposta, unânime, foi afirmativa, e ele abençoou efusivamente. Ao se retirar da reunião, um anglicano, visivelmente emocionado, disse: “Tivemos um encontro de família, reunida infelizmente por tão pouco tempo, tão pouco tempo...”

Por esse maravilhoso concílio, de renovação, de união e de paz, é que João XXIII se empenhou, com todas as energias e até o derradeiro halo de vida.

Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Exmos. Srs., eis, em pálido debuxo, a formidável herança que um dos maiores papas da Igreja acabou de legar à humanidade: suas virtudes, suas palavras, sua atividade benfazeja, sua vida, sua imortalidade.

A esse “doce Cristo na terra” bem podemos aplicar as palavras do evangelho: Deus não o mandou ao mundo para condenar o mundo, mas para salvá-lo. Abençoada seja sua memória. Que descanse em paz!

A simples leitura mostra a importância e atualidade do documento, que constará dos anais da Câmara.

Juventude Operária Católica

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 14/11/1963, p. 8813-4.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, desejo comunicar à Casa, para que conste dos anais do Parlamento Brasileiro, o manifesto dos jovens trabalhadores de São Paulo, que se reuniram no Congresso da Juventude Trabalhadora, por iniciativa da pujante JOC, Juventude Operária Católica, de fundação do grande cônego Cardijn.

Reunidos, esses trabalhadores, depois de sessões preparatórias, em todos os distritos da capital de São Paulo, aprovaram, afinal, um manifesto que contém reivindicações da maior importância para toda a família trabalhadora brasileira.

Esse manifesto aponta, em primeiro lugar, uma grave deficiência no critério do estabelecimento do salário mínimo, do qual são excluídos, dos cálculos previstos na lei, os recursos para a educação e recreação, de um lado, e os recursos para o pagamento dos descontos para a Previdência Social. Se se quer estabelecer um mínimo necessário para que o indivíduo viva com dignidade, é necessário incluir entre as faces que integram o salário mínimo os recursos para a educação e recreação e os recursos para o pagamento das cotas da Previdência Social.

Pedem providências para o gravíssimo problema da habitação, que torna indispensável uma reforma urbana e a adoção efetiva de planos nacionais de habitação; pedem que se transmita à Casa a satisfação com que a Juventude Trabalhadora recebeu a Lei do Salário-Família, aprovada pelo Parlamento Nacional; pedem que a Câmara, em obediência a preceito constitucional, adote medidas no sentido de abrir caminho para a solução definitiva do problema do conflito entre o capital e o trabalho, mediante a reforma na estrutura da empresa no sentido de uma verdadeira comunidade de trabalho, na qual os trabalhadores não sejam meros executantes, mas compartilhem, consciente e inteligentemente, da vida da empresa, participando dos lucros, da administração e da propriedade; pedem maior atenção dos poderes públicos para as condições de trabalho, especialmente do trabalho do menor e do trabalho da mulher; apelam para um esforço no sentido

de uma sindicalização maior da classe trabalhadora e para que os sindicatos se libertem de influências estranhas à vida sindical; fazem um apelo candente em favor da reforma agrária; dirigem um apelo em favor de uma regulamentação da profissão da empregada doméstica e conciliam com a afirmação de que não bastam simples medidas de moralização nem simples mudanças da mentalidade capitalista, mas torna-se necessária uma reforma estrutural, isto é, reforma de raiz.

Sr. Presidente, passo a ler, na íntegra, o documento ao qual me refiro:

Manifesto dos jovens trabalhadores

Os jovens trabalhadores, reunidos no 2º Congresso da Juventude Trabalhadora de São Paulo, realizado de 9 a 10 de novembro nesta cidade, conscientes da enorme gravidade do momento presente como também da grande “chance” que a situação histórica lhes oferece, desejosos de atuar verdadeiramente na transformação do Brasil, depois de sérios debates lançam o seguinte manifesto:

A situação salarial: julgamos que o salário deve ser tal que possibilite: a) uma vida humanamente digna ao operário; b) à sua família e c) a constituição de reservas e economias.

- 1 – Ora, o regime de salário mínimo a que está submetida a grande maioria dos operários não satisfaz a nenhuma dessas exigências, uma vez que não possibilita ressalvas, não considera a família e não oferece condições mínimas ao indivíduo, em especial para a sua educação e para divertimentos. Por isso o regime do salário mínimo é injusto e deve ser modificado.
 - 2 – E quando consideramos que esse baixíssimo salário é, em grande percentagem, consumido nos aluguéis de casa, criminosamente elevado pela exploração mobiliária; quando consideramos que grande parte de nossos irmãos operários moram em cortiços e favelas com condições infra-humanas, lançamos nosso brado para que a reforma urbana não tarde tanto.
 - 3 – Não podemos calar nosso veemente protesto pela exploração a que estão escravizados os menores (trabalhadores), cuja lei é fraudulentamente desobedecida. Para eles exigimos possibilidades
-

de verdadeiro aprendizado profissional por meio da criação de escolas técnicas e profissionais gratuitas, cujo número é irrisório para a enorme marca de jovens de nosso parque industrial, e que dentro da própria indústria haja certeza de aprendizado progressivo. As leis nesse sentido não estão sendo cumpridas, por isso exigimos maior fiscalização dos sindicatos, do Juizado de Menores e da Delegacia Regional de Trabalho para cessar a exploração existente.

- 4 – Reconhecemos como autêntica conquista da classe a aprovação do salário-família, que já constitui um verdadeiro passo para o conceito de salário justo e abre as portas para maiores conquistas da reforma do regime salarial.
 - 5 – Devemos constatar com a maior tristeza e vivo repúdio que os minguados salários são ainda espoliados pelos institutos de aposentadoria, que esbanjam o dinheiro do suor do operário, quase nada fazendo em seu proveito. A situação calamitosa de nossos institutos exige uma atuação imediata e veemente, em especial dos sindicatos, no saneamento de tão grande mal.
 - 6 – Todas essas exigências têm para nós um sentido de abrir o caminho para a solução definitiva no campo das empresas, que é a constituição de comunidades de trabalho, onde os trabalhadores não sejam meros executantes, completamente passivos, mas participem dos lucros e da direção da empresa.
 - 7 – No referente às condições de trabalho a que está sujeita grande parte dos trabalhadores, notamos que horas extras excessivas, trabalhos insalubres sem proteção alguma, injustas condições de contrato tornam infra-humana a vida de muitos trabalhadores. A imensa massa não participa do progresso brasileiro, mas vive imersa em degradante miséria.

O sistema econômico vigente compromete a dignidade humana porque entorpece o sentido de responsabilidade e impede iniciativa pessoal.
 - 8 – A mulher operária sente também, e às vezes com maior agudeza, as condições humilhantes de seu trabalho, que não respeita a sua condição de mulher, quando a Consolidação das Leis do Trabalho é sistematicamente desobedecida, quando não tem possibilidade
-

de cuidar de seu lar e de seus filhos. Imersas no mundo do trabalho, elas também querem participar de suas lutas e de suas conquistas.

- 9 – Constatamos com tristeza que a grande maioria das trabalhadoras não são sindicalizadas e pouco participam ativamente de suas lutas. Por um lado, são levadas pela inconsciência em que vivem, por medo de perderem seus empregos em fábricas que movem verdadeira guerra contra os trabalhadores sindicalizados; por outro lado, infelizmente a atuação sem autenticidade de muitos dirigentes sindicais comprometidos com patrões, partidos políticos, e não com a promoção autêntica da classe, põe em descrédito o maior meio de defesa dos trabalhadores. Nosso apoio a que essas dificuldades sejam vencidas por um verdadeiro compromisso com a classe trabalhadora, verdadeiro espírito de luta e lealdade.
- 10 – Com imenso sentido de solidariedade humana, sentimos como em nossa própria carne as gritantes injustiças e péssimas condições a que estão submetidos nossos irmãos camponeses, constituindo uma afronta à dignidade humana. Sua luta é também a nossa luta; por isso exigimos uma reforma agrária digna desse nome, com acesso à terra, garantias de crédito, de preços mínimos e de assistência técnica e educacional. Para tanto julgamos necessária a reforma da Constituição no seu artigo 141, § 18. Saudamos os dirigentes dos sindicatos rurais e conclamamos a que lutem para que a reforma agrária não tarde e não venha a ser tarde demais.
- 11 – Apoiamos integralmente o Manifesto das Empregadas Domésticas, principalmente no que se refere ao seu enquadramento na CLT.
- 12 – Por tudo isso nosso manifesto é antes de tudo um protesto. Protesto contra a estrutura em que vivemos, em que a tida grande parcela da população não tem possibilidades concretas de realizar seus direitos e deveres fundamentais – em que o direito à liberdade, ao trabalho, à educação, à propriedade, à verdade são meras palavras sem realidade em suas vidas.

Por isso não queremos simples moralização de atitudes, não simples mudanças neo-capitalistas, mas autênticas e verdadeiras reformas pela raiz.

Não queremos simplesmente consertar o capitalismo existente, mas substituí-lo por outro sistema mais humano, como também não queremos uma revolução que acaba substituindo elites sem nada mudar da sorte do povo, mas queremos aquela revolução que coloca os direitos fundamentais nas mãos do povo.

Essa é a nossa luta; para ela conclamamos todos os homens de boa vontade.

A Comissão Central – Antônio Martins Nogueira, Áurea Yolanda de Oliveira, Amaro Vieira da Silva, Erivaldo Jaguará, Maria José Paiva, João Batista Cândido Osasco.

Esse manifesto foi aprovado na Assembléia de encerramento do 2º Congresso da Juventude Trabalhadora de São Paulo, em 10 de novembro de 1963.

Sr. Presidente, com essas resoluções, estamos preparando alguns projetos de lei que, tenho certeza, contarão com o apoio da maioria dos parlamentares, da Câmara e do Senado da República.

Concluo por expressar nossos mais entusiásticos cumprimentos e aplausos a essa magnífica realização da Juventude Trabalhadora de São Paulo.

Reforma eleitoral

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 12/5/1964, p. 3000-3.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejo trazer à consideração da Casa o texto de projeto de lei de reforma eleitoral, convencido como estou de que ela é a primeira das reformas, porque dela depende a aprovação das demais.

Entre as reformas urgentes, tem lugar destacado a reforma eleitoral.

A experiência das eleições realizadas nos últimos anos vem demonstrando que o sistema eleitoral vigente carece de substanciais alterações. É preciso adaptá-lo à realidade política nacional a fim de que ele não perca as características democráticas de que deve revestir-se e comprometa as bases da vida pública.

Sob vários aspectos a legislação eleitoral está clamando por profunda revisão.

No projeto de lei que temos a honra de submeter a considerações do Congresso Nacional, visamos dar nova feição ao problema da representação, que é o fundamento em que se assenta todo o conjunto de normas que regem a vida política.

Com esse objetivo propomos:

- 1 – a eleição por distritos;
 - 2 – requisitos mínimos para a existência de partidos;
 - 3 – a presidência obrigatória das Convenções Partidárias pela Justiça Federal;
 - 4 – a cédula para todos os pleitos;
 - 5 – a proibição da aliança de partidos nas eleições proporcionais.
-

Eleição por Distritos

Parece hoje fora de dúvida que o sistema atual de eleições para a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas pelo voto diluído em todo o estado dá oportunidade à influência decisiva do poder econômico governamental nos pleitos e impede praticamente a existência de vínculos reais entre os eleitos e os votantes.

Para caracterizar o erro do sistema, basta mencionar o caso do eleitor no Estado de São Paulo, que, no último pleito, devia escolher um dentre 10.636 candidatos à Assembléia Legislativa. É evidente que ninguém pode sequer conhecer e, menos ainda, escolher coincidentemente entre tantos nomes.

A campanha de mil e tantos candidatos percorrendo quase seiscientos municípios é bem um índice da balbúrdia, do caos que significa uma campanha eleitoral e dos vícios que decorrem de uma escolha feita sem a necessária consciência, porque nem sequer existe a possibilidade do conhecimento do eleitor em relação a centenas e, no caso, a mais de um milhar de candidatos.

De muitos deputados se têm ouvido críticas a tal sistema, pois mesmo os que ainda conseguem eleger-se, graças ao trabalho e ao prestígio arduamente conquistado durante toda uma vida de dedicação à causa pública, não o fazem sem gastos consideráveis, cada dia mais avultados e mais necessários para enfrentar os aventureiros do voto e os que, sem vinculação com o eleitorado de qualquer região, têm suas campanhas suportadas por poderosos grupos estranhos à vida partidária.

A eleição por distritos é a solução que se impõe para o problema. Estabelecendo nexos reais e sensíveis entre o eleitorado e seus representantes nos legislativos, dificultando a eleição de quem não se imponha por seu reconhecido devotamento aos problemas coletivos, reduzindo o custo das campanhas eleitorais e a área de trabalho dos que nela se empenham, pondo à mostra os eventuais abusos e práticas com que se intenta corromper o voto, a eleição distrital permite maior autenticidade da representação popular. O fato é fartamente demonstrado em outros países que adotam o sistema.

Entretanto, contra o sistema distrital invocam-se defeitos que em parte anulariam suas qualidades. Em primeiro lugar, menciona-se a eleição de

homens demasiadamente preocupados com questões regionais sem a necessária visão política e o reconhecimento mais profundo dos grandes problemas nacionais.

O Sr. Euclides Triches – Nobre deputado Franco Montoro, está em cogitação neste país uma reforma eleitoral e não há dúvida de que V.Exa., com este belíssimo trabalho que está apresentando, traz valioso subsídio para quando se tratar da reforma eleitoral. Um fato é incontestável, nobre deputado: a necessidade de uma reforma eleitoral. Porque da maneira como vamos já não será mais possível a um candidato a deputado federal eleger-se sem uma despesa fabulosa. Dentro em pouco, com essa lei eleitoral que temos no país, esta Casa só terá aqui dentro plutocratas, homens imensamente ricos, que possam justamente custear uma eleição altamente dispendiosa. De modo que o subsídio de V.Exa. traz mais autenticidade ao pleito, além de fazer com que qualquer cidadão possa candidatar-se e, se for homem de bem, homem capaz, conhecido em determinada região do país, eleger-se deputado federal. Esse projeto talvez apresente algumas imperfeições e, apesar de V.Exa. trazer a experiência de outros países, é natural que, num debate sobre a matéria nesta Casa, possam melhorá-la. Mas, de qualquer forma, considero o projeto muito bom e elogiável a preocupação de V.Exa. em trazer valioso subsídio para uma verdadeira reforma eleitoral.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte e reafirmo que um dos propósitos da reforma por nós proposta é precisamente o de combater a influência do poder econômico nas eleições.

Aceito também como magnífica colaboração a referência que V.Exa. faz ao caráter do projeto desta nossa proposição, destinada a receber os complementos do debate democrático que esta Casa fará.

Nosso propósito é apresentar aí linhas gerais de um sistema, para submetê-lo à crítica e submetê-lo, também, se for aceita a sua estrutura fundamental, aos complementos necessários à adaptação a este ou àquele setor da realidade.

O Sr. Euclides Triches – Com essa crítica que se pretende fazer, dizendo que o candidato que vem eleito por um distrito trará muitas das preocupações locais, e não uma visão ampla do país, não se acrescenta nada de novo, porque, para mostrar que há preocupação com a atual Lei Eleitoral, basta citar que mais de sessenta mil emendas foram

apresentadas ao orçamento da República no passado. Portanto, não há mal a mais a ser acrescentado.

O *Sr. Milton Reis* – Louvo a oração que V.Exa. profere, porque estou convencido, de há muito, Sr. Deputado, de que a reforma eleitoral, além de necessária, é urgente. Disse bem o colega que me precedeu, apartando V.Exa.: a continuarem as eleições como estão, em breve esta Casa terá uma representação tão-somente de plutocratas. De eleição para eleição, todos sabemos que o candidato ou os amigos do candidato se vêem na contingência de gastar mais. Mas, se V.Exa. me permite, aduziria um argumento aos muitos apontados por V.Exa.: é o do fortalecimento dos partidos políticos. E há um outro argumento que ainda me parece de muito realce: e que é mais autêntico. Dizem os opositores da tese que esses candidatos teriam uma visão estrábica e trariam assuntos regionais para esta Casa. Afirmar isso é desmerecer os próprios candidatos, que sabemos quem seriam. Vai depender tão-somente dos homens. Vimos, no passado, na Velha República, quando a eleição era distrital, que o que estava errado eram as eleições; os homens estavam certos. Portanto, estou de pleno acordo com V.Exa. Entendo que a retomada deve ser imediata e que a volta aos distritos é um imperativo da consciência nacional.

O *SR. FRANCO MONTORO* – Agradeço o aparte e a contribuição de V.Exa. O objetivo da lei é esse que V.Exa. acaba de mencionar: o de fortalecer e fiscalizar a vida partidária.

Antes de encerrar minhas considerações, mencionarei expressamente as finalidades do projeto que apresento e, sobre a necessidade, sobre a urgência dessa matéria, penso que não pode haver dúvida. É preciso que uma reforma dessa natureza seja feita bem antes das eleições, para que se possa efetuar a divisão dos distritos sem atropelo de última hora e para que as imperfeições do sistema possam ser amplamente debatidas e consideradas e instituamos um sistema objetivo que assegure a autenticidade da representação popular.

Em linhas gerais, Srs. Deputados, posso sintetizar as inovações que o projeto apresenta em cinco pontos fundamentais:

- 1 – Cada estado será dividido em distritos em número igual à metade do número de deputados a serem eleitos. Não haverá um número de distritos igual ao número de deputados, mas a metade do número de deputados é que será o número de distritos de um estado.

- 2 – Os partidos apresentarão um candidato para cada distrito e uma lista partidária, para todo o estado, aprovada em convenção presidida pela Justiça Eleitoral.
- 3 – O eleitor disporá de dois votos: o primeiro, atribuído a um dos candidatos do distrito, assinalando um nome; e outro, a uma das listas partidárias, assinalando uma legenda.
- 4 – Metade dos lugares será preenchida pelos candidatos mais votados em cada distrito.

O candidato que tiver maior número de votos em cada distrito está automaticamente eleito, e assim se completará a metade do corpo de deputados daquele estado.

- 5 – Outra metade será preenchida pelos nomes constantes das listas partidárias, na ordem aprovada pela convenção e de modo a completar a proporção obtida pela votação partidária.

Se o partido obtiver 20% da votação e tiver, assim, direito a dez deputados, se ele elegeu cinco pelo distrito, terá direito a mais cinco deputados que sairão da lista partidária, de acordo com a ordem aprovada pela convenção.

O mesmo sistema vigorará na eleição de vereadores, nos municípios com mais de quinhentos mil habitantes.

A representação proporcional, tal como a quer a Constituição, fica perfeitamente assegurada, por isso que ao partido caberão os lugares correspondentes ao quociente que obtiver, aproximadamente nas mesmas bases da legislação em vigor. Serão esses lugares preenchidos pelos eleitos nos distritos, e os remanescentes, pelos constantes da lista partidária, na ordem em que nela se inscreverem.

Verifica-se por aí a força extraordinária que passaram a ter as convenções partidárias e a seriedade dessas convenções. Daí o capítulo seguinte: a fiscalização pela Justiça Eleitoral.

O Sr. Tourinho Dantas – A esse artigo seguinte é que, efetivamente, ia referir-me: a necessidade da fiscalização da vida partidária, por intermédio da Justiça Eleitoral, a fim de que as convenções representem

realmente a vontade da massa partidária e evitem, acima de tudo, o caciquismo, que é o grande risco. Se for aprovado o projeto de V.Exa. sem essas precauções, os donos dos partidos perderão, naquela metade que cabe aos partidos, os homens da sua confiança ou intimidade. É necessário que a verdade partidária seja fiscalizada por uma ação eficiente e honesta da Justiça Eleitoral.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a contribuição de V.Exa., que está atendida no projeto. Realmente, esse sistema irá dar muita força aos partidos, o que é um bem, mas exige também que eles sejam fiscalizados de perto pela Justiça Eleitoral para evitar o caciquismo, o coronelismo dos chefes de partido que queiram fazer as convenções à sua imagem e semelhança. Por isso, no projeto, vários artigos estabelecem não apenas a fiscalização pela Justiça Eleitoral, mas também normas que devem reger essas convenções, pondo de parte as diferenças de matiz que os estatutos possam estabelecer. A lei fixa certas normas para assegurar o caráter autenticamente democrático dessas convenções.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Permite V.Exa.?

O SR. FRANCO MONTORO – Poderia, para responder à objeção de forma concreta, acrescentar o seguinte: é evidente que, para a perfeita aplicação de tal sistema, a organização das listas partidárias e a própria realização das convenções assumem tamanha relevância, que não se poderia legislar a respeito sem estabelecer preceitos para a boa escolha dos candidatos. Daí a preocupação do projeto de traçar normas básicas para a organização e o funcionamento das convenções, dando-lhes efetiva estrutura democrática e submetendo-as à direta fiscalização da Justiça Eleitoral. É disso que se cuida em vários dispositivos, todos inspirados na realidade prática e na experiência haurida durante anos de vivência política e partidária.

Também se confia à Justiça Eleitoral o papel importantíssimo de formar os distritos, para o que deverá atentar para a contigüidade de áreas anexadas, o número de habitantes e de eleitores e a unidade socioeconômica das regiões aglutinadas, para a constituição dos mesmos. Nesse processo terão ampla intervenção os partidos políticos, prevendo ainda o projeto que o planejamento e a divisão se façam com a antecedência imprescindível para a boa preparação dos pleitos.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Nobre deputado, já tinha lido, se não me engano na *Folha de S.Paulo*, o resumo da interessante iniciativa de V.Exa. consubstanciada num projeto de lei que deverá ser apresentado por V.Exa.

à deliberação deste Plenário. Entretanto, de acordo com aquilo que eu li e de acordo com as palavras pronunciadas por V.Exa., eu desejava um esclarecimento de duas dúvidas, Sr. Deputado. A primeira se refere à votação por distrito: V.Exa. estabelece que essa votação se destina à eleição de metade dos deputados a serem eleitos, e a outra metade será eleita por voto em legenda. Tenho receio – e receio justificado, Excelência – de que a votação por distrito, em que deve ser escolhida a metade da representação da bancada, poderá chegar a esse absurdo em que o partido majoritário poderá eleger toda essa metade, uma vez que ele elege em cada distrito, em primeiro lugar, o seu candidato e ainda vem concorrer, depois de eleger por distrito, à metade na votação por legenda. Quer dizer, a votação majoritária tende a esmagar a minoria. A representação popular, pela Constituição, não se fará como se está fazendo atualmente, em que a minoria tem a sua representação garantida pela sua vocação real. Ainda há outra dúvida no processo, que V.Exa. lembra: na votação por legenda, qual é o processo que V.Exa. sugere para estabelecer os candidatos que serão eleitos pela legenda? Se vota na legenda, qual o processo que V.Exa. lembraria para que se escolha o candidato que deva ser eleito? Aquele candidato registrado em primeiro lugar, aquele candidato que obteve maior votação na sua convenção? Enfim, qual o processo que deve ser seguido para que não se estabeleça confusão? Na Argentina, como V.Exa. sabe, a votação é por legenda. Lá não há votação nominal. Cada eleitor vota na legenda do seu partido, e a escolha dos candidatos é feita de conformidade com a votação da convenção. Agora, não sei se haverá, no seu projeto, um esclarecimento sobre esses pontos. Isso o que desejava saber de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Duas oportunas e interessantíssimas observações acaba de fazer o nobre deputado Pinheiro Brisolla. Desejo esclarecer S.Exa. sobre os dois pontos focalizados. Quanto ao primeiro, eu apoiaria a objeção formulada por S.Exa. se nós estabelecêssemos que, depois de fazer todos os candidatos estaduais, o partido fosse ainda concorrer na votação partidária. O projeto não estabelece isso. Estabelece que a representação é proporcional.

O número de deputados que o partido fará será inicialmente composto pelos eleitos pelos distritos, e os outros da lista partidária serão chamados apenas para completar a proporção. Se o partido, pela sua proporção, tiver direito a dez deputados e eleger dez deputados distritais, que é o máximo que pode ocorrer, ele não elegerá nenhum pela

lista, só os distritais. Se ele eleger cinco pelo distrito e tiver direito a dez, ele irá eleger apenas mais cinco para completar a proporção. Não se trata de nova proporção, a proporção é uma só; a votação será no candidato distrital e no partido.

Respondo também à segunda observação de V.Exa.: Como será feita a votação das listas? A lista será organizada pelas convenções, que passarão a ser verdadeiras eleições preliminares, da maior importância, realizadas no seio do partido, eleição que será feita pela Justiça Eleitoral e presidida por regras que a lei fixa, de modo que haverá, realmente, uma vigência partidária maior, que hoje não existe. Por isso, uma das consequências do projeto será o fortalecimento da vida partidária. Esse um ponto, penso, pacífico, porque não há verdadeira democracia sem partidos realmente organizados e constituídos por homens que votam e participam das eleições.

Assim, as duas objeções de V.Exa., que considero perfeitamente válidas, estão resolvidas pelo projeto.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Não seria mais interessante que a eleição por distrito também se fizesse por votação proporcional, como determina a Constituição?

O SR. FRANCO MONTORO – Seria praticamente impossível, nobre deputado, porque levaríamos toda essa confusão, que existe hoje no plano estadual, para o plano distrital. A eleição ficará muito mais simples para o eleitor, muito mais correta e humana porque ele vai escolher, não como agora, entre 1.036 candidatos, como foi o caso da última eleição de São Paulo. O eleitor não pode sequer conhecer o nome, e muito menos escolher homens que não conhece, o que permite, nessa diluição, o jogo do dinheiro, da influência governamental. Tudo isso desaparece no distrito, onde vão concorrer cinco, sete homens conhecidos, vinculados ao distrito. O eleitor terá que escolher entre esses nomes e votará também no partido, porque este passará a ter interesse em fazer conhecidos sua atuação parlamentar, seus princípios, seus programas, as leis que obteve no parlamento. Pelo sistema misto que apresentamos, veremos fortalecida a representação distrital. Todas as regiões de todos os estados do Brasil terão seus representantes assegurados, e também estará assegurada a representação proporcional e, mais do que isso, estará assegurada a presença nesta Casa das grandes figuras de todos os estados, porque os partidos terão interesse em colocar como cabeças de chapa as grandes figuras do estado, os grandes

juristas, os grandes economistas, os agrônomos de renome, aqueles que possam trazer a sua contribuição para a elaboração das leis, mas que não dispõem de vinculação a um distrito determinado ou habilidade eleitoral para captar os votos individuais em seu nome.

O Sr. Daso Coimbra – Sr. Deputado, louvo a contribuição de V.Exa. para a solução do problema eleitoral. No entanto, parece-me que estamos colocando mal esse problema. O que se critica é a influência do dinheiro nas eleições. De maneira que não é com a mudança para a eleição distrital ou geral que vamos diminuir ou aumentar a influência do dinheiro. O ideal seria estabelecer um teto até onde poderia o candidato gastar.

Esse, no meu ponto de vista, é o principal para termos mais autenticidade no Congresso. Queria fazer umas restrições pessoais ao sistema de eleições gerais como V.Exa. as propõe. O método apontado por V.Exa. talvez dê certo num estado como São Paulo; nos outros, tenho impressão de que não dará. Peço permissão para citar um caso pessoal. Fui candidato duas vezes a deputado estadual, tendo sido eleito. Agora, candidato a deputado federal, fui também eleito. Anteriormente fora do partido a que hoje pertenço, o PSD, não consegui de um delegado do partido no interior um só voto para mim, a fim de entrar como candidato na convenção. Entrei na chapa já na última relação e, nas eleições, fui o quinto mais votado.

Deputado estadual, naquela ocasião, é que tinha acesso à cúpula do partido. Iremos, agora, colocar em jogo a ditadura partidária. Vou mais adiante. Nessas eleições no meu estado, dos 62 diretórios do PSD, não tive um que me apoiasse. E fui eleito. Não sou político velho no meu estado. Os velhos políticos já têm os seus diretórios montados, e ninguém lhes tira das mãos. Vamos fechar a possibilidade de que novos políticos apareçam, Sr. Deputado. Esse é um dos problemas. Oficializaremos a ditadura partidária, com a eleição geral, porquanto já virão os votos controlados dos diretórios. Pode vir o juiz – a eleição será honesta –, mas antes houve a cabala dos delegados dos diretórios do interior.

O SR. FRANCO MONTORO – Essa crítica de V.Exa. atinge com uma clareza e uma violência extraordinariamente nítida o sistema atual, mas o sistema proposto tem, exatamente, o sentido de acabar com o domínio da cúpula partidária, pois estabelece normas mediante as quais desaparecerão os donos de partido. As convenções terão como estrutura a representação municipal necessária fiscalizada pela Justiça Eleitoral. O partido deverá ter o candidato no distrito, e, então, desaparecerão os donos, que, hoje, têm os

diretórios de todo o estado. O partido será obrigado a dividir o estado em regiões e entregar a um dos seus membros a organização dos diretórios na sua base. Atualmente, um dos fenômenos mais tristes da campanha eleitoral é a luta que se trava no seio do próprio partido e que V.Exa. acaba de denunciar com muita clarividência. É a luta de uns contra outros, de coronéis, como diz V.Exa., contra os candidatos de base partidária.

Pelo sistema proposto não irá mais ocorrer luta dentro do partido, porque o deputado não irá concorrer mais com nenhum outro candidato do mesmo partido naquele distrito. Se os partidos apresentarem candidato ruim o povo irá rejeitá-lo. Vai desaparecer o que existe atualmente, a luta dentro do partido. O sistema que propomos estabelece a solidariedade obrigatória. Se V.Exa., por exemplo, tem grande prestígio em determinada região, é a cúpula partidária a primeira interessada, são os outros candidatos os primeiros interessados em apoiar V.Exa., que terá grande votação ali, porque com isso irá fortalecer a votação partidária e aumentar as chances deles. Nenhum membro do seu partido poderá disputar o voto com V.Exa.

O Sr. Daso Coimbra – Na realidade, tal raciocínio não pesa. Num município em que desejei ser candidato oficial do diretório não o consegui. Fui no entanto o mais votado nas eleições, tive novecentos votos, e o candidato oficial teve apenas cem. Todo mundo sabia que ele não teria mais do que essa votação, pois eu era o candidato de maior prestígio porque tinha criado o município. De modo que essa regra não prevalecerá. No meu estado vamos ter nove distritos e vai ser difícil para mim conseguir um desses distritos.

O SR. FRANCO MONTORO – Se o PSD não quiser apresentá-lo é porque não deseja V.Exa. no partido, apesar do seu prestígio. Mas V.Exa. será solicitado por todos os partidos e, desde já, ofereço-lhe a legenda do Partido Democrata Cristão. Outros partidos aproveitarão V.Exa., como candidato, e o receberão de braços abertos. Essa lei não permitirá tal procedimento, porque o que hoje acontece é que uns se prevalecem dos votos dos outros e têm interesse em afastar aqueles que possam oferecer competição.

Pelo sistema proposto essa rivalidade não existe mais, e é essa competição que prejudica tremendamente a vida partidária. Nada mais nocivo à unidade partidária do que essas questiúnculas, do que essas lutas na hora das eleições, da compra do diretório do partido. O que tem mais dinheiro compra o diretório; o que tem mais influência domina o voto

do diretório. Isso desaparecerá porque o partido terá um único candidato em cada distrito.

O Sr. Clodomir Millet – Permite V.Exa.?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. Clodomir Millet – Se bem entendi a exposição de V.Exa., o seu projeto estabelece dois processos de eleição: o distrital, com o candidato eleito pelo distrito, e o geral.

Assim, a metade da representação federal seria eleita pelo distrito, e a outra metade seria eleita pelo sistema proporcional.

O SR. FRANCO MONTORO – Exato.

O Sr. Clodomir Millet – Completada a eleição por distritos, os partidos teriam cada qual os seus candidatos, na proporção do seu quociente.

O SR. FRANCO MONTORO – Exato.

O Sr. Clodomir Millet – Ora, está entendido, então, que os partidos inscrevem os candidatos dos distritos, e eles também integrarão a lista dos partidos.

O SR. FRANCO MONTORO – Exato. Poderão integrar a lista partidária e a lista distrital.

O Sr. Clodomir Millet – Então, podemos chegar à seguinte situação. Eu e V.Exa. somos do mesmo partido, por hipótese, e cada um de nós ganha no seu distrito, cada um de nós está eleito na primeira fase, que é a primeira metade. Acontece que a nossa legenda não obtém, no segundo voto que o eleitor tem que dar, dois lugares na representação. V.Exa. disse há pouco que no número de vagas obtidas por partido já estariam compreendidos os eleitos por esses partidos nos distritos. Então, é muito comum que o eleitor vote em V.Exa. e vote em mim, mas não vote na nossa legenda, vote em outra. Ele tem a faculdade de escolha. Escolhe pessoalmente a mim, ou a V.Exa., mas não escolhe o nosso partido. E, no fim de contas, na votação geral, o nosso partido não fez dois candidatos.

O SR. FRANCO MONTORO – O projeto dá solução.

O Sr. Clodomir Millet – Qual é a solução?

O SR. FRANCO MONTORO – Aliás, seria hipótese quase impossível.

O Sr. Clodomir Millet – Não. Plausível, perfeitamente plausível, e pode ocorrer.

O SR. FRANCO MONTORO – De fato, é hipótese que excepcionalmente ocorreria, mas que pode ocorrer. O projeto previu a hipótese e estabeleceu

que todos os que tenham a maioria no distrito estão automaticamente eleitos, mesmo que a porcentagem não chegue para dois. Sabe V.Exa. que, mesmo no sistema atual, a porcentagem não é rigorosa, é um sistema de uma proporção relativa.

Por isso, ao fazer a justificação do projeto, disse que o processo estabelece a proporção com a relatividade que decorre do complexo do fenômeno político. Na hipótese que V.Exa. formula, os dois deputados – V.Exa. e eu – estariam eleitos.

O Sr. Clodomir Millet – Ocorre que não haveria meio de dividir. Se são vinte deputados para uma circunscrição, nós dois poderíamos estar eleitos, mas se o nosso partido não fez dois, só fez um, não estaríamos eleitos. Do contrário, estar-se-ia ferindo desde logo o princípio adotado no projeto de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Não fere, porque o princípio adotado é o da proporção relativa. Não é uma proporção perfeita. Atualmente, o sistema de sobras quebra também o princípio de proporção. Não houve lei eleitoral no Brasil que tivesse estabelecido a proporção rigorosa. É uma proporção relativa que se estabelece. No caso, havendo conflito entre os dois critérios, tínhamos de optar por um: ou adotar rigorosamente o critério proporcional e sacrificar o eleito no distrito, ou sacrificar o distrital e adotar o princípio proporcional. O projeto que apresentamos ora objeto de um primeiro debate, e que vai ser amplamente discutido nas comissões, adotou preferencialmente, nessa hipótese, que é evidentemente exceção, o critério da prevalência da representação distrital. E, então, o que acontece? A representação proporcional ficará diminuída nos outros partidos, evidentemente.

O Sr. Clodomir Millet – Mas, no projeto de V.Exa., a representação proporcional só atingiria a outra metade.

O SR. FRANCO MONTORO – Não. Atinge o total.

O Sr. Clodomir Millet – Só atinge metade; depois é que atinge a outra metade. Nesse caso V.Exa. poderia conciliar os dois pontos, admitindo que na segunda votação seriam preenchidos os lugares correspondentes à segunda metade.

O SR. FRANCO MONTORO – Isso que ele diz.

O Sr. Clodomir Millet – Não, porque serão incluídos aqueles já eleitos pelo distrito, e se a legenda não obtém o número de votos suficientes para eleger aqueles já eleitos pelo distrito, os outros partidos serão prejudicados.

O SR. FRANCO MONTORO – A votação não é nominal.

O Sr. Clodomir Millet – Mas se dividirmos a votação total por legendas, um partido poderá obter cinco vagas, outro cinco, outro cinco, até atingir vinte, que é o número total de vagas. Mas esse partido não obtém legenda para fazer os dois. Então, os que obtiverem mais, pelo quociente partidário, serão prejudicados.

O SR. FRANCO MONTORO – Claro, exato.

O Sr. Clodomir Millet – Mas não pode haver prejuízo.

O SR. FRANCO MONTORO – É o critério de uma proporção relativa, não há propriamente um prejuízo, porque é o critério que se adota. Se um é beneficiado, outro, prejudicado. Se há conflito entre a representação distrital e a representação proporcional, ao se preferir a distrital, prejudica-se a proporcional; e ao se preferir a proporcional, prejudica-se a distrital. É uma opção. Optamos pela representação distrital porque ela é mais pessoal, mais humana e assegura a participação de todas as regiões do estado.

Mas é preciso mencionar que essa hipótese ocorrerá excepcionalmente.

O Sr. Clodomir Millet – No entender de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Se um partido obtém para seu candidato a maioria da votação em vários distritos, terá, pela ordem natural das coisas, uma votação maior também no sistema partidário.

O Sr. Clodomir Millet – O partido poderá ser representado por dois candidatos que tenham prestígio naqueles dois municípios: os candidatos a serem eleitos pelos distritos e o partido não terão votação noutro local. Se nesse lugar as legendas não forem desse partido, ele não terá vaga na representação proporcional. Naturalmente deve haver um remédio no projeto de V.Exa. e vou examiná-lo com mais atenção.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a contribuição de V.Exa., que é realmente interessante. Todo critério apresentado tem de ser proposto dentro da relatividade da matemática política, que não pode ser a matemática rigorosa da ciência dos números. Temos aí um conflito: a representação distrital e a proporcional. O projeto concilia as duas. Pode dar-se na prática a hipótese, que, no meu entender, é apenas teórica. Daí o partido que tenha candidatos em todos os distritos e que eleja a maioria em dois distritos não poder deixar de ter quociente pelo menos suficiente para eleger esses dois deputados. Mas, se ocorrer a hipótese, será por pequena diferença e, nesse caso, dá-se preferência à votação distrital.

O Sr. Clodomir Millet – Os votos dados aos candidatos no distrito não são somados para a legenda. O voto de legenda é dado em outra cédula. Posso ter como candidato, pessoalmente, dez mil votos, todos em meu distrito, e o meu partido apenas mil votos. O eleitor vota em mim, pessoalmente como candidato, e vota noutro partido, não vota na minha legenda. Estamos dando ao eleitor daquele município o direito de escolher o homem, e não o partido. Com isso estamos dando a ele o direito de escolher outro partido. Pode querer ajudar a eleição de outro. Escolhe um nome pessoalmente, votando nele no distrito, e escolhe, de outra legenda, um outro nome que obtenha votação maior em todo o estado. É o voto de legenda e o pessoal.

O SR. FRANCO MONTORO – Essa hipótese de V.Exa. pode dar-se principalmente no regime atual, em que ocorre isso que V.Exa. diz: a preferência por um candidato e a oposição ao partido – o candidato não se incomoda, não tem o menor interesse em relação ao partido. Pelo sistema adotado dá-se o contrário: o candidato está solidariamente vinculado àquele resultado. O candidato do distrito vai também pertencer à lista partidária e terá interesse em fazer com que o eleitor que votou em seu nome vote também na sua legenda. Assim, a hipótese formulada, de o candidato ter dez mil votos pessoais e a sua legenda não ter, praticamente, votação, é uma hipótese teórica fundada na lei atual. Mas, ocorrendo, o projeto que apresentamos à Câmara neste momento dá uma solução que é a preferência pelo sistema distrital neste caso limite e excepcional.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Deputado Franco Montoro, como já disse, a iniciativa de V.Exa. é brilhante, não há dúvida alguma. V.Exa. estabelece, pelo distrito, a votação majoritária e, pelo estado, a votação proporcional. Mas a mim me parece – não sou jurista nem constitucionalista – que o projeto de V.Exa. esbarra no dispositivo da Constituição que determina expressamente que as eleições sejam feitas por votação proporcional, a fim de que, na totalidade da votação ou dos candidatos a serem eleitos, as minorias tenham sua representação proporcional. Uma vez que V.Exa. exclui a metade do eleitorado que não concorre para a votação proporcional, vai de encontro a esse dispositivo da Constituição.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa., que fere ponto fundamental, mas a resposta que dou a V.Exa. é a de que os processos apresentados respeitam, rigorosamente, a representação proporcional.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Na metade.

O SR. FRANCO MONTORO – Não. Na totalidade. Cada partido terá um número de deputados proporcional à sua votação. Apenas na indicação dos nomes terá preferência o que obtiver a maioria da votação por distrito. Isso é o sistema proporcional. Não é proporção matemática rigorosa, dirá V.Exa. Respondo que o sistema atual vigente entre nós também não estabelece a proporção rigorosa, o que seria fácil demonstrar. O sistema das sobras, por exemplo, é suficiente para provar que não se obedece ao sistema de representação proporcional.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Estabelece.

O SR. FRANCO MONTORO – Não estabelece, porque os que não obtêm o mínimo por quociente são excluídos pelo mesmo princípio, o que atinge o quociente tem o direito garantido. Gostaria de debater amplamente essa matéria que, certamente, suscitará outras discussões neste Plenário.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Com a votação por distrito o partido majoritário esmaga os demais partidos.

O SR. FRANCO MONTORO – Não esmaga.

O Sr. Pinheiro Brisolla – A votação é dele. Obtém a metade das votações, por que elege todos os distritos, e vai concorrer com os partidos minoritários para as legendas.

O SR. FRANCO MONTORO – Não esmaga. O sistema do final puro é que poderia trazer essa consequência. Exatamente por isso é que não esmaga. Se todos os candidatos fossem eleitos pelo sistema distrital, poderíamos ver um partido com pequena maioria de votos ter todos os deputados e outro não ter nenhum. Mas, pelo sistema proposto, não haverá isso: cada partido fará o número de representantes proporcional à sua votação. Apenas tem a preferência pelos distritos.

Desejo concluir, Sr. Presidente, informando a V.Exa. que enviarei o meu projeto à Mesa no período da sessão destinado à apresentação de proposições.

Foi a fórmula que encontramos para favorecer aquilo que toda a opinião pública deseja: a diminuição do número de partidos, muitos dos quais têm função que não corresponde à função que a lei ou a Constituição indicou para o partido político. Por essa forma estabelecemos, no processo democrático, aquele mínimo que, se não for respeitado, determinará a extinção do partido. Mas estabelecemos o prazo de seis meses para que o partido se adapte a essa exigência, mediante a função do partido.

Era o que tinha a dizer.

Política habitacional

Diário do Congresso Nacional, Seção I (Suplemento), de 18/6/1964, p. 26-7.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a discussão e votação deste projeto de lei que dispõe sobre reforma habitacional, pode-se dizer que se iniciou na vida pública brasileira, em sua fase atual, o processo de reforma de base. A necessidade fundamental do Brasil, neste momento, no reconhecimento de todos aqueles que vêm os problemas gerados pelo subdesenvolvimento e pela injustiça social, reside na promoção das indispensáveis reformas de base, reformas estruturais necessárias, que devem ser promovidas por meios eficientes, e não demagógicos, e dentro de um clima de paz e de respeito ao direito fundamental da pessoa humana.

Este projeto, dentro das limitações impostas pelo seu objetivo enunciado na mensagem governamental, diz respeito a um dos aspectos da reforma urbana.

Com mais propriedade: o projeto visa à adoção de um sistema de promoção de construções e financiamentos de habitação. O projeto apresentado pelo governo foi examinado exaustivamente por uma comissão especial, integrada por 25 parlamentares, representando todas as tendências desta Casa, e mereceu de início apoio entusiástico e o elogio pelo que ele tem de significação positiva como disposição concreta de enfrentar e resolver o problema da habitação. Essa disposição, entretanto, não impediu a comissão do cumprimento do dever de examinar e complementar o projeto, corrigi-lo em alguns pontos e, principalmente, ampliar as perspectivas do problema da habitação.

Não é este o momento de salientar a gravidade do problema habitacional e, por isso, a importância do projeto. É um problema mundial. Todas as nações desenvolvidas, especialmente estas, têm entre os seus problemas fundamentais o da habitação.

É do famoso Abbé Pierre a seguinte observação:

Segundo as estatísticas oficiais e especializadas das Nações Unidas, atualmente no mundo, mais ou menos a metade dos homens não tem

habitação. Habitação é, no caso, lugar onde um casal e os filhos podem abrigar-se, deixando de viver como animais, em estábulos. Dados abrangendo todos os continentes e, de forma muito especial, o mundo operário, nas grandes cidades industriais, onde duas, três e até mesmo quatro famílias se amontoam num só aposento, indicam que a metade dos homens da terra não tem teto. Numa época [conclui Abbé Pierre] em que verdadeiros prodígios se operam, graças a tantos recursos técnicos, essas maravilhas não são, entretanto, aplicadas à solução do problema da casa. Os homens são loucos.

Realmente, de que vale incluir nas declarações solenes dos direitos sociais dos homens o direito de toda família a uma habitação condigna, como diz a Declaração Universal, firmada, inclusive, pelo Brasil, se na realidade essa possibilidade é negada à imensa maioria da população? Em todos os congressos internacionais ligados aos problemas sociais humanos, o tema educação tem sido colocado em lugar de relevo. E em alocução destinada especialmente ao problema da casa, o grande pontífice Pio XII faz a seguinte afirmação:

O direito à habitação é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A necessidade que o homem tem deles não é unicamente de ordem material, mas entra em cheio no aspecto social e moral da vida. Por isso, o problema da habitação, antes de ser técnico, é humano. A construção das casas e o traçado das cidades não se podem separar do conceito de que o homem e a família são os seus destinatários.

Esse problema tem sido agravado, no mundo moderno, por uma série de causas que especialistas mencionam, como a industrialização, que é acompanhada sempre de grandes concentrações urbanas, provenientes especialmente das intensas migrações dos campos e das regiões mais pobres. A industrialização gera o problema habitacional e o agrava.

O abandono do campo, fortemente acelerado pelo desenvolvimento técnico, contribui também para agravar o problema, na mesma linha das influências da expansão demográfica.

A elevada taxa de expansão demográfica com que se desenvolve a população mundial é uma das causas que agrava a cada dia e que torna desesperador o problema.

A desatenção das autoridades públicas e daqueles que têm autoridade na vida privada, como também a desatenção pelo problema habitacional e pelo papel que a habitação desempenha na vida da família e da sociedade, contribui para o agravamento do problema, especialmente uma errônea concepção do desenvolvimento preocupada exclusivamente com os aspectos materiais e estritamente econômicos do processo. Os responsáveis pela política de desenvolvimento com frequência se têm esquecido de que esse desenvolvimento pouco vale se ao povo faltam até casas para morar. A especulação imobiliária é outra causa do problema; a especulação, que determina a retenção anti-social de grandes áreas para fins de lucro individual e da elevação excessiva de preços, e outras causas, como a injusta distribuição do crédito reservado às camadas mais privilegiadas; as dificuldades dos planos de financiamento a longo prazo, decorrentes da inflação e da desvalorização da moeda; o desestímulo a novas construções representado por legislações de exceção sobre locações de imóveis – todas essas causas têm agravado o problema de habitação. Organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a ONU (Organização das Nações Unidas), que dedicou ao problema dois seminários internacionais, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), têm-se ocupado do problema, destacando a sua significação fundamental para as reformas exigidas no mundo moderno.

Aos planos de habitação e às preocupações que têm os homens pela solução do problema da casa, com frequência se apresenta uma objeção. Muitos consideram inócuo qualquer plano de habitação antes de ser alcançado o desenvolvimento econômico. Entendem que a aplicação de verbas no setor habitacional, apesar de inspirar-se em motivos humanitários, é de caráter improdutivo ou significa um desvio de recursos que se deveriam aplicar ao desenvolvimento. Essa objeção fundada no desenvolvimento econômico é, entretanto, improcedente. É certo, sem dúvida, que o desenvolvimento do país, aumentando a riqueza nacional, somente este poderá elevar o nível de vida da população e dar solução definitiva ao problema habitacional. Mas erraria gravemente quem pretendesse esperar que atingíssemos maior desenvolvimento para, em seguida, cuidar da habitação. Na realidade, a adoção de uma política habitacional deve ser parte integrante de uma autêntica política de de-

envolvimento, não depois do desenvolvimento, mas com o desenvolvimento; paralelamente ao desenvolvimento deve ser promovida uma política habitacional. Três razões entre outras justificam essa afirmação. Em primeiro lugar, o desenvolvimento e a industrialização determinam, como acabamos de ver, um intenso afluxo de população para os grandes estados, criando aglomeração em condições precárias e problemas humanos e sociais de solução cada vez mais difícil. Por isso, como lembra um dos documentos deste trabalho, a instalação de fábricas e outras construções de ordem econômica devem ser acompanhadas de programas bem planejados de habitação e de desenvolvimento urbano.

Muitas cidades não fizeram isso e têm pago alto preço por essa falha. E conclui o relatório:

Em vista da escassez de capital, de meios tecnológicos e de operários qualificados, os países em via de desenvolvimento devem tratar de evitar os erros evidentes do passado e planificar de forma coordenada e integral o seu desenvolvimento econômico, social e físico.

Em segundo lugar, os programas de habitação constituem um setor importante do próprio desenvolvimento econômico, porque a indústria de construção determina a formação de inúmeras indústrias paralelas e subsidiárias, como as destinadas à produção de materiais de construção, materiais elétricos, materiais sanitários. Cria oportunidade de trabalho capaz de absorver grande parte do desemprego. Proporciona a participação espontânea da poupança privada e particular e do esforço pessoal no progresso social. Contribui para evitar moléstias decorrentes de habitações anti-higiênicas e permite ao trabalhador o necessário repouso para produzir em condições de maior eficiência. Por isso, os técnicos puderam afirmar (eis as palavras de um dos maiores técnicos de habitação que compareceram ao seminário da ONU): “A habitação e o desenvolvimento urbano proporcionam a estrutura material para a atividade econômica”.

A política habitacional se integra, assim, ao desenvolvimento econômico. Promover habitação é promover, também, o desenvolvimento econômico de uma nação. E, finalmente, é preciso lembrar que o desenvolvimento deve estar a serviço do homem, e não o homem do desenvolvimento. Um progresso econômico obtido com o sacrifício da dignidade pessoal do cidadão e da sua família não é o verdadeiro

progresso. O homem é o sujeito, o fundamento e o fim da vida social. Promover o progresso material e recusar ao homem e a sua família uma habitação condigna é desrespeitar o sentido fundamental de um desenvolvimento equilibrado, que não pode ser apenas econômico, mas há de ser também social e humano.

Com essas premissas, é necessário enfrentar, no Brasil, sem o sacrifício do nosso desenvolvimento, mas, como dissemos, paralelamente ao nosso desenvolvimento, ao esforço do desenvolvimento, o plano habitacional, enveredar por uma política habitacional. E, diante do problema, precisamos definir as linhas dessa política. Podemos adotar três posições distintas: a primeira é a posição individualista, daqueles que, inspirados nas lições do liberalismo, pretendem cruzar os braços, aguardando que do livre jogo das forças sociais ou do mero intuito de lucro surjam as harmonias econômicas e sociais de que nos falava Batista. É a posição individualista e liberal.

Poderíamos, ainda, adotar uma posição pretensamente científica, entregando a solução do problema ao cuidado exclusivo do Estado providencial. É a solução estatística, daqueles que confiam que o Estado, só o Estado, tem meios para enfrentar e resolver o problema.

Existe também solução de outro tipo, que se situa na linha da realização de uma autêntica democracia humana e de uma verdadeira política familiar. Para que a política de habitação seja realizada dentro do espírito de renovação que o mundo moderno exige, ela deve ser feita sob a direção do Estado, com a indispensável intervenção do Estado, mas com o respeito, o apoio e o estímulo à iniciativa do particular. E aqui devemos distinguir duas espécies de colaboração, não apenas, como se pretende muitas vezes, aquela representada pela iniciativa privada lucrativa – tendo em vista as condições de giro numa sociedade capitalista –, mas outro tipo de colaboração da iniciativa privada, muito mais importante e fundamental ao problema da habitação: aquela representada pelo esforço pessoal, pela iniciativa não-lucrativa, pela colaboração particular orientada no sentido do serviço, e não do lucro, à frente da qual se encontram as cooperativas de financiamento, de crédito, as outras formas associativas de financiamento e construção de casa, a fundação, as associações de todos os tipos. O esforço próprio dirigido, a ajuda mútua e orientada, como é tradicional no Brasil por meio do nosso tradicional

mutirão, são fórmulas que em todas as partes do mundo têm sido adotadas para resolver o problema da habitação.

Em face desses princípios, a comissão especial examinou o projeto do governo, reconheceu os méritos que o projeto apresentava, mas adicionou alguns aspectos que eu poderia, ao sintetizar as conclusões, ou as contribuições dessa comissão, resumir em dois pontos: o primeiro, subordinar a política de habitação ao planejamento territorial e ao planejamento urbano; o segundo, garantir estímulo mais forte, apoio mais eficiente para as fórmulas de colaboração da iniciativa particular não-lucrativa, representada pelas cooperativas e outras formas associativas, como a auto-ajuda, o esforço próprio dirigido, as fundações, que têm, também, uma larga parte a representar e a desempenhar na solução do problema.

Quero dizer uma palavra sobre cada uma dessas contribuições.

A comissão terminou por elaborar praticamente um substitutivo no qual adotou tudo o que havia de essencial no projeto governamental, com os acréscimos a que acabo de me referir, que se acham consubstanciados nas emendas apresentadas. Todas essas contribuições giravam, fundamentalmente, em torno desses dois pontos; o primeiro, a subordinação dos programas de construção de casas ao planejamento territorial e urbano. Fazemos nossas as palavras de uma representação que a comissão recebeu: o problema de habitação não se resolve apenas com a construção de casas. Há exemplos, em todas as partes do mundo, no Brasil e no exterior, da construção de casas que, em lugar de solucionar o problema da habitação, agravaram-no, se nós considerarmos o homem como uma realidade, com uma dignidade que não esgota a satisfação da sua natureza com a existência de um teto para repousar. A construção indiscriminada de casas gerou, nos arredores de Paris, a edificação de uma cidade considerada hoje monstruosa, e que é apontada a todos aqueles que se interessam pela questão habitacional como exemplo do que não se deve fazer em matéria de habitação.

Casas sobre casas, casas ao lado de casas; esqueceram-se de criar a comunidade dos homens. Esqueceram-se de tudo aquilo que é indispensável ao homem para que ele possa viver. E essa cidade passou a chamar-se a “cidade-dormitório”.

Mas uma cidade, evidentemente, não pode ser apenas o lugar onde os homens vão dormir.

Não se trata de construir depósitos de gente, mas uma comunidade de homens, onde existam, ao lado da casa, o serviço educacional, a escola para os filhos, o lugar de recreação, o transporte para o local do trabalho, o centro comercial para que as compras possam ser feitas, enfim, onde haja água, luz e condições sanitárias. Por isso, muitas vezes, principalmente quando se tenta solucionar o problema da habitação, tendo em vista apenas o lucro, corre-se o risco de construir albergues ou depósitos de gente, e não comunidades de homens. Foi com o intuito de evitar que tal aconteça que várias modificações foram introduzidas. A primeira delas, fundamental à estrutura do sistema, é que no problema da habitação pelo menos dois fatores devem interferir: um, o financeiro, principal, sem dúvida, preliminar, porque sem recursos nada se pode fazer. Mas os recursos não são todo o problema habitacional. Há pelo menos um outro aspecto, o técnico, o urbanístico nesse sentido em que o definimos, não de um urbanismo estético, mas de um urbanismo humano. A urbanização deve criar meios para que o homem tenha condições de vida humana.

E no projeto do Executivo, para o problema financeiro, o governo propõe a criação do Banco Nacional da Habitação, iniciativa feliz, das mais modernas entre aquelas que têm sido adotadas nas grandes reformas habitacionais dos países adiantados, é uma das primeiras recomendações dos congressos internacionais – a criação de um banco de habitação, com a finalidade de fornecer recursos, meios, para os projetos e os programas habitacionais.

Mas há outro órgão, que o projeto governamental denomina Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Esses dois órgãos representam os dois braços que deverão levar adiante a questão habitacional.

O projeto governamental, porém, trazia uma solução, compreensível e, até certo ponto, justificada: subordinava o órgão técnico, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, ao Banco Nacional da Habitação. Nesse ponto está uma das modificações introduzidas. Depois de um debate de três dias na comissão especial, com sessões matutinas, vespertinas e noturnas; depois de termos ouvido o Instituto dos Arquitetos e o de Engenharia, por meio de seus órgãos nacionais; depois de termos ouvido representantes das organizações cooperativas e de várias entidades que se ocupam da habitação, não tivemos dúvida de que a solução que

se impunha, e que se impõe, não era a subordinação do órgão técnico ao órgão financeiro, mas a colocação de ambos como órgãos relativamente autônomos, cuidando de aspectos distintos do problema, embora subordinados ao órgão central – o Ministério do Planejamento. Deslocou-se assim o problema do Ministério da Fazenda para o Ministério do Planejamento, o que representou antecipação de uma providência que, tenho a certeza, com o tempo, será adotada no Brasil: a criação de um Ministério de Habitação, como existe nas grandes nações, como a Alemanha, a França, a Bélgica, a Holanda, e em pequenas nações como a República Dominicana, e outras de desenvolvimento muito inferior ao do Brasil. Mas concordou a comissão, e nós com ela, em que não é ainda oportuna a criação do organismo maior. Passaram então a subordinar-se os dois órgãos – financeiro e técnico – ao Ministério do Planejamento. Essa é a modificação mais importante e a que vai, certamente, prender a atenção dos Srs. Deputados no debate e na decisão da matéria. A comissão concluiu pela adoção desses dois órgãos no espírito da mensagem governamental, mas não na letra. Na mensagem governamental se mencionava essa circunstância de que o governo interferirá no setor da habitação por meio do Banco de Habitação, por meio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, das Caixas Econômicas Federais e de uma série de outros organismos relacionados com o problema da habitação. Essa enumeração dos órgãos de certa forma subordinava o segundo órgão à condição de mera dependência do Banco de Habitação. Ao consertar essa estrutura – se me permitem a expressão – a comissão não adotou apenas um bom procedimento, do ponto de vista administrativo; tomou uma posição que se diria até filosófica, em relação ao problema. Admitiu esta verdade: que o problema da habitação é específico e fundamentalmente humano, e que os recursos são um meio para a realização desse propósito. Com esse objetivo, de subordinar os projetos de habitação a um planejamento urbanístico e regional, foram introduzidas outras modificações que constam do avulso, nas quais não me vou deter, para passar à segunda alteração introduzida pela comissão.

Como dissemos, a segunda modificação foi representada pelo apoio, pela ênfase que o projeto passou a dar à colaboração da iniciativa particular não-lucrativa – cooperativas e outras formas associativas de enfrentar o problema da habitação. Para esse fim foram tomadas várias medidas. Primeira, a referência expressa às cooperativas e aos

outros organismos, dentro daquele quadro geral dos órgãos que integrarão o sistema financeiro de habitação no Brasil, o que permitirá a esses órgãos gozar de todos os direitos que a lei faculta às outras entidades ligadas ao problema.

Mas para a solução dessa ampliação dos poderes da iniciativa privada não-lucrativa, para a ampliação desse estímulo, era necessário introduzir no projeto uma modificação fundamental. Entre as inovações exigidas pela hora presente como resposta ao desgaste que a inflação causa à moeda e que impede, como vimos, financiamentos a longo prazo, o projeto propunha a cláusula do reajuste nos contratos que tivessem por objeto a habitação – reajuste proporcional, aproximadamente, ao salário mínimo – medida necessária se se quisesse, sem demagogia, levar avante um programa de financiamento de habitação. Adotava, porém, um processo, um sistema de indenização razoável, fundamentado em cálculos atuariais, e exigia que este fosse o único tipo, a única modalidade adotada.

Na discussão travada na comissão, a sugestão que fizemos, como relator da matéria, foi aceita por unanimidade no sentido de se admitirem outros tipos de reajustamento além daquele previsto no projeto: tipos de reajustamento que podem ser de uma variedade sem conta, mas que dependerão de exame e aprovação dos órgãos competentes do sistema habitacional.

Quero mencionar dois exemplos. O dinâmico e competente presidente da Caixa Econômica de Minas Gerais, Dr. Nílton Veloso, fez uma exposição à comissão, demonstrando a adoção de um sistema diferente daquele que nós apresentávamos. A ser aprovado o projeto, tal como veio, a Caixa Econômica de Minas Gerais não poderia continuar operando. Da mesma forma, a Cooperativa de Habitação de São Paulo apresentava um processo de reajuste diferente, fundado no que eles chamam unidade de custo. Quando o associado entra na cooperativa, em lugar de comprar uma quota de dez mil cruzeiros ou vinte mil cruzeiros, ele compra uma unidade de custo, o que significa um metro cúbico de cimento, tantos quilos de ferro, tantas horas de mão-de-obra, numa fórmula engenhosa e segura que está sendo aplicada com resultados concretos e que permite fazer com que, reajustado o preço desses materiais, seja reajustado também o valor da quota daquele cooperado.

Essas e muitas outras poderia mencionar, como a fórmula que tive oportunidade de adotar quando em exercício no Ministério do Trabalho, em que aceitei o reajuste das prestações e a manutenção do débito de forma a apressar apenas o prazo da dívida, o que corrigia em 85,90% a inflação; não em 100%, é certo, mas era uma fórmula com certo subsídio, é verdade, que de qualquer maneira produziu bons resultados e está sendo aplicada em várias entidades.

Pela forma adotada nas emendas da comissão especial, passam a ser lícitas outras modalidades além da modalidade oficial; outros tipos de reajustamento podem ser aceitos, desde que examinados e aprovados pelo órgão competente do sistema habitacional.

Com satisfação ouço o aparte do nobre deputado Guilherme Machado.

O Sr. Guilherme Machado – Nobre deputado Franco Montoro, não é necessário ser economista, não é preciso ser sociólogo, não é mister ser especialista em habitação para saber que, sob o impacto de uma inflação como a brasileira, todas as operações financeiras, notadamente a prazo, traduzem esforços pelo reajustamento monetário árduos, penosos e, com frequência, de resultados problemáticos. Daí a dificuldade em que se debateu a comissão, conforme V.Exa. acabou de acentuar, ao eleger, entre muitas, aquela fórmula que melhor pudesse convir à situação econômico-financeira do país.

V.Exa. se bateu por duas fórmulas, entre as quais a da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, e procurei, tanto quanto possível, secundar os esforços de V.Exa. nesse sentido. Entretanto, o governo achou que o sistema desde logo estabelecido no projeto era aquele que em melhores condições poderia atender, na atual conjuntura, às exigências financeiras do projeto. Daí não nos ter sido possível impor, desta ou daquela forma, a opção por esta ou aquela fórmula de reajustamento monetário. Como quer que seja, a comissão se houve – diga-se de passagem – com sabedoria quando permitiu, por meio de uma de suas emendas, que o Conselho do Banco Nacional da Habitação pudesse escolher, mediante decisão tomada em termos previstos na emenda, esta ou aquela forma que, dadas as condições econômico-financeiras do país, melhor atendesse aos reclamos do financiamento da casa própria.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço-lhe o aparte e rendo a minha homenagem ao trabalho de V.Exa. na comissão, especialmente na defesa desse ponto de vista, sem dúvida um aperfeiçoamento em relação ao projeto. Desejo concluir, Sr. Presidente, atendendo à comunicação que me é feita de que o meu tempo está esgotado. Antes, dirijo aos Srs. Deputados um apelo: não se restrinjam à aprovação do projeto e das emendas da comissão especial, que representam, no entendimento de todos aqueles técnicos, de todas as orientações, que participaram do debate ou que se informaram dos seus resultados, um instrumento adequado e idôneo para a solução do problema. Outros aperfeiçoamentos virão ao seu tempo, mas este que acabou de ser apresentado representa o primeiro passo concreto para o encaminhamento da solução do problema. Desejo lembrar que uma das características do projeto, e característica sábia, é a descentralização e outorga de poderes aos órgãos estaduais e órgãos municipais de todo o Brasil, às organizações privadas e particulares, às fundações, às associações, às cooperativas que se venham a constituir em todo o país, para integrar essa grande rede que vai tratar da política habitacional.

Aos deputados federais, aqueles que vão ter uma parcela de responsabilidade na aprovação deste diploma legal, caberá também a grande tarefa de, nas suas regiões, estimularem e promoverem e difusão de órgãos, de organismos, de entidades que possam levar avante esse assunto.

Não existe um único organismo, não existe recurso que a União sozinha ou um estado apenas possa dispor para resolver o problema. Ele é muito amplo, exige uma multiplicidade de esforços conjugados. É para esse esforço de todos que desejo dirigir o apelo final da minha oração, para que usemos este instrumento que cria realmente possibilidades extraordinárias para o desenvolvimento da política habitacional em todo o Brasil, transformando em vida isto que é letra de lei. Está em nós, Srs. Deputados, na qualidade de representantes do povo do Brasil, fazer com que o povo tenha, efetivamente, uma fase nova na sua vida, uma reforma de estrutura, dando, como é desejo de todos, uma habitação condigna para cada família brasileira.

Ensino primário

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 19/8/1964, p. 6692-5.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara apreciará, a partir deste momento, um dos projetos de maior importância entre os que foram enviados ao Congresso pelo atual governo. Poderíamos dizer que este projeto preconiza uma reforma educacional. Para se ter uma idéia da importância e da significação desta proposição, basta mencionar que a medida aqui pleiteada assegura ensino primário a dois milhões de crianças, todos os anos.

Para fundamentar a medida proposta, o governo inspirou-se no dispositivo constitucional que impõe às empresas industriais, agrícolas e pecuárias o dever de manter ensino primário gratuito para seus servidores e para seus filhos. Essa medida, há muito tempo obrigatória por preceito constitucional, não foi até hoje regulamentada de forma conveniente. Inúmeras tentativas foram feitas, mas nenhuma conseguiu fixar, de maneira objetiva, essa responsabilidade.

Para resolver o problema da extensão dos limites dessa aplicação, inspirou-se o governo na Lei do Salário-Família, que instituiu sistema pelo qual se assegurou ao trabalhador brasileiro a percepção do salário-família sem a criação de qualquer novo organismo e sem a nomeação de um só funcionário. Este projeto tem igual estrutura. Funda-se nos princípios do salário-família. Expressamente o Poder Executivo faz remissão à lei que o instituiu e acrescenta que o salário-educação representa um desdobramento do salário-família.

Existem alguns pontos que representaram uma divisão intensa no seio da comissão especial. E é meu dever, como relator que fui da matéria naquele órgão, trazer a matéria ao conhecimento, ao debate e à decisão do Plenário. Antes de apresentar os pontos de discussão que dividiram a comissão, é de justiça mencionar os aspectos positivos que uniram a todos e que representam uma unidade fundamental em torno da proposição.

A Constituição brasileira já assegura, desde a Carta de 1891, o princípio de que “a educação é direito de todos”. E o art. 168 da Constituição

atual afirma que o ensino primário é obrigatório. Além desses textos constitucionais, o Brasil firmou compromissos internacionais da maior importância. O principal deles é a solene Declaração dos Direitos do Homem, que serve de fundamento à Carta das Nações Unidas. O Brasil, com as demais nações, firmou esse documento, que impõe, expressamente, o dever de assegurar a todos o direito fundamental à educação. E na Conferência de Punta del Este, ligada mais diretamente aos problemas da América Latina, o Brasil assumiu o compromisso de garantir até o ano de 1970 matrícula escolar a toda a população de sete a onze anos.

Esses os compromissos do Brasil, diante da sua Constituição e diante de documentos internacionais.

Apesar disso, um dado impressionante que se apresenta diante de nós é o de que metade da população em idade escolar no Brasil não dispõe de escola. A estatística oficial de 1960 demonstra que, dos nove milhões de crianças de sete a onze anos então existentes, apenas quatro milhões foram admitidas no ensino primário. O déficit de escolarização era, então, de 47% – em números redondos, metade da população em idade escolar. Esse déficit não é apenas quantitativo, é também qualitativo. O ensino é reduzido, ministrado em períodos diários de curta duração, porque, em virtude da falta de local, as escolas funcionam em três e até em quatro períodos cada dia. As instalações e os equipamentos escolares são deficientes. O preparo dos professores é, freqüentemente, precário, pois 46% dos professores de ensino primário no Brasil não são normalistas. Isto é, não têm a preparação básica de professor.

Nas condições expostas não é de surpreender a acentuadíssima evasão escolar e o baixo rendimento do ensino.

A situação assume proporções de verdadeira calamidade pública, constituindo para nós verdadeiro muro de vergonha, que veda ao país o acesso aos amplos caminhos do desenvolvimento. A solução do problema básico da educação brasileira – extensão do ensino primário a toda a população do país – que se promete à nação e aos brasileiros desde o advento da República apresenta-se como um permanente desafio à consciência nacional.

Se nós nos lembrarmos de que, no período compreendido entre 1900 e 1950, o número de adultos analfabetos aumentou no Brasil de seis milhões para vinte milhões, devemos dar razão à advertência grave

feita por Cesáreo Mota nos albores da República: “A democracia sem instrução será uma comédia, quando não chegar a ser uma tragédia”.

Por outro lado, relegar ao analfabetismo metade das novas gerações de brasileiros equivale, como já se assinalou, a perder metade dos elementos mais valiosos com que a nação pode contar para o seu desenvolvimento econômico, social e humano.

A situação educacional do país está, pois, a exigir de cada um dos brasileiros e de todas as instituições básicas ação ampla, pronta e vigorosa. A ninguém é lícito omitir-se ou negligenciar. Nenhum esforço, nenhum recurso deve ser negado a esse serviço fundamental.

O projeto enfrenta o problema do ensino primário invocando o dever que cabe à empresa econômica de colaborar nesse esforço de educação nacional. A muitos parece estranho que se venha sobrecarregar a empresa brasileira com mais um ônus, e com freqüência se tem afirmado, inclusive nesta tribuna, que representa uma excentricidade atribuir à empresa um encargo de ordem educacional.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao proferir o parecer, deime o trabalho de consultar o sistema de financiamento do ensino em outros países. Pude verificar que, no Congresso realizado em Genebra sobre o financiamento do ensino em diversos países, os relatórios encaminhados mostravam que em 53 países as empresas participam do custeio do ensino e que a natureza e os critérios dessa participação variam de um para outro.

A imposição legal nos países que a adotam, como Colômbia, Egito, França, Equador, Guatemala, Espanha, Honduras, Iugoslávia, México, Paquistão, Salvador, Turquia, Venezuela e outros, estabelece, umas vezes, o ônus direto pela educação dos empregados e dos filhos destes – é o caso do preceito brasileiro – e, outras vezes, institui a participação indireta das empresas no financiamento de certas atividades educativas, tais como aprendizagem profissional, ensino técnico e outras modalidades semelhantes.

Às vezes, a imposição aplica-se às empresas cujo pessoal atinge a certo efetivo ou cujos filhos constituam um grupo de certa significação. Em outros países a obrigação é imposta quando a sede da empresa esteja situada a uma distância realmente grande da escola.

Os fins visados por essas medidas legais que se aplicam às empresas são sempre o ensino, a educação e, quase sempre, em primeiro lugar, o

ensino primário dos filhos dos empregados ou a alfabetização dos próprios empregados.

No Brasil, a Constituição estabelece no seu art. 168, III: “As empresas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalhem mais de 100 pessoas são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para seus servidores e os filhos destes”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, por sua vez, no seu art. 24: “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de 7 anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria, ou em colaboração com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”.

Diversas tentativas foram feitas pelo Governo Federal para tornar efetivo esse imperativo constitucional. Em 1955, por iniciativa do professor Carlos Pasquale, então diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, os ministros Cândido Mota Filho e Alencastro Guimarães, respectivamente titulares das pastas da Educação e do Trabalho, encaminharam ao presidente Café Filho um projeto de lei dispendo sobre a matéria. Esse projeto não chegou a ser remetido ao Congresso.

Posteriormente, ao tempo do governo Jânio Quadros, entendeu o Governo Federal determinar por decreto o cumprimento do art. 168, III, da Constituição. Não podendo, porém, simples ato do Poder Executivo criar sanções pecuniárias, o Decreto nº 50.423, de 8 de abril de 1961, instituiu, para as empresas abrangidas pelo imperativo constitucional, a exigência da prova do cumprimento desse imperativo para poderem praticar atos essenciais às suas atividades, tais como transações com a administração federal, transações com empresas de economia mista e especialmente com os órgãos encarregados do financiamento.

O fato é que no decurso desses três meses teve o Governo Federal necessidade de alterar várias vezes os critérios estabelecidos, baixando cinco decretos, que receberam os números 50.556/61; 50.811/61; 51.230/61; 51.409/62; e 53.453/64. Essa multiplicidade de decretos está a demonstrar a precariedade da regulamentação expedida por ato do Poder Executivo.

Exatamente por isso e por ter também a Lei de Diretrizes e Bases, ao dispor sobre a matéria, instituído a competência da administração local para tratar do assunto e adotado a possibilidade do sistema de bolsas de estudo, fundado nesses preceitos e nessa experiência, o governo mandou

à Câmara este projeto de lei instituindo um sistema regulamentar do preceito constitucional.

Por este projeto as empresas serão todas obrigadas a contribuir para a educação, mas poderão fazê-lo de maneiras diferentes. Em primeiro lugar, mantendo elas mesmas as escolas. Em segundo lugar, se preferirem, poderão adotar o sistema de convênios para concessão de bolsas de estudo em outros estabelecimentos ou para organização de escolas em comunidade com outras empresas. Se a empresa, entretanto, não ministrar diretamente o ensino e não der, por meio de bolsas de estudos, o ensino aos filhos de seus empregados, então será obrigada a contribuir com uma cota que é fixada em lei e que corresponde a 2% da folha de salários mínimos, isto é, do número de empregados multiplicado pelo mínimo vigente na região. Com esse sistema se estabelece responsabilidade.

Apresentado dessa maneira, o projeto recebeu o parecer favorável e a aprovação unânime da comissão. Entretanto, ao lado das emendas que foram aceitas por unanimidade, existem três aspectos do problema que são controvertidos.

Temo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, assim como na comissão, aqui também um acordo de lideranças vá determinar uma votação que represente um interesse limitado e que contrarie fundamentalmente os objetivos do interesse público e os critérios de justiça estabelecidos no projeto.

Os três problemas que representam divergências são os seguintes: o primeiro refere-se a esses recursos; o segundo, à possibilidade de convênio com fundações que se destinem a construir edifícios para serem devolvidos ao poder público; e o terceiro refere-se às empresas que estarão isentas de contribuir com a taxa fixada na lei se realizarem o ensino diretamente ou por meio de convênio. Examinemos cada um desses três problemas.

Começemos pela caracterização das empresas que, dispensadas de contribuir com essa cota, prestarem diretamente o ensino. O projeto governamental estabeleceu que qualquer empresa que prestasse o ensino diretamente ou que, mediante o sistema de bolsas de estudos, assegurasse o ensino para os filhos dos seus empregados estaria isenta do pagamento dessa cota. No plenário da comissão, entretanto, por proposta do nobre deputado Paulo Sarasate, estabeleceu-se que só estarão isentas dessa cota as empresas que tenham mais de cem empregados, isto é, aquelas a que se refere expressamente o texto constitucional. Essa exigência de um mínimo de cem empregados para permitir dispensa da

cota de educação, quando a empresa presta diretamente ensino aos seus empregados, representa uma discriminação odiosa, injusta e, no meu entender, inconstitucional.

Eu me permito formular um caso concreto, e peço a atenção, especialmente dos responsáveis pela votação desta matéria, para que não se faça uma votação que não corresponda ao interesse público. Se tivermos duas empresas que mantenham escola, ou bolsas de estudos, uma com oitenta empregados e outra com cem, a que tem cem empregados estará dispensada da cota, e a que tem oitenta, apesar de manter escola ou bolsa de estudos, será obrigada a pagar a cota de educação. Pergunto se existe algum deputado que defenda essa medida.

Pergunto, e lembrarei isso no encaminhamento de votação, porque tenho receio de que, apesar de ninguém defendê-la, a maioria vai-se inclinar pela aprovação da medida e estabelecer um privilégio iníquo em favor das empresas de mais de cem trabalhadores.

O Sr. Chagas Rodrigues – Gostaria que V.Exa. esclarecesse se essa discriminação foi incorporada ao substitutivo.

O SR. FRANCO MONTORO – Foi incorporada ao substitutivo – e consta do art. 5º, letra *a*, que dispõe o seguinte:

As empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de cem empregados que mantiverem serviço próprio de ensino primário ou que o instituírem inclusive mediante sistema de bolsas de estudo do mesmo grau de ensino ou outro, em termos julgados satisfatórios, por ato da administração estadual de ensino, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, na forma da regulamentação desta lei, ficarão isentas do recolhimento da contribuição de que trata o art. 3º.

De modo que só empresas de mais de cem operários estarão isentas do recolhimento da contribuição se prestarem ensino diretamente ou mantiverem, mediante o sistema de bolsas de estudo, o ensino dos filhos de seus empregados.

O Sr. Chagas Rodrigues – Não há dúvida de que V.Exa. tem razão e de que o que prevaleceu foi interpretação do dispositivo constitucional. Mas perguntaria a V.Exa., nesta altura: mantendo V.Exa. esse entendimento e tendo sido V.Exa. relator, que sugere V.Exa. ao Plenário?

O SR. FRANCO MONTORO – Como disse, fui voto vencido. V.Exa. colabora comigo fazendo essa indagação. Vou pedir que seja aprovado o art. 4º do substitutivo do relator da comissão. Para isso já requeri destaque. O art. 4º estabelece que ficarão isentas do recolhimento das contribuições as empresas seja qual for o número de seus empregados. Não inclui limitação. O Plenário terá oportunidade, ao votar o destaque que já requeri, de optar pela fórmula de conceder a isenção apenas às empresas de mais de cem empregados ou pela de concedê-la a todas as empresas que, mediante bolsas de estudo ou diretamente, ministrarem ensino primário aos filhos de seus empregados.

O Sr. Chagas Rodrigues – Agradeço a V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Eu é que agradeço à oportunidade que, com sua pergunta, me deu de esclarecer o processo para assegurar a vitória do ponto de vista que defendo. No encaminhamento da votação eu teria a oportunidade de dar esses esclarecimentos, mas foi muito oportuno que desde já fossem prestados.

O Sr. Chagas Rodrigues – A minha pergunta visou não apenas levar V.Exa., com sua autoridade, a esclarecer o assunto, como também a fixar se será ou não admitido o destaque referente ao substitutivo ou se este terá de ser necessariamente votado em globo.

O SR. FRANCO MONTORO – Regimentalmente é certo que o substitutivo da comissão terá preferência, mas se admitirá o destaque de quaisquer das emendas, como é o caso daquela a que acabo de me referir.

O Sr. Mário Covas – V.Exa. permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Ouço com prazer o aparte de V.Exa.

O Sr. Mário Covas – Sr. Deputado Franco Montoro, V.Exa. iniciou a sua argumentação com base numa premissa, a de que era conveniente, e até constitucional, a participação das empresas, isto é, da economia privada, no ensino. E o fez com fundamento da mesma forma que o governo – no preceito constitucional contido no art. 168, § 3º. Verifico, entretanto, Sr. Deputado, que o art. 1º faz referência a empresas industriais, comerciais e agrícolas vinculadas à Previdência Social. Não é, portanto, a vinculação à Previdência Social que obriga o pagamento, e sim a característica da empresa, sendo ela industrial, comercial ou agrícola. Vejo que desde logo fica afastada uma gama muito grande de empresas que não são incluídas em nenhum desses três tipos: são empresas de serviços públicos. Em minha cidade, como todos sabem, opera uma empresa

de serviços públicos que possui cerca de dez mil funcionários. Diz-se, talvez, que o preceito constitucional faz referência a essas empresas. Entretanto, o critério pode ser extensivo, evidentemente; se não o for, o preceito constitucional, que fala apenas em empresas com mais de cem empregados, não poderá ser estendido a todas as empresas, mormente às de menos de cem empregados. V.Exa. poderia esclarecer a este deputado, que não participou da comissão especial, se esse ponto lá teria sido ou se, deliberadamente, por algum motivo que desconheço, as empresas de serviço público teriam sido retiradas do elenco daquelas que devem, colaborando nesta obra, ser isentas do pagamento das cotas.

O SR. FRANCO MONTORO – Esclareço a solicitação do nobre deputado informando que, na comissão, a matéria não foi debatida. O preceito constitucional refere-se, em geral, a empresas com mais de cem empregados, e a lei não estabelece nenhuma restrição além daquelas que a Constituição fixa. A referência à Previdência Social foi feita para definir o processo de recolhimento dessas contribuições; para evitar a criação de um novo organismo arrecadador, recorreu a lei ao organismo já existente. Adotou, como disse, processo semelhante àquele adotado na Lei do Salário-Família, vinculando o recebimento da cota à Previdência Social para que, assim, esses organismos recolham a contribuição.

A situação de cada empresa poderá dar margem a dúvidas de interpretação, mas não será agora a oportunidade de enfrentar esse problema porque já não cabe à Câmara apresentar qualquer nova emenda. Entretanto, no exame de cada caso, desde que se verifique ser uma entidade privada que tenha mais de cem empregados e que esteja vinculada à Previdência Social, ela está obrigada a realizar essa contribuição nos termos da Constituição. Pela lei, essa obrigatoriedade é estendida também às empresas com menos de cem empregados. A lei não se limitou a regulamentar o preceito constitucional; impôs também uma nova obrigação a todas as empresas. O que me parece, inteiramente, é que a lei – que estabeleceu essa nova obrigação para as empresas menores, quando estas não estavam a isso obrigadas pela Constituição – venha a ser mais rigorosa com elas, não permitindo sequer isentarem-se de recolher a cota, se quiserem prestar diretamente o serviço. Por todas as razões, deve-se manter o dispositivo que o Executivo mandou para cá e que, no substitutivo que, como relator, tivemos a oportunidade de apresentar, tornamos mais explícito para evidenciar a isenção para todas as empresas, não apenas para as que tenham apenas cem empregados. É, obviamente, do

maior interesse público que a educação seja proporcionada diretamente. É princípio normal de administração. Se o serviço pode ser prestado diretamente pela empresa, porque vamos exigir-lhe essa contribuição – que vai ser arrecadada no município, no estado e parte remetida à União, para que depois volte o serviço para o município? É um despropósito, do ponto de vista administrativo. O objetivo não é obter dinheiro para o poder público ou para outro tipo de fundação: é proporcionar educação. Se ela puder ser proporcionada diretamente, muito melhor. Caberá ao governo, então, fiscalizar se realmente o ensino está sendo prestado, mas não exigir que a empresa contribua e não possa prestar diretamente essa assistência. Ou, se estiver prestando, como acontece em muitos casos, especialmente no meio rural, que a empresa mantenha escola e seja obrigada, ainda, a contribuir. O resultado, pode-se imaginar qual seja: vão fechar essas escolas. As empresas, revoltadas, dirão: se mantemos escola e além disso somos obrigados a contribuir para a escola mantida pelo governo, então fecharemos a nossa, se não podemos ser isentos dessa contribuição.

O Sr. *Chagas Rodrigues* – V.Exa. está inteiramente certo, e, mais uma vez, reporto-me ao aparte dado anteriormente: o que houve foi má interpretação do dispositivo constitucional. E V.Exa., ainda nesta oportunidade, terá, para satisfação nossa, a total solidariedade do Partido Trabalhista Brasileiro.

O Sr. Franco Montoro – Agradeço a declaração de V.Exa. e gostaria de ouvir declaração idêntica de todos os partidos. Estou autorizado a afirmar que o Partido Democrata Cristão, pela unanimidade de sua bancada, vai votar pelo destaque e, portanto, pela isenção dessa responsabilidade de contribuição para as empresas de menos de cem operários, contra a discriminação injusta, iníqua e contrária ao interesse público.

Penso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que é dispensável a apresentação de novas razões, já que não existe, na Casa, nenhum deputado que seja contra essa medida. Normalmente, teremos a aprovação unânime do destaque a assegurar o respeito a essa exigência de justiça social e de interesse público.

O segundo ponto. Sr. Presidente e Srs. Deputados, refere-se à destinação dos recursos. Haverá uma grande contribuição. Ela está avaliada em quarenta bilhões de cruzeiros, todos os anos.

Uma parte dessa importância será aplicada, como acabamos de ver, diretamente pelas empresas que manterão ensino ou bolsas de estudo. Aquelas que não fizerem isso farão a sua contribuição na base de 2% sobre

a folha de salário mínimo, isto é, o número de empregados multiplicado pelo salário mínimo. Qual será a destinação dessa importância?

Várias emendas foram apresentadas. Uma delas, de iniciativa do nobre deputado Paulo Macarini, de sentido municipalista, propondo que parte desses recursos ficasse com o poder público municipal, e não com o poder público estadual, como se estabelecia no projeto.

O Sr. Paulo Macarini – Nobre deputado, vou me reservar, uma vez que estou inscrito, para discutir o projeto e as emendas que a ele oferecemos, praticamente aceitas por V.Exa. Entendíamos que uma melhor distribuição deveria ser feita tendo em conta as áreas mais necessitadas, dando também parcela desses recursos aos municípios em função do número de estabelecimentos que mantêm. Mas gostaria, também, de dizer a V.Exa., a propósito desta mensagem, que procuraremos fazer com que o nosso ponto de vista seja vitorioso neste Plenário, mesmo porque ele vai ao encontro aos interesses gerais do país, refletindo-se nas áreas mais necessitadas, especialmente aquelas que apresentam maior número de analfabetos, e em favor dos municípios que mantêm maior número de escolas. Gostaria, ao lado dessas considerações, de dizer a V.Exa. que o trabalhador brasileiro já tem um salário mínimo, que é um salário de fome; tem um salário-família, de cuja aprovação nesta Casa V.Exa. é um dos principais impulsionadores...

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Paulo Macarini – ...terá agora o salário-educação. Só falta sugerir ao ministro do Planejamento que mande a esta Casa o “salário-comida”, que é o que mais interessa ao trabalhador brasileiro.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. tem razão. Outras necessidades além dessas atingem o trabalhador brasileiro. As emendas apresentadas pelo deputado Paulo Macarini foram aceitas e incorporadas ao substitutivo que apresentamos à comissão, mas algumas dessas medidas foram recusadas. O projeto propunha que os recursos provindos da cota de educação ou do salário-educação seriam destinados ao fundo estadual de educação para serem aplicados no próprio município. Dando atendimento à pergunta do nobre deputado Paulo Macarini, propusemos que os recursos do Fundo de Educação fossem entregues no município, ao estado e ao município “na proporção do número de alunos matriculados por conta do estado ou do município”. O estado ou município receberia

proporcionalmente ao esforço que tivesse feito na promoção de educação. Quem cria mais escolas, mais recebe.

É a forma de estabelecer o estímulo na difusão do ensino. A essa destinação foi feita uma objeção: se a taxa ficar nos próprios municípios em que se efetuar a contribuição, sendo eles os de maior número de empresas e, portanto, os mais desenvolvidos, iremos acentuar o desnível da situação do ensino no Brasil. Daremos mais àqueles que estão em melhor situação e abandonaremos aqueles onde existem poucas empresas, exatamente os que estão em condições de menor desenvolvimento.

A objeção é procedente. Ela mereceu a atenção da comissão e, como relator da matéria, apresentamos um artigo em nosso substitutivo, que tem o nº 7, estabelecendo que o Fundo Nacional do Ensino Primário, que é outra fonte de recursos de que dispõe o poder público para o ensino primário, seja destinado a corrigir esses desequilíbrios.

Temos assim a seguinte situação: existe o desequilíbrio. É preciso atender às regiões mais necessitadas e menos desenvolvidas. Mas, ao mesmo tempo, ter presente que o imperativo constitucional, a natureza do salário-família, e o seu próprio nome está a indicar, tem de ser aplicado sob forma de complementação de remuneração ao empregado ou, como diz o texto constitucional, destinado ao “ensino dos filhos dos seus empregados”. Deve, portanto, ser aplicado no próprio ambiente, no próprio município.

Diante da dupla realidade, o imperativo constitucional que impõe a vinculação dessa taxa ao município e a realidade nacional que nos aponta a diversidade de situação, com o desequilíbrio, o desnível e a injustiça da situação existente entre as diversas regiões do país, optamos por uma solução que nos parece resolver o problema.

Há duas fontes oficiais de recursos para o ensino primário: o salário-educação e o Fundo Nacional do Ensino Primário. Estabelecemos, então, em dois artigos, este princípio: o salário-educação, em obediência aos imperativos da Constituição, será aplicado no próprio município.

A dotação para o Fundo Nacional do Ensino Primário, que é superior a cinquenta bilhões, será destinada a corrigir as desigualdades existentes. Dizemos no art. 7º do projeto:

Os planos de educação referentes ao Fundo Nacional do Ensino Primário, a que se refere o § 2º do art. 933 da Lei 9.024 – isto é, a Lei

de Diretrizes e Bases do Ensino –, visarão à correção das desigualdades verificadas no desenvolvimento dos sistemas estaduais de ensino primário e tomarão em conta sobretudo a razão direta dos índices de analfabetismo.

O Fundo Nacional do Ensino Primário distribuirá os seus recursos proporcionalmente aos índices do analfabetismo: onde há mais analfabetos irão maiores recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário. E a cota de educação será distribuída entre o município e o estado, na proporção das escolas que o governo estadual e municipal mantiverem, para estimular assim o ensino no Brasil.

Temos, na legislação brasileira, esses dois recursos para atender ao problema e resolvê-lo satisfatoriamente. Entretanto, em lugar desse sistema, que atende aos vários aspectos do problema, a comissão, por maioria de votos, aprovou medida contrária, por iniciativa do deputado Paulo Sarasate. Foi aprovado um dispositivo segundo o qual os recursos serão destinados 50% ao estado, nada ao município e 50% ao Governo Federal ou, de modo mais específico, ao Fundo Nacional do Ensino Primário.

Por essa forma pretendeu o nobre deputado Paulo Sarasate corrigir aí a desigualdade a que me referi. Mas elas já estão corrigidas com o sistema proposto no projeto. Não há necessidade de fazermos essa destinação, que contraria o dispositivo constitucional, porque se o salário-educação é imposto à empresa como dever de ministrar ensino aos seus empregados, não se pode, sob pena de violar o dispositivo constitucional, tirar essa cota daquele município para levá-lo a outra cidade. Há uma violação do preceito constitucional. Há também uma quebra daquele estímulo a que nos referíamos, ao atribuir esses recursos ao estado e ao município, na proporção das escolas que mantiverem. O atendimento a esse princípio de justiça distributiva, que inspirou a medida lembrada pelo nobre deputado Paulo Sarasate, foi feito com aquele dispositivo do Fundo Nacional de Ensino Primário. Com os seus cinquenta bilhões de cruzeiros, ou mais, irá o fundo corrigir os desníveis, distribuindo esses recursos na proporção do índice de analfabetismo de cada região.

Esse é o segundo ponto. Tenho certeza de que aqueles que fizeram um exame objetivo da matéria não poderão deixar de adotar o sistema adotado no projeto e complementado pelo substitutivo que apresentamos, tendo em vista as emendas oferecidas em plenário.

Requeri, também, para esse fim, Sr. Presidente, o destaque de alguns artigos para que assim o Plenário tenha a oportunidade de corrigir aquilo que foi, no nosso entender, uma decisão menos acertada da maioria da comissão especial.

Finalmente, Sr. Presidente, um terceiro ponto vai também merecer, por certo, a discussão e o voto divergente do Plenário desta Câmara. Refiro-me ao art. 6º do substitutivo da comissão, aprovado por maioria de votos, onde se estabelece que ficarão igualmente isentas do recolhimento previsto nesta lei, isto é, isentas da cota de educação, as empresas que fizerem entrega da importância equivalente à contribuição a fundação educacional sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a construção de prédios escolares destinados ao ensino primário, a serem doados aos estados ou aos municípios, ou a realização de conservação e reparação das unidades da rede escolar estadual ou municipal.

Trata-se de emenda que objetiva contemplar diretamente fundações educacionais como a Fundação Otávio Mangabeira. Sobre ela se estabeleceu longa polêmica. Nada tenho contra a instituição, mas parece-me uma excentricidade que a lei que dispõe sobre princípios gerais de um sistema dessa importância cuide de tipos especiais de obras que existem num estado, para descrever, com tanta particularidade, uma única instituição com a qual se poderá fazer convênio. Parece-me, em primeiro lugar, de duplo inconveniente esse artigo. Em vez de ampliar, restringe, porque só será permitido convênio com fundação que tenha essas características. Ora, sabemos que a fundação é um tipo de entidade jurídica; há outras, como associações, cooperativas, inúmeras outras formas de sociedade civil, que têm fins não-lucrativos, do maior interesse público. Assim, o artigo restringe o convênio a esse tipo de instituição, a essa instituição, que se destina a construir prédios para ceder depois ao estado ou ao município, naquelas condições. Trata-se, na realidade, da descrição de um caso concreto. Esses casos particulares, concretos, devem ser objeto de ato administrativo, que é ato individual relativo a uma entidade, deliberação transitória. Além dessa falha técnica, representa também essa destinação uma violação do princípio constitucional.

O Sr. Presidente (Gabriel Hermes) – Aviso ao nobre colega que seu tempo já se esgotou e que há outro colega inscrito.

O SR. FRANCO MONTORO – Concluirei em seguida. Estávamos apondo um último ponto controvertido, que deve ser focalizado no debate

da matéria. Essa destinação representa, em nosso entender, um desvio da finalidade do salário-educação, que deve destinar-se ao ensino dos filhos dos trabalhadores da empresa. Fazer com que esse dinheiro seja canalizado para uma entidade que se dedica à construção de prédios para o governo é violar a natureza de uma taxa. Na realidade, o salário-educação apresenta características muito mais de taxa correspondente à contraprestação de um serviço para a construção de prédios públicos. Existem as verbas estaduais e federais que o povo já pagou. Não é razoável desviar essa verba, que deve ser aplicada no ensino direto ou na concessão de bolsas de estudos destinadas aos filhos dos empregados.

Essa fundação pode ter a maior significação social, mas se destina à construção ou reforma de prédios do governo. Não é razoável que a empresa pague uma cota destinada ao ensino de seus filhos e que essa cota se reverta em benefício de uma fundação que vai construir prédios para o governo. A lei já estabelece a possibilidade de convênios para a prestação de ensino por parte da empresa aos filhos de seus empregados. Dentro desse limite geral, quaisquer convênios podem ser feitos, com quaisquer fundações, associações, cooperativas ou outras entidades, e não apenas com esse tipo especial de fundação.

São essas, Sr. Presidente, as três restrições que se podem apresentar diante da importância do projeto que a comissão aprovou, unanimemente. Tenho certeza de que a Câmara aprovará a proposição e rejeitará esses três pequenos pontos que têm, entretanto, significação no conjunto do sistema. Quero lembrar que o diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, autor principal desse projeto, ao sair da comissão depois de assistir à derrota desses três pontos, apresentou ao governo o seu pedido de demissão, porque achava que isso representava um desvio gravíssimo daquele princípio objetivo que o Executivo havia apresentado a esta Casa. O governo parece não ter aceito a demissão desse seu servidor, que é uma das grandes autoridades em educação de nosso país. De qualquer maneira, o seu pedido de demissão representa protesto significativo, porque protesto pela renúncia de um homem que dá o testemunho da sua vida, toda ela dedicada à educação, para afirmar que esses três pontos representam a violação daquelas exigências de justiça que trouxeram o projeto a esta Casa. Ao concluir, faço um apelo à Casa para que aprove o projeto na sua totalidade. Ele representará para o Brasil a possibilidade de dois milhões de novas matrículas no ensino primário,

todos os anos. É um passo da maior importância para a escola primária do Brasil. E representa para a nossa terra, no esforço de desenvolvimento, uma contribuição da maior importância, porque a maior riqueza do Brasil não está nos bens materiais de que podemos dispor, em nossa indústria ou em nosso progresso econômico. Acima de tudo, está no desenvolvimento pessoal e humano de seus filhos. O Brasil só se desenvolverá plenamente no momento em que nós tivermos uma juventude formada e capaz de fazer com que o Brasil enverede pelos caminhos desse desenvolvimento tecnológico moderno, que tem de ser feito não por máquinas, mas por homens formados e educados. E a primeira das educações é a educação primária.

Crítica ao Ato Institucional nº 2

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 30/10/1965, p. 9223.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, diante dos termos do novo Ato Institucional, que restringe ou limita os direitos e as liberdades e os poderes do Congresso, muitos parlamentares colocaram diante de si a alternativa de renunciar ou lutar. A renúncia teria a significação de um protesto e os libertaria da incômoda posição de membros de um poder tutelado, mas a renúncia, que é, de certa forma, o caminho mais cômodo, teria também a significação de uma fuga e de abandono de um instrumento de luta que lhes foi outorgado pelo povo. Mais difícil e imperioso é o dever de lutar, usando os poderes que ainda lhes restam para combater o avanço dos radicais e dos reacionários, para denunciar as injustiças, as opressões e a violação dos interesses nacionais e, acima de tudo, para preparar qualquer organização de uma força política nova com base naqueles setores de opinião pública que desejam para o Brasil o caminho das reformas com justiça e liberdade, que respeite a dignidade de todos os homens.

É de Maritain a observação de que quanto mais se avança na escuridão da noite, mais próximo está o clarão da madrugada. É preciso preparar novo dia. Na qualidade de último presidente do Partido Democrata Cristão, devo declarar que o Ato Institucional determinou a extinção dos partidos e, portanto, do PDC.

Entretanto, a ideologia democrata cristã e o movimento de opinião pública que a acompanha continuarão a existir e constituirão a inspiração de um dos futuros partidos que hão de se organizar na reformulação partidária que se anuncia. Ideologia não se improvisa ao sabor das circunstâncias. Por isso, a Democracia Cristã, com sua mensagem de reformas estruturais em nome da justiça e do respeito à dignidade humana, se afirma hoje, mais do que nunca, como a esperança dos que desejam um Brasil independente, justo, democrático e cristão.

Desenvolvimento da indústria nacional

Diário do Congresso Nacional, Seção I (Suplemento), de 1/10/1964, p. 8-9.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, desejo pedir a atenção da Casa para uma transação da maior importância que está sendo negociada neste momento entre a Agência para o Desenvolvimento Internacional, ligada à Aliança para o Progresso, e a Sudene, destinada ao financiamento do Plano Rodoviário do Nordeste.

Essa transação apresenta evidente interesse para a economia nacional e visa ao desenvolvimento de uma das regiões mais necessitadas do país.

Entretanto, o texto do contrato que está sendo discutido contém uma cláusula que contraria profundamente o interesse nacional e, mais que isso, discrepa do sentido de cooperação para o desenvolvimento que inspirou as resoluções de Punta Del Este e o lançamento da Aliança para o Progresso. Esse dispositivo constante da letra *c* do art. 402 estabelece que máquinas, equipamentos e outros produtos somente serão adquiridos no Brasil se o seu preço de lista for, no máximo, 20% superior ao similar de fabricação norte-americana.

Considerando as condições reais de nossa economia, isso significa que praticamente seremos obrigados a comprar equipamento de fabricação norte-americana já fabricado no Brasil, destruindo-se, assim, as esperanças de um efetivo desenvolvimento econômico do Nordeste e do país. Significa essa cláusula prejuízo grave para o grande setor de indústrias de tratores, caminhões, peças e outros produtos, e, muito particularmente, para aqueles setores que estão instalando no Nordeste indústrias de montagem ou de fabricação.

Essa cláusula, se aprovada, nos condenará à condição de permanentes consumidores de produtos industrializados e impedirá o autêntico desenvolvimento nacional, que tem sua base na industrialização, fonte de progresso, de oportunidades de emprego e de real elevação do nível de vida da população.

Fundados nesses fatos, dirigimos, em nome do interesse fundamental do povo brasileiro, veemente apelo ao Governo Federal para que não concorde com essa condição. E estamos certos de que os responsáveis pelas negociações hão de concordar, também, com a supressão de exigência, que contraria o espírito e a letra das resoluções de Punta Del Este e da Aliança para o Progresso, cujo objetivo, solenemente proclamado, não é o de colocar produtos ou manter uma dependência paternalista, mas, sim, o de “acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos”.

Tenho a certeza de que o Governo Federal dará amparo a esta reivindicação feita em nome do desenvolvimento nacional.

INDÚSTRIA NACIONAL

Defendo o interesse fundamental do nosso desenvolvimento, a Instrução 242 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), de 2 de junho de 1963, que estabelece que “Não serão admitidas de forma alguma importações de máquinas e equipamentos que possam ser supridos satisfatoriamente pela indústria nacional”.

Como conciliar os dispositivos dessa norma com a cláusula que acabamos de enunciar? Principalmente no período de crise, de dificuldades, como o que atravessa, neste momento, o Brasil, em que a indústria nacional precisa encontrar mercados para colocar a sua produção, para dar ocupação à mão-de-obra existente, ameaçada de desemprego, e, por meio do consumo interno, economizar divisas para o Brasil?

Nesse setor a indústria nacional vem satisfazendo plenamente as necessidades e a demanda dos órgãos governamentais e das empresas particulares em todo o país.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, departamentos de estradas de rodagens estaduais, Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), Petrobras, Exército, Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), empresas privadas, estados, municípios, estão todos utilizando amplamente equipamentos nacionais na execução de importantes obras públicas nos últimos anos. Não se pode admitir venhamos agora a substituir esse equipamento por outro de fabricação estrangeira.

As indústrias nacionais têm, além disso, assistência técnica organizada no país e peças sobressalentes à disposição. A aquisição de máquinas estrangeiras criaria problemas de manutenção, de assistência técnica e de contínua importação de peças, sempre morosa e sempre onerosa para a economia nacional, porque significa dispêndio de divisas.

Nesse sentido, o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Similares e o Sindicato da Indústria de Máquinas já se dirigiram aos órgãos governamentais, alertando-os sobre os graves inconvenientes dessa pretendida condição.

O PREÇO REAL

Dada a diferença do volume da produção em série dos dois países, o produto brasileiro em evidente inferioridade no tocante ao preço de lista, previsto no contrato, será fatalmente derrotado na concorrência.

Mas isso não significa que o produto estrangeiro venha a custar menos para o Brasil ou, mais diretamente, para a Sudene, porque, nesse caso, a Sudene deverá pagar também o frete, o respectivo seguro e outras taxas. Poderá, assim, haver relativa igualdade de preço entre o produto nacional e o norte-americano, importado, e, apesar disso, dar-se preferência ao produto estrangeiro, com sacrifício do produto nacional. E, o que é mais grave, com grave dano para o esforço de industrialização e desenvolvimento do Brasil.

É preciso mencionar, ainda, no tocante ao preço, que o contrato em negociação não indica em que base será calculado o dólar para julgar a concorrência entre os preços da indústria brasileira e da americana. Se a taxa for a oficial, como parece indicar o contexto do acordo, e não a taxa concorrente, não haverá produto nacional que resista ao confronto.

É evidente que a compra de equipamentos e máquinas deve ficar a critério da Sudene, que é o órgão técnico oficial, que vai receber e pagar o empréstimo contratado. Não se trata de uma doação, mas de um empréstimo. Não se trata de uma entidade incapaz, mas de um órgão criado por lei, assistido pelos governos estaduais do Nordeste e diretamente pelo Governo Federal. A esse órgão, e não a uma agência internacional, é que deve caber a decisão sobre a procedência dos produtos a serem adquiridos.

IMPORTÂNCIA E PRECEDENTE

A importância da matéria não reside apenas nessa transação. Como dissemos, trata-se de um empréstimo de vinte milhões de dólares no princípio, além de uma importância de quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Essa importância se destina ao plano rodoviário do Nordeste. E corresponde, ao preço do dólar corrente, a mais de quarenta bilhões de cruzeiros. Para que se tenha uma idéia da importância desse financiamento para as obras do plano rodoviário do Nordeste, basta lembrar que a BR-2, essa estrada modelar, que liga a Guanabara a Porto Alegre, custou aproximadamente dez bilhões de cruzeiros, incluindo as 57 obras de arte que tiveram que ser edificadas. E o empréstimo para a Sudene será de quarenta bilhões de cruzeiros, portanto, quatro vezes maior.

Mas a matéria é mais grave. Trata-se do primeiro de uma série de financiamentos a serem feitos ao Governo Federal. Calcula-se que essa importância será da ordem de três a quatro bilhões de dólares. Por isso, é preciso que as cláusulas desse contrato sejam examinadas e discutidas com todo o cuidado, porque elas servirão de precedente para os demais.

E se, neste momento, estabelecermos que esses financiamentos serão condicionados à aquisição de produtos de fabricação estrangeira, estaremos dando um golpe de morte no esforço do desenvolvimento e da industrialização do Brasil. Penso que o Congresso deverá debater amplamente esta matéria. É minha intenção dirigir ao presidente da República um requerimento de informações, para que fiquem fixadas claramente as responsabilidades em face do contrato que vai ser assinado. É importante o financiamento: sem dúvida devemos firmar o acordo, mas não podemos aceitar a cláusula do condicionamento à compra de equipamento estrangeiro nas condições propostas. O sentido da Aliança para o Progresso, e de todas as resoluções de Punta Del Este, é o de uma união para o esforço do desenvolvimento. É oportuno lembrar algumas passagens de dois famosos discursos do presidente Kennedy e de um recente presidente, Johnson, em que ambos fazem certas afirmações que nós, brasileiros, deveríamos a cada passo repetir. É de Kennedy, do grande presidente americano, a seguinte afirmação:

Os povos da América Latina, que até agora dormiam, iniciam uma caminhada para abrir caminho junto ao sol e a uma vida plena.

Não se trata de simples assistência, mas de ajudar o esforço próprio da nações latino-americanas para que elas possam alcançar o seu próprio desenvolvimento.

Em um discurso pronunciado perante o corpo diplomático da América Latina, o presidente Johnson reafirmava que um dos pontos fundamentais de seu governo é “o devotamento ao progresso econômico das nações latino-americanas”.

No mesmo sentido, Rostow e L. Gordon, economistas e embaixadores, têm se manifestado.

Só é possível o desenvolvimento se nós nos encaminharmos no sentido da industrialização. É para esse esforço que precisamos reunir a unanimidade das vontades e coordenar os esforços de todos os setores.

Se nós impedirmos o desenvolvimento da indústria nacional e nos transformarmos em importadores passivos da produção estrangeira, estas estradas que vão ser abertas permanecerão desertas, porque a indústria é a fonte e a raiz do desenvolvimento. Instalada uma indústria e a mão-de-obra que se emprega, são oportunidades que se multiplicam, é o nível de vida da população que se eleva. E é por isso que inúmeras fábricas de calçados, de tecidos, de outros produtos começam a voltar-se para o setor nordestino, corrigindo esta grave injustiça representada pelo desnível existente entre as regiões brasileiras. Todo esse esforço ficará comprometido se, contra a evidência dos fatos, aceitarmos condições que nos transformem em simples importadores de produtos manufaturados. Desejo dirigir ao presidente da República, em nome do interesse fundamental para a economia brasileira, um apelo para que o governo dê instruções aos negociadores desse contrato para que não aceitem a cláusula relativa à obrigatoriedade de importação de equipamento estrangeiro que tenha similar no Brasil. O acordo apresenta evidente interesse para a economia nacional, mas a cláusula em questão deve ser rejeitada. Tenho a certeza de que o presidente da República, atento aos interesses fundamentais do Brasil, há de determinar a sua rejeição. E entregará à própria Sudene a competência para decidir sobre a conveniência da aquisição do material necessário a suas obras. Firmaremos, assim, um acordo fiel àqueles ideais e princípios que Kennedy definiu como um

esforço de colaboração da grande família americana para ajudar as nações da América Latina a se desenvolverem e progredirem.

Este é o apelo que dirijo ao governo da República – e tenho a certeza de que será atendido – para que o Brasil possa enveredar pela senda do seu desenvolvimento, exigido pelo progresso que todas as nações começam a enfrentar e que deverá ser realizado em termos de justiça e de fraternidade.

Crítica ao projeto constitucional de 1967

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 22/12/1966, p. 1215-6.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o debate do projeto de Constituição enviado a este Congresso pelo Sr. Presidente da República está demonstrando a toda a nação o fato que, neste momento, é incontestável: ninguém aceita o projeto tal como foi enviado ao Congresso, nem mesmo os representantes do partido do governo. Todas as suas vozes mais autorizadas que aqui falaram, uma a uma, fizeram críticas, não acessórias, mas fundamentais.

Acabamos de ouvir esse brilhante depoimento do deputado Herbert Levy. E qual a crítica que S.Exa. faz ao projeto? É a de que o projeto confere poderes excessivos ao presidente da República. Essa é uma constante de todas as críticas que aqui foram feitas.

Mas, Srs. Congressistas, qual o maior defeito que pode ter uma Constituição, qual o vício fundamental, qual a razão pela qual posso votar contra uma Constituição, senão essa de a Constituição não garantir à nação um estado de direito, mas submetê-la à prepotência, ao arbítrio, às decisões de um homem?

A crítica que se acaba de fazer pela totalidade dos parlamentares que aqui falaram demonstra que essa Constituição é inaceitável. Qualquer documento, uma carta fascista, uma carta totalitária, teria também o apoio de todos aqueles que falaram se fossem coerentes, porque diriam que depois iriam fazer reformas.

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, essa Carta se revela, em todos os aspectos fundamentais, inaceitável.

O debate aqui travado pode ser sintetizado em cinco características negativas desse documento. Esse projeto é centralizador, é antinacional, é antimunicipalista, é anticomunitário e é anti-social.

Ele é centralizador, em primeiro lugar – foi a crítica unânime. Congressistas do partido do governo e da oposição denunciaram esse vício, e ele transparece desde o primeiro artigo do projeto.

É uma violência à Federação. Em lugar da descentralização necessária para a solução dos nossos problemas, essa Carta se apresenta centralizadora e unitária; em lugar de um passo para o futuro, representa a volta àquele unitarismo centralizado da monarquia e da colônia.

É uma das necessidades fundamentais do Brasil. Não são apenas razões de ordem jurídica que são válidas e foram aqui mencionadas, mas é uma razão de ordem sociológica e profundamente grave da nossa realidade social que exige a estrutura descentralizada para o Brasil.

Ou o Brasil se descentraliza ou os seus problemas não são resolvidos. As dimensões continentais de nosso país e a diferença das regiões, as circunstâncias e as condições variadas exigem soluções diferenciadas.

A centralização pode servir a outros objetivos de ordem internacional, mas não serve aos objetivos daqueles que querem servir à terra e ao povo do Brasil. Em todos os setores há essa mesma preocupação de eliminar todos os organismos que possam enfrentar, que possam opor-se, que possam diminuir a força onipotente do presidente da República. Entre outros, num documento oficial, partido do próprio Ministério da Educação, encontra-se protesto candente pelo fato de o projeto não consignar, no tocante à educação, o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais, que estão representando um passo da maior significação para que haja uma verdadeira cultura no Brasil. Quer se centralizar tudo nas mãos da burocracia governamental.

O projeto é antinacional, dissemos; e ele foi denunciado por dezenas de congressistas em aspectos da maior gravidade.

Quero mencionar três pontos que revelam o aspecto antinacional desse projeto. O primeiro é o art. 161, § 1º, do projeto, já apontado por esta tribuna e que dispõe da seguinte maneira: “A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, dada exclusivamente a brasileiros (...)”. E acrescenta: “(...) ou a sociedades organizadas no Brasil”.

Isso significa abrir, ao contrário de todas as exigências da economia nacional, abrir aos estrangeiros, aos grupos estrangeiros, a indivíduos, a capitais, a organismos estrangeiros, a concessão para a exploração de quaisquer desses recursos.

Basta que se organize, no Brasil, a sociedade – e ela se pode organizar até por procuração outorgada do estrangeiro – para que se possam explorar quaisquer das reservas brasileiras.

O art. 162, § 1º, contém também uma disposição da maior gravidade que mostra o irrealismo, mostra o caráter antinacional do projeto e a sua inaceitabilidade por quaisquer dos parlamentares que atentarem não para um ou outro texto, mas para o conjunto da disposição.

Diz o art. 162, § 1º: “Somente para suplementar a iniciativa privada é que o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica”.

Somente para suplementar a iniciativa privada.

Ora, Sr. Presidente, é princípio elementar da doutrina política e da economia, para aqueles que não tenham parado um século atrás nas suas concepções, que o Estado pode e deve interferir na ordem econômica pelo menos em duas hipóteses: primeiro, quando falhar a iniciativa privada, por ser deficiente; segundo, quando determinado setor da atividade econômica, ou determinada exploração, seja de tal forma capaz de conferir poder, que só o próprio Estado poderá exercer, no interesse do bem comum, aquela atividade.

Em suma, o Estado deve interferir pelo menos em duas hipóteses: quando a iniciativa particular for insuficiente e quando ela for perigosamente forte.

Qual o perigo para o Brasil? Haverá algum congressista, algum representante do partido do governo que ouse contestar que o perigo do Brasil, que os riscos, que os problemas que podem afligir e comprometer nossa economia decorrem de trustes poderosos, de grupos financeiros poderosos? Pois bem, para esse fim, a Constituição não apenas não nos dá nenhum direito, mas tolhe do poder público o direito de interferir.

Aplicado esse princípio constitucional, se um grupo econômico qualquer quiser fazer a exploração do petróleo, o governo não poderá interferir, porque não precisará suplementar esse grupo, que é forte demais.

Quando se estabeleceu no Brasil, pelo voto praticamente unânime deste Congresso, o monopólio estatal do petróleo, não foi porque as empresas eram insuficientes para a exploração, mas porque os trustes mundiais de petróleo, que são capazes, inclusive, de influir e deflagrar guerra, não poderiam ter nas mãos tão grande poder.

Pois bem, para isso que constitui perigo permanente, perigo para aqueles que vêem na realidade nacional as necessidades maiores que o poder público deve enfrentar, para essa situação a nova Constituição retira do poder público o poder de dar um passo na defesa do Brasil. Só para suplementar a iniciativa privada, não para corrigi-la, não para reprimi-la – princípio inaceitável, mas que não representa apenas um dado isolado, como estou examinando. São inúmeras as disposições, é todo o espírito do projeto que vem marcado por essa orientação.

Mas, Sr. Presidente, mais grave como característica antinacional do projeto é a supressão de um artigo constante da Constituição atual, o art. 169, que dispõe sobre a educação e estabelece o mínimo de recursos que o poder público deve aplicar em educação. A atual Constituição, art. 169, estabelece: “Anualmente a União aplicará nunca menos de 10%, e os Estados e Municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino”.

Preceito da maior importância, que corresponde à primeira das necessidades do Brasil. O nosso desenvolvimento depende, em primeiro lugar, da existência de uma cultura, da competência de uma tecnologia brasileira capaz de explorar e aproveitar os nossos recursos.

É comum a distinção que se faz nos meios pedagógicos entre duas mentalidades que foram lembradas recentemente no artigo de fundo de um dos grandes jornais do Brasil, a *Folha de S. Paulo*. Uns consideram a educação um bem de consumo; outros consideram a educação um verdadeiro investimento. Aqueles que mantêm, ainda, uma mentalidade superada e consideram a educação um bem de consumo acham que é preciso gastar o menos possível, e todas as normas são no sentido de redução dos gastos em relação à educação como bem de consumo. Mas, hoje, não há um grande educador, um sociólogo ou um político de visão que aceite essa concepção.

A educação é o primeiro dos investimentos, e é preciso não reduzir, mas ampliar ao máximo as despesas com a educação. A Constituição deve fazer como faz a Constituição vigente: que o poder público não pode aplicar menos de 10% de sua renda na esfera federal e 20% nas esferas estadual e municipal com a educação e a cultura. A Constituição atual elimina esse mínimo considerando dispensável esse esforço.

Será possível, Sr. Presidente, que alguém possa apoiar essas medidas? Estão todas orientadas numa mesma preocupação, num mesmo espírito

de esquecimento das necessidades do Brasil. Tem-se a impressão de que a Constituição não foi feita por brasileiros, tendo em vista as realidades brasileiras. É um modelo do século passado ou de outros estados do século presente. Não são algumas das suas disposições que a tornam inaceitável. É toda a Constituição.

Dissemos que a Constituição é também antimunicipalista. É preciso pesar a gravidade dessa afirmação. O município é a unidade de base da organização política do país. Há uma velha frase de um grande municipalista que diz que “uma corrente nunca é mais forte do que cada um dos seus elos”. Se os municípios do Brasil forem fracos, o Brasil será fraco também.

Essa mesma preocupação centralizadora de concentrar nas mãos do presidente da República, ou na competência da União, quase todos os poderes retira dos municípios a competência para que eles exerçam suas atividades. E mais do que isso: a discriminação tributária elimina várias fontes de recursos necessários aos municípios, obrigando cada prefeito a vir, de chapéu na mão, mendigar auxílio do Governo Federal para a solução de seus problemas. É nos municípios que há a maior fonte da vida pública do Brasil. A manutenção do dispositivo terá não apenas o caráter impeditivo do desenvolvimento dos municípios, mas o de desmoralizar, porque obriga os homens públicos dos municípios a baixar a cabeça, e não a mantê-la erguida para reivindicar os interesses da comunidade local.

Não podemos aceitar, sem protesto, aquilo que se diz que deve ser aprovado.

Apesar disso, quem nos garante que todos esses defeitos sejam retirados? E estou demonstrando que não são defeitos parciais, e sim defeitos estruturais, todos eles enfeixados em cada um dos capítulos da nova Carta. Um substitutivo total seria a única possibilidade de tornar aceitável esse texto.

Ainda sob o aspecto antimunicipalista há uma disposição farisaica, profundamente contrária ao interesse nacional. É aquela disposição que exige seja gratuito o mandato de vereador, em todos os municípios do Brasil.

Quem estabeleceu isso não conhece a realidade brasileira. Quero dar testemunho pessoal, porque, quando vereador à Câmara Municipal de São Paulo, precisei fechar meu escritório de advocacia para exercer,

com dignidade, meu mandato. O mesmo acontece com os vereadores das grandes cidades e das cidades médias do Brasil.

Exigir a gratuidade, Sr. Presidente, é fazer com que a vereança seja privilégio dos homens de recursos, divorciados das necessidades do povo, ou então representantes de grupos econômicos que tenham interesse a defender nas câmaras municipais.

Não é possível aceitar tal disposição, também antimunicipalista.

Para concluir, Sr. Presidente, o projeto é anticomunitário e anti-social. Anticomunitário porque elimina os grupos intermediários essenciais à vida pública do Brasil.

Uma das necessidades do país é a existência de organismos intermediários, de associações, de cooperativas, de organismos que sejam elementos intermediários entre o indivíduo e o Estado, sem o que não poderemos resolver nossos problemas.

Pois bem, a Constituição contraria todas essas comunidades, inclusive a família. E não menciono, uma única vez, a comunidade que está tendo, hoje, aceitação universal, que é a cooperativa.

E, finalmente, o projeto é anti-social. Falo com a minha dupla qualidade de parlamentar e ex-ministro do Trabalho.

Estes, os preceitos que esta Constituição introduz. Nela encontramos aspectos radicalmente inaceitáveis. Elaborado trinta anos depois da Carta de 46, o projeto governamental deveria conter disposições que acompanhassem o progresso social via últimas décadas. Entretanto, em lugar de dar um passo à frente, o projeto de Constituição regride em, pelo menos, cinco pontos. São eles:

- 1 – O projeto abandona o conceito de salário mínimo-família, que consta da atual Constituição, e retorna ao velho salário mínimo individual. Há acordos internacionais, há uma declaração universal dos direitos do homem que define o salário mínimo como o necessário à manutenção do trabalhador e de sua família. O contexto constitucional eliminou a referência à família. Será que algum parlamentar aceita essa redução? Será que algum homem público, com mediana visão, aceitará essa afirmação?
- 2 – O projeto eliminou a estabilidade do empregado na empresa, como imperativo constitucional. E aqui o governo confessa sua insinceridade,

ao sustentar a constitucionalidade do projeto de Fundo de Garantia, Fundo de Serviço, enviado ao Congresso.

Quando o projeto foi enviado, sustentou-se, nesta Casa, que o projeto era inconstitucional, e o governo defendeu-se, afirmando que a Constituição permitia. Agora, que tem oportunidade de elaborar novo texto, o governo estabelece, como preceito constitucional, a estabilidade ou o Fundo de Garantia.

Há palavras de compromisso para manter a estabilidade, há a declaração da OIT (Organização Internacional do Trabalho), resoluções internacionais e, mais do que tudo, há uma resolução firmada pelo Brasil, na Conferência de Bogotá, pela qual o Brasil assumiu o seguinte compromisso com as nações latino-americanas: “Os Estados signatários da presente se obrigam a assegurar a permanência de todos os assalariados no emprego, afastando o risco de despedida sem justa causa”.

Violando esse compromisso, o projeto estabelece, como preceito constitucional, a estabilidade ou o Fundo de Garantia, e o Fundo de Garantia, já decretado pelo governo, legitimou, expressamente, a despedida sem justa causa. É um princípio inaceitável, anti-humano, contrário aos interesses da família e do trabalhador, o que está firmado no texto constitucional.

Há outras violações: o projeto suprime o princípio da participação obrigatória e direta do empregado nos lucros da empresa. A revolução econômico-social está aconselhando a participação dos empregados nos lucros e na gestão da propriedade, como ocorre, hoje, na Alemanha, França, Itália e Holanda. O princípio da participação dos empregados nos lucros da empresa representa a transformação da empresa numa comunidade de trabalho. É texto expresso das grandes encíclicas sociais, sem se excetuar uma, que o Brasil afirma aceitar e respeitar.

Pois bem, o projeto restringe esse direito e transforma o trabalhador num simples vendedor de energia, como se o trabalho fosse mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, o projeto afasta do texto constitucional o preceito de que o repouso semanal remunerado se realize, preferentemente, aos domingos. É preceito da atual Lei Magna. No entanto, é tradição do Brasil, que corresponde aos sentimentos cristãos de nosso povo, o descanso semanal remunerado aos domingos. O texto do

projeto do governo suprime a referência. Por que, Sr. Presidente? Por que, Srs. Congressistas?

A fim de atender ao apelo que V.Exa. me faz, Sr. Presidente, quero mencionar a última restrição.

O projeto não acolheu a tendência salutar que, para o Brasil, é compromisso firmado perante a Organização Internacional do Trabalho e ratificado por este Congresso, qual seja o de considerar o descanso da gestante como obrigação da Previdência Social, e não da empresa em que trabalha.

São preceitos que correspondem a exigências mínimas; não foram atendidos alguns e contrariados outros.

Por todas essas razões, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não podemos aceitar o princípio de que se deva aprovar, em bloco, esse projeto, para depois tentar melhorá-lo.

Esta análise revela que, em todos os aspectos fundamentais, essa Carta não corresponde ao interesse do Brasil, às necessidades e às aspirações do povo brasileiro.

O que precisamos fazer é rejeitar essa Carta, e seus autores que assumam perante o Brasil e perante a História o compromisso e a responsabilidade de haverem outorgado para o Brasil uma Carta que não corresponde às exigências de justiça, de liberdade e de bem-estar do povo brasileiro.

Homenagem ao chanceler Konrad Adenauer

Diário do Congresso Nacional, Seção I (Suplemento), de 27/4/1967, p. 7-8.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Congresso brasileiro rende hoje sua homenagem de respeito e de admiração à figura de um dos maiores estadistas do século XX. Não se trata apenas do antigo chefe de uma nação amiga, mas de um homem que pelo seu exemplo de trabalho, pela perseverança de sua luta e por sua visão de homem público pode ser considerado um cidadão do mundo e iniciador de novos caminhos para a organização social.

Como representante do povo alemão no parlamento e como chefe do governo durante quatorze anos, Adenauer realizou uma obra que pode ser examinada em três perspectivas: (1) no plano da Alemanha; (2) no plano da Europa; e (3) no plano do mundo.

MILAGRE ALEMÃO

Sua obra, no tocante às modificações profundas realizadas em sua pátria, já mereceu da História um nome que a consagra: o Milagre Alemão.

Há vinte anos, a guerra lançara a Alemanha na miséria, na fome e no desespero. Mais de dois milhões de casas em ruínas. Milhares de fábricas destruídas, os sistemas de comunicações e de transporte inteiramente destruídos. Milhões de homens sem teto, sem emprego, sem família. No fim da tirania nacional-socialista, a Alemanha via-se proscrita e expulsa da comunidade das nações. O povo alemão enfrentava seu futuro sombrio sem perspectivas e sem esperanças.

Essa a herança que Adenauer recebeu ao iniciar, do marco zero, a reconstrução e a reabilitação da sua pátria.

E o resultado aí se encontra. No plano econômico, a indústria pode ser apontada como exemplo às demais nações; a agricultura, modernizada e

altamente produtiva; a moeda, modelo para a estabilidade econômica das nações.

Mas não foi apenas “milagre econômico” o realizado por Adenauer e sua equipe. No plano social, no plano da cultura, no plano político, notáveis foram as modificações introduzidas pelo grande estadista.

No tocante à remuneração do trabalho do operário alemão, é impressionante o elevado padrão de vida, o alto poder aquisitivo da população. Seu conforto é talvez o maior dentre as nações contemporâneas. A vida sindical na Alemanha é plenamente prestigiada; sua liga de sindicatos possui mais de cinco milhões de operários, mais de um milhão de empregados e mais de quinhentos mil funcionários públicos sindicalizados e unidos para a promoção do mundo do trabalho. Há condições de emprego, segurança e estabilidade que merecem destaque. O Brasil passa neste momento a experiência de eliminação da estabilidade do empregado. A Alemanha nos dá um exemplo dessa matéria. Após seis meses de experiência, o trabalhador adquire a sua estabilidade no emprego. E dentro da estrutura da empresa iniciou-se uma experiência nova. É certo que ela não se apresenta perfeita. Como toda obra que se inicia, essas modificações, levadas a efeito na vida social e econômica, podem ser objeto de críticas e observações parciais, mas há um sentido fundamental de promoção humana que não pode ser desconhecido. Assim é que em toda empresa alemã, a partir de cinco empregados, existe, por lei, obrigatoriamente, um conselho para colaborar nos assuntos de interesse social. E quando a empresa é maior, a partir de cem empregados, existe, obrigatoriamente, um conselho de empresa, com a participação, em partes iguais, de representantes dos empregados e dos donos do capital. No tocante à habitação, a Alemanha perdeu durante a guerra quase três milhões de casas e deixou de construir durante muitos anos. Ao se iniciar o governo de Adenauer, havia destruição por toda parte. Iniciou-se o programa de construção de casas, em escala nacional. E até hoje se construíram, depois da guerra, mais de seis milhões e quinhentos mil, na sua imensa maioria vendidas aos trabalhadores. Pode-se dizer que, hoje, praticamente todo trabalhador da Alemanha é dono, ou está prestes a ser, da casa em que vive.

O Sr. Heitor Dias – Nobre deputado, quero congratular-me com V.Exa. pela oportunidade do seu discurso homenageando um grande homem que, como bem frisou, é hoje uma personalidade do mundo.

Mas V.Exa. há de convir que, ao lado dessa figura, cuja morte todo o mundo pranteia, há também o elogio de um regime, de uma forma de governo que permitiu essas realizações tão notáveis (...) – porque, ao lado, separada apenas por um muro, que tem o triste nome de “Muro da Vergonha”, há uma outra Alemanha, onde não se contempla um espetáculo dessa mesma natureza.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa. Quero acrescentar, entretanto, que as modificações realizadas na Alemanha não representam apenas uma volta ao passado ou o estabelecimento de uma economia individualista e liberal.

Falava dos aspectos sociais. Entre eles, há um que merece registro especial: o do apoio ao movimento cooperativista e seu desenvolvimento. Dentro da mesma linha de promoção humana, a Alemanha possui, hoje, mais de 22 mil cooperativas agrícolas, milhares de cooperativas de produção de tipo artesanal e centenas de cooperativas de crédito, segundo o velho modelo das caixas.

Poderia continuar enumerando aspectos dessa modificação social, que olha para o homem e lhe concede a iniciativa na promoção da sua melhoria. Não se trata de medidas paternalistas, outorgadas à massa de trabalhadores ou à classe média, mas de oportunidades para que, pelo seu trabalho, pela sua organização, o próprio povo possa atingir melhores níveis nos planos econômico e social.

No plano da cultura, difícil será apontar exemplo de país que apresente índices semelhantes. O ensino técnico, de que tão necessitada é hoje a sociedade moderna e que tanta falta faz em nossa terra, é exemplo de organização na Alemanha. As universidades alemãs têm mais de duzentos mil lecionados, com dois mil formados, selecionados rigorosamente todos os anos, mantidos por bolsas do próprio Estado, para continuarem seus estudos e pesquisas.

No plano político, igualmente, a Alemanha nos apresenta um exemplo de reorganização democrática de centralizar nas mãos de um homem ou de um grupo os poderes de direção social. A Alemanha é um exemplo de descentralização. União, estados e municípios com atribuições próprias e governos eleitos democraticamente, por meio de eleições livres, representam exemplo de democracia e de descentralização. Mas a obra de Adenauer, como dissemos, não pode e não deve ser medida apenas na sua perspectiva nacional.

O Sr. Raul Brunini – Quero congratular-me com V.Exa. pela lembrança de exaltar, nesta hora, o chanceler Adenauer, uma das figuras mais extraordinárias no setor político-administrativo deste século. Peço permissão a V.Exa. para incluir, no discurso que está pronunciando, artigo que o jornalista Carlos Lacerda publicou hoje na *Tribuna de Imprensa*, sob o título “O que Adenauer entendeu”. Agradeço a gentileza de V.Exa. e cumprimento-o pela iniciativa, que enaltece o Congresso brasileiro, pois Adenauer foi um homem de todas as nações.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa. Tenho a satisfação de ver incorporado ao meu discurso o artigo de Carlos Lacerda.

INTEGRAÇÃO EUROPÉIA

Dizíamos que a atuação e a obra de Adenauer devem ser encaradas também numa perspectiva européia: é a segunda dimensão da sua obra.

Aos poucos, ganha a consciência dos homens públicos de nossos dias a certeza de que as atuais economias nacionais são muito pequenas para a tecnologia moderna, que exige grandes unidades de produção e mercados mais amplos. Por isso, unindo a percepção desse fenômeno à iniciativa no plano prático, Adenauer, ao lado de De Gasperi, da Itália, e de Schumann, da França, foi um dos iniciadores da integração européia. Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo firmaram, em 1951, o tratado que instituiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Nessa ocasião os representantes dos seis países declaravam solenemente:

Estamos decididos a eliminar rivalidades seculares mediante a fusão de interesses essenciais.

Estamos decididos a estabelecer, com a criação de uma comunidade econômica, os fundamentos de uma comunidade mais ampla e mais profunda entre nossos povos, que, durante anos e anos, estiveram separados por conflitos sangrentos, e assentar as bases de instituições capazes de dirigir um destino comum.

Com essa Comunidade Européia do Carvão e do Aço é instaurado, e se põe em marcha, um mercado comum em que o carvão e o aço dos

seis países ficam sem fronteiras, à disposição de 180 milhões de consumidores da comunidade.

Até então, as organizações internacionais estavam compostas de representantes dos governos e dos estados participantes. As suas decisões, como resultado dessa fragmentação, eram frágeis compromissos entre interesses nacionais. O novo ente que se cria com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca) é uma autoridade européia comum, da qual os estados participam, cedendo parte de seus poderes soberanos, e cujos representantes têm plena independência e exercem as suas funções atendendo ao interesse geral da comunidade, e não mais ao interesse de uma fração regional do conjunto. Essa autoridade, denominada “Alta Autoridade” da comunidade, está sujeita ao controle democrático de uma assembléia composta por parlamentares designados pelos seis parlamentos nacionais e ao controle jurisdicional de um Tribunal de Justiça.

Surgem, assim, nessa primeira experiência, os três poderes de uma organização comunitária supranacional. Um Executivo, a Alta Autoridade da comunidade. Um Legislativo, o Parlamento Europeu, que já atua com sede em Strasburgo, tendo seus representantes eleitos pelos parlamentos das várias nações – hoje já se cogita de fazer com que os membros do parlamento europeu sejam eleitos em toda a Europa pelo voto livre de todos os integrantes da comunidade européia. E, finalmente, no plano Judiciário, o Tribunal de Justiça da comunidade européia.

O sucesso do empreendimento levou os governos a prepararem nova etapa no caminho da unificação, estendendo a integração não apenas ao campo do carvão e do aço, mas a toda a economia. E assim é que Adenauer, ainda à frente do governo alemão e ao lado dos representantes das demais potências, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Européia. Não mais apenas a Comunidade do Carvão e do Aço, mas a comunidade econômica plena, instituindo dois grandes organismos: o Mercado Comum e a Comunidade Européia de Energia Atômica, a Euratom, para o estudo, a aplicação e o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

Para estender a todo o conjunto da sua economia os princípios que haviam dado excelentes resultados na Comunidade do Carvão e do Aço e instituir um amplo mercado comum, os europeus adotaram duas medidas: primeiro, criaram uma União Aduaneira, destinada a eliminar,

gradativamente, todos os obstáculos à livre circulação de pessoas, de bens e de serviços dentro da comunidade e, ao mesmo tempo, uniformizar as condições de entrada de importações de outras partes do mundo mediante a fixação de uma tarifa aduaneira comum; e, segundo, instituíram um conjunto de medidas para a adoção de uma política econômica comum nos países da comunidade, que começa a ser progressivamente aplicada no campo da agricultura, dos transportes e das relações comerciais com as demais nações.

O Sr. Raimundo Brito – Quero felicitar V.Exa. pelo brilho do seu bem fundamentado discurso, que expressa o pensamento de todos nós sobre a inconfundível personalidade de Konrad Adenauer. E registro a coincidência de estar ouvindo esse discurso o professor Hermann Görgen, aqui presente, que é um amigo intransigente de Adenauer, o homem de Adenauer para a América Latina, grande amigo do Brasil que nos visitou vezes sucessivas e está hoje aqui quando V.Exa. pronuncia esse magnífico discurso sobre o grande chanceler alemão.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa. e a feliz lembrança da presença, nesta Casa, honrosa sob todos os aspectos, do professor Hermann Görgen, de certa forma brasileiro também, porque aqui viveu e aqui lecionou. S.Exa. foi companheiro de Adenauer no parlamento alemão, deputado pela sua região e hoje participa desta homenagem. A seu lado, encontra-se o secretário da embaixada alemã, Werner Arndt. Ambos serão por certo os portadores da saudação do parlamento do Brasil à nação alemã e das homenagens do povo brasileiro à figura daquele notável estadista, que foi um exemplo para a humanidade.

Dizíamos que, pela atuação firme de Adenauer, ao lado de Schumann, De Gasperi e outros líderes europeus, constituíram-se a unidade e a integração européias. Essa evocação tem não apenas o sentido de uma homenagem a uma das grandes obras daquele estadista, mas também o objetivo de lembrar a nós, brasileiros e latino-americanos, a necessidade imperiosa de realizar igualmente a nossa unificação, a integração latino-americana. Se nações como a Alemanha, a Itália e a França reconheceram que não poderiam enfrentar as exigências da tecnologia moderna se continuassem isoladas e separadas por barreiras alfandegárias e outros processos de divisão nacional, que dizer das nações latino-americanas, com suas indústrias incipientes, a enfrentarem as graves exigências de

uma economia de dimensões continentais, para atingir a industrialização necessária ao desenvolvimento?

A integração é indispensável para que se realize o desenvolvimento da América Latina. E, por isso, esta página que evoco da vida, da atuação e da obra de Adenauer nos deve servir de manancial de lições para aplicá-las no nosso meio, a América Latina.

O Sr. Yukishigue Tamura – Desejo prestar comovida homenagem a esse grande estadista alemão, ao povo alemão e à paz da humanidade. Exemplo singular de alguém que, ao morrer aos 83 anos de idade, recuperou, por meio de uma política econômica sábia, um país sucumbido na última Grande Guerra. Lembro-me, ainda, nobre deputado, do saldo que há três anos aquela nação apresentava aos olhos do mundo: sete milhões de dólares no balanço do pagamento daquele país. Isso representava não apenas a contribuição genial de um grande político, mas, sobretudo, a organização do Mercado Comum Europeu, que serve de inspiração e exemplo às nações latino-americanas. Um grande reitor da Universidade do Japão dizia que a recuperação econômica, financeira e social da Alemanha devia-se ao gênio de Adenauer e, sobretudo, à capacidade de trabalho e ao espírito patriótico do povo daquela nação amiga, que, em sua maioria, especialmente os operários, juraram jamais fazer greve enquanto não vissem recuperada, interna e externamente, essa grande nação, que ainda está certa de prestar sua inestimável colaboração, em todos os setores, aos países subdesenvolvidos, inclusive a entidades assistenciais no Brasil. Por isso, neste momento, deixo consignados nos anais da Casa, no seu formoso discurso, os sentimentos de pesar deste modesto parlamentar que sempre admirou a figura de Adenauer, como farol, como um líder da Democracia Cristã, que há de abrir aos olhos do mundo uma nova era de paz e prosperidade dentro dessa doutrina.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa. e desejo destacar que, como consequência da integração européia, que se deve, em grande parte, à perseverança e ao esforço de Adenauer, os resultados foram impressionantes. Ao porem seus encargos em comum e adotarem uma política econômica integrada, os países da Comunidade Européia criaram, com seus 180 milhões de habitantes, uma nova potência econômica da escala de grandes potências do mundo. Eis alguns dados positivos: nos

últimos anos, a Comunidade Européia tornou-se a zona mais dinâmica do mundo: 1º) a sua produção de 1959 a 1965 aumentou 60%, contra 57% dos Estados Unidos, 32% da Inglaterra e porcentagens menores em outros países; 2º) no mesmo período o aumento do intercâmbio dentro da comunidade foi de 200%, enquanto o comércio mundial aumentou apenas 62%; 3º) foram grandemente estimuladas as pesquisas tecnológicas, médicas e sociais no plano continental; 4º) da parte da população, verifica-se o progresso social sem precedente no tocante ao nível de vida, saúde, educação e cultura. O aumento do consumo foi superior a 30% por habitante.

Dado impressionante para o qual o Brasil deve voltar os seus olhos: o aumento do consumo privado foi superior a 30% por habitante. Não se trata de simples aumento da potência econômica do país, mas do reerguimento, do aperfeiçoamento do nível de vida de sua população. Vários países europeus estão solicitando sua adesão ou associação à comunidade: a Grécia, a Dinamarca, a Noruega, a Irlanda, a Inglaterra. Alguns já se associaram, outros pleiteiam a sua associação e a sua integração. E, mais do que tudo, a integração européia abre caminho para nova espécie de atuação política adaptada às novas dimensões da economia do século XX. Os Estados precisam encontrar os caminhos concretos de sua integração econômica para não ficar à margem da História. É uma das grandes lições de Adenauer, que deve ser muito particularmente meditada e refletida pelos homens do Brasil e da América Latina.

O Sr. Janari Nunes – Felicito V.Exa. pelo brilhante discurso que pronuncia salientando a contribuição de Konrad Adenauer ao progresso do mundo. Devo dizer que Adenauer foi também um amigo do Brasil. Tive a honra de visitá-lo, quando eu era presidente da Petrobras, no seu palácio em Bonn, na companhia do embaixador Bueno do Prado, para pedir a sua aprovação a um empréstimo que estava sendo negociado entre a empresa estatal brasileira e o governo alemão a fim de permitir a compra de equipamentos destinados ao programa de petróleo nacional. O financiamento foi autorizado prontamente. Fui portador, naquela oportunidade, de uma carta do presidente da República do Brasil, Juscelino Kubitschek, convidando Adenauer para visitar Brasília. O convite foi recebido com excepcional simpatia. Tempos depois o chanceler Adenauer registrava

essa visita e manifestava o seu desejo de visitar nosso país, referindo-se ao Brasil com amizade e apreço. Sem dúvida alguma, o desaparecimento do notável reconstrutor da Alemanha Ocidental constitui uma perda imensa. Ele foi um cidadão do mundo e, sobretudo, demonstrou, e posso testemunhá-lo pessoalmente, enorme interesse pelo povo brasileiro e pelo desenvolvimento econômico de nossa pátria.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. a informação e as considerações que faz, enriquecendo meu discurso com uma observação muito sensível aos corações brasileiros.

Desejo completar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o exame da obra de Adenauer na sua terceira perspectiva. Vimos a perspectiva alemã e a perspectiva européia. Mas há uma terceira, talvez aquela que venha a ser a mais profunda em ações deixadas pelo grande estadista, a perspectiva mundial da obra de Adenauer. Na Alemanha, terminada a guerra, diante do conflito de ideologias, de tendências e de doutrinas, Adenauer iniciou com o espírito democrático, mas com pulso firme, a instauração de uma experiência de certa forma nova nas estruturas econômicas, sociais e políticas contemporâneas. Deixando de lado as teses do individualismo liberal, que em nome de aparente liberdade atiraria o indivíduo isolado, fraco, nas mãos do mais forte, Adenauer iniciou reformas no sentido social mais profundo.

Mas se abandonou o individualismo liberal, repeliu também o estatismo centralizador, ditatorial e totalitário. De certa forma, esse individualismo humano, como o totalitarismo centralizador, participa de um mesmo vício: o de esquecer a pessoa humana e sua dignidade. E o humanismo de Adenauer, inspirado na sua profunda formação cristã, inspirou também as raízes da estrutura social que foi lançada e está sendo transformada e aperfeiçoada como tentativa de realizar, numa das grandes nações contemporâneas, um modelo que obedeça às linhas de pensamento doutrinário e ideológico de profunda inspiração cristã. Essa Democracia Cristã a que se refere o nobre colega Yukishigue Tamura encontrou em Adenauer um dos seus primeiros realizadores no continente europeu. Aquela velha lição de humanismo social que vem de Leão XIII, na *Rerum novarum*; de Pio XI, no *Quadragesimo anno*; de Pio XII, nas suas famosas locuções sobre a justiça social; de João XXIII, com suas extraordinárias *Mater et magistra* e *Pacem in Terris*, marca

uma linha de pensamento que tem sido afirmada insistentemente. Mas foi Adenauer, ao lado de De Gasperi, na Itália; Schumann, na França; e de outros líderes cristãos da Europa, o iniciador de uma experiência nova, que talvez seja uma das grandes sementes deixadas pelo gênio daquele estadista.

O Sr. Yukishigue Tamura – Se V.Exa. me permite, eu queria dizer que aqui no Brasil temos a figura memorável, querida, do grande professor Queiroz Filho, presidente do Partido Democrata Cristão, ao lado de monsenhor Arruda Câmara e de V.Exa., que é dos mais combativos propugnadores pela efetivação dos ideais democratas cristãos na política nacional brasileira. Felicito V.Exa. por essa conquista, ao assomar a tribuna desta Câmara fazendo elogios ao grande estadista Adenauer. Nesta oportunidade, a melhor coisa que nós poderíamos fazer seria reunir nossos esforços para unir os povos em torno desta grande ideologia, capaz de dar realmente paz e prosperidade às nações. Em homenagem ao povo alemão, fazemos votos pela unificação das duas Alemanhas, eliminando essa linha odiosa do Muro de Berlim, a ilha Oder-Neisse.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o apoio e as palavras de V.Exa. No que diz respeito aos nomes lembrados, evidentemente ressalvo o meu, e faço questão de acrescentar o de um homem que se inspirou nas mesmas lições de Adenauer, De Gasperi e Schumann, ao lado dos quais participamos, em congressos mundiais de democracia cristã. Refiro-me à figura de estadista que realiza, no Chile, a experiência de uma revolução com liberdade: Eduardo Frei.

O Sr. Medeiros Neto – Nobre deputado Franco Montoro, quando de minha visita à Europa, tive oportunidade de ler algo da vida de Konrad Adenauer. E, entre outros episódios marcantes que definem, afirmam e estruturam sua vida, lá está aquele para memória dos pósteros e remissão suave para nossas almas: dizia-se que ele, aos 78 anos, quando preso pelas forças de Hitler, encontrando-se no cárcere, sofrendo as consequências naturais de uma prisão muito própria da Gestapo, em dado momento ouvira um soldado, que lhe dissera: “O senhor já tem quase 70 anos. Por que não se suicida?” E ele então respondera: “É porque ainda tenho muita vida para servir a minha pátria e ao meu Deus”. Nobre deputado, é essa a linha marcante da vida de um homem, à qual, realmente, nesta hora, V.Exa. se torna sensível, porque copia quase em papel

carbono a mesma diretriz, a mesma orientação, o mesmo caminho e, por que não dizer, o mesmo espírito. O Partido Democrata Cristão realizará na Itália e na Alemanha, principalmente nesses dois países, programas que de fato reabilitarão, restaurarão e reestruturarão nações combatidas, esquecidas, debilitadas e quase extintas pelo decurso de uma guerra de 1939 a 1945. E há ainda essa lição que V.Exa. muito bem analisou, aqui no Chile. Mas, em nosso caso, é V.Exa. um dos apóstolos do idealismo do Partido Democrata Cristão e, nesta hora, pela coerência, pela constância, pela determinante de uma vida da qual nunca se afastou, V.Exa. é o mais credenciado para homenagear Konrad Adenauer.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado a V.Exa.

Desejo concluir, Sr. Presidente, pois estou informado de que outros oradores querem também usar a tribuna para render homenagens ao grande falecido.

Poder-se-ia dizer, num paradoxo, que, apesar dos seus 91 anos, Adenauer morreu moço, porque, no dizer do poeta, o moço, em qualquer idade, é aquele homem que ainda tem o que fazer na vida, que tem um ideal. E Adenauer morreu lutando e trabalhando pela paz entre os povos. Morreu participando ativa e vivamente dos problemas contemporâneos.

Certamente uma das suas maiores alegrias foi ter assistido à publicação desse documento que hoje é o roteiro para as nações que querem, em clima de liberdade, de respeito à pessoa humana e de fraternidade, realizar as grandes transformações que a sociedade moderna está a exigir. A Encíclica *Populorum progressio*.

O Sr. João Herculino – Permita-me, nobre deputado. No momento em que V.Exa. fala, por certo interpretando os sentimentos desta Casa da nação brasileira pelo passamento do chanceler Konrad Adenauer, queremos apresentar a V.Exa. a nossa solidariedade pessoal. Há pouco estive na Alemanha e pude sentir de perto, pessoalmente, a obra magnífica que ele realizou pelo soerguimento daquela grande nação. V.Exa. tem, portanto, a minha solidariedade pessoal, com os sentimentos que daqui envio ao povo alemão, pelo passamento de Konrad Adenauer.

O SR. FRANCO MONTORO – Como V.Exa., os demais deputados que me honraram com seus apartes vieram testemunhar o apreço por essa grande figura em todas as correntes políticas da nossa terra.

Desejo concluir, Sr. Presidente, e quero, ao fazê-lo, lembrar algumas palavras de uma grande figura da humanidade: Albert Schweitzer, que escreveu:

Neste tempo em que a violência, envolta na mentira, senta-se no trono do mundo, eu estou convencido de que, apesar disso, a verdade, o amor, o espírito de paz, de fraternidade e de bondade são os poderes que se alçam acima de todo o poder. A eles pertencerá o mundo, quando houver suficientes homens que pensem e vivam com pureza, com força, com vigor bastante, as idéias de amor, de verdade, de espírito de paz e de fraternidade.

Adenauer foi um desses homens. Por isso o Brasil, por meio do seu parlamento e ao lado das demais nações de todos os continentes, rende, hoje, ao grande estadista a sua homenagem de respeito e de gratidão.

Achatamento do salário mínimo e custo de vida

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 31/7/1970, p. 3552-3.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, desejo tornar claro, perante a argumentação aqui despendida, que nosso objetivo é examinar a situação salarial real dos trabalhadores e tomar medidas concretas, visando não ao passado mas ao futuro.

Fiz cinco perguntas e desafio uma contestação. É ou não é verdade que milhões de trabalhadores – nunca afirmei que todos, nem poderia fazê-lo; desde o primeiro momento falei em milhões de trabalhadores – em todo o Brasil sofrem um novo achatamento salarial com o novo salário mínimo?

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. realmente, no seu último discurso, falou em milhões, mas, no primeiro discurso que contestei, V.Exa. disse textualmente: “Interessa a mais da metade da população brasileira”.

O SR. FRANCO MONTORO – São coisas diferentes. Interessa realmente à maioria da população trabalhadora urbana, porque atinge também os aposentados, que são, de acordo com dados oficiais, mais de 1 milhão, e atinge os pensionistas, que são 1,268 milhão, de acordo com o boletim do INPS do último mês. Então, somados estes e mais aquelas categorias que têm seu reajuste salarial calculado na base do salário mínimo, de acordo com os dados oficiais – faço questão de mencionar esses dados –, o custo de vida subiu 24%, e todas essas categorias, esses milhões de trabalhadores, receberam um aumento de 20%. A correção monetária, o cruzeiro que eles recebem é menor.

O Sr. Benedito Ferreira – Quanto ao custo de vida de 24%, será que não inclui também caviar, champagne?

O SR. FRANCO MONTORO – Não, nobre deputado.

O Sr. Benedito Ferreira – Essa componente é a técnica. Eu conheço essa técnica. Realmente, quando se fala em custo de vida, abrange-se

tudo aquilo que é consumido. No caso das mercadorias importadas, por exemplo, elas são computadas nesse índice geral de preços. Não é correto o que estou asseverando?

O SR. FRANCO MONTORO – Fico muito satisfeito por ter V.Exa. aceitado, agora, uma tese que sustentei. Quando V.Exa. se referia ao custo de vida do trabalhador, citava galinha, ovos, manteiga etc.

O Sr. Benedito Ferreira – Exato, tanto que excluí e provei para V.Exa. que, em relação àqueles gêneros que V.Exa. admitiu como aceitáveis, como realmente consumidos pelo operário, de 64 [1964] para cá, foi aumentada essa capacidade aquisitiva do salário em 70%. Provei aritmeticamente. Busquei para V.Exa., no jornal *O Estado de S. Paulo*, a cotação oficial da Bolsa de Corais de São Paulo de junho. Foi lá que busquei os dados que trouxe a V.Exa. e pedi que V.Exa. os cotejasse. Logo, está caracterizado que naqueles gêneros, se V.Exa. aceitou como válidos, o poder aquisitivo do operário brasileiro cresceu, em relação a 64, em 70%. V.Exa. não provou o contrário.

O SR. FRANCO MONTORO – Acabo de provar e repito. Preciso insistir, porque V.Exa. repisa. Primeiro eu quero dizer, nobre deputado, que essa matéria de custo de vida é muito delicada e não pode ser objeto de um levantamento feito em *O Estado de S. Paulo* em tal dia, V.Exa. tomando como base o preço de atacado e calculando tanto de lucro.

O Sr. Benedito Ferreira – Calculei inclusive 50%. Sou comerciante, nobre deputado.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. é comerciante e sabe o lucro que os comerciantes honestos têm.

O Sr. Benedito Ferreira – Sei.

O SR. FRANCO MONTORO – Mas nem todos o são. Quando V.Exa. falava da última vez, um companheiro de bancada de V.Exa. dizia: “Quando eu vou fazer as minhas compras no mercado, não vejo isso, nobre deputado”. Quer dizer, o dado concreto é outro. Eu me permito, como tenho uns poucos minutos, não voltar a insistir no ponto. Vou lhe dar a palavra definitiva. Tem de ser levada em conta a alimentação, e quem nos diz o valor da alimentação no Brasil?

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. não pode invocar esse argumento. V.Exa. excluiu pão, manteiga, macarrão, ovos, galinha e carne. Como é que V.Exa. quer tomar agora alimentação no sentido lato?

O SR. FRANCO MONTORO – Exatamente.

O *Sr. Benedito Ferreira* – Então V.Exa. tem que voltar atrás e admitir aquele meu primeiro argumento, dos dez gêneros. Agora, V.Exa. quer incluir até caviar.

O SR. FRANCO MONTORO – Ninguém incluiu caviar, nobre deputado. Peço a V.Exa. que me permita. V.Exa. deu a sua argumentação e peço que me deixe responder.

O *Sr. Cantídio Sampaio* – S.Exa. não deu o argumento.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. acabou de falar durante uma hora. Agora, começa a apartear.

O *Sr. Benedito Ferreira* – Eu não consegui falar quinze minutos.

O SR. FRANCO MONTORO – Então conclua a sua argumentação para que eu possa responder, porque ela não é válida.

O *Sr. Benedito Ferreira* – Quero apenas fazer uma observação, eu que sou neófito em política: a pior característica do político, invariavelmente, dizem os sábios, é ser mau ouvinte.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. não me deu o aparte. Concedo a todos, a V.Exa. Apenas o presidente me informou que tenho alguns minutos, e começo a falar, e V.Exa. vem com o aparte que é o dobro do meu discurso. Eu quero dizer a V.Exa. que, em matéria de alimentação, não existe um levantamento. Esses dez elementos a que V.Exa. se referiu foram tomados arbitrariamente. Quando há estudos de economistas, dos mais sérios, que procuram calcular – V.Exa. há de permitir que eu responda – o padrão de vida em relação a algumas populações, e não existe esse dado, ainda, V.Exa. não pode ter a intenção ou a pretensão de escolher dez elementos, ler *O Estado de S. Paulo* e resolver problema de grande dificuldade. Como não existe esse levantamento – ninguém tem esse dado no Brasil, ninguém – então, o cálculo geral é tomado do aumento de custo de vida da Guanabara. Esse é o dado que sempre foi tomado, inclusive sabe por quem? Pelo Sr. Presidente da República, na mensagem enviada a este Congresso. S.Exa. dá o cálculo exato do custo de vida. Da alimentação, declara: “Alimentação: em 1968, 17%; em 1969, 30,9%”. São dados do presidente da República. E o fato concreto é este: custo de vida em geral: aumento em 1968, 24%; em 1969, 24%. Poderá não ser exato, mas esse é o dado oficial no Brasil. Se eu apresentar a V.Exa. os dados do Dieese, do Departamento dos Sindicatos de São Paulo, V.Exa. verá que são muito superiores. Citei aqui o Banco o Brasil, que faz a deflação na base de 27%,

e não de 24%. Tomei os dados do governo. Então, de acordo com esses dados oficiais, o aumento do custo de vida, a taxa de inflação foi de 24%, e o aumento do salário foi de 20%, na maior parte das regiões do Brasil. Esse é o dado incontestável e que não pode sofrer nenhuma dúvida. O quadro apresentado por V.Exa., na página 9 do seu discurso, menciona estado por estado...

O Sr. Benedito Ferreira – Dados do salário mínimo. V.Exa. está repetindo o que já discutimos. Eu queria que V.Exa. contestasse.

O SR. FRANCO MONTORO – Exato. Estou repetindo fato concreto: o aumento. Nobre deputado, ainda há dois dias foi aprovado projeto que estabelece correção monetária em relação a todas as dívidas em juízo, que serão calculadas na base da taxa de inflação, e foi estabelecida para os trabalhadores uma taxa inferior a essa. Esse é um dado incontestável e incontestado. Nem o governo o nega. O ministro do Trabalho declara que os salários perderam substância. É o ministro do Trabalho quem o afirma, é o presidente da República, que, no seu discurso na Escola Superior de Guerra, afirma: “A economia pode ir bem, mas o povo vai mal”. A que se refere o presidente senão a essa verdade incontestável que V.Exa. pretende contestar, tomando dez aumentos, arbitrariamente, para base?

Mas, ilustre deputado, desejo aproveitar os minutos de que disponho para dizer que, ao afirmar esse achatamento, não quero acusar esse governo. Vou ler a V.Exa., para comprovar exatamente aquilo que foi dito em trecho do discurso que aqui fiz: “Não pretendo isentar de culpa governos ou políticos anteriores”.

O Sr. Benedito Ferreira – Nem poderia fazê-lo. Seria até uma imoralidade.

O SR. FRANCO MONTORO – Disse mais: “Na realidade, há muito tempo, e com poucas exceções, a classe trabalhadora brasileira está tendo seu poder aquisitivo em desgaste contínuo. Não quero acusar governos; quero apresentar a situação real do trabalhador e apresentar a solução. A solução que apresento para isso é dobrar a cota do salário mínimo pago ao trabalhador”.

Provei, também com dados oficiais do próprio INPS, que o governo, por meio do INPS, arrecadou, em 1969, novecentos milhões de cruzeiros e pagou pouco mais de quatrocentos milhões; houve, portanto, um saldo de mais de quatrocentos milhões. Nos anos anteriores, houve um saldo semelhante. Hoje, esse saldo é superior a um bilhão de cruzei-

ros. Pois, então, sem nenhum aumento de despesa, sem nenhum ônus, é possível melhorar a cota do salário-família de sete milhões de trabalhadores brasileiros, sem nenhum caráter inflacionário, apenas dando aos recursos em poder do INPS a destinação que está prevista.

O Sr. Benedito Ferreira – São sete ou treze milhões?

O SR. FRANCO MONTORO – Não, não. O salário mínimo é pago a sete milhões...

O Sr. Benedito Ferreira – Não, o salário mínimo não é pago a sete milhões.

O SR. FRANCO MONTORO – Não. O salário-família é que é pago a sete milhões, aproximadamente, porque nem todo trabalhador tem filhos menores de quatorze anos ou inválidos de qualquer idade.

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. permite um aparte? V.Exa. me permite uma observação?

O SR. FRANCO MONTORO – Dou o aparte ao deputado Cantídio Sampaio, que havia solicitando antes.

O Sr. Benedito Ferreira – Mas ele gentilmente vai me ceder a vez. Quero dizer a V.Exa. que estou tomando mais uma lição aqui. O que está acontecendo não é o estabelecido nesta Casa e, no dia em que o for, terei de deixá-la. Acontece que V.Exa. está dando demonstração – e quer fazer realmente com que assim seja – de que o direito, a razão e a justiça estão do lado daquele índice mais alto. V.Exa. não consente sequer uma inserção.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. já falou e falou.

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. não me permitiu que falasse. V.Exa. consulte as cópias taquigráficas e veja quantas laudas me foi possível relatar. Parece que V.Exa. tem medo da verdade. Já fiz um apelo a V.Exa. e vou ser forçado a voltar a chover no molhado, como disse até no início de meu discurso, a abusar mais uma vez da paciência desta Casa e dar-me o trabalho de pegar o discurso que V.Exa. pronuncia nesta oportunidade para tentar novamente responder, pois ao anterior não consegui.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. concorda, então, em minorar a situação do trabalhador por meio do aumento do salário-família – é um recurso que existe...

O Sr. Benedito Ferreira – Não foi feito um estudo econômico.

O SR. FRANCO MONTORO – ...ou V.Exa. acha que o trabalhador está muito bem e não precisa disso?

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. está sendo capcioso. Não houve essa afirmação aqui, em hora nenhuma, de que o trabalhador estivesse bem. Aqui ninguém nunca disse isso.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. acabou de dizer, neste instante.

O Sr. Benedito Ferreira – O que foi que eu disse?

O SR. FRANCO MONTORO – Que o trabalhador reconhece a Revolução...

O Sr. Benedito Ferreira – Mas reconhece e aplaude!

O SR. FRANCO MONTORO – ...que agora tem casa, que a comida está mais barata...

O Sr. Benedito Ferreira – O INPS hoje não é mais para financiar banquete de pelego.

O SR. FRANCO MONTORO – Saiba V.Exa. que, ao tempo em que fui ministro do Trabalho, não se deu nenhum banquete a nenhum pelego. E eu desafio a que se aponte, nos governos posteriores à Revolução, algum governo semelhante ao meu. Por exemplo, em relação ao salário-família, V.Exa. fala em orgia de empregos. Pois saiba V.Exa. que o salário-família, destinado a beneficiar 67 ou 70 milhões de trabalhadores, foi introduzido por um sistema de compensação em que não se nomeou um único funcionário. É o Brasil o único país do mundo que, em lugar de criar, como os outros, um instituto de compensação, aproveitou a seção do pessoal das empresas e o Instituto Nacional da Previdência Social para beneficiar, por meio de um simples jogo de contabilidade, por meio de um sistema que tem a característica fundamental de não nomear ninguém, 70 milhões de trabalhadores.

Então – V.Exa. há de me ouvir até o fim – participei de um governo de união nacional, eleito por este Congresso, com participação de todos os partidos do Brasil. Ali estava a União Democrática Nacional, por meio dos Srs. Virgílio Távora e Gabriel Passos; ali estava o Partido Social Democrático; ali estava o Partido Social Progressista; ali estavam o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Democrata Cristão, todos representados num governo de união nacional, eleito por esta Casa, e que realizou um governo que procurou manter a maior austeridade e a maior justiça.

Mas, meu amigo, não é este o momento de discutir governos passados. Esta é uma forma de fugir dos problemas. Eu quero discutir o

problema do trabalhador. Não quero ser elogiado. Quero examinar o problema tal qual ele existe e dar-lhe solução concreta. O problema concreto é este: o aumento do custo de vida – Mensagem do Presidente da República, p. 11 – foi de 24%. O aumento do salário mínimo foi, para milhares de trabalhadores, de 20%. Houve um achatamento.

O Sr. Benedito Ferreira – Aos 27% V.Exa. não alude. Não convém à sua tese, não convém a V.Exa.; V.Exa. sequer falou uma vez nos 27%.

O SR. FRANCO MONTORO – Falei. Falei várias vezes e, pela primeira vez, vou falar nos 19%.

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. só falou uma vez. A tese de V.Exa. é a de quem fala mais alto. Perdoe-me, mas V.Exa. está me exacerbando.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. falta à verdade, diz inverdade com tal facilidade...

O Sr. Benedito Ferreira – Contesto o que V.Exa. está dizendo com meu pronunciamento em sua mão. V.Exa. simplesmente omite...

O SR. FRANCO MONTORO – Mas V.Exa. disse que, em meu primeiro discurso, não falei nos 27%. Pois falei.

O Sr. Benedito Ferreira – O que V.Exa. disse foi que estava preocupado com o problema porque ele era do interesse de mais da metade da população. Provei com estatísticas que o número não era o que V.Exa. queria atribuir. V.Exa. tem muito medo de números. Parece que V.Exa. tem aversão à matemática.

O SR. FRANCO MONTORO – Se V.Exa. quer ouvir matemática não se aparte do problema. Há duas coisas que V.Exa. está confundindo. Uma é quantos trabalhadores ganham salário mínimo. Disse o ministro Delfim Neto, da tribuna, que mais de 50% dos trabalhadores urbanos ganham, no máximo, 10% mais do que o salário mínimo. O que S.Exa. disse é verdade, eu reafirmo. O dado de V.Exa. não confirma isso. A segunda coisa é que o salário mínimo interessa à maioria da população.

O Sr. Benedito Ferreira – Mas, nobre deputado...

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. não queria ouvir números? Estou dando números, nobre deputado. Não interrompa. Permita, ao menos, que os cite inteiros. Diz V.Exa.: primeiro aspecto – metade dos trabalhadores que recebem salário mínimo ou mais de 10% do salário mínimo...

O Sr. Benedito Ferreira – Cinco milhões e pouco de assalariados.

O SR. FRANCO MONTORO – A frase está certa. Está aprovada.

O Sr. Benedito Ferreira – Não é mais da metade.

O SR. FRANCO MONTORO – Não.

O Sr. Benedito Ferreira – Trinta e cinco por cento.

O SR. FRANCO MONTORO – Permita-me, não são 5 milhões e pouco, são 5,7 milhões que percebem até 199.

O Sr. Benedito Ferreira – Estão aí os 10%; daí aquela faixa de até 10%.

O SR. FRANCO MONTORO – Não estão.

O Sr. Benedito Ferreira – Sim.

O SR. FRANCO MONTORO – Não.

O Sr. Benedito Ferreira – E se V.Exa. atentasse para o fato de que nesses números...

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado, matemática é matemática.

O Sr. Benedito Ferreira – Se V.Exa. atentasse...

O SR. FRANCO MONTORO – A matemática fala em 199. Se 10% de 187 são 18 e se 187 mais 18 são 205, V.Exa. tem de passar para a categoria de cima. E a categoria de cima é de 4 milhões...

O Sr. Benedito Ferreira – Mas se V.Exa. atentasse para o fato de que nesses números estão...

O SR. FRANCO MONTORO – ...de trabalhadores.

O Sr. Benedito Ferreira – ...incluídos os menores...

O SR. FRANCO MONTORO – Mas isso não altera em nada.

O Sr. Benedito Ferreira – Como não altera?

O SR. FRANCO MONTORO – Claro que não altera.

O Sr. Benedito Ferreira – Só altera o que convém a V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Não altera em nada.

O Sr. Benedito Ferreira – Mas é óbvio que altera.

O SR. FRANCO MONTORO – Quem falou que eram trabalhadores menores?

O Sr. Benedito Ferreira – Pergunto a V.Exa.: existe ou não o salário do menor?

O SR. FRANCO MONTORO – É claro que existe. Mas isso não altera em nada, nobre deputado.

São trabalhadores menores, que recebem menos que o salário mínimo. Portanto, ratifico minha afirmação.

O Sr. Benedito Ferreira – Mas, estatisticamente, estão incluídos nessa faixa de cinco milhões.

O SR. FRANCO MONTORO – É claro que estão incluídos.

O Sr. Presidente (Daniel Faraco) – Intervenho no debate dos nobres deputados para lembrar que faltam menos de cinco minutos para o término da sessão, que foi prorrogada a fim de o Sr. Deputado Franco Montoro concluir o seu discurso. Não me parece possível que, em quatro minutos, os nobres deputados, que vêm conduzindo com tanta inteligência e tanto destemor a defesa dos seus pontos de vista, consigam chegar a um acordo, o que não lograram em quase duas horas de debate. Por isso, peço aos nobres deputados que atentem para esse fator. Rogo ao orador que finalize o seu discurso.

O Sr. Benedito Ferreira – Sr. Presidente, agradeço a advertência de V.Exa., mais do que válida, mesmo porque já disse anteriormente do meu receio de que esse meu embate com o deputado Franco Montoro, a contragosto, se prolongue até às vésperas das eleições.

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado, aquelas cinco verdades que afirmei permanecem, portanto, rigorosamente de pé. O custo de vida subiu 24% para todos os efeitos. E posso provar com dados oficiais do Banco do Brasil. Na realidade, o custo de vida subiu mais. Mas eu me contento com os dados oficiais: o salário mínimo subiu 20% para a maior parte das categorias; para algumas subiu mais; 24% ou 26%, e, para outras, subiu menos, 19% em várias dessas categorias.

O Sr. Cantídio Sampaio – E no campo, na zona rural, quanto subiu?

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. sabe que, no campo, não se aplica o salário mínimo.

O Sr. Cantídio Sampaio – Mas isto não impressiona V.Exa. Não há mais trabalhadores rurais do que urbanos? E a defesa da dignidade humana, gente passando fome? A maioria não impressiona em nada?

O SR. FRANCO MONTORO – O que V.Exa. acaba de fazer é um velho sofisma. Estou defendendo os trabalhadores urbanos, e V.Exa. agora lembra os trabalhadores rurais.

O Sr. Cantídio Sampaio – Agora o trabalhador é substantivo, é um problema que não se pode fracionar. E V.Exa. veja que o salário de fome o é para todos. Todos devem igualmente impressioná-lo. V.Exa. nunca cuidou dos sem-trabalho, dos que não têm sequer o salário mínimo, dos trabalhadores rurais, e, sim, sempre na véspera das eleições V.Exa. cuida de seus eleitores.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a sua gentileza. Mas afirmo que falta à verdade. Estou falando agora dos trabalhadores urbanos.

V.Exa. declara que nunca falei dos trabalhadores rurais. Quero lembrar a V.Exa. e à Casa que fui o autor da regulamentação dos sindicatos rurais e fui o ministro do Trabalho que reconheceu no Brasil, pela primeira vez, os 53 primeiros sindicatos rurais destinados a fazer com que o trabalhador rural tivesse forças para lutar pelos próprios direitos, para que a reforma agrária...

O Sr. *Cantídio Sampaio* – Sindicato não é salário. Sindicato não enche barriga de ninguém. O que enche é salário, não sindicato.

O SR. FRANCO MONTORO – ...fosse feita não de forma paternalista.

O Sr. *Presidente (Daniel Faraco)* – Atenção, nobres deputados.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, tenho poucos minutos, e o nobre deputado Cantídio Sampaio, com afirmações que não quero qualificar, pretende fugir ao problema.

O Sr. *Cantídio Sampaio* – V.Exa. é que está fugindo ao problema.

O Sr. *Presidente (Daniel Faraco)* – Atenção! Peço aos nobres deputados que conduzam o debate naquela forma amistosa em que se vinha desenrolando; veemente, mas amistosa. Informo ao nobre deputado Franco Montoro que o tempo de duração da sessão já está esgotado. Peço a S.Exa. que termine o seu discurso; do contrário, terei de encerrar a sessão.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que tento completar meu discurso, mas sou interrompido, e sempre com fuga à objetividade, com referências a manobras eleitorais às vésperas das eleições. Isso não é argumento.

O Sr. *Cantídio Sampaio* – Tudo é argumento. Para V.Exa. é que não há argumentos.

O SR. FRANCO MONTORO – Não concedi o aparte a V.Exa. e peço ao Sr. Presidente que não o permita.

O Sr. *Cantídio Sampaio* – Não estou pedindo que me conceda

O Sr. *Presidente (Daniel Faraco)* – Peço aos Srs. Deputados que colaborem com a Mesa para que se possa concluir a sessão.

O SR. FRANCO MONTORO – Tentarei concluir.

O Sr. *Presidente (Daniel Faraco)* – V.Exa. deverá finalizar seu discurso.

O SR. FRANCO MONTORO – Devo finalizar e dar também uma resposta, evidentemente.

O Sr. *Presidente (Daniel Faraco)* – Não. Deve finalizar o seu discurso. V.Exa. não poderá continuar argumentando.

O SR. FRANCO MONTORO – Devo finalizar meu discurso de acordo com a minha razão, a minha inteligência e a minha vontade.

O Sr. Presidente (Daniel Faraco) – E de acordo com o relógio também.

O SR. FRANCO MONTORO – Exato. Concluirei, Sr. Presidente. Não é de hoje que trato desse problema. Todos que me conhecem sabem disso. Desde o início da minha vida pública, na luta pela justiça social, tomei uma posição clara em relação ao problema do trabalhador. Filiei-me a um partido e luto por essa bandeira. Nesta Casa, há quatro anos, fui o presidente da Comissão de Política Salarial, eleito pela própria Arena, que reconheceu, portanto, que eu tratava do problema salarial não apenas em vésperas de eleições, mas em outras épocas também. Tanto isso é reconhecido que fui eleito, por unanimidade, para a Presidência da Comissão de Inquérito sobre Política Salarial.

Terminando, recorro que tanto os trabalhadores do campo como os da cidade merecem nosso igual ardor em sua defesa. Mas, quando estou defendendo o trabalhador urbano, não se pode contestar essa defesa dizendo que estou esquecendo ou abandonando o trabalhador rural.

O Sr. Cantídio Sampaio – Tudo é uma coisa só. Tudo sai do mesmo Produto Interno Bruto.

O SR. FRANCO MONTORO – Tratar de tudo indistintamente é uma forma muito confusa. É preciso saber distinguir os casos, para mostrar qual é o defeito de cada um. Eu aponto o defeito de cada caso. Exponho o caso concreto. Aponto o defeito, o diagnóstico e dou o tratamento. Lamento que, com igual vivacidade, não se aponte, mas se oculte o defeito. Até agora, não se sabe qual é o pensamento da Liderança do Governo a respeito do projeto que beneficia sete milhões de trabalhadores. E já estamos na véspera das eleições.

O Sr. Cantídio Sampaio – Projeto tardio, na verdade. Agora, exatamente com a proximidade das eleições, refere-se V.Exa. a esse salário-família.

O Sr. Presidente (Daniel Faraco) – Peço ao deputado Franco Montoro, meu amigo de tantos anos, que colabore com a Mesa, terminando o seu discurso, e não me obrigue a aplicar a norma regimental.

O SR. FRANCO MONTORO – Atenderei o apelo de V.Exa. Mas lembraria que este apelo deveria ser dirigido ao nobre deputado que me está apartando. Na hora em que vou concluir, ele dá um aparte e não me permite a conclusão do discurso.

O Sr. Presidente (Daniel Faraco) – Mas V.Exa. continua a argumentar e não finaliza.

O SR. FRANCO MONTORO – Estou sendo aparteado até com assentimento da Mesa.

O Sr. Presidente (Daniel Faraco) – A Mesa não pode impedir que os deputados falem. A Mesa faz um apelo aos deputados, e espera ser atendida. O nobre deputado Franco Montoro terminará o seu discurso porque o tempo da prorrogação está esgotado.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, terminarei em dois minutos. Esse projeto foi baseado em dados – aqueles que leram a justificativa hão de verificar – que só agora, no boletim de maio do INPS, foram divulgados. Dez dias após apresentei o projeto. Quem estava com o dinheiro em mãos era o governo. Este projeto deveria ser apresentado pelo governo. Quando o Congresso reabriu, iniciamos esse estudo; concluído, apresentamos o projeto. Se está tardando a medida, ela deve ser aprovada, agora, com urgência...

O Sr. Cantídio Sampaio – Antes das eleições.

O SR. FRANCO MONTORO – ...inclusive pela sua justiça, porque se existe um bilhão de cruzeiros, destinado ao salário-família, em mãos do governo, não destinar esse dinheiro aos trabalhadores e usá-lo para outras aplicações é violar a justiça, é contrariar o que pretende o Sr. Presidente da República.

Quero concluir, Sr. Presidente, com palavras do Sr. Presidente da República. Diz S.Exa.: “A situação econômica talvez vá bem, mas o povo vai mal.” Ora, se existe um projeto que beneficia sete milhões de trabalhadores, sem nenhuma despesa, o governo tem uma possibilidade de fazer com que a sorte do povo melhore um pouco, sem discussões, sem ataques, mas fazendo aquilo que está na sua pregação contínua, de ser um governo justiceiro e humanista.

Era o que tinha a dizer.

Achatamento salarial

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 1/9/1970, p. 4295-9.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo, no início das considerações que vou fazer, dirigir à liderança da Arena nesta Casa uma interpelação a respeito de texto que se incluiu no discurso feito em nome dessa liderança pelo deputado Benedito Ferreira, em que S.Exa. refuta os dados que apresentei a respeito do chamado “achatamento salarial”. No fim de suas contestações, em linguagem nem sempre parlamentar, diz o deputado Benedito Ferreira, falando em nome da Arena, na qualidade de líder: “Afirmar a perda da substância do poder aquisitivo dos salários é descaramento, é mentira...”.

Em parte, a Mesa censurou o discurso, em cumprimento à ética parlamentar. Mas acrescenta S.Exa.: “...é tentar tumultuar nosso desenvolvimento. Aliás, todos sabemos muito bem ser este o objetivo principal dos inimigos do Brasil e da turma do ‘quanto pior melhor’”.

E adiante:

Quero alertar que aí estão os novos instrumentos legais. Aí está o AI5. Estejam certos todos aqueles que atentam contra a ordem democrática e contra os altos interesses nacionais de que, na hora certa, doa a quem doer, o presidente Médici deles fará uso.

A imprensa deu ampla divulgação a esse texto, que soa como uma advertência àqueles que, nesta tribuna – e eu entre eles – têm, com elevação, mas sem faltarem com a objetividade, denunciado o achatamento salarial que atinge neste momento milhões de trabalhadores.

Não me amedronta, evidentemente, a ameaça. Mas eu quereria ouvir da liderança da Arena uma explicação sobre esse texto. Devo informar que o deputado Benedito Ferreira, em caráter particular – S.Exa. não se encontra no momento no plenário – me declarou que essa referência só dizia respeito ao texto imediatamente anterior, aos fabricantes de produtos farmacêuticos, que estariam tendo lucros criminosos, exorbitantes, comprometendo, assim, o esforço do desenvolvimento.

Como a explicação foi pessoal e o discurso foi público, e S.Exa. não está presente, repito aquilo que disse, para ouvir da Arena a explicação que, tenho certeza, será a de recusar essa interpretação, que foi, entretanto, amplamente divulgada pela imprensa falada e escrita deste país.

O Sr. Clóvis Stenzel – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer, nobre deputado.

O Sr. Clóvis Stenzel – Há certo instante em nossa vida pública, nobre deputado, em que nos habituamos a usar de toda a cautela, quando se trata de notícias veiculadas ou não com as características que a imprensa, muitas vezes, publica. Há pouco tempo, ocupei a tribuna desta Casa para fazer retificação a uma notícia da imprensa relativa a pronunciamento meu no Rio Grande do Sul, que absolutamente não fiz. V.Exa. há de compreender que fui tomado de surpresa pelo que V.Exa. acaba de trazer à tribuna. Por isso, não poderei fazer a defesa do meu colega de bancada, tampouco discordar de V.Exa. A interpretação que faz V.Exa., como líder do MDB, terá resposta. Apenas permita-me tempo suficiente para me inteirar de todo o ocorrido a fim de referir-me ao problema posteriormente.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço e compreendo a explicação de V.Exa. Entretanto, quero dizer que não me louvei em notícias de jornais. Tenho em mão o discurso proferido por S.Exa. na qualidade de líder e que, inclusive, foi censurado pela Mesa. Afirmar aqui – e reafirmo – a informação que me foi prestada por S.Exa. de que seu discurso não visava atingir nenhum deputado da oposição ou daqueles que discutem o problema salarial. As palavras estão aqui, mas a interpretação que S.Exa. dá é cabível. Gostaria que não pairasse sobre esta Casa aquela suspeita de que me baseio no que a imprensa divulgou; fundamento-me no discurso, porque o que li não foi notícia da imprensa, e sim trechos do discurso de S.Exa. Tenho certeza – como diz V.Exa. – de que não é esse, de forma alguma, o pensamento da bancada do governo nesta Casa. Desejo trazer algum elemento adicional, de forma muito objetiva, e não pessoal, às considerações feitas nesse discurso, que fundamentalmente pretendem negar a existência de um achatamento salarial em relação ao salário mínimo. Essa posição, assumida da tribuna por alguns deputados, é insustentável diante da realidade e da manifestação inequívoca de órgãos e de autoridades responsáveis. Cito cinco fatos que se me afiguram incontestáveis, e parece-me até de certa forma inútil que se venha repisar

uma tese de absoluta evidência. Não há quem viva de salário; não há quem desconheça a atividade salarial no Brasil, a situação de deterioração, de perda de substância, de achatamento, ou que outro nome tenha, em relação aos salários, especialmente em relação ao salário mínimo da imensa maioria dos trabalhadores brasileiros. Quero apontar alguns fatos, porque esta situação, apesar de evidente e clara, tem sido contestada, inclusive, como vimos, até em termos não-parlamentares, chamando-se de mentira, de descaramento, afirmar aquilo que é verdade. Aponto cinco fatos, todos eles inspirados em dados oficiais, à opinião daqueles que negam o achatamento do salário mínimo.

Primeiro, o aumento do custo de vida, nos últimos dois anos, foi superior a 24%. Quem o afirma é o Sr. Presidente da República, na página 21 da Mensagem encaminhada a esta Casa, em 1970. O aumento do custo de vida foi de 24%, e o aumento do salário mínimo nas regiões mais significativas, como São Paulo, Guanabara e em quase todas as capitais do país e regiões circunvizinhas, foi de apenas 20%.

O dado é incontestável. Sinto não estar presente o deputado Benedito Ferreira, que me pediu adiasse para hoje este discurso, para que S.Exa., num diálogo, conteste essa realidade, que é o dado fundamental. A inflação subiu 24% em 1968, e, em 69, foi de 24,8%. Isso está na Mensagem do Sr. Presidente da República. É dado oficial. E o reajuste do salário mínimo foi de 20%. Houve um achatamento de 4%, de acordo com os dados oficiais. Esse é o primeiro fato.

O Sr. Clóvis Stenzel – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Com prazer.

O Sr. Clóvis Stenzel – Confesso a V.Exa., não digo minha pouca erudição, mas a manifesta ignorância...

O SR. FRANCO MONTORO – Não apoiado. Todos nós conhecemos a cultura e a competência de V.Exa.

O Sr. Clóvis Stenzel – Bondade de V.Exa. Eu dizia que confesso minha ignorância a respeito dessa correlação entre inflação, salário e custo de vida. Pelo raciocínio de V.Exa., não existe só uma relação; mais do que isso, existe uma relação de causa e efeito de modo tal que, se a inflação é de 20%, de 20% será, obrigatoriamente, o aumento do custo de vida. E de 20%, obrigatoriamente, será o achatamento salarial, como diz V.Exa. Sempre entendi que entre inflação, salário e custo de vida

há correlação, mas não uma relação de causa e efeito. A repercussão nunca é nas mesmas percentagens por V.Exa. enunciadas. Mas, já disse, dou o aparte de um ignorante...

O SR. FRANCO MONTORO – Não apoiado.

O Sr. Clóvis Stenzel – ...e espero os esclarecimentos de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado, realmente, a medida da inflação é um tema controvertido, mas a generalidade dos autos calcula a inflação pelo custo de vida, com aproximação. O argumento não se aplica ao caso, porque, na Mensagem do Sr. Presidente da República, como disse, à página 21, S.Exa. usa o termo adequado: elevação do custo de vida. Em 1968, 24%; em 1969, 24,2%. Se houve essa elevação contestada por outras fontes que a consideram maior do que a dos dados oficiais, poderia dar a V.Exa. a informação do Banco do Brasil, que, ao fazer seus cálculos, adotou como índice deflator para 1969, 26,7%. Portanto, mais elevado. Mas dou o dado oficial encaminhado a esta Casa, mais cômodo, digamos assim, para a argumentação do governo. Se houve esse aumento do custo de vida, a simples correção monetária deveria exigir que, um ano depois, o trabalhador recebesse 24% ou mais para ter restabelecida a sua capacidade aquisitiva. E recebeu apenas 20%.

Quero dizer a V.Exa. que o governo não nega isso. O ministro do Trabalho e o Sr. Presidente da República não contestam. Houve aqui alguns mais realistas que o rei que se apressaram em fazer afirmações, querendo – a meu ver mal orientados – defender o governo. Na realidade, estão prejudicando-o.

O Sr. Presidente da República pede o jogo da verdade. Não pede o elogio, o aplauso incondicional. E negar isso é negar a verdade que o Sr. Presidente da República reconhece, como fez em seu famoso discurso na Escola Superior de Guerra, quando disse – são palavras textuais de S.Exa. – “A economia talvez vá bem, mas o povo vai mal”. S.Exa. justifica isso por outras razões, mas não nega o fato evidente, como aqui foi feito.

Segundo argumento: a revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, no seu número de fevereiro de 1970, demonstrou que, de 1963 a 1970, enquanto o custo de vida foi multiplicado por 13,9, o salário mínimo só o foi por 8,9. O custo de vida subiu mais do que o salário mínimo. Quem o diz é a Fundação Getúlio Vargas, por meio da sua revista especializada. Como sabemos, a Fundação Getúlio Vargas é o órgão oficialmente incumbido do estudo e do cálculo das contas nacionais.

Terceiro argumento: o boletim da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da ONU especializado em assuntos econômicos da América Latina, no seu número de maio último declara – são palavras textuais: “A nota negativa do crescimento econômico do Brasil continua sendo a deterioração do salário mínimo real, que é representativo da remuneração de milhões de assalariados urbanos”.

O fato é incontestável e confirmado pelas maiores autoridades.

O Sr. *Clóvis Stenzel* – Permite-me V.Exa? Não tenho elementos para apresentar o discurso de V.Exa. em cifras, mas a mim me parece que os tenho em deduções. Veja, V.Exa.: a Revolução e o seu governo têm procurado, em todos os setores da vida nacional, aumentar cada vez mais a arrecadação e com ela realizar investimentos. Sabe V.Exa. que o problema principal do Brasil ainda é o desemprego. Não é propriamente o aumento do salário mínimo.

Os investimentos que o Governo Federal vem fazendo também constam da Mensagem que V.Exa. acaba de ler. E as percentagens de investimentos previstas para esse quadriênio vão, se não me falha a memória, de 38 a 40 bilhões. Esses investimentos, nobre deputado Franco Montoro, além de promover o desenvolvimento econômico do Brasil, têm a função keynesiana de dar trabalho às grandes massas de desocupados, parte delas também de despreocupados. Os problemas econômicos, parece-me, têm dificuldades que nós, homens ligados a ciências humanitárias, muitas vezes não conseguimos atingir, dado o nosso raciocínio quase sempre simplista ao analisá-los. O Governo Federal não poderá fazer os investimentos sem os quais o progresso econômico será detido sem despendar as somas resultantes das sobras a que V.Exa. se refere na ocupação do trabalho humano do Brasil.

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado, o que V.Exa. diz é válido do ponto de vista econômico. O governo precisa de recursos, mas deve procurá-los em outra fonte. Hoje, o ministro da Fazenda declara que, como nunca, o saldo do Brasil no balanço comercial atingiu cifras extraordinárias. A situação econômica é boa. O índice de crescimento do Brasil ultrapassa a casa dos 9% do produto interno bruto. Então, vamos esquecer o aspecto humano, a remuneração do homem que trabalha? De que desenvolvimento se trata?

Homem de formação humanista, V.Exa. certamente tem de desenvolver uma concepção diferente daquela concepção econômica

estrita, inspirada em princípios de um liberalismo ultrapassado, que imagina que do livre jogo das forças econômicas, do simples crescimento econômico, surgirão, depois de certo tempo, as harmonias que darão a cada um a sua participação no bolo comum. Mas a economia real, concreta, não segue esses padrões. É preciso olhar o homem. O desenvolvimento tem uma definição, a meu ver, insuperável. É o título da grande encíclica *Populorum progressio*, desenvolvimento da população, desenvolvimento do povo. Não adianta ter empresas ricas, não adianta ter um Estado rico com um povo miserável. A primeira preocupação de um governo deve ser a promoção do bem comum. E o bem comum é o bem das pessoas humanas, que estão atingidas, como instrumentos de atuação pelo salário. O salário é o grande instrumento de redistribuição da renda nacional.

Acabo de receber da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito um documento em que se apresenta este dado impressionante: “O Brasil, segundo pesquisas realizadas pela Cepal, em colaboração com o Ipea, órgão oficial do Ministério do Planejamento, é o país onde se registra a mais defeituosa distribuição de renda da América Latina”.

V.Exa. certamente receberá também esse relatório, que acaba de ser distribuído pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito.

O meu discurso, nobre deputado, tem o sentido de alertar o governo para outros caminhos que pode tomar, dando ao salário a prioridade que, na política salarial, deve ter, inclusive como instrumento de promoção de justiça, de defesa da segurança nacional. Não se pode esquecer, impunemente, a situação em que vive a família do trabalhador com o achatamento salarial, que significa menos pão na mesa, impossibilidade de comprar remédios, impossibilidade de casa decente.

Sentimos, como V.Exa. há de sentir também, que o presidente da República deseja dar atendimento a essa questão. Por isso, tenho dito sempre que espero a solidariedade da representação da Arena para essas teses, que não são contra o governo, mas atos de alerta, de fiscalização, de apoio, se quiserem, àquelas intenções de maior justiça, para que o povo caminhe um pouco melhor. Os instrumentos aí estão.

Terei, ao final, oportunidade de falar sobre projeto que apresentei com esse objetivo, sem nenhum caráter inflacionário, nada tirando de

ninguém, não aumentando qualquer contribuição, mas dando aos trabalhadores alguma coisa.

Peço a V.Exa., como líder da Arena, que diligencie junto à direção do seu partido para que dê apoio à aprovação urgente dessa medida, que poderá atenuar, sem prejuízo da economia nacional, a situação desesperadora em que se encontra a classe assalariada brasileira.

O Sr. Clóvis Stenzel – Volto, novamente abusando da sua gentileza, para dizer-lhe, nobre deputado, que me parece que se o aumento do salário mínimo fosse solução de problemas econômicos no Brasil, se atendessem a um desenvolvimento global da economia, se fosse ao encontro da economia humana a que V.Exa. acaba de se referir com a sua doutrina democrata cristã, seriam desnecessários outros governos no Brasil, porque os do passado o que mais fizeram foi aumentar o salário mínimo, criando até o décimo terceiro salário. De aumento em aumento o Brasil vinha se pauperizando. Só agora, nobre deputado, é que decolou definitivamente para o desenvolvimento.

O SR. FRANCO MONTORO – O dado de V.Exa. não é exato. Eu já sustentei, sem pretender acusar este governo ou defender os anteriores, que desde muito antes de se iniciar este governo os trabalhadores vêm sofrendo. Não se trata de inovação. Aquela orgia salarial de que se falava é muito mais de palavras do que de realidade, assim como a inflação de 140%, que se tem afirmado ter existido em 1964, nunca existiu. Houve, nos primeiros meses, uma inflação que, se prosseguisse no mesmo ritmo, chegaria a esses dados.

O Sr. Clóvis Stenzel – Chegou a 90%.

O SR. FRANCO MONTORO – Não chegou a isso. Nos primeiros meses, como sempre, a ascensão é maior. Mas não nos cabe, no momento, discutir outros aspectos. Eu nego, nobre deputado, que a elevação salarial seja prejudicial à economia. Pelo contrário, grandes autoridades afirmam – e não vou voltar à matéria que já tive oportunidade de expor e até de publicar em separata – que o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores é fator de aceleração do desenvolvimento, porque permite que eles comprem mais e que se produza mais. O desenvolvimento econômico interno do Brasil só se pode dar com o aumento da capacidade aquisitiva do trabalhador, da família trabalhadora brasileira. E quando falo em família trabalhadora não me refiro apenas ao operário; refiro-me aos que vivem de salário. É, portanto, favorável ao desenvolvimento econômico

uma política salarial justa. Citei aqui exemplos publicados pela *Revista da Confederação Nacional da Indústria* e a revista *Conjuntura Econômica*, mostrando que, no mundo inteiro, a política de desenvolvimento tem sido feita principalmente tendo como instrumento uma política salarial mais justa, isto é, um aumento salarial maior do que o aumento dos preços. Se o aumento dos salários for igual ao aumento dos preços, a situação da população ficará a mesma. Se for inferior, a situação da população estará sendo esmagada, achatada, deteriorada, ou outro nome que tenha. Isto não ajuda o desenvolvimento; pelo contrário, impede, paralisa o desenvolvimento econômico.

O Sr. Clóvis Stenzel – V.Exa. há de convir que o grande drama do salário está inteiramente relacionado com o problema da inflação. Se o salário aumentar em 50% e se tivermos uma inflação anual na taxa de 70%, o aumento salarial é mentiroso. O que existe é a confiscação do salário. Conseqüentemente, o drama do Brasil está em deter a inflação. De nada adianta fazer a política salarial. V.Exa. verificará, nobre deputado, se tiver oportunidade de consultar o relato do Ministério da Fazenda nessa Mensagem que está analisando, que o Sr. Presidente da República, referindo-se ao capítulo da Organização Fazendária, reporta-se a uma taxa de inflação que revela que a mesma não foi detida – e eu confesso que esse não era o alvo do governo revolucionário.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. diz exatamente a realidade: a inflação não foi contida, e os salários foram achatados.

O Sr. Clóvis Stenzel – Permita-me, V.Exa.: estamos ainda com uma taxa de 20%.

O SR. FRANCO MONTORO – Mais de 20, 24%.

O Sr. Clóvis Stenzel – O governo afirma – e é de se acreditar neste governo – que atingiremos a taxa de 10%, mais consentânea com um país em desenvolvimento, como o nosso.

O SR. FRANCO MONTORO – São apenas previsões.

O Sr. Clóvis Stenzel – Mas a credibilidade do governo é baseada em fatos do passado.

O SR. FRANCO MONTORO – Neste ponto, V.Exa. vai desculpar-me, porque o governo Castelo Branco declarou, de início, que naquele ano a inflação seria ainda elevada, mas que dentro de dois anos chegaríamos aos 10%.

O *Sr. Clóvis Stenzel* – Não sei se o presidente Castelo Branco disse que chegaríamos a 10%.

O SR. FRANCO MONTORO – Declarou-o em mensagem enviada ao Congresso Nacional. Faz parte do Paeg, Plano Econômico do Governo. Não é questão de credibilidade.

O *Sr. Clóvis Stenzel* – Se o declarou, eu afianço – e já o afirmei a V.Exa. – que o governo revolucionário, por mais esforço que tenha feito, não conseguiu deter a inflação.

O SR. FRANCO MONTORO – É por isso que, sem pôr em dúvida a palavra do presidente, não me posso louvar numa previsão para considerá-la realidade. A realidade é o achatamento salarial. A paralisação da inflação é previsão.

O *Sr. Clóvis Stenzel* – Permita-me concluir, nobre deputado. Eu escuto V.Exa. com muito interesse toda vez que ocupa a tribuna. Mas veja bem: digo que se deve dar crédito, porque a inflação está sendo combatida aos poucos, e não na marcha deflacionária prevista pelo governo. Portanto, há um atraso no tempo. Mas pelo fato de haver atraso não existe inadimplemento da obrigação assumida. V.Exa. que é de crer que vai ser detida a inflação. Mas, dizia eu, de nada adianta aumentarem os salários se não se detiver a inflação, e para isso há necessidade de sacrifícios, não só das classes trabalhadoras. Os funcionários públicos a todo instante estão protestando contra seus parcos vencimentos. V.Exa. referiu-se à economia de fundo liberal e capitalista: pois também clamam as classes chamadas conservadoras, que detêm o capital, contra a péssima remuneração do capital no Brasil. E muitos dizem – inclusive os jornais – que deputados têm ocupado a tribuna desta Casa para reclamar contra falências por falta até de capital de giro, consequência muitas vezes da má remuneração. Todos esses índices, ou sintomas, fazem parte desta síndrome, desta doença de sacrifícios por que devem passar e passaram todos os países em fase de desenvolvimento. Nós vivemos neste século, no Brasil, o que viveram a Inglaterra e os Estados Unidos no século XIX. País em desenvolvimento econômico é país onde germinam, onde se desenvolvem esses grandes contrastes sociais, onde ocorrem injustiças sociais. Depois que alcançarmos – e todos sabem que estamos alcançando – o pleno desenvolvimento econômico, então V.Exa. verá o equilíbrio. Poder-se-á, então, distribuir não a miséria, mas a riqueza. Veja V.Exa. que, pelos métodos socialistas, os países africanos ainda não

conseguiram distribuir nada. Parece que o neocapitalismo, sob esse aspecto, tem sido mais justo e mais humano. Não encontro outra forma. Não se chame como V.Exa. o fez, tendo eu ocupado a tribuna para retificar esse pensamento, o atual governo de liberal. Não. Nós praticamos a democracia social a que V.Exa. tantas vezes se tem referido e, conforme seus pronunciamentos, à qual se tem dedicado. Ainda hoje tive oportunidade, folheando o último livro de sua campanha de 1919, de ver como o maior dos políticos liberais que o Brasil conheceu e que se chamava Rui Barbosa fez o seu primeiro pronunciamento em favor da democracia social, abjurando os sistemas clássicos do liberalismo pelos quais sempre lutou. O governo atual – está escrito no portal dessa Mensagem – preocupa-se essencialmente com a questão social. O que distribuir e como distribuir, eis a grande dificuldade que tem o governo, tem V.Exa. e toda a nação, porque ainda não possuímos riqueza para distribuir, ainda temos pouca riqueza para tornar a economia mais equânime. Não considero um país democrático quando, no andar de cima, proclama-se a política da igualdade e, no andar de baixo, acolhe-se a economia da desigualdade. Para mim, a igualdade econômica e a igualdade política são os postulados da verdadeira democracia.

O SR. FRANCO MONTORO – Com o brilho de sua cultura e inteligência, V.Exa. fez uma exposição magnífica, mas que, permita-me a franqueza, foge do assunto e, permita-me ainda, não defende o governo. O ponto de vista de V.Exa. não é o do governo. O ponto de vista do governo, em questões salariais, está defendido na Mensagem que mandou ao Congresso. O governo pensa como eu, mas faz como V.Exa. preconiza. Diz o governo:

A política a ser defendida em relação aos reajustes salariais obedecerá a três princípios: 1º) manter o salário real médio dos 24 meses anteriores; 2º) acrescer de uma previsão dos chamados resíduos inflacionários; 3º) multiplicá-los por um índice relativo ao aumento da produtividade.

O governo declara que quer reajustar os salários de acordo com a elevação do custo de vida. É o ponto de vista do governo, na Mensagem mandada a esta Casa, defendido no governo Castelo Branco, reafirmado no governo Costa e Silva. Entretanto, o governo atual quer mantê-lo,

mas não o mantém. A defesa do governo não pode, pois, ser feita com o apelo a essas considerações brilhantes que V.Exa. acabou de expender, com algumas das quais estou de acordo, mas que não servem para o caso concreto. Não podemos fugir ao debate da política salarial. O governo definiu uma política e não a cumpre.

O Sr. Leopoldo Peres – Deputado Franco Montoro, V.Exa. está discutindo, contudo, um aspecto apenas da vida econômica do governo, no caso, a política salarial. Mas recordo-me muito bem – não era eu deputado ainda – de que, no Rio de Janeiro, ouvi, pela televisão, a brilhante entrevista de um ministro do presidente Jânio Quadros. Esse ministro retornava dos Estados Unidos e levantava o problema do déficit habitacional no Brasil. Dizia ele exatamente que tínhamos um déficit de cerca de 3,5 a 4 milhões de habitações, mas que era difícil superá-lo com a construção de casas populares, porque a espiral inflacionária não permitia o retorno dos recursos para reaplicação em construções de novas residências.

O SR. FRANCO MONTORO – Daí a necessidade do reajuste monetário.

O Sr. Leopoldo Peres – Esse ministro era V.Exa., que defendia precisamente, na ocasião, uma política de realismo no combate à inflação para que se pudesse ter uma política de desenvolvimento econômico inclusive no setor habitacional. Pois bem, foi exatamente o que fez o governo da Revolução. Fez o que preconizava o nobre colega. No entanto, V.Exa. vem buscar apenas o aspecto da política salarial para combater a política financeira que sempre defendeu.

O SR. FRANCO MONTORO – Folgo em ouvir a citação de V.Exa. Gostaria que V.Exa. defendesse o governo em relação ao ponto que estamos focalizando. O que defendia, defendo e defenderei – e os governos fizeram aquilo que eu defendia – era a correção monetária no financiamento das casas. Não poderia ser de outra forma. Desejemos ou não, a inflação é um fato e, enquanto ela estiver aí, é necessária a correção monetária. Mantenho meu ponto de vista. Se V.Exa. estava de acordo comigo naquela ocasião, estará hoje também, porque estou defendendo precisamente isso: a correção monetária em relação aos salários, e demonstro que isso não se deu. Os salários cresceram 20%, e o custo de vida, 24%. Esse o fato.

O Sr. Alde Sampaio – Estou assistindo às sempre brilhantes considerações de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – Eu já estava esperando a permanente lição de V.Exa.

O Sr. Alde Sampaio – Nobre deputado, a meu ver, V.Exa. está fugindo às origens. Torna-se mister distinguir quando se discute numa ditadura e quando se discute numa democracia. A tradição e os estudos levam sempre a definir, sobretudo nas democracias, o salário mínimo como uma remuneração suficiente, mínima mesmo, para que o indivíduo possa subsistir. Ora, V.Exa. está discutindo como se estivesse numa ditadura, onde os salários são sempre marcados politicamente, onde o governo é que os determina. Nada impede que as empresas façam subir os salários de seus operários além do que o governo fixa. Se V.Exa. acha que o mínimo necessário à subsistência deveria realmente ser um pouco mais elevado, isso se aplicaria ao país inteiro, e não só aos estados em que V.Exa. qualifica o salário mínimo como mais representativo.

Tanto merece ter um salário mínimo de subsistência local o brasileiro do Piauí como o brasileiro de estado mais industrializado, como São Paulo.

O SR. FRANCO MONTORO – Todos estão sendo sacrificados.

O Sr. Alde Sampaio – Os salários são diferentes, mas há um mínimo fixado. Quando o governo interfere – já não digo como por meio da Sunab, pois sou inteiramente contra esses processos empregados – para dar preços de compensação ao agricultor, vamos dizer, marcando um mínimo insuficiente para a empresa agrícola, ainda assim salva, obriga a um aumento de preços e melhora a situação do produtor agrícola. Ocorre o mesmo no caso do operariado e do assalariado. O governo não marca os salários. Apenas fixa um mínimo, isto é, o salário para o trabalho mais humilde, para o trabalho mecânico, para o trabalho manual, deixando os outros livres. Na democracia esse salário mínimo se estabelece para não haver padecimento de vida na população. Mas o salário é livre. Quem quiser que o aumente. Numa democracia, V.Exa. não poderia bater nessa tecla com a força com que está batendo.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço o aparte de V.Exa. Mas, independentemente de se tratar de democracia ou ditadura, estou sentindo a realidade. A realidade é que a imensa maioria dos homens que vivem do trabalho, no Brasil, recebe ou o salário mínimo...

O Sr. Alde Sampaio – Essa realidade pesaria numa ditadura.

O SR. FRANCO MONTORO – ...ou no máximo 10% mais do que o salário mínimo. Essa é a realidade. Prefiro ficar com a realidade, nobre deputado.

O Sr. *Alde Sampaio* – Essa realidade pesaria numa ditadura, repito, porque os salários, aí sim, são em escala, e a escala é marcada pelo poder político. Quando um sobe, o outro sobe dois. Mas numa democracia, a remuneração é livre, não está na escala determinada pelo poder público. De sorte que a argumentação de V.Exa. valeria, como disse, para uma ditadura, mas não para uma democracia. Na ditadura, tudo é marcado e determinado. Mas, aqui, não. Aqui, na democracia, não há essa escala determinada pelo poder público. A remuneração é livre. De sorte que não cabe, no caso, o argumento de V.Exa.

O SR. FRANCO MONTORO – É livre teoricamente, nobre deputado. V.Exa. sabe que a realidade não é essa. Na prática, essa liberdade não existe. O fato concreto é que pelas condições de crédito de que a empresa necessita, de impostos que deve pagar, de controle que o poder público exerce, ela não pode fugir a certos padrões. A imensa maioria dos assalariados, não apenas nas grandes capitais, não apenas na do meu estado, mas em quase todas as capitais do Brasil e nas regiões circunvizinhas, está na mesma situação – percebe salário mínimo reajustado numa base inferior à desvalorização da moeda, inferior à elevação do custo de vida, inferior à inflação.

O Sr. *Benedito Ferreira* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO – Eu já estava reclamando até o aparte de V.Exa.

O Sr. *Benedito Ferreira* – Agradeço a V.Exa. a generosidade, ao reclamar o meu aparte e a minha presença. Lamentavelmente não pude estar presente desde o início do seu discurso, como de minha obrigação, por se tratar de assunto que tenho debatido com V.Exa. e, sobretudo, como uma homenagem que devo ao ilustre colega.

O SR. FRANCO MONTORO – Obrigado a V.Exa.

O Sr. *Benedito Ferreira* – V.Exa. vai me permitir que, oportunamente, volte ao inteiro teor do pronunciamento que está fazendo, a esta altura já bastante adiantado, para que eu possa tentar, com a nossa verdade, contrapor a verdade que V.Exa. defende nesta oportunidade em relação à política de achatamento salarial. Não sei se é oportuno lembrar-lhe de que admitimos por diversas vezes, em todos os nossos pronunciamentos,

a política de sacrifício a que a nação vem sendo submetida, a que todas as camadas da chamada pirâmide social vêm sendo submetidas para promover o soerguimento da nação que, a esta altura – tenho certeza, não nega V.Exa. – está sendo obtido, porque os resultados práticos aí estão. Fiz no meu último discurso – que me parece ser objeto de contestação de V.Exa. – um quadro comparativo, tomando o índice geral de preços da época, e consegui mostrar a V.Exa., à Casa e à nação, por alongamento, naquela oportunidade, que não houve efetivamente, tomando-se por base os índices gerais de preços, obedecendo ao critério correto de se aplicar o índice, achatamento salarial na última decretação feita pelo atual governo. Houve um acréscimo de 5,12%. No entretanto, à época do governo a que V.Exa. foi sentimental e politicamente ligado, até mesmo quando V.Exa. serviu como ministro do Trabalho – com muita honra para este país – os achatamentos, aí sim, foram de causar espécie, de causar gritaria. E não me consta que V.Exa. tenha, como ministro ou, então, como deputado, protestado, naquela altura, contra, por exemplo, o fato de que em 1960 tivesse havido um achatamento de 29,17%. Em 62, se não me falha a memória, época em que V.Exa. assumiu o Ministério, foi de 8,25% o achatamento; em 63, foi de 12,38%.

Embora admitindo o achatamento salarial no período revolucionário, poderíamos mostrar, por exemplo, os seguintes dados: em 1964, houve um acréscimo de 4,77% a favor do operário; em 1965, novamente houve um aumento de 2,022% a favor do operário; em 1966 – aí, sim, houve um notável achatamento salarial – pelo índice geral de preços, houve uma diminuição de 8,37%; em 1967, controlada melhor a inflação, houve um achatamento salarial em menor escala, de 2,29%; em 1968, para 0,63%; em 1969, 0,31%; em 1970, como exaustivamente provamos da vez passada – e V.Exa. se reporta a isso em seu discurso – houve como que um adiantamento de 5,17% na decretação do maior salário mínimo, ou seja, Cr\$187,20. Neste ponto é que a minha verdade está em divergência com a de que V.Exa. se valia, quando ministro do Trabalho, para decretar o salário mínimo. Em realidade, para corrigir o salário, obedecemos ao seguinte critério: o salário mínimo anterior multiplicado pelo índice geral de preços atual, isto é, o salário de 1969 multiplicado pelo índice de 1970 e dividido pelo índice geral de preços do ano

anterior, ou seja, 1968. Aí, então, V.Exa. chegaria fatalmente – sabe V.Exa. que os números não mentem – a esse resultado a que chegamos.

O SR. FRANCO MONTORO – Os números não mentem, mas as interpretações, sim. É o que demonstrarei a V.Exa. Compare V.Exa. Há várias inexatidões. Disse V.Exa. no seu discurso:

(...) o ilustre deputado Franco Montoro, e não tenho notícia de nenhuma autocritica por parte de S.Exa., as de idênticos protestos como os que vem agora fazendo o ex-ministro do Trabalho, mesmo quando S.Exa. – em maio de 1962 – como maior responsável que era pelo setor, decretava um salário mínimo inferior em 8,25% àquilo que correspondia à realidade.

Sabe V.Exa. a série de erros que está aqui. Em primeiro lugar, o ministro Franco Montoro, em maio, não decretou nenhum aumento de salário.

O Sr. *Benedito Ferreira* – Só se V.Exa, em maio, não era ainda ministro. Foram as informações que tive.

O SR. FRANCO MONTORO – Informações erradas. Primeiro fato: não houve esse aumento. Em setembro de 1961 é que houve aumento salarial. Daí o erro de V.Exa. Está V.Exa. pensando que se deu em maio de 1962 um aumento que se deu em setembro de 1961. Portanto, fala de autocritica e outras expressões semelhantes, e eu acho que a autocritica não me cabe.

O Sr. *Benedito Ferreira* – Consta-me, como eu disse, e eu só poderia louvar-me nas informações que tive. V.Exa. há de convir comigo.

O SR. FRANCO MONTORO – Faz V.Exa. afirmações graves. Essa verdade não é minha nem sua. Isso significa erro, falta de objetividade, ou que outro nome tenha, que a ética parlamentar não me permite invocar.

O Sr. *Benedito Ferreira* – V.Exa. invoca a ética parlamentar, mas também extrapola os seus limites. Disse a V.Exa., como homem que, aqui, nesta Casa, tem-se comportado como homem da verdade – não pode V.Exa. negar-me essa conduta – que tinha uma informação que merecia fé. E só agora essa informação está sendo contestada por V.Exa. Deveria V.Exa. até, abrindo-me um crédito, conceder-me oportunidade de trazer aqui essa informação para ser cotejada.

O SR. FRANCO MONTORO – Não é preciso conceder a V.Exa. esta oportunidade, V.Exa. a tem e começou por declarar que iria responder. Apenas usei da palavra, tendo sido atacado por V.Exa. em termos que a própria Mesa precisou policiar. Não vou analisar o discurso inteiro de V.Exa., porque ficaríamos, aqui, numa troca de palavras.

O Sr. *Benedito Ferreira* – Não houve policiamento da Mesa. V.Exa. sabe, como toda a Casa, que a taquigrafia, por meio de seus funcionários, corrige, gentilmente, as nossas deficiências gramaticais. V.Exa. não sofre essas deficiências, mas eu as sofro. Houve, realmente, uma correção. Houve um adjetivo, um tanto ou quanto picante, que foi substituído. Foi toda a correção que a Mesa fez.

O SR. FRANCO MONTORO – Concorde com V.Exa. e acho que faríamos um grande serviço ao parlamento não voltando a debater esse aspecto menos elevado, digamos, da polêmica. Vamos, diretamente, aos fatos.

O Sr. *Benedito Ferreira* – Pois não.

O SR. FRANCO MONTORO – Então, permita-me V.Exa. que, invocando não a minha verdade, mas a verdade, cite o Decreto nº 58.308, de 13 de setembro de 1961, que entrou em vigor em 16 de outubro de 1961. Gostaria de acrescentar que o novo salário mínimo foi decretado e entrou em vigor no dia 16 de outubro de 1961. Gostaria de acrescentar que o novo salário mínimo foi decretado e entrou em vigor cinco dias depois, exatamente para combater o impacto inflacionário, para que não houvesse defasagem entre o seu anúncio e a sua execução, porque a praxe do passado – que se repete no presente – tem sido esta: o governo anuncia com antecedência que no dia tal vai aumentar o salário mínimo e, então, aumentam-se os preços. No dia determinado, aumentam-se os preços que já tinham sido aumentados. O decreto entra em vigor, em geral, trinta ou quarenta dias depois, quando há novo aumento. Para evitar tudo isso – como sabe V.Exa., fiz parte de um gabinete parlamentarista, com a presença de todos os partidos – pedi uma convocação extraordinária do gabinete, levei o projeto e os dados referentes à elevação exata do custo de vida até aquele momento. Saiu o decreto que entrou em vigor exatamente cinco dias depois, para não dar margem a essa série de aumentos.

O Sr. *Presidente (Padre Nobre)* – Interrompo V.Exas. um instante para informar ao nobre deputado Franco Montoro que o seu tempo está

por três minutos a esgotar-se, e não temos condições para prorrogá-lo, em vista de termos de passar para a ordem do dia.

O Sr. Benedito Ferreira – Recebo a advertência, Sr. Presidente. Gostaria, nobre deputado Franco Montoro, que V.Exa. me explicasse uma coisa: disse V.Exa. que o Decreto nº 58.308 é de 13 de setembro de 1961. É isso?

O SR. FRANCO MONTORO – É de 13 de outubro de 1961, e não de maio de 62, como V.Exa. disse no seu discurso. V.Exa. tomou os preços de 1962.

O Sr. Benedito Ferreira – Entrou em vigor quando, Excelência?

O SR. FRANCO MONTORO – Entrou em vigor em 19 de outubro de 1961.

O Sr. Benedito Ferreira – Em 19 de outubro de 1961, seis dias depois. Pois bem, nobre deputado, V.Exa. não teve realmente a preocupação de decretar exatamente o que deveria ser decretado. V.Exa. decretou a mais 14,94%.

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado Benedito Ferreira, esta matéria é muito delicada para ser debatida assim. V.Exa. colocou aqui o índice geral de preços do ano, sem considerar qual o mês. Ora, esse índice varia muito, é preciso colocar de setembro a setembro ou da data do último salário mínimo. Esta matéria não pode ser tratada com essa facilidade.

O Sr. Benedito Ferreira – Mas veja V.Exa. que, no ano anterior a 1960, a defasagem, o prejuízo do salário anterior causado ao operário, era de 19,27%.

O Sr. Presidente (Padre Nobre) – Atenção: está findo o tempo do nobre deputado.

O Sr. Benedito Ferreira – Sr. Presidente, pediria a V.Exa. permissão para concluir meu aparte. Não é meu propósito impedir ou tumultuar o discurso do orador, mas não poderia deixar que ficasse no ar essa afirmativa quanto à minha posição.

Em 1960, foi decretado um salário – atente bem, V.Exa. –, com 29,17% a menos. Em 1961, já em outubro, no fim do ano, tomando-se o índice geral de preços acusados em 1961, o acréscimo, a generosidade do Ministério do Trabalho, naquela época, foi de 14,94%. Estou elogiando a sua atuação. V.Exa. realmente sempre se preocupou em proteger os operários, embora isso tenha contribuído para chegarmos a este ritmo inflacionário.

O SR. FRANCO MONTORO – Não apoiado.

O Sr. Benedito Ferreira – Mas veja o quanto V.Exa. foi previdente. Corrigiu não só os 29,17% anteriores, como ainda, em outubro, ordenou um acréscimo de 14,94% sobre o salário.

O SR. FRANCO MONTORO – V.Exa. não pode fazer essas argumentações. Sabe qual era o salário anterior? Qual era o índice dos preços em setembro do ano anterior?

O Sr. Benedito Ferreira – Sei. Tenho os índices gerais dos preços e dos salários.

O SR. FRANCO MONTORO – Como pode V.Exa. calcular mês a mês, quando tem o índice geral de um ano?

O Sr. Benedito Ferreira – V.Exa. está me dando instrumental para essa argumentação. O decreto vigeu a partir de 19 de outubro.

O Sr. Presidente (Armando Correa) – Nobre deputado, a ordem do dia ainda não foi votada. O prazo do orador extinguiu-se, e S.Exa. não poderá mais receber apartes.

O Sr. Benedito Ferreira – Sr. Presidente, apelei a V.Exa. no sentido de que me permitisse concluir o debate. Mas espero que o deputado Franco Montoro receba este meu aparte incompleto como uma homenagem que lhe presto; em outra oportunidade procurarei restabelecer a verdade. Analisarei tudo o que S.Exa. disse, naturalmente calcado em dados sérios, já que é um homem sério...

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa.

O Sr. Benedito Ferreira – ...e tentarei mostrar de que lado está a razão.

O Sr. Jairo Brum – Nobre deputado, abusando da tolerância e da gentileza do nobre presidente, quero felicitar V.Exa. pelo magnífico discurso que está produzindo.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado.

O Sr. Jairo Brum – V.Exa. acabou de dar uma aula sobre a política salarial e a usança de índices. V.Exa. fez mais: defendeu com raro brilho sua gestão como ministro do Trabalho. Se estivéssemos num regime parlamentarista, V.Exa. mereceria da Casa um voto de confiança.

O SR. FRANCO MONTORO – Muito obrigado, mais uma vez.

O Sr. Jairo Brum – Sinto-me entusiasmado, emocionado mesmo, com o brilhantismo de V.Exa., líder do MDB, que vem dando, ao longo de sua atuação nesta Casa, orientações precisas ao governo, que só não as segue porque não quer.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte e concluo, atendendo ao apelo do Sr. Presidente.

Quero dizer ao deputado Benedito Ferreira que, exatamente porque não fez a comparação mês a mês, obteve esse resultado absurdo de num ano haver um aumento de 29%, depois mais 12% e mais 5%.

O Sr. Benedito Ferreira – É matemática.

O SR. FRANCO MONTORO – É má matemática, porque se tem de calcular mês a mês. E, tratando-se de matemática, houve uma dúvida a esse respeito, levantada no primeiro discurso de V.Exa. Recorri à assessoria da bancada paulista para fazer o cálculo, e lá confirmaram o que eu havia feito, mostrando que os dados citados estavam certos, mas a conclusão era inexata. V.Exa. contestou, mantendo o mesmo ponto de vista. Tomei os seus dados e os mandei à Comissão de Economia da Câmara; tenho em meu poder o parecer da assessoria técnica, que diz o seguinte: “De acordo com os dados fornecidos pelo representante do governo (...)”.

O Sr. Benedito Ferreira – Dados da Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Presidente (Armando Correa) – A Mesa não permite mais apartes.

O SR. FRANCO MONTORO – Dizia eu que a conclusão é a seguinte: “aplicando-se o coeficiente de variação dos índices sobre o salário mínimo, a partir de 1959, tal como propõe V.Exa., encontraremos, em 1970, Cr\$ 224,00 e não Cr\$ 187,20”, conforme declarou V.Exa.

O Sr. Benedito Ferreira – São dados que não se tomam há onze anos.

O SR. FRANCO MONTORO – Quero lembrar – porque V.Exa. estava ausente – que eu estava citando cinco argumentos. O primeiro é a Mensagem do presidente da República, que declara: 68, inflação; custo de vida elevado: 24%; 1969, 24%; salário mínimo elevado: 20% .

O Sr. Benedito Ferreira – Vinte por cento?

O SR. FRANCO MONTORO – Vinte por cento em São Paulo, Guanabara, Bahia e em quase todas as capitais. Está, aliás, no discurso de V.Exa., página nove. Lembro com muita satisfação. Está aqui: Acre, aumento de 19%; Amazonas, aumento de 19%; Pará, aumento de 19%.

O Sr. Benedito Ferreira – Prossiga. Maranhão, 26%.

O SR. FRANCO MONTORO – Estou lendo os abaixo de 20%; Pernambuco, primeira região, 20%; segunda região, 20%; Bahia, primeira região, 20%.

O Sr. Benedito Ferreira – Ceará, 20%.

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado, de início declarei aqui que milhares de trabalhadores eram atingidos, não todos. E usei a expressão “nas regiões mais representativas”, que são precisamente as das capitais e regiões circunvizinhas. Em alguns lugares menores houve aumento maior, e contra esses protestos. Acho válidos. Estou protestando contra a não-concessão de aumento igual ao aumento de custo de vida exatamente em regiões como São Paulo, Guanabara e em todas as capitais de estados do Brasil.

O Sr. Presidente (Armando Correa) – A Mesa solicita ao orador que conclua o seu pronunciamento, porque ainda não votamos a ordem do dia, e o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. FRANCO MONTORO – Nobre deputado, estou procurando concluir as minhas considerações. Quero lembrar a V.Exa. que ainda ontem eu estava inscrito para falar e perdi a oportunidade, porque o líder do governo ocupou a tribuna, depois de iniciada a ordem do dia, por 45 minutos. De modo que, dócil ao regimento, mas levando em conta os precedentes, peço permissão a V.Exa. para concluir o meu discurso. Dizia eu que os argumentos que tinha para responder à opinião singular de alguns deputados do governo são estes: primeiro, a Mensagem do governo. Eu citava os índices e continuo: Minas Gerais, 19,35%; Rio de Janeiro, 20%; Guanabara, 20%; São Paulo, 20%; Paraná, 20%. Não é preciso continuar para mostrar que as regiões mais representativas tiveram este aumento que acabo de citar, e algumas tiveram mais. Não contesto, nem contestarei. Protesto contra o não-preenchimento dessa condição em relação a milhões de trabalhadores brasileiros. O segundo argumento é a revista *Conjuntura Econômica*, que demonstra que o custo de vida foi multiplicado, de 1963 a 1970, por 13,9, e o salário mínimo, só por 8,9. Terceiro argumento: boletim da Cepal do mês de maio, que declara o seguinte: “A nota negativa do crescimento econômico do Brasil continua sendo a deterioração do salário mínimo real, que é representativo da remuneração de milhões de assalariados do país”. Quarto argumento: a assessoria técnica da Comissão de Economia da Câmara, com base nos dados oficiais apresentados pelos deputados do governo, chegou à conclusão que acabo de referir. Diz a conclusão deste parecer: “Aplicando-se o coeficiente da variação dos índices sobre o salário mínimo de 1959, encontraremos, em 1970, 224 cruzeiros, e não (...) como foi decretado”.

Quinto argumento: o memorial entregue ao presidente da República pela Federação dos Sindicatos de São Paulo, que representa mais de um milhão de trabalhadores, em que se denuncia – são palavras do documento: “a queda vertical do poder aquisitivo das classes assalariadas”. Eles se referem apenas a quatro por cento. Estou apresentando dados oficiais; o Dieese, órgão técnico dos sindicatos, eleva muito mais esses índices. Alguns deputados, inclusive o nobre deputado Benedito Ferreira, afirmaram expressamente que, ao denunciar o achatamento salarial, estaremos fazendo o jogo de terroristas ou extremistas.

A essa crítica, o governo responde magistralmente a seguinte carta que recebi de um operário de Carapicuíba. São palavras desse trabalhador:

V.Exa. faz justamente aquilo que a gente pensa e gostaria de dizer ao presidente. Protestando também contra o deputado que o aparteu, dizendo que o salário é justo. Justo, porque não é o salário dele. Os infelizes que recebem essa insignificância sabem que é injusto.

E referindo-se aos que negam a realidade, ele acrescenta: “Muitos estão fazendo não o jogo da verdade, mas o jogo dos comunistas, pois tal salário é próprio para criar marginais e revoltados”.

É esse aspecto que precisa ser mencionado. Ocultar a realidade é fechar os olhos do governo a uma situação verdadeiramente explosiva e perigosa. Apontar os fatos é advertir o governo sobre a necessidade de medidas concretas a esse respeito. E a única solução, a nosso ver, imediata para corrigir, em parte, essa insuficiência salarial, é a rápida aprovação do Projeto nº 2.202, de 1970, que duplica o salário-família sem qualquer ônus para o empregador e para o Estado, sem utilizar, portanto, verba destinada ao desenvolvimento. Os recursos já existem em poder do INPS, pois, como se pode verificar – e eu sempre cito fontes oficiais – o Boletim Estatístico do INPE de abril de 1970 declara, na demonstração de contas do Fundo de Compensação do Salário-Família, que em 1960 a contribuição das empresas para o salário-família foi superior a 900 milhões de cruzeiros, e o pagamento do salário-família foi apenas de 490 milhões. Houve, assim, um saldo declarado de mais de 400 milhões, que, somado aos saldos semelhantes dos anos anteriores, representa hoje um superávit superior a 1 bilhão de cruzeiros.

Os recursos existem. Foram pagos para o salário-família e têm de ser devolvidos em salário-família. O governo não pode utilizá-los para outra finalidade. Quem deve financiar o governo são os banqueiros ou aqueles que disponham de recursos, e não o salário-família do trabalhador, recebido pelo governo para esta destinação. Não critico o governo por não pagar porque, para isso, é preciso uma lei. Mas apresentei a lei e peço o apoio do governo. O ministro do Trabalho, ouvido pela imprensa, declarou que nada podia dizer contra o projeto. Iria estudá-lo. A liderança da Arena disse que esta argumentação parecia certa. Lamentava, apenas, a época da apresentação. Mas o boletim foi publicado em abril. Dois dias depois, apresentei proposta. Se o projeto está aí, a preocupação de todos deve ser pela sua rápida aprovação, conforme apelos que já começam a surgir. Li, ontem, o da Câmara Municipal de Pelotas, que, por unanimidade – emedebistas e arenistas – apoiou moção que solicitava urgente aprovação ao projeto.

Esses recursos permitirão, sem qualquer aumento de contribuição, elevar para o dobro a cota de salário-família devida aos empregados por filhos menores de quatorze anos ou inválidos de qualquer idade, beneficiando milhões de trabalhadores em todo o território nacional. A medida é de rigorosa justiça, porque dá mais a quem mais precisa. Não tem qualquer aspecto inflacionário; pelo contrário, elevará sem ônus o poder aquisitivo da população e representa o cumprimento do preceito constitucional que coloca a família trabalhadora sob a proteção especial do Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Despedida de Franco Montoro da Câmara dos Deputados

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 28/11/1970, p. 5780.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhei à Mesa projeto de lei instituindo o Fundo de Compensação ao Salário-Maternidade.

É hoje uma situação conhecida de todos os prejudicados, que a sofrem na sua atividade profissional: a da mãe de família que em geral é despedida quando espera uma criança, ou não é admitida pelo fato de ser casada porque o ônus do pagamento do salário-maternidade recai sobre a empresa. Para evitar esse ônus, as empresas evitam ter empregados que possam trazer esse encargo para as suas finanças.

O Brasil tem um compromisso internacional com a OIT, de substituir esse sistema por outro em que o encargo não recaia direta e exclusivamente sobre determinadas empresas, mas sobre toda a comunidade empresarial, ou toda a comunidade. Nesse sentido, após estudo do problema, apresento projeto que institui o Fundo de Compensação ao Salário-Maternidade, nas mesmas modalidades do Fundo de Compensação do Salário-Família. Por ele o ônus não recairá diretamente sobre a empresa e não haverá o inconveniente a que me referi na justificação do projeto.

É esse, Sr. Presidente, o último projeto que tenho a honra de apresentar no exercício do cargo de deputado federal.

É com sentimento de tristeza que deixo esta Casa, onde servi em três legislaturas ao povo de minha terra. À imprensa, a todo o corpo de funcionários e auxiliares da Casa, desejo agradecer sinceramente a magnífica colaboração e as provas de amizade que sempre recebi.

Da mesma forma, desejo agradecer aos colegas e à Mesa a compreensão, a colaboração e a amizade. Na qualidade de membro do Senado e, portanto, ainda participando do Congresso, espero continuar recebendo a mesma colaboração e cultivando a mesma amizade.

Dívida externa da América Latina

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 28/9/1995, p. 23934.

COMUNICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE A DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, desejo comunicar à Casa importante resolução da Comissão de Relações Exteriores sobre a dívida externa do Brasil e a consulta ao Tribunal Internacional de Haia.

O texto da resolução parte da recomendação feita na Conferência Interparlamentar Conjunta da União Européia e do Parlatino, que reúne todos os parlamentos da América Latina.

Em reunião conjunta do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-Americano, realizada em Bruxelas nos dias 19 a 21 de junho de 1995, foi tomada a seguinte resolução:

A XII Conferência Interparlamentar União Européia–América Latina (...) pede aos Estados membros dos dois parlamentos que tomem as iniciativas adequadas para que a Assembléia das Nações Unidas solicite à Corte Internacional de Justiça de Haia um ditame consultivo que examine o problema da dívida externa conforme os princípios gerais do direito internacional contemporâneo.

Tomando conhecimento dessa significativa recomendação, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil, pela unanimidade de seus membros, representativos de todos os partidos nacionais, solicita ao Sr. Presidente da República que, atendendo ao apelo dos parlamentos da América Latina e da Europa, tome a iniciativa de apresentar à próxima Assembléia Geral da ONU proposta no sentido de ser solicitado ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia um ditame consultivo sobre os princípios de direito internacional que devem reger os contratos e a execução da dívida externa do mundo contemporâneo.

A justificação é breve: O problema “dívida externa dos países da América Latina” continua sendo um dos pontos de estrangulamento de suas economias e do sacrifício de suas populações.

De acordo com fontes da Cepal, os dados referentes à dívida externa latino-americana são os seguintes:

- o montante reclamado pelos credores em 1980 era da ordem de 228 bilhões de dólares;
- de 1980 a 1990, o total de juros e amortizações pagos pelos países da região somaram a importância de 418 bilhões de dólares;
- em 1994, em lugar de diminuir, o total da dívida atingiu o montante de 553 bilhões de dólares (...).

Em números redondos: a dívida era de 220 bilhões, foram pagos 400 bilhões (até 1990), e a dívida passou a ser de 533 bilhões...

Essa situação, resultante do sistema de juros flutuantes e alterações financeiras, decididas à revelia dos países devedores, suscita um problema ético e jurídico que, de acordo com as regras do Direito Internacional contemporâneo, deve ser submetido ao exame do Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia.

Essa é a proposta formulada pelo Parlamento Latino-Americano e pelo Parlamento Europeu, ao lado de significativas manifestações de institutos jurídicos e entidades representativas da sociedade civil.

Trata-se da solicitação de um parecer consultivo àquele tribunal sobre os princípios de Direito Internacional que devem reger os contratos relativos à dívida externa.

Não se trata de rever ou anular as dívidas atuais, mas, sim de procurar critérios para contratos futuros, dentro das exigências de ética e justiça nas relações internacionais.

A pobreza extrema, que hoje atinge mais de um bilhão de pessoas, o aumento do desemprego, o agravamento da exclusão social e as manifestações de inconformidade das populações constituem um quadro de problemas sociais e humanos que não pode ser ignorado pelas autoridades mundiais.

Como lembrou João Paulo II, em sua mensagem à Assembléia das Nações Unidas:

Existe hoje um consenso de que o problema de dívidas globais do terceiro mundo não se pode colocar unicamente em termos econômicos e financeiros. Nem os financiadores, nem os países devedores têm a ganhar com o agravamento de situações de desespero, que foge de todo o controle.

O órgão internacional competente para esse exame, que, ao lado das condições econômicas e financeiras, pode apreciar também os aspectos sociais, éticos e jurídicos do problema, é sem dúvida o Tribunal de Haia. Mas seu pronunciamento depende de uma solicitação que deve ser revista pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Daí o presente apelo ao Sr. Presidente da República para que tome a iniciativa de apresentar à próxima Assembléia Geral da ONU proposta no sentido de ser solicitado ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia um ditame consultivo sobre os princípios do Direito Internacional que devem reger os contratos e a execução da dívida externa no mundo contemporâneo.

A exigência de novas diretrizes que assegurem o sentido humano do desenvolvimento foi a conclusão mais importante da recente Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague.

Dentro dessa linha, o presidente do Brasil, como intérprete do apelo dos povos da América Latina, estará dando uma contribuição histórica para a abertura dos caminhos da ética, da solidariedade e da justiça nas relações internacionais.

Essa é a proposta da Parlamento Latino-Americano que está sendo entregue ao presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

Previdência Social: proposta de reforma

Diário da Câmara dos Deputados de 26/1/1996, p. 2582-5.

O Sr. Presidente (Elias Murad) – Concedo a palavra ao nobre deputado Franco Montoro, pela ordem.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente e Srs. Deputados, na discussão da reforma da Previdência Social está sendo esquecido ou colocado em segundo plano um ponto fundamental: a reforma da estrutura da Previdência Social. A atual estrutura previdenciária está errada. O governo manda sozinho. Empregados e empregadores são os maiores interessados no bom funcionamento da Previdência Social e são os grandes contribuintes. Devem, por isso, participar de sua direção. Essa participação é consagrada pela generalidade das nações democráticas.

DOCTRINA PACÍFICA

Definição concisa e exata da importância da Previdência Social nas sociedades modernas é formulada por Antônio Lombardo, um dos mais respeitados tratadistas mundiais, nos termos seguintes:

O seguro social não tem, na sociedade a que serve, posição polêmica. Não o informa interesse capitalista, nem o inspira critério socialista; não é religioso nem laico; está acima dos partidos políticos. A todos serve, à sociedade inteira, acima do egoísmo ou idéias de classe. Sua posição é objetiva e pragmática.

Em decorrência da importância e amplitude da Previdência Social, a doutrina e a legislação têm consagrado o princípio da administração colegiada para sua direção.

Em sua obra clássica, *A política contemporânea de seguro social*, Paul Durand, autoridade internacionalmente reconhecida em matéria de legislação social, ensina:

A gestão da seguridade social pelos interessados apresenta vantagens certas. Permite aos beneficiados proverem, eles mesmos, a boa gestão do serviço, lutarem contra as negligências administrativas e obterem mais facilmente as prestações a que têm direito.

Dirigindo-se ao presidente das Semanas Sociais do Canadá, o papa Paulo VI condenou com veemência a administração exclusivamente estatal da previdência, ao assinalar: “A seguridade social que não fosse senão um monopólio do Estado produziria danos às famílias e aos trabalhadores, em favor e por meio dos quais deve, antes, ser administrada”.

O mesmo pensamento está presente nas grandes encíclicas sociais, como *Quadragesimo anno*, *Mater et magistra*, e outras.

Na mesma linha é a reivindicação dos movimentos socialistas. O Congresso Internacional Socialista, reunido em Amsterdã, no alvorecer deste século, em agosto de 1904, já advogava a tese da administração, pelos segurados, da Previdência Social, proclamando enfaticamente:

Os trabalhadores devem exigir que as instituições de seguro social sejam confiadas à administração dos próprios segurados e que se concedam as mesmas vantagens a todos os trabalhadores do país e aos estrangeiros que nele residam.

Comentando as constituições européias posteriores ao último conflito mundial, diz Mirkine-Guetzevitch (*in: Constituições européias*, Paris: Universitária da França, 1950, p. 128):

O documento mais completo e mais representativo da doutrina política e social da Resistência Francesa foi, sem dúvida, o programa de ação estabelecido pelo Conselho Nacional da Resistência, no qual, a par das reformas consideradas indispensáveis, propugna-se por um plano completo de seguros sociais, visando garantir a todos os cidadãos os meios de existência em todos os casos de incapacidade e de falta de trabalho, mediante gestão autônoma dos representantes dos interessados e do Estado.

E acrescenta o mesmo autor:

(...) é maior a significação desse documento, porque ele pode ser considerado como representativo da universalidade do pensamento contemporâneo sobre seguros sociais. Ele nasceu isento de sectarismo ideológico, emanado que foi da escuridão das catacumbas do nosso tempo na luta pela liberdade em que se constituiu, por excelência, a Resistência Francesa, pois nela se confundiam os ateus e os adeptos de todas as crenças e confissões; marxistas ortodoxos e democratas cristãos, trabalhistas, democratas liberais e socialistas das mais diversas tendências.

Tal fato ilustra a afirmação de Maritain, quando ensina:

O reconhecimento desta categoria de direitos não é apanágio de uma escola de pensamento. Não é necessário professar o liberalismo para reconhecer os direitos do indivíduo nem é preciso ser marxista para reconhecer os novos direitos econômicos e sociais. As conquistas da inteligência comum resultam da ação de diversas correntes que se sobrepõem e ultrapassam largamente as disputas das escolas.

RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS INTERNACIONAIS

De longa data, as entidades e congressos internacionais, com a participação e o voto da representação brasileira, vêm recomendando a adoção da administração colegiada da Previdência Social, com a participação efetiva dos empresários e trabalhadores.

Essa é a recomendação histórica e permanente da OIT, Organização Internacional do Trabalho, cuja estrutura fundamental é constituída pela representação igual e tripartida de empregados, empregadores e governos.

Dentro desse critério podemos destacar, na série das conferências regionais dos Estados da América, membros da Organização Internacional do Trabalho, o item VI da Primeira Conferência, Santiago do Chile, 1936:

Participação dos segurados e dos patrões na gestão. Os órgãos diretivos das instituições de seguro social deverão ter representantes eleitos dos segurados e do empresariado. Os representantes dos segurados, que são os maiores interessados no bom funcionamento do seguro social, deverão ter participação efetiva na gestão.

A mesma recomendação consta das conclusões da Conferência Interamericana de Seguridade Social, reunida em Santiago do Chile em 1942, que aprovou a Resolução nº 7, recomendando o princípio da representação dos empresários e trabalhadores, por seus delegados, para participar da gestão da seguridade social.

Na mesma linha, a Associação Internacional de Seguridade Social, reunida em Roma em 1949, aprovou a resolução relativa à autonomia da gestão da seguridade social de seguinte teor: “As partes interessadas devem participar da gestão e controle da seguridade social que, na medida do possível, deverá ser confiada a órgãos autárquicos”.

Em termos semelhantes, a Convenção da Conferência Internacional do Trabalho, Rio de Janeiro, 1952, fixou a mesma diretiva:

(...) as instituições de seguro social devem ser administradas segundo os princípios da gestão autárquica, assegurada a participação na administração dos próprios interessados, trabalhadores, patrões e Estado, cujo interesse no serviço é evidente.

A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

A experiência internacional em matéria de administração da Previdência Social oferece exemplo esclarecedor e impressionante.

No exterior, a administração da Seguridade Social, com a efetiva participação dos empresários e trabalhadores, é adotada na generalidade das nações democráticas e em países dos mais diversos níveis de desenvolvimento.

Eis uma relação incompleta: Alemanha, Barbados, Bélgica, Birmânia, Bolívia, Bulgária, Burundi, Chipre, Cingapura, Congo, Costa do Marfim, Costa Rica, Dinamarca, Egito, El Salvador, Espanha, Finlândia, França, Gabão, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Índia, Irã, Iraque, Itália, Líbano, Líbia, Luxemburgo, Malásia, Mali, Marrocos, México, Nicarágua, Níger, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, República Centro-Africana, República Dominicana, República de Malgaxe, Suécia, Taiwan, Togo, Turquia, Uruguai, Venezuela e Gâmbia.

Os benefícios da participação dos empregados e empregadores na direção do órgão de previdência são universalmente reconhecidos.

Serão os trabalhadores e empresários brasileiros menos competentes e idôneos que os desses países para participar da administração da sua Previdência Social?

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

No Brasil, a Previdência Social deu seus passos iniciais com a Lei Eloy Chaves, que instituiu, no distante ano de 1923 (Decreto Legislativo nº 4.682/23), nossas primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários. Já, então, elas eram dirigidas por conselhos de administração compostos por superintendente de empresa, dois empregados do quadro designados pela administração da estrada de ferro e mais dois eleitos pelo pessoal ferroviário.

Após a Revolução de 1930, procedeu-se, por ato do Governo Provisório (Decreto nº 20.465, de 1º de outubro de 1931), à reforma da legislação das Caixas de Aposentadoria e Pensões, que passaram a ser dirigidas por junta administrativa composta por quatro a seis membros, sendo metade designada pela empresa e metade eleita pelos associados.

Em fase posterior de sua evolução, com a criação dos institutos de aposentadoria e pensões, as autarquias previdenciárias ganharam âmbito nacional, agrupando, cada uma delas, todos os trabalhadores de determinada profissão. Tivemos, assim, o surgimento dos grandes institutos dos marítimos, dos bancários, dos empregados em transportes e cargas, dos comerciários e dos industriários. Os institutos dos marítimos e dos bancários tiveram, inicialmente, seus presidentes nomeados pelo presidente da República, mas assistidos por um conselho administrativo composto de representantes dos empregadores e empregados.

Coube, afinal, à Lei Orgânica da Previdência Social – Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que uniformizou a legislação previdenciária, estender o sistema da administração colegiada a todos os institutos de aposentadoria e pensões, que passaram a ser administrados com a participação dos empregados e empregadores.

É importante ressaltar que, no longo período em que prevaleceu a administração colegiada, a Previdência Social brasileira viveu seus melhores dias.

RUPTURA DA TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA EM 1966

Essa tradição democrática na administração da Previdência Social brasileira foi abruptamente interrompida pelo governo autoritário, em 1966, por meio do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro daquele ano.

Esse decreto-lei, editado com base em Ato Institucional e à revelia do Congresso Nacional, na linha da orientação autoritária e centralizadora dominante, unificou os seis institutos existentes num único Instituto Nacional de Previdência Social, INPS, e submeteu o sistema ao regime de comando exclusivo de um dirigente nomeado pelo presidente da República. Eliminou, assim, a participação de empregados e empregadores.

Quais os resultados dessa eliminação e da direção exclusivamente governamental?

A opinião pública de todo o país é testemunha da sucessão de escândalos, fraudes, casos de corrupção administrativa, desvio de importâncias bilionárias, irregularidades no pagamento de indenizações, aposentadorias fantasmas, sonegação fiscal, comercialização de certidões negativas de débito falsificadas, cessão irregular e locação de imóveis da previdência por preços irrisórios.

Tais fatos criminosos impuseram a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara dos Deputados, e provocaram processos e condenações de juízes, procuradores e altos funcionários comprometidos em fraudes e quadrilhas.

De outra parte, o Governo Federal, que administra sozinho todos os recursos da Previdência, passou a desviar todos os meses grande parte dos mesmos para cobrir déficit do Tesouro Nacional. Um levantamento oficial concluiu, em 1989, que o governo devia à Previdência vinte bilhões de dólares. E os dados levantados em junho de 1990 mostram que essa dívida era então da ordem de um trilhão de cruzeiros.

Esse fracasso, claramente ligado à gestão administrativa unipessoal, centralizada e exclusivamente estatal da Previdência Social, teve o reconhecimento público do próprio ministro Reinhold Stephanes, em entrevista coletiva à imprensa, ao atribuir tão graves desacertos às deploráveis deficiências do gerenciamento previdenciário.

RESTAURAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Como decorrência dos fatos examinados, impõe-se a retomada da administração colegiada na Previdência Social. A Constituinte de 1988 debateu o problema e fixou claramente os novos rumos.

Com a restauração democrática da Carta Constitucional, surgem a oportunidade e a necessidade de uma mudança estrutural no sistema previdenciário brasileiro. Ao fixar os objetivos da seguridade social e estabelecer as normas para sua organização, a Constituição, em seu art. 194, determina expressamente: “caráter democrático e descentralização da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial trabalhadores, empresários e aposentados”.

Ao lado das razões sociais, éticas e históricas apontadas, a gestão colegiada da Previdência Social é hoje imperativo constitucional.

PROJETO DE LEI RESTABELECENDO A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS E DESCENTRALIZANDO O SISTEMA

Cumpra regulamentar o preceito da Constituição e dar atendimento à justa reivindicação de empregados e empregadores que contribuem anualmente com mais de trinta bilhões de reais para a Previdência Social e são os legítimos interessados no bom funcionamento do sistema. Eles não podem continuar afastados da direção e do controle de um sistema de previdência, da qual são os maiores contribuintes e os maiores interessados.

Esse é o sentido do Projeto de Lei nº 50.295, por nós apresentado, que assegura aos trabalhadores e empresários a participação na direção do INSS, mediante as seguintes disposições:

- 1 – Institui o Conselho de Administração da Previdência Social, em lugar da administração singular de um presidente.
 - 2 – O Conselho de Administração será constituído de nove membros assim distribuídos: três representantes dos trabalhadores, sendo pelo menos um indicado por entidade associativa de aposentados; três
-

representantes dos empregadores e três representantes do Governo Federal, designados pelo ministro da Previdência e Assistência Social, preferencialmente dentre os servidores da Previdência Social.

- 3 – Serão instituídos Conselhos Regionais da Previdência Social (CAPS-R) e Conselhos Municipais da Previdência Social (CAPS-M), para exercer a administração descentralizada da Previdência Social em suas jurisdições, observados, quanto à organização e instalação, os critérios estabelecidos para o CAPS, adaptando-os para as esferas estadual e municipal.
- 4 – Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, e seus suplentes, serão eleitos pelas respectivas entidades de âmbito nacional, regional ou municipal.

Essas medidas podem assegurar o caráter democrático da Previdência Social brasileira: caminho mais seguro para o controle de seus recursos e serviços pelos próprios interessados.

Presidente do Chile

Eduardo Frei

Diário da Câmara dos Deputados de 27/3/1996, p. 8051-5.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, requeiro à Mesa que conste nos anais da Câmara dos Deputados a saudação feita hoje ao presidente do Chile, Eduardo Frei, que visitou o Congresso Nacional. Peço também que seja publicada a memorável oração proferida pelo presidente daquele país.

DISCURSOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Saudação ao presidente do Chile

Quando Brasília dava os primeiros passos e muitos duvidavam do êxito da nova capital do Brasil, o presidente do Chile Eduardo Frei Montalva, em visita oficial ao nosso país, no dia 5 de setembro de 1968, proferiu as seguintes palavras de significação histórica: “Brasília é uma tribuna de onde se pode falar a toda nossa América”.

Palavras de um estadista de visão continental. Porque Brasília, além de estar situada no centro geográfico da América do Sul, tem uma vocação mística e uma realidade física que devem ser lembradas.

Vocação mística de Brasília

A vocação mística de Brasília se inicia quando é incorporada à sua história a visão profética de D. Bosco, que, conforme antigo relato, “na noite que precedia a festa de Santa Rosa de Lima, em 1883, teve um sonho sobre o futuro da América e viu, entre os paralelos 15° e 20°, ao lado de um lago, o aparecimento de uma espécie de terra prometida para uma civilização do futuro.

Quem incorporou a visão de D. Bosco à história de Brasília foi o fundador da nova capital, o presidente Juscelino Kubitschek, que, em sua

obra *Por que construí Brasília?*, lembra haver lido com emoção, quando o plano da cidade já estava definido, o relato do sonho de D. Bosco como “advertência profética” (Juscelino Kubitschek, *Por que construí Brasília?*, Rio, 1985, p. 19).

E a população de Brasília, para perenizar essa lembrança, construiu à margem do Lago Paranoá uma capela, a Ermida de D. Bosco, que é hoje uma das atrações turísticas da cidade.

Águas emendadas

Mas, na sua configuração geográfica, Brasília tem outra característica impressionante. Dentro do seu território, na Reserva Ecológica das Águas Emendadas, ocorre um dos mais extraordinários fenômenos hidrográficos de todo o mundo. Ali nascem, num mesmo espaço, as águas das duas grandes bacias do continente: a do Amazonas e a do Prata. Em pontos próximos afloram as águas das duas bacias. Quando afloram na direção norte, vão engordar as águas do rio Maranhão, tributário do rio Tocantins, afluente do Rio Amazonas. Por sua vez as águas que correm para o Sul caem no Rio São Bartolomeu, e, em seguida, no Rio Corumbá, afluente do Rio Paranaíba, que vai engrossar a longo prazo a Bacia do Prata. “Águas Emendadas”, diz o cientista argentino Victor Del Mayo, “é a união hidrográfica de dois mundos: o equatorial da hiléa amazônica e o subtropical latino, diversificado nos seus vários sistemas” (palestra no Instituto de Engenharia de São Paulo, em 27 de agosto de 1987).

E acrescenta:

Assim, não está longe o dia em que, sem afetar o ecossistema das Águas Emendadas, Brasília possa ter um porto fluvial interligando o continente, com a aproximação das três grandes Bacias, do Prata, do Amazonas e do Orenoco.

Esse grande canal sul-americano, que irá do Mar das Antilhas à Buenos Aires, não é apenas um sonho. Partes desse conjunto já estão sendo percorridas por barcos, barcas e comboios que transportam milhões de toneladas. Entre outras, estão nesse caso a hidrovía Tietê-Paraná, com 1.600 quilômetros já navegáveis, e a hidrovía Paraguai-Paraná, que a partir de Cáceres, no interior do Brasil, passa pela Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Chile, porta de entrada para o Pacífico

Pelo sistema da intermodalidade dos transportes, num dos pontos dessa hidrovia, o Porto de Correntes, uma linha ferroviária levará grande parte da carga da hidrovia até o Porto de Antofagasta, no Chile, abrindo para o Mercosul e toda a América Latina uma saída para o Pacífico. Como disse o ilustre embaixador Heraldo Munõz, o Chile poderá ser, para os países do Mercosul, uma entrada e saída para o Pacífico. E, como lembra o embaixador chileno no Brasil, os países do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, ao qual o Chile já está formalmente integrado, “têm uma produção equivalente à metade do PIB mundial e geram 45% do comércio mundial”.

Esse dado, entre muitos outros, revela a importância da participação do Chile no sistema de integração do Mercosul. E como foi destacado na declaração conjunta dos presidentes por ocasião da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Chile em março de 1995, “essas vias internas de comunicação serão valiosos elementos de articulação do Cone Sul, que relacionarão os países participantes entre si e esses com a Bacia do Pacífico e do Atlântico”.

Integração da América Latina

Esses fatos revelam a importância histórica do processo de integração da América Latina e da formação progressiva de uma futura Comunidade Latino-Americana de Nações.

Com sua visita, Sr. Presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, esse processo de integração vive hoje um dos seus grandes dias. E a nação brasileira, representada nesse Congresso Nacional pelo voto direto e democrático de sua população, está alegre e feliz por recebê-lo e ouvir a voz de um estadista, cuja mensagem e prática política constituem um ponto alto na vida pública de nosso continente.

Mensagem de humanismo e democracia

Se a mensagem de ética e renovação, de humanismo democrático e de luta pela justiça social está condensada no notável pronunciamento feito por V.Exa. na Fundação Frei, em 4 de fevereiro último, eu me permito

destacar alguns trechos desse pronunciamento, para sintetizar a visão de um homem público engajado nas grandes lutas de nossos dias.

São palavras suas: “A queda do muro de Berlim não foi o final da história, mas o início de outra história”.

E em outra passagem: “Necessitamos de uma visão ética da política e da economia. Precisamos fundar uma nova democracia para aqueles que hoje são crianças, adolescentes e jovens (...) para sustentar o crescimento e alcançar a equidade.”

E mais adiante:

A descentralização do Estado, a luta contra a corrupção e o fortalecimento da sociedade civil são essenciais para a governabilidade democrática.

A democracia não é a flor de um dia, mas a conquista paciente de um projeto coletivo de consciência mais e mais civilizada.

Essas palavras calam fundo na alma de nosso povo e, especialmente, na chama de esperança de nossa juventude.

É por isso, Sr. Presidente, que estão aqui – fazem questão de comparecer a este ato – representantes da Juventude Latino-Americana pela Democracia, a Julad. Eles vêm saudar o antigo líder dos movimentos da juventude chilena e encontram renovados motivos para repetir sua palavra de luta: “O futuro começa hoje, ele se chama juventude”.

Acolhida do Chile aos brasileiros em 1964

Sr. Presidente, não poderia encerrar essa saudação sem uma palavra de lembrança e agradecimento. Refiro-me à atitude exemplar do governo chileno ao acolher, a partir de 1964, lideranças políticas do Brasil perseguidas pelo regime militar.

O presidente Eduardo Frei não se limitou a acolher os refugiados brasileiros, mas providenciou a regularização de seus documentos e a obtenção de um trabalho condigno como professores ou técnicos nas organizações chilenas e internacionais. Entre esses brasileiros que seu pai, o presidente Frei, acolheu fraternalmente estão Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Darci Ribeiro, José Serra, Almino Afonso, Artur da Távola, Paulo de Tarso, Plínio Sampaio e muitos outros.

É este um momento propício para agradecer, em nome do povo brasileiro, o comportamento exemplar do governo do seu país.

A voz de um estadista

Sr. Presidente. Esta tribuna, na qual se pode falar à nossa América terá hoje a satisfação e a honra de ouvir a voz de um estadista de nosso continente.

Obrigado, presidente, pelo exemplo de seriedade, democracia e justiça social que V.Exa. oferece a todos nós, especialmente à juventude.

A presença e a atuação de V.Exa. vem mostrar que a procura de uma sociedade desenvolvida fraterna e justa não é um sonho impossível. E vem, acima de tudo, reafirmar a lição de um grande líder latino-americano, D. Helder Câmara: “Quando sonhamos sozinhos é só um sonho, mas quando sonhamos juntos é o começo de uma nova realidade”.

Discurso do presidente do Chile

Sr. Presidente, Srs. Representantes do povo do Brasil, senhoras e senhores: venho a esta sessão solene do Congresso Nacional do Brasil para trazer a saudação fraterna do povo e do governo do Chile, bem como para renovar os sentimentos de afeto e amizade que têm caracterizado de maneira invariável a história dos laços entre nossos dois países.

Sinto uma grande satisfação de estar entre os representantes do povo brasileiro na minha qualidade de presidente do Chile, como cidadão de um país tradicionalmente amigo do Brasil e também na minha condição de ex-parlamentar. Relembro, com afeto, que há 28 anos o então presidente do Chile, Eduardo Frei Montalva, dirigiu-se ao Congresso Nacional do Brasil neste mesmo plenário, marcando um momento na relação especial entre nossos dois países.

Os desafios para a América Latina

Há 28 anos, meu pai falou de democracia, integração e justiça social, e planteou ante V.Exas. o grande dilema daquela época: a grande interrogação é se seremos uma grande região humana enferma e desintegrada ou se construiremos, para nós e para a humanidade, uma nova ordem de progresso, uma sociedade de abertas avenidas até a justiça, a liberdade e a paz. Quase três décadas mais tarde, os problemas prioritários da

nossa América são os mesmos, mas seus conteúdos têm mudado profundamente, assim como o mundo cambiou enormemente. Contudo, aquela interrogação ainda segue interpelando-nos, dando um sentido de fundo ao que estamos fazendo em benefício de nossos povos.

Vivemos em um mundo em transição a novas formas de relação nos âmbitos político, estratégico, econômico e cultural. Junto ao fim da guerra fria, o cenário mundial e regional tem visto o ressurgimento das democracias, a abertura dos mercados, o aprofundamento da interdependência e a globalização dos assuntos econômicos. Muitas dessas transformações criaram, em seu momento, um justificado clima de otimismo sobre o mundo emergente do pós-guerra fria. Mas, como sabemos, no atual contexto internacional observam-se, por um lado, fortes correntes de afirmação da liberdade e abertura e crescimento econômico e, por outro, constata-se novas e violentas expressões do nacionalismo, fervorosas afirmações étnicas e religiosas, tentações protecionistas, assim como desigualdade e exclusão social.

Hoje em dia – se somos capazes de continuar concertando-nos politicamente e integrando-nos economicamente – existe uma melhor oportunidade do que nas décadas de 50 ou de 60 para que os nossos países da América Latina e do Caribe façam sentir sua voz no processo de redefinição internacional. Nossa região chega em melhores condições políticas e econômicas ao sistema do pós-guerra fria do que ocorria quando as decisões dependiam de um número reduzido de países; a escala de poder era mais rígida e hierárquica, e o cenário mundial era sumamente polarizado.

Luzes e sombras da América Latina

Segundo o balanço econômico da Cepal, em 1995 a América Latina registrou um importante progresso com respeito ao estancamento e a instabilidade que caracterizou o panorama regional durante os anos 80. Na maioria dos países da nossa região consolidaram-se moderadas taxas de crescimento, e o nível de inflação foi reduzido notavelmente, o qual caiu de 89% em 1993 a tão-somente 25% em 1995. Com a notável queda da inflação brasileira em 1995, desapareceram as situações de hiperinflação que afetaram a região nos últimos quinze anos e que tanto prejudicaram os setores mais desprotegidos de nossos povos.

Nesse mesmo sentido, segundo cifras da Cepal, nós, latino-americanos, somos, atualmente, em comparação a 1960, mais instruídos, mais saudáveis e mais urbanizados, tanto que o PIB *per capita* da região aumentou de 1,2 mil dólares (em valores de 1980) a 2 mil dólares, mas, frente a esse panorama alentador, subsistem em nossa América Latina graves problemas de pobreza, exclusão social, narcotráfico e degradação ambiental.

Um estudo recente mostra que a porcentagem da população latino-americana em situação de pobreza aumentou de 41%, em 1980, a 46%, em 1990, enquanto a população indigente cresceu de 19% a 22% nesse mesmo lapso. No ano 2000 a população da América Latina e do Caribe chegará aos 530 milhões, 75% vivendo em zonas urbanas, muitos dos quais serão afetados por sérios problemas de criminalidade, desemprego, contaminação ambiental e pobreza.

Nossa América Latina mostra sérias deficiências quanto à desigualdade social. Em numerosos países da região, o quintal mais adinheirado da população é entre 20 e 28 vezes mais rico que o quintal mais pobre, enquanto na Ásia a média é de 5 a 10 vezes. Nesse mesmo sentido, nossa região, com escassas exceções, segue exibindo baixos coeficientes de poupança nacional, uma das chaves do progresso recente dos chamados tigres asiáticos.

Na ausência de incrementos da poupança interna e sem ter sido alcançada ainda uma solução duradoura para o problema fiscal e de balança de pagamentos, a vulnerabilidade da região – medida pelo incremento de exportações necessárias para fechar a brecha externa –, tem aumentado de forma dramática: em 1990, na América Latina, bastava que as exportações crescessem 2,5% para cobrir o déficit; em 1994, essa cifra havia saltado para 25%.

Nossas democracias recuperadas não poderão sobreviver se persistir esse panorama de desigualdade, pobreza e atraso de grandes setores sociais. Existe o perigo real, então, de que tanto a trabalhosa recuperação da democracia, assim como a abertura e recuperação econômica, sejam vistas como fatos irrelevantes ou abstratos na óptica concreta de vastos setores sociais que não lograram participar adequadamente dos frutos do progresso econômico na democracia.

Crescimento com equidade

Sr. Presidente, Srs. Representantes. Temos ante nós um desafio irrefutável: como compatibilizar a necessária eficiência e competitividade econômica com uma maior justiça social? Posto em outras palavras: como obter mais mercado e mais sociedade? Um bom começo é investir fortemente em educação, saúde e criação de empregos produtivos mediante a capacitação e o apoio às pequenas e médias indústrias. Hoje sabemos com certeza que o investimento em educação básica constitui uma contribuição decisiva ao crescimento econômico. De maneira semelhante, as análises estatísticas do Banco Mundial mostram a forte relação existente entre maior igualdade na distribuição da renda e um crescimento econômico mais rápido.

Na perspectiva da ampla maioria dos chilenos, a estabilidade e o crescimento econômico têm como base o mercado. Para nós não existe substituto para os mercados livres, a criatividade empresarial e a responsabilidade e o esforço internos. Mas, como bem afirmou um destacado escritor de nossa América, o mercado é um mecanismo eficaz, mas, como todos os mecanismos, não tem consciência e tampouco misericórdia. Há, portanto, que encontrar uma síntese entre economia de mercado e democracia, evitando transformar o mercado em uma forma de ideologia. O dogmatismo neoliberal às vezes só termina restando credibilidade ao mercado como instrumento central para o progresso econômico. A realidade indica, contudo, que, tanto no plano interno como no internacional, os limites dentro dos quais funciona o mercado são definidos politicamente.

Partindo da base de que não existe no mundo uma só e única versão da economia de mercado, devemos ser capazes de combinar sua força propulsora com o humanismo da democracia, para reencontrar um traçado histórico latino-americano solidário e participativo. Esse é um imperativo político e moral da maior urgência.

Integração regional

Sr. Presidente, Srs. Representantes. No contexto atual de reestruturação mundial e crescente globalização dos assuntos econômicos, a integração regional cobra ainda maior relevância do que no passado. Sobre a base de um regionalismo aberto ao mundo, nossa inserção internacio-

nal pode ser mais proveitosa de uma óptica de fortalecimento dos laços regionais.

Nesse sentido quero deixar clara a posição do meu governo: a América do Sul é nossa prioridade. Isso em razão de nossa história, assim como devido a poderosos motivos políticos, econômicos, culturais e de contigüidade geográfica.

Os processos de integração exitosos, como o europeu, foram possíveis graças a uma afinidade política básica entre regimes democráticos e a uma compatibilidade das políticas econômicas dos países participantes. Hoje existe essa convergência em nossa região, pelo que devemos aproveitar essa oportunidade histórica. Nesse sentido, gostaria de reiterar a firme decisão de meu governo de criar um espaço econômico ampliado entre o Chile e os Estados membros do Mercosul.

Não escapará aos Srs. Parlamentares a importância que tem para a América Latina uma associação do Chile com o Mercosul. Trata-se de uma aliança estratégica orientada a potencializar nossas sociedades não somente no plano econômico, como também nos âmbitos político e cultural. Encaminhamo-nos para um acordo que resgata os valores que têm orgulhado nossa região ao longo de sua história. Nessa perspectiva, devemos aplicar nossas energias para sua imediata materialização.

A integração regional não é uma fórmula mágica de solução para nossos problemas, senão, melhor, um instrumento para impulsionar o desenvolvimento conjunto de nossos países. Não é um processo automático; é resultado da sólida vontade política de nossos povos; é uma construção paciente cuja finalidade é liberar as enormes potencialidades de nossa geografia, economia, cultura e política.

O Chile assume esse desafio da integração com os países irmãos da América do Sul e reitera seu compromisso de caminhar junto em benefício do desenvolvimento de nossos povos.

Cooperação política

Finalmente, nesta Casa, onde se discutem matérias de interesse público, gostaria de fazer reflexões sobre o desafio da política em tempos futuros, apresentando a nossos países uma complexa agenda para o próximo século.

No meu país, e talvez também no Brasil, visualizamos como um desafio irrefutável a construção, além das instituições, de uma sólida cultura democrática que sirva tanto para excluir a arbitrariedade por parte da autoridade como para impedir o avanço dos populismos ou da demagogia. A próxima *Cumbre Iberoamericana*, que se realizará em Santiago do Chile em novembro próximo [1996], terá como tema central a governabilidade democrática. Os povos da América e da Península Ibérica iniciamos um amplo caminho de cooperação e intercâmbio nos planos econômico e social. É a hora de cooperarmos também no âmbito político, compartilhando e aproveitando nossas experiências para aprofundar a democracia na região. Gostaria de enunciar agora somente algumas das tarefas pendentes, como uma maneira de contribuir a um debate que deve ficar cada vez mais rico e sólido.

Uma cultura democrática precisa fortalecer os partidos políticos, fazendo com que cumpram cabalmente seu papel de articuladores das inquietudes dos cidadãos e de eficazes globalização e competência econômica internacional e dos desafios internos de cada país. Necessitamos simultaneamente de partidos políticos fortes e de uma sólida sociedade civil.

A cultura democrática, igualmente, demanda uma compreensão adequada dos direitos e deveres dos cidadãos; requer uma ética pública e uma ética cidadã. Dessa maneira enfrentaremos adequadamente ameaças como a corrupção, fenômeno que pode chegar a destruir a fé na política e inclusive na democracia. A corrupção facilita o caminho para que um eventual caudilho autoritário se ofereça para pôr ordem e limpeza na sociedade.

Devemos, também, fazer frente a um fenômeno de crescente desinteresse e apatia políticos que observamos em vários de nossos países, e que pode derivar em uma “democracia de espectadores”. A política deve voltar a ser considerada como uma atividade nobre, de serviço público. O desprestígio da política somente pode levar a graves formas de retrocesso social. Por isso, devemos convidar os jovens a que assumam novas formas de expressão pública e impulsionem novos estilos de fazer política.

Mas, paralelamente, há que se renovar os fundamentos da legitimidade democrática, fazendo-a mais eficaz e colocando-a claramente a serviço do povo. A política convertida em negócio, em espetáculo ou

em vedetismo, corrió a si mesma. Portanto, temos que reafirmar a moral como um fundamento essencial do dia-a-dia público.

Prezados parlamentares, o prestígio da democracia descansa fundamentalmente no prestígio de vossa função. Formei essa convicção sendo senador e hoje, como presidente, a acresci. Este é o lugar da discussão dos grandes temas nacionais e também das políticas públicas. Este é o lugar onde, por excelência, se expressa de maneira representativa o pluralismo político, social e religioso de uma nação. Este é o lugar da crítica sã e da extensão de nossa pátria latino-americana. Prestigiá-lo é, então, um dever e um imperativo dos democratas no presente momento.

Palavra finais

Sr. Presidente, Srs. Representantes. Nossa América está semeada de democracias recuperadas. De todos nós depende que elas continuem florescendo. De todos nós depende que sejam democracias transparentes, eficientes e modernas. De todos nós depende que sejam democracias desenvolvidas e justas; democracias sem exclusões; democracias com crescimento econômico e equidade. De todos nós depende, enfim, que sejam democracias cada vez mais integradas entre si para fazer frente eficazmente aos desafios da sociedade global do século XXI, de maneira a gerar para nossos respectivos povos mais paz, desenvolvimento econômico e justiça social.

Muito obrigado.

Saudação a Rafael Caldera

Diário do Congresso Nacional de 22/5/1996, p. 7476-9.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, é com emoção e entusiasmo que, em nome da Câmara dos Deputados, representativa da vontade e do sentimento de todo o povo brasileiro, venho saudar V.Exa., Sr. Presidente Rafael Caldera.

Falei em emoção e entusiasmo.

Emoção, porque uma amizade de muitos anos nos une na luta por uma sociedade marcada pela ética da solidariedade, de inspiração humanista e cristã, na linha de pensadores como Maritain, Lebreton, Chesterton, Mounier, Teilhard de Chardin e de políticos como Adenauer, De Gasperi e Schumann, que reconstruíram a Europa devastada pela guerra e lançaram as bases da comunidade européia.

Entusiasmo, por ver o incansável militante Rafael Caldera presente no Congresso Nacional do Brasil, na qualidade de presidente da República da Venezuela.

Essa visita tem hoje significação especial e histórica. Há alguns dias, o presidente da Câmara dos Deputados da Venezuela esteve no Brasil e, com ele, uma ilustre delegação de parlamentares representando 85% das forças políticas presentes no Congresso. A mensagem foi clara. Vieram na frente para indicar, como disse o ilustre embaixador Alfredo Toro-Hardy, que “Rafael Caldera falará ao Brasil não apenas em nome do seu governo, mas de todo o povo venezuelano”.

Presidente Caldera, nos primeiros anos de Brasília o presidente do Chile, Eduardo Frei, cuja figura de estadista é semelhante à de V.Exa., visitava o Brasil e, falando nesta Casa, proferiu as seguintes palavras: “Brasília é uma tribuna de onde se pode falar a toda nossa América.”

É essa tribuna que hoje vai ser ocupada por V.Exa. E sua mensagem terá ressonância continental.

Mas, antes de ouvi-lo, o Congresso brasileiro quer saudá-lo e proclamar seu respeito e admiração por um homem que ocupa hoje a Presidência de uma grande nação amiga e cuja vida é um exemplo de

fidelidade e perseverança na luta pela democracia e seus grandes valores de ética, solidariedade e justiça social.

Srs. Parlamentares, na luta a que Caldera dedicou toda a sua vida podemos destacar três grandes bandeiras: a da democracia e da liberdade, a da justiça social e a da integração latino-americana.

A BANDEIRA DA LIBERDADE

A bandeira da liberdade é uma constante na vida pública de nosso visitante.

O Brasil foi testemunha dessa luta. No encontro internacional dos democratas cristãos realizado em São Paulo, em 1957, Caldera era um dos convidados especiais. Mas, na abertura do encontro, chegou a notícia de que ele não poderia comparecer, porque estava preso e impedido de viajar pela ditadura militar que dominava o país.

Por aclamação dos convencionais, foi, então, dada a presidência de honra do Congresso a Rafael Caldera. Na cadeira do presidente, vazia, foi colocada a bandeira da Venezuela. E todos os oradores iniciavam seu pronunciamento dirigindo-se, cheios de emoção, ao companheiro ausente, para saudá-lo por sua participação corajosa na luta contra a violência e a opressão.

Derrubada a ditadura, Caldera participou das eleições como candidato à Presidência da República. E, com sua consciência democrática e visão de estadista, propôs aos candidatos um pacto solene de respeito ao resultado das urnas e de união de todos na defesa das instituições constitucionais incipientes.

O conhecido acordo do Ponto Fixo, firmado na residência de Caldera, foi o instrumento que assegurou a continuidade do regime democrático na vida pública da Venezuela.

E em todos os momentos difíceis e ameaçadores de crise institucional, na história recente do país, esteve sempre presente seu espírito público e sábia competência para advertir dos riscos da violência e para encontrar caminhos de entendimento capazes de assegurar a continuidade democrática.

E, ainda, em sua recente mensagem dirigida às câmaras legislativas de seu país, proferiu emocionado as seguintes palavras:

Tenemos que salvar el país. Tenemos que salvar la democracia, tan laboriosamente conquistada, porque sería una trágica aberración sostener que para salvar el país hay que sepultar la democracia. No hay trago, por amargo que sea que no este dispuesto a pasar si lo requiere el servicio a mi pueblo.

Nessas palavras sente-se a dramática validade da lição realista e profunda de Maritain:

A tragédia das democracias é que ainda não conseguiram realizar a democracia. Mas, apesar de suas imperfeições e de seus limites, a democracia é o único caminho por onde passam as energias progressivas da história humana.

O Congresso e o povo brasileiro agradecem a V.Exa. sua contribuição exemplar para a conquista das liberdades democráticas em nosso continente.

A BANDEIRA DA JUSTIÇA SOCIAL

Sua luta pela justiça social, no plano interno e no plano internacional, não se limitou ao campo das idéias e dos ensinamentos, mas tem aplicação coerente no terreno das realidades concretas.

No plano interno, Caldera foi em toda a sua vida um lutador, pela justiça social e pela causa dos trabalhadores. Foi redator da Lei do Trabalho, de 1936, que representou significativo avanço na conquista dos direitos sociais. Senador vitalício, lutou com perseverança durante muitos anos para afinal conseguir a aprovação da Lei Orgânica do Trabalho, que é um exemplo para os países latino-americanos.

Mas é no plano supranacional que sua doutrina da justiça social nas relações internacionais ganha o reconhecimento e admiração de todos os que acompanham os problemas do mundo contemporâneo com visão ética, solidária e humanista.

Além de aprofundar, em livros traduzidos para o inglês e o alemão, os princípios da justiça social internacional e estudar algumas de suas aplicações de maior importância, Caldera é um dos poucos estadistas atuais que não fechou os olhos para o grande problema da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Sua participação em grupos de estudos, constituídos por professores europeus e latino-americanos, e em congressos parlamentares dedicados a esse problema representou uma valiosa e corajosa contribuição para o esclarecimento objetivo do assunto e sua colocação em termos de justiça.

O noticiário internacional dá a impressão de que o problema da dívida externa está superado. Na realidade, ele continua atingindo todos os países em desenvolvimento e é um dos pontos de estrangulamento das suas economias, com o sacrifício de suas populações.

Os dados do Relatório da ONU (1995) revelam que a dívida externa dos países em desenvolvimento continua a crescer assustadoramente. Dobrou nos últimos dez anos, passando de aproximadamente 800 bilhões de dólares (1984) para 1,6 trilhão de dólares (1994). Em números: US\$ 1.600.000.000.000,00. E a dívida continua a aumentar. Só no último ano cresceu 100 bilhões de dólares.

Na América Latina os dados referentes à dívida externa, de acordo com dados da Cepal, são igualmente impressionantes: o montante da dívida reclamada pelos credores em 1980 era da ordem de 228 bilhões de dólares; de 1980 a 1990 o total de juros e amortizações pagos penosamente pelos países da região somou a importância de 418 bilhões de dólares; em 1994, em lugar de diminuir, o total da dívida atingiu o montante de 533 bilhões de dólares.

Em números redondos: a dívida era de 220 bilhões de dólares; foram pagos mais de 400 bilhões de dólares, e a dívida passou a ser de 533 bilhões de dólares. Situação semelhante à do cidadão que mandou inscrever no seu túmulo: “Viveu pagando e morreu devendo”.

Diante dessa situação, é evidente que o problema da dívida externa não pode ser colocado apenas em termos econômicos e financeiros. O mercado não pode ser a única lei. Há limites éticos, sociais e jurídicos que devem ser estabelecidos e respeitados. E aqui se aplica, com toda a sua significação, o princípio ético e jurídico da “justiça social nas relações internacionais”, na linha do pensamento pioneiro da Rafael Caldera.

E, coerente com seu pensamento, como presidente da Venezuela deu instruções à sua delegação junto à ONU, na última sessão, para que apoiasse, juntamente com a delegação brasileira, a proposta de um exame do problema da dívida externa diante das exigências do Direito Internacional e o encaminhamento de uma consulta ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia.

Esse caminho foi indicado pelo parlamento latino-americano e pelo parlamento europeu, em reunião conjunta realizada em Brasília (1995), e atende ao apelo do papa João Paulo II, dirigido à Assembléia Geral da ONU: “A justiça e o interesse de todos exigem que, em nível mundial, a situação da dívida externa seja enfrentada em todas as suas dimensões”.

A atitude corajosa de seu governo, presidente Caldera, foi uma luz diante da conformidade geral.

Em nome dos povos da América Latina e dos países em desenvolvimento, obrigado, presidente Caldera.

A BANDEIRA DA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A integração da América Latina é outra bandeira de nosso visitante.

Já em fins da década de 40, como um dos fundadores do Movimento de Montevideú, Caldera se colocou claramente na luta pelo processo de integração dos países da América Latina.

Em escritos, conferências, participação e reuniões do parlamento latino-americano, foi um defensor da realização histórica do velho sonho de Bolívar. Sua palavra e sua decisão sempre estiveram a serviço da formação progressiva de uma comunidade latino-americana de nações.

Compreendendo que o tratado do Mercosul é um ponto de partida para uma integração ampla do continente, Caldera vem desenvolvendo atuação decisiva no sentido da formação de um Merconorte, destinado a integrar a região andina, a partir de iniciativa pioneira do governo da Venezuela e do estreitamento de suas relações com o Brasil.

Como presidente da República e em caráter oficial, participou juntamente com os brasileiros das comemorações do 7 de Setembro de nossa independência. E, em reciprocidade, convidou o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, para receber a seu lado, em Caracas, as homenagens do povo venezuelano na data comemorativa de sua independência. Nessa oportunidade foram celebrados importantes acordos de integração no plano de estradas, fornecimento de energia elétrica e aprofundamento das relações em matéria de petróleo, com a perspectiva de criação de uma Petroamérica, destinada a unir os produtores de petróleo na América Latina.

Na mensagem ao Legislativo de seu país, o presidente Caldera informou: “As relações com o Brasil têm se intensificado de uma maneira cada vez mais promissora. O intercâmbio com os estados do Norte e do Nordeste tem sido um verdadeiro descobrimento”.

Esse entendimento está trazendo benefícios concretos à nossa região amazônica e representa importante passo no processo de subintegração da América Latina.

Essa integração está na linha das aspirações de nossos povos e constitui hoje um mandado imperativo de nossas constituições: “*El Estado promoverá (...) la integración política, económica, social y cultural de América Latina y la formación de una Comunidad Iberoamericana de Naciones*”, diz a Constituição venezuelana.

“A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de Nações”, determina a Constituição do Brasil.

É significativa a semelhança dos preceitos. Eles indicam a convicção cada vez mais ampla de que para a América Latina a opção é clara: integração ou atraso. E que é importante e urgente substituir o isolamento pela solidariedade.

PRESENÇA DA JUVENTUDE

Essa atuação competente e corajosa de Caldera não é apenas característica da sua maturidade. Ela tem raízes na sua juventude, em que liderou movimentos de ação política de inspiração social e humanista e foi membro do núcleo diretivo da União Nacional Estudantil, a UNE da Venezuela.

Para muitos, a juventude de hoje não tem bandeiras. Na realidade, os jovens se decepcionam com o oportunismo, a corrupção, a mediocridade. Mas, como disse o poeta Vinícius de Moraes: “O jovem é um condor que ama as alturas”.

Deles o presidente Caldera não se esqueceu na citada Mensagem ao Legislativo. Depois de festejar os triunfos obtidos pelos jovens esportistas e as orquestras juvenis do seu país, destaca “a importância de estimular

na juventude o culto aos valores humanos e democráticos fundamentais e o amor ao trabalho”.

Sr. Presidente, mais do que seus oportunos ensinamentos e palavras, valem para nossa juventude os exemplos de sua vida. Suas bandeiras são as bandeiras dos jovens de nossa América: a bandeira da democracia, a bandeira da justiça social e a bandeira da integração dos povos da América Latina.

Por isso os jovens do Brasil comparecem a este ato para homenagear e ouvir V.Exa.

São representantes da Juventude Latino-Americana pela Democracia, a Julad. Aqui estão para dizer que querem ouvi-lo e dar seguimento à sua caminhada. Seu lema é significativo e cheio de esperanças para nossos povos: “O futuro começa hoje, ele se chama juventude”.

Sr. Presidente Rafael Caldera, o Congresso Nacional e o povo brasileiro receberam a visita de V.Exa. como reafirmação da profunda amizade que une nossos governos e nossos povos.

Essa união é um passo importante no caminho histórico para a realização do sonho da Pátria Grande, de Bolívar, e para a constituição de um mundo mais humano, solidário, marcado pelas bandeiras da justiça e da liberdade.

Homenagem aos oitenta anos de André Franco Montoro

Diário da Câmara dos Deputados de 18/7/1996, p. 20391-3.

O Sr. Presidente (Wilson Campos) – (...)

Poucos souberam entrelaçar idéias e ações a serviço de seu país, com tanta regularidade, coerência e eficácia como Franco Montoro. Histórico defensor da descentralização democrática e do municipalismo, Montoro provou, durante sua passagem pelo governo de São Paulo, que esses ideais são eficazes e – mais que isso – revolucionários.

Ao governar o estado mais rico do país, Montoro adotou o princípio de não fazer nada que pudesse ser realizado pelos próprios prefeitos. Em vez de chamar a atenção para si por meio de obras majestosas e caras, distribuiu os recursos e estimulou as comunidades a decidirem, democraticamente, como aplicar o dinheiro que lhes era destinado.

Coroou, dessa forma, pela prática administrativa, sua tese de que cada cidadão deve ser tratado como um ser consciente de sua dignidade e valor, capaz de agir de forma racional e responsável, e não um mero objeto a receber passivamente benefícios e atenção concedidos pelo Estado. E deixou o governo de São Paulo com alto índice de aprovação popular pelo seu desempenho.

Assim é Franco Montoro: um idealista com pé no chão, um homem coerente que se dedica com felicidade, coragem, entusiasmo e competência a transformar em realidade seus sonhos de um Brasil mais justo.

Que sua admirável trajetória nesses oitenta anos de vida sirva de exemplo e inspiração a todos nós, que, como S.Exa., nascemos sob a estrela da vocação pública e temos o poder de mudar, para melhor, o nosso país.

Ninguém mais feliz do que Franco Montoro por também essa iluminação majestosa e presente que é sua musa, D. Luci, a quem rendemos nossas homenagens.

Numa concessão toda especial, passamos a palavra ao nosso homenageado, para falar do seu agradecimento.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Embaixadores, meus amigos, desejo agradecer, de início, ao amigo e companheiro Almino Afonso pela iniciativa sensibilizadora desta homenagem. Agradeço, igualmente, aos que fizeram intervenções tão generosas e a todos os presentes, pela homenagem de seu comparecimento.

Meus amigos, as experiências de 80 anos de vida, 60 de magistério e ação social e mais de 45 de atividade política, com seus acertos e erros, vitórias e decepções, levaram-me a lembrar de alguns valores e sonhos de minha vida pública, que se transformaram ou podem se transformar em realidade.

Eis os valores de minha vida pública.

O primeiro é o respeito à pessoa humana. Como valor fundamental da política, creio na dignidade da pessoa humana. Mas das pessoas concretas e vivas, que estão ao nosso lado, em nosso bairro, em nossa cidade e povoam a terra.

Minha filha Mônica, com a sensibilidade de artista, fixou esse sentimento:

E saiba que meu canto fica orgulhoso,
não por seres meu pai,
nem por seres meu irmão,
mas pelo respeito aos homens,
que me deixas de lição.

Se unirmos o Brasil em torno da idéia generosa de um desenvolvimento cujo centro seja a pessoa humana, impulsionaremos um movimento de transformações sociais e políticas que hão de marcar a nossa história.

A esse valor está ligada a ética da solidariedade. Para a transformação do quadro de miséria, injustiças e desigualdades que nos cercam, o primeiro passo é uma atitude ética de solidariedade. Não podemos aceitar os braços cruzados da indiferença burguesa, nem os gestos de violência dos fanáticos e intolerantes de qualquer raça ou ideologia ou religião. Em oposição à inconsciência dos fartos e à violência dos intolerantes, é preciso abrir os braços da fraternidade. Se somos filhos de Deus, somos irmãos. Do velho sonho da Revolução Francesa: “liberdade, igualdade e fraternidade”, só o espírito da fraternidade poderá conciliar as aspirações humanas de liberdade e igualdade. Porque a liberdade sem limites

leva à destruição da igualdade. E a igualdade imposta significa o esmagamento da liberdade.

O caminho para essa realização é a democracia, valor fundamental da vida pública a ser conquistado em esforço de todos os dias. Como adverte Maritain: “A tragédia das democracias modernas é que ainda não conseguiram realizar a democracia”. Mas apesar de suas imperfeições e seus limites, a democracia é o único caminho por onde passam as energias progressivas da história humana.

A descentralização é outro valor fundamental. Meu governo, em São Paulo, teve como lema “descentralização e participação”. A centralização do poder, o paternalismo e a tutela governamental têm sido a tradição de nossa história política e administrativa. Essa concentração de poderes é talvez o maior problema da vida pública brasileira. É preciso substituí-la pela descentralização da máquina do governo, aumentar progressivamente as responsabilidades e recursos dos estados-membros e sobretudo dos municípios como poder local – tornar o governo mais perto do povo.

A participação é fundamental. Descentralizar é fazer com que muitos participem. Para um desenvolvimento democrático, a palavra-chave chama-se “participação”. Ela é o caminho para superar a passividade de nossa gente. Participação é a idéia-força de um novo desenvolvimento. Ela abrange todas as formas de substituição do paternalismo autoritário pela cooperação maior ou menor dos setores interessados. A população e os diferentes setores da sociedade são os grandes interessados na solução efetiva dos problemas coletivos. São eles, também, quem melhor conhecem e sentem os problemas reais.

Cidadania – O crescente movimento de participação social está ligado à noção de “cidadania”, que não é apenas um direito, mas sobretudo tomada de consciência e responsabilidade social. Camadas cada vez mais amplas da população tomam consciência do caráter apenas “formal” das antigas fórmulas democráticas, que se limitam a assegurar o direito de voto de quatro em quatro anos, e passam a defender novas modalidades de participação ativa, que lhes permitam passar da condição de “súditos” para a de cidadãos, de espectadores passivos da história para seus agentes.

Estado – Dentro de uma perspectiva humanista e não-totalitária, o Estado é “meio” a serviço das pessoas e do bem comum, e não “fim” em si mesmo, como entidade superior aos direitos fundamentais do homem

e da sociedade, hoje expressamente reconhecidos no documento mais importante deste século: a Declaração dos Direitos Humanos.

Família – Entre esses direitos e valores fundamentais, a declaração coloca expressamente o reconhecimento da família como “núcleo natural e fundamental da sociedade” e seu “direito à proteção da sociedade e do Estado” (art. XVI).

Grupos Sociais – Ao lado da família, estão outros grupos sociais, como as múltiplas formas de associações, sindicatos, federações, universidades, partidos, modernas organizações não-governamentais voltadas para a defesa do meio ambiente, direitos humanos, crianças, jovens, mulheres, comunidades marginalizadas. Essas forças fazem a riqueza da vida social e são as grandes promotoras do bem comum do homem e do desenvolvimento. O meio ambiente é um dos valores cuja defesa deve unir governo e sociedade civil.

Subsidiaridade – Tudo que puder ser feito por uma comunidade menor não deve ser feito por um organismo de nível superior. As iniciativas e atividades locais estão mais perto da população e são por isso mais realistas, econômicas e eficientes. É preciso aproveitar esse imenso potencial da atividade dos recursos humanos da humanidade.

Daí decorrem cinco princípios de uma administração democrática:

- 1 – Tudo que puder ser feito pela própria sociedade deve ser feito por ela, e não pelo poder público.
- 2 – O poder público deve intervir só e sempre que for necessária sua atuação. Nem Estado mínimo nem Estado máximo, mas sim Estado quando necessário. E isso acentua-se sempre que for exigido do interesse público.
- 3 – Na intervenção do poder público deve haver uma ordem de prioridades. Em primeiro lugar, deve atuar o município. Tudo que puder ser bem feito pelo município deve ser feito por ele, e não pelo estado ou pelo Governo Federal.
- 4 – Da mesma forma, o estado só deve fazer o que não puder ser bem feito pela sociedade ou pelo município.
- 5 – E o Governo Federal só deverá fazer o que não puder ser feito pelos estados, pelos municípios ou pela sociedade. Terá as insubstituíveis e

elevadas funções de assegurar a defesa nacional, representar o Brasil nas relações internacionais, exercer a alta correção da política econômica e social do país, emitir moeda, legislar sobre matéria de interesse nacional, exercer ação regulamentar, sempre que exigida pelo interesse público, e, sobretudo, rigorosa ação fiscalizadora no tocante à moralidade e publicidade na aplicação de recursos públicos.

Reformas políticas – Considerando que é da política que dependem fundamentalmente as decisões da vida nacional, impõe-se realizar, como tarefa prioritária, algumas reformas políticas. Eu mencionaria três.

A primeira é a descentralização federativa, com progressivo fortalecimento do poder local. Governo mais perto do povo.

Segundo, a reforma eleitoral, com a adoção do voto distrital misto, em qualquer das suas modalidades que vincule o deputado à população que o elegeu.

E, terceiro, a modernização do sistema de governo, com a discussão e aprovação do parlamentarismo. Como diz expressamente o programa do PSDB:

O parlamentarismo é essencialmente um regime de programas, discutidos e definidos publicamente, com o apoio daqueles que representam a maioria da nação, ao contrário do presidencialismo, que tende a ser o regime unipessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político. A adoção do parlamentarismo representará um passo importante para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Na mesma linha, a reforma da Previdência Social não pode se limitar à discussão de benefícios. É necessária uma reforma estrutural. Trata-se de descentralizá-la e assegurar a participação dos interessados. Não se compreende que o Governo Federal dirija sozinho a Previdência Social. Ela deve ser entregue à direção conjunta de representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo – ser administrada democraticamente, como é a prática das nações civilizadas.

Outra bandeira que aqui foi lembrada é a integração da América Latina. Diante do mundo atual, em que os blocos se organizam continentalmente, é preciso que a América Latina se organize também como comunidade continental. Nossa alternativa é: integração econômica,

cultural, política e social dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

No plano das relações internacionais, o relatório da ONU sobre desenvolvimento humano, de 1996, reconhece que a globalização vai aumentar as diferenças entre ricos e pobres e afirma a necessidade de atuações no nível internacional para corrigir as desigualdades que se agravam. À frente dessas desigualdades, está a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento. O documento da ONU demonstra que grande parte do orçamento das nações em desenvolvimento é aplicada no pagamento da dívida externa. Algumas nações pagam por sua dívida externa cinco vezes mais do que aplicam na educação. Essa situação exige que a dívida externa seja exterminada, não apenas em termos econômicos e financeiros, mas também sociais, éticos e jurídicos, dentro dos princípios do direito internacional. Como disse François Mitterrand, no pronunciamento de Copenhague, que foi de certa forma o seu testamento político, “não podemos continuar vivendo num mundo em que uma especulação financeira, em qualquer ponto da terra, em quinze minutos, anule o trabalho de milhões de homens e mulheres”. Para esse abusivo comportamento financeiro, precisa haver um limite e este deve ser ético e jurídico. Por isso estamos trabalhando para que o problema da dívida externa seja examinado à luz do direito internacional e lutamos para que esse exame seja feito pelo Tribunal de Justiça Internacional de Haia.

Há um valor que de certa forma é a síntese de todos os valores e sonhos que têm alimentado minha vida pública: a justiça e seu corolário, a paz. Lutar pela justiça significa trabalhar para que o desenvolvimento do país seja feito com equidade e respeito à dignidade de todas as pessoas.

Meus amigos, vejo com satisfação que o respeito a esses valores une os diferentes partidos e companheiros que hoje me homenageiam. Essa união vem ilustrar a grande lição de Teilhard de Chardin: “Quando a gente se eleva, a gente se encontra”.

Acima de diferenças e interesses menores é importante lutar por grandes causas. Elas têm o poder de conquistar seguidores. E, pelo contrário, as pessoas sofrem quando são convidadas apenas para o medíocre.

Falamos muito em valores e sonhos. Quero concluir referindo-me às palavras de um grande líder e sonhador latino-americano, D. Helder Câmara: “Quando sonhamos sozinhos, é só um sonho; mas quando sonhamos juntos, é o começo de uma nova realidade”.

Vamos sonhar juntos, certos de que esse mundo de justiça e paz não será uma dádiva dos poderosos, mas uma conquista dos que souberam lutar pela justiça e pela liberdade.

Homenagem ao PSDB

Diário da Câmara dos Deputados de 26/6/1997, p. 17718-23.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que o PSDB comemora nove anos de sua fundação, é oportuno lembrar alguns dados sobre sua origem e seus compromissos partidários.

O PSDB nasceu da confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo. Nosso programa está sintetizado em três palavras: social, democrático, brasileiro. Não queremos a exploração do homem pelo homem. Nem a opressão do homem pelo Estado.

De início cabe uma pergunta de curiosidade histórica: por que “tucano”?

Em uma das reuniões preparatórias da formação do PSDB, em Brasília, em abril de 1988, a representação de Minas Gerais propôs que houvesse um símbolo para simplificar a identificação do partido e facilitar sua comunicação. E sugeriu que esse símbolo fosse um tucano.

Após acalorada discussão, a proposta foi aprovada, pela evidência das razões apresentadas. A figura do tucano tem três importantes significações:

- 1 – em primeiro lugar, o tucano de peito amarelo lembra a cor da campanha das eleições diretas – o amarelo – cor símbolo da luta pela democracia no Brasil;
- 2 – o tucano é um dos símbolos do movimento ecológico e da defesa do meio ambiente;
- 3 – é uma ave brasileira, característica importante para indicar nossa preocupação com as realidades nacionais de nossa terra e de nossa gente.

A figura do tucano tornou-se o símbolo/marca do partido. Passou a ser intensamente utilizada nas campanhas de comunicação. E os resultados amplamente positivos de sua utilização – atestados por pesquisas de opinião pública – confirmam o acerto da decisão tomada.

O NASCIMENTO DO PSDB

O PSDB nasceu da “confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo” (os textos entre aspas são do Manifesto e Programa do PSDB): trabalhistas, democratas cristãos, socialistas democráticos, liberais progressistas, quase todos participantes do antigo MDB, Movimento Democrático Brasileiro, a trincheira da luta contra a ditadura no regime militar.

O trabalhismo brasileiro, formado a partir das inspirações sociais de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, Marcondes Filho e outros, afirmando o primado do trabalho sobre o capital, trouxe para a legislação brasileira reconhecidas conquistas na área das relações do trabalho e da previdência social. Além disso a chamada “alma trabalhista” representa um sentimento de aspiração de justiça social, presente em muitas camadas da população brasileira.

Os democratas cristãos, inspirados no humanismo político de pensadores como Maritain, Lebreton, Mounier, Teilhard de Chardin, Alceu Amoroso Lima e na atuação histórica de líderes como Adenauer, De Gasperi e Schumann – que comandaram a reconstrução democrática da Europa no pós-guerra –, trouxeram para o partido a contribuição das idéias da participação comunitária e da ética da solidariedade.

Os socialistas democráticos trouxeram para o PSDB outra contribuição positiva da experiência européia. Na Europa duas grandes correntes dividiram os defensores das teses socialistas. Uma seguiu a tese da revolução armada, da ditadura do proletariado, do partido único para dirigir a luta operária, e caminhou para a Revolução Russa (1917), e daí em diante para a defesa das políticas e métodos soviéticos. Outra seguiu a tese da reforma do capitalismo pela via pacífica e eleitoral, defendendo os ideais socialistas de igualdade, justiça social, liberdade democrática e preservando o direito de propriedade e a economia de mercado socialmente regulada.

Os liberais progressistas, tendo à frente a figura do senador Afonso Arinos, contribuíram para fortalecer no partido a consciência da importância das liberdades democráticas e das leis do mercado, dentro de uma indispensável ação reguladora do Estado.

Em decorrência do caráter pluralista dessa convergência, a direção nacional do PSDB, por proposta do senador Fernando Henrique

Cardoso, solicitou sua admissão como “observador” nas Internacionais Socialista e Democrata Cristã.

Tendência semelhante de confluência de forças democráticas ocorreu no Chile, com a formação de uma frente integrada pelos democratas cristãos e socialistas, na luta contra a ditadura militar e, posteriormente, nos governos eleitos democraticamente de Patricio Aylwin e Eduardo Frei.

Igualmente, na Venezuela, a união de sociais cristãos e movimentos de esquerda elegeu Rafael Caldera presidente da República, e ele governa o país.

Movimentos semelhantes estão ocorrendo na Itália e em outros países da Europa e da América Latina.

Esses fatos explicam a observação do cientista político Bolívar Lamounier: “O velho ideal de partidos ideológicos e fortemente coesos – derivado em grande parte das lutas ideológicas européias do século passado e começo deste –, com certeza está em declínio” (*Crise ou mudança*, Ed. Papers nº 24, Fundação Adenauer, SP, 1996, p. 10).

Essas correntes, com as diversidades e matizes próprios, trouxeram para o partido a consciência comum de alguns valores e idéias-forças fundamentais, como:

- a democracia, como valor básico;
- a inconformidade com a injustiça social;
- a insubstituível função diretora do Estado;
- o federalismo, como descentralização e a participação da sociedade civil;
- o pluralismo e a ética da solidariedade.

Em primeiro lugar, para os tucanos a democracia é o valor fundamental da vida pública. Como diz Maritain:

A tragédia das democracias modernas é que ainda não conseguiram realizar a democracia. Mas apesar de suas imperfeições e de seus limites a democracia é o único caminho por onde passam as energias progressivas da história humana.

Inconformidade com a injustiça social vigente – Fernando Henrique define a socialdemocracia brasileira como:

Uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo por meio de reformas livremente consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático.

Os tucanos defendem a insubstituível função diretora do Estado. Entendem que o Estado é o responsável maior pelo bem-estar social, e que a sociedade civil organizada deve participar da promoção desse bem-estar. Defendem não o Estado mínimo nem o Estado máximo, mas, sim, o Estado quando necessário para a promoção do bem comum.

Não partilham com os liberais conservadores a crença no automatismo das forças de mercado. Nem pretendem, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar da população.

Federalismo, descentralização e participação. No manifesto de sua fundação, o partido se propõe a “redefinir o país como República Federativa, objetivando a desconcentração dos poderes, descentralização administrativa e do orçamento até o nível de municipalização das ações do governo”.

E, mais adiante: “Aprimorar o funcionamento das instituições por meio dos canais de participação popular no aperfeiçoamento constante da democracia”.

A luta contra a corrupção, a exigência de ética na vida pública e a afirmação da solidariedade como princípio norteador da ação política estão presentes desde o documento de fundação do partido: “Mais do que as palavras do programa, esperamos que valha o testemunho da vida pública dos que subscrevem este documento”. E, como disse o presidente Fernando Henrique na conferência proferida no *Indian International Center* em janeiro de 1996: “É chegado o tempo de tentarmos reintroduzir a ética da solidariedade nas formas de atuação do Estado e no conjunto da sociedade”.

PROGRAMA

O que o PSDB não é

Esses antecedentes mostram que o PSDB não é uma receita pronta, oferecida ao consumo dos eleitores, mas um caminho a ser aberto para a construção da democracia brasileira. Não é cópia de qualquer partido de outro país, transplantada para o Brasil. Não é um cartório para registro de candidatos às vésperas das eleições. Não é um balcão de negócios em que se trocam apoios por vantagens pessoais ou de grupos.

Como diz Hélio Jaguaribe, o programa dos tucanos “exclui o socialismo estatizante, o puro liberalismo de mercado e todas as modalidades de populismo” (personalista ou corporativista).

As diretrizes básicas do programa do PSDB foram assim definidas no documento de sua fundação, no plano político:

- 1 – Democracia. “O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB envidará todos os esforços, buscará alianças com outros partidos e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata.”
 - 2 – Participação e pluralismo. “A democracia moderna é participativa e pluralista. Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de idéias, culturas e etnias. Pressupõe, assim, o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade. Exclui os sectarismos e a violência política a qualquer título.”
 - 3 – Descentralização. “O PSDB se baterá pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação democrática dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público.”
-

- 4 – Reforma do Estado. “É preciso atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado, cuja necessidade todos reconhecem, mas em relação à qual se tem falado muito e agido pouco. É preciso que os recursos aplicados cheguem de fato à população carente, convertendo-se com a máxima eficiência em melhores condições de alimentação, saúde, educação, habitação, transportes coletivos e meio ambiente. Isso requer ação política tenaz do Executivo e do Legislativo nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor público.”
- 5 – Parlamentarismo. “O parlamentarismo fortalece os partidos e assegura ao Legislativo participação responsável nas grandes decisões nacionais. Permite mudanças de governo sem provocar crises institucionais. É essencialmente um regime de programas, discutidos e definidos publicamente com o apoio da maioria dos representantes da nação, ao contrário do presidencialismo, que tende a ser o regime do poder uni-pessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político. A adoção do parlamentarismo representará um passo importante para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.”

Na área social, temos:

- 6 – Justiça social. “Dimensão essencial da concepção democrática do PSDB é seu conteúdo social. A suprema injustiça social é a miséria. Num país com o grau de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil, não é só injusto, é indecente que mais de um terço da população viva na miséria absoluta. Pagar a dívida social do país para com esses brasileiros, no horizonte de vida da atual geração, é o objetivo maior do projeto nacional de desenvolvimento defendido pelo PSDB.”
 - 7 – Política de emprego. “Justiça social não se confunde com paternalismo. A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isso o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego.”
 - 8 – Defesa do trabalhador e autonomia sindical. “Aspecto dramático da dívida social brasileira é o aviltamento das condições de trabalho e remuneração
-

do trabalhador e dos proventos dos aposentados. O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato a entidades de grau superior.”

- 9 – Combate à exclusão social. “O PSDB lutará pela transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras e haverá de se incorporar à luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos.”
- 10 – Educação e cultura. “O PSDB lutará pela expansão do ensino público e pelo cumprimento do princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado. A gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino e a valorização dos educadores serão metas da política educacional do partido. A autonomia da universidade será defendida tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do país. A liberdade de criação e difusão da cultura serão defendidas na atuação política e praticadas na vida interna do partido, partindo do princípio de que a expressão artística e intelectual não pode estar sujeita a nenhuma forma de regulamentação limitativa nem à censura.”
- 11 – Seguridade social e saúde pública. “O PSDB preconiza, como condição essencial à concretização da justiça social, a construção de um sistema de seguridade social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana. A política de saúde pública, inscrita na de seguridade social, deverá enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização e a participação da comunidade.”
- 12 – O combate à inflação. “A inflação é incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento a longo prazo. O Brasil não poderá prosseguir por muito tempo na fuga para adiante em relação à espiral inflacionária. A inflação fomenta o investimento especulativo no lugar do produtivo, cas-

tiga os setores mais desprotegidos da população, dificulta o cálculo econômico, acarreta, enfim, instabilidade econômica e inquietação social.”

- 13 – Crescimento econômico e distribuição de renda. “O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e para a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isso não implica adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto. Implica, sim, saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos.”
 - 14 – Propriedade privada e cooperativismo. “A propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, e deve ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador. Nem por isso se pode desconhecer a multiplicidade das formas de organização da produção, mesmo no setor privado da economia, como é o caso das formas cooperativistas, que merecem reconhecimento e estímulo.”
 - 15 – Tecnologia, integração e soberania. “De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica e da eficiência aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de cartórios que exploram o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial. A soberania exige a definição das prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Só com prioridades claras saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o aberturismo irresponsável.”
 - 16 – Investimentos e reserva de mercado. “Com escassas possibilidades de captação de recursos no futuro imediato e com sua capacidade de poupança externa deprimida, o Brasil precisa ser altamente seletivo nos investimentos em pesquisa e recursos humanos e na absorção de tecnologias do exterior. Reservas de mercado formais ou informais são um recurso válido, nesse contexto, como medidas temporárias, nunca
-

como privilégio permanente para determinados setores ou grupos empresariais em detrimento do conjunto da sociedade.”

Na reforma agrária, urbana e meio ambiente, temos:

- 17 – A reforma agrária e política agrícola. “O PSDB defende uma política de reforma agrária que assegure a exploração racional da terra, subordinada à sua função social, que contribua para elevar os níveis de emprego e de renda dos trabalhadores rurais. Tal política terá de combinar tributação progressiva e desapropriações de acordo com as peculiaridades de cada região de modo a garantir melhor distribuição das terras.

Haverá de se combinar também critérios de conveniência econômica, equidade social e defesa do meio ambiente a fim de assegurar a modernização da produção e coibir formas selvagens de exploração da terra e da mão-de-obra, especialmente em áreas de fronteira agrícola e em zonas já intensamente ocupadas.”

- 18 – Política urbana. “O partido defenderá uma política urbana que conduza à redução da segregação social nas grandes cidades e à ocupação racional do solo, combatendo a especulação imobiliária mediante tributação progressiva e uma adequada política fundiária.”
- 19 – Preservação do meio ambiente. “O PSDB encara a preservação ambiental como um requisito básico do bem-estar social e um compromisso indeclinável com as gerações futuras. Usados como recursos a fundo perdido, os recursos naturais e o meio ambiente – incluindo o espaço urbano – se deterioraram numa escala assustadora no Brasil nos últimos decênios. Existe uma consciência crescente da gravidade dessa situação, sobretudo entre a juventude. Existe também uma repulsa generalizada às tentativas de usar a miséria de parte da nossa população e a premência do crescimento econômico como desculpas para a dilapidação dos recursos naturais e do meio ambiente.”

No plano internacional, ressaltamos:

- 20 – Presença ativa no cenário internacional. “O PSDB entende que a política externa tem uma importância estratégica para o desenvolvimento do país. O Brasil deve continuar a marcar sua presença no cenário in-
-

ternacional pelo diálogo e por formas de relacionamento externo baseadas na cooperação e na não-confrontação.”

- 21 – Integração latino-americana, dívida externa e paz mundial. “Os objetivos tradicionais de longo prazo da política externa brasileira – soberania, autodeterminação, segurança e integridade territorial – deverão ser afirmados no desempenho de um papel mais ativo de nossa diplomacia em questões como a integração latino-americana e a dívida externa, assim como nas gestões a favor da paz mundial.”

Força transformadora

Com esse programa, dentro das vicissitudes da vida pública, o PSDB vem crescendo na confiança da nação. Elegeu o presidente da República e governadores de grandes e pequenos estados. Conseguiu o quase milagre de reduzir a inflação de 5.000% para 20% ao ano, eliminando, assim, o “imposto inflacionário” que sacrificava os trabalhadores – com o confisco de até 50% de seus salários todos os meses – e beneficiava a especulação financeira dos poderosos.

Por tudo isso, o PSDB se afirma como a grande esperança para a realização das transformações sociais e políticas que o Brasil exige.

A fidelidade a esse programa impõe aos membros do partido duas exigências éticas fundamentais.

Primeiro, que os ocupantes de cargos públicos – governantes, legisladores, administradores – atuem com a consciência de que política é serviço público e não usufruto de vantagens pessoais ou de grupos.

Segundo, que os militantes, no exercício de sua cidadania, assumam seu papel de participantes, conscientes e críticos, na obra transformadora e urgente de promover o desenvolvimento do país em termos de justiça e de liberdade.

Finalmente, no tocante ao “social”, a principal bandeira do partido, nossa tarefa é despertar da “inconsciência os fartos” e assumir nossa responsabilidade social e política, coerente com a ética da solidariedade.

Formação do Movimento Parlamentarista Brasileiro

Diário da Câmara dos Deputados de 3/9/1997, p. 26228-33.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo hoje a tribuna da Câmara para anunciar a formação do Movimento Parlamentarista Brasileiro.

Cidadãos representantes da sociedade e de quase todos os partidos temos nos reunido para refletir sobre o aperfeiçoamento institucional de nossa vida pública. O elemento que nos une é a necessidade de mudança no sistema de governo do país e a procura de um novo modelo que seja, ao mesmo tempo, mais democrático e mais eficiente.

De certa forma, a reforma política é prioritária, porque é no campo da política, na sede do governo e do poder que se decidem os destinos do país. Parece-nos, por isso, importante a passagem de um sistema de concentração unipessoal de poderes para um sistema mais democrático, mais participativo e mais eficiente.

Matéria de tal relevância precisa ser levada a uma ampla discussão nos grandes setores da população brasileira como base para essa reforma. Com essa intenção, estamos lançando o Movimento Parlamentarista Brasileiro, em um encontro a ser realizado na Semana da Pátria, amanhã, no dia 3 de setembro de 1997, às 10h30, no plenário nº 2 das comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

Os objetivos do movimento e suas características fundamentais podem ser assim sintetizados:

- 1 – Caminho Democrático. O movimento considera que o parlamentarismo é o caminho para dar ao Brasil um sistema de governo mais democrático, mais transparente, mais estável e mais eficiente.
- 2 – Debate Nacional. Para isso, o movimento propõe-se a promover nas assembleias legislativas, câmaras municipais, universidades, sindicatos, associações e meios de comunicação ampla campanha de debates

e esclarecimento sobre a importância do sistema de governo para a solução dos problemas da população brasileira.

- 3 – Emenda Constitucional. O movimento acompanhará a tramitação regimental da Proposta de Emenda Constitucional nº 20/95, de iniciativa do deputado Eduardo Jorge, subscrita por mais de duzentos parlamentares. A proposta de emenda já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação quanto à sua constitucionalidade. Os passos seguintes são a formação da comissão especial incumbida da elaboração da emenda e sua aprovação pelo Plenário.
- 4 – Referendo. Aprovada a emenda pela Câmara e pelo Senado, ela será submetida ao referendo do eleitorado do país.
- 5 – Modelo. Caberá à comissão especial e ao Plenário definir o modelo a ser submetido ao referendo da população. A emenda proposta se aproxima do sistema vigente na França e em Portugal.
 - O presidente da República será eleito pelo voto direto da população e terá atribuições de chefe de Estado.
 - O primeiro-ministro – chefe de governo – e o gabinete de ministros serão nomeados pela Presidência da República, com aprovação da Câmara de Deputados, que representa a maioria da população brasileira.
- 6 – Programa. É essencial ao parlamentarismo a fixação de um programa de governo, apresentado pelo primeiro-ministro e aprovado pelo parlamento, com discussão pública e, portanto, aberta a sugestões e críticas de todos os setores da população.
- 7 – Administração estável. É também essencial ao parlamentarismo, para assegurar a continuidade da ação do governo, a existência de uma administração estável, de alto nível, nomeada por concurso e promovida por critérios objetivos.
- 8 – Queda do Ministério. Decorridos seis meses da posse do gabinete de ministros, a Câmara de Deputados, por motivo de interesse público, poderá votar moção de censura ao governo e decidir a substituição parcial ou integral do Ministério.

- 9 – Dissolução da Câmara. Nos casos de desvio grave ou crise insuperável, a Câmara dos Deputados poderá ser dissolvida, e convocada nova eleição para que o eleitorado mantenha ou substitua seus representantes. A dissolução da Câmara será decidida pelo presidente, ouvido o Conselho de Ministros.
- 10 – Transparência e participação. O parlamentarismo descentraliza o poder e assegura a transparência nas decisões do governo. Favorece, assim, a participação e fiscalização da população nos assuntos da vida pública.

Esses pontos poderão evidentemente ser modificados no debate realizado na comissão especial e no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

POR QUE PARLAMENTARISMO?

O parlamentarismo não é uma panacéia que resolva todos os problemas do país, mas é uma regra de jogo mais civilizada e mais democrática.

Entre o presidencialismo puro e o parlamentarismo clássico há múltiplos matizes que vêm sendo adotados nas democracias modernas.

A concentração unipessoal de poderes, comum nas repúblicas da América Latina e responsável pelo caudilhismo histórico da região, não encontra hoje similar em nenhuma nação desenvolvida.

França, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca e, em geral, as nações da Europa adotam o sistema parlamentar de governo com características próprias e diferenciadas. Inclusive no Leste Europeu todas as novas repúblicas adotaram como sistema de governo diferentes modalidades de parlamentarismo, adequadas sempre às circunstâncias de cada país. Parlamentarismo é o sistema de governo no Japão, no Canadá, na Austrália e na Índia.

E o presidencialismo dos Estados Unidos?

A apontada exceção dos Estados Unidos como modelo de presidencialismo exige uma reflexão mais séria. Ao contrário do que ocorre nos sistemas presidencialistas latino-americanos, o poder do presidente dos Estados Unidos tem importantes limitações.

O primeiro desses limites é representado pelo federalismo norte-americano, que confere amplos poderes legislativos, administrativos e

políticos aos estados. O poder autônomo dos estados restringe a ação do presidente.

Outra limitação é o conhecido poder do Congresso americano, inclusive na elaboração do orçamento. Para isso, o Congresso dispõe de um aparelhamento técnico de análise da receita e despesa que se equipara ao do próprio Executivo.

É conhecido também o notável poder da Suprema Corte, que desde os tempos do juiz Marshall atua fortemente como instituição garantidora da democracia norte-americana.

Além disso, nos Estados Unidos a nomeação de ministros depende da aprovação do Senado, e o presidente da República não tem poder de iniciativa em projetos de lei – não lhe é dado propor leis ao Congresso americano.

Esse quadro mostra como é distinto o presidencialismo americano dos presidencialismos latino-americanos e africanos.

No presidencialismo brasileiro, diz Rui Barbosa: “O presidente da República encarna o poder dos poderes, o grande eleitor, o grande nomeador, o grande contratador, o poder do bolso, o poder dos negócios, o poder da força”.

Ou, como dizia Raul Pilla, definindo a chamada “tradição presidencialista brasileira”, em discurso proferido nesta Câmara em 1959:

O que temos realmente no país é a ditadura do presidente da República. Ditadura constitucional... porque se esconde na lei.

Em face da onipotência presidencial, os demais poderes da República amesquinham-se, anulam-se. Perdem até o conceito de si mesmos.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre deputado Aécio Neves.

O Sr. *Aécio Neves* – Nobre deputado Franco Montoro, V.Exa. traz hoje à Câmara Federal a discussão de um tema, sobretudo para nós do PSDB, da maior relevância. Sabe muito V.Exa., até porque foi um dos inspiradores do nosso programa, que o PSDB propõe o parlamentarismo como sistema de governo mais adequado ao país. No momento, aqui, do lançamento desse movimento, traz novamente à discussão uma das questões, sem dúvida, mais relevantes a serem discutidas no cenário político brasileiro.

Quero que V.Exa. saiba que o nosso partido estará sempre à disposição para esse debate, na certeza de que esse seria o avanço institucional de maior relevância entre todos aqueles que estamos hoje buscando trazer para o Brasil. Portanto, como líder do partido de V.Exa., cumprimento-o por alertar a nação de que ainda está em tempo, sim, de reavivarmos essa discussão, que é, acima de tudo, extremamente patriótica.

O SR. FRANCO MONTORO – Deputado Aécio Neves, agradeço a V.Exa. o importante aparte e apoio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o autoritarismo pessoal e a rigidez do sistema presidencialista no Brasil foram acompanhados de uma longa história de golpes e revoluções. Os fatos são impressionantes: insurreições revolucionárias em 1922 e 1924, Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, Golpe de Estado em 1937, com a extensão da ditadura de Getúlio Vargas e seu suicídio em 1954, renúncia de Jânio Quadros em 1961, deposição de João Goulart em 1964, regime militar até 1985, *impeachment* de Collor em 1992, com a explosão do escândalo de corrupção de PC Farias.

Durante esse período – pasmem! –, apenas um presidente civil da República, diretamente eleito pelo povo, completou normalmente o seu mandato: Juscelino Kubitschek.

Comparem-se essas sucessões de crises e golpes com a pacífica sucessão de governos operada recentemente na Espanha, na França, na Inglaterra, na Itália e em Portugal.

Ouç o nobre deputado Eduardo Jorge.

O Sr. *Eduardo Jorge* – Deputado Franco Montoro, quero apartear-lo pela importância do seu pronunciamento e para alertar a Câmara dos Deputados de que esse tema que V.Exa. traz à discussão no plenário, chamando os deputados para o lançamento do Movimento Parlamentarista Brasileiro amanhã, às 10h30, na sala 2 das comissões, poderia ser analisado de um ponto de vista estreitamente conjuntural, e que se ouvissem opiniões situacionistas ou oposicionistas sobre a oportunidade ou não de se discutir esse tema. Mas o que quero ressaltar, sendo V.Exa. um deputado que apóia o governo, e eu um deputado que faz oposição ao governo, é que esse tema está muito acima desse debate meramente conjuntural. Ele está situado, como bem disse o líder do PSDB, num patamar patriótico de aperfeiçoamento da democracia no Brasil, na sua descentralização, na transparência, na sua maior eficiência. Mas o nível

de debate utilizado por V.Exa. – e que amanhã, às 10h30, na sala 2, terá certamente o mesmo tom – ressalta a oportunidade do seu discurso. Além do mais, outro aspecto importante é o ensejo de uma reforma política como essa incidir no dia-a-dia do cidadão brasileiro. Muito do que os situacionistas se queixam e muito do que os oposicionistas criticam advém da ineficiência do presidencialismo e de ficar o Congresso Nacional atrelado a esse regime. Os aspectos abordados por V.Exa., deputado Franco Montoro, fazem com que eu lhe dê os parabéns e o meu abraço. Desejo-lhe sucesso. O fato de V.Exa. anunciar tal movimento é importante aval para o alto nível da campanha no país.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte. Especialmente, há necessidade de colocar o problema em alto nível, acima de discussões menores, acima de divergências partidárias.

Diante desse quadro, que acabamos de apontar, não podemos ver apenas a situação de estabilidade do atual governo. Precisamos pensar nas próximas gerações e no futuro do país, que exige um regime mais estável, mais civilizado e democrático.

O Sr. *Alexandre Cardoso* – Deputado Franco Montoro, V.Exa. em seu pronunciamento faz a história do parlamentarismo ou um resumo da história do parlamentarismo. Desejo apenas lembrar V.Exa. de um item. Hoje estamos falando na globalização, e o país tem de dar respostas rápidas a uma série de mudanças por que passa o mundo. Não há como o presidencialismo responder de forma ágil a essas mudanças. Em função da modernidade em que vive o mundo, talvez esse seja o fato mais atual em defesa do parlamentarismo: a rapidez das respostas que teremos de dar às mudanças por que passa o mundo. Então, deputado Franco Montoro, em nome do Partido Socialista Brasileiro – dizemos que isso faz parte do programa do nosso partido –, estamos apoiando integralmente a formação do Movimento Parlamentarista Brasileiro, inclusive pedindo aos líderes dos partidos que indiquem seus membros para a constituição de comissão especial, já que a emenda do deputado Eduardo Jorge foi aprovada. Dessa forma, poderemos dar uma resposta ágil e imediata à sociedade, que tanto espera deste parlamento. Parabéns a V.Exa. pela luta. E digo-lhe que o Partido Socialista Brasileiro está integrado a esse movimento.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte, o apoio partidário e a lembrança oportuna da importância da significação do parlamentarismo no atual momento de globalização.

Ouçó, com prazer, o nobre deputado Luiz Gushiken.

O Sr. Luiz Gushiken – Deputado Franco Montoro, em primeiro lugar, registro a lucidez e a coragem de V.Exa. A bem da verdade, muita gente acha que o parlamentarismo é um debate sepultado. Com a experiência que tem, ao vir a esta Casa chamar-nos a atenção para um fato em curso – o da ultracentralização do poder político –, V.Exa. repõe discussão fundamental para a nação brasileira. Tem a coragem de levantar tal tema num momento em que a própria atividade política se vê mergulhada no total descrédito da população. Parabenizo-o por isso, torço para que o movimento do qual V.Exa. se apresenta como patrono tenha o maior sucesso, porque diz respeito não a esta Casa, mas à maneira mais eficaz de gerir a política num quadro verdadeiramente democrático.

Meus parabéns!

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. as palavras e lembro que essa tarefa não é de uma única pessoa, mas realmente de todos nós.

Ouçó, com prazer, o nobre deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Deputado Franco Montoro, solidarizo-me com V.Exa. Seu discurso é uma aula histórica que marca este instante da vida política brasileira. Por isso merece nossos aplausos.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa.

Ouçó, com prazer, o deputado João Almeida.

O Sr. João Almeida – Deputado Franco Montoro, cumprimento V.Exa. pelo discurso de lançamento do Movimento Parlamentarista. Quem conhece V.Exa. sabe muito bem que sua vida tem sido marcada por iniciativas ousadas que exigem a têmpera dos homens com o objetivo permanente de ver o país melhor e pela persistência na busca da prevalência de idéias valiosas. V.Exa. está de parabéns.

Esta Casa vive hoje um grande dia. Nós, que participamos da discussão dessas idéias com V.Exa., estamos muito felizes por saber que o movimento se inicia e que poderemos propagar essas idéias tão importantes por todo o país.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa.

Ouçó, com prazer, a nobre deputada Yeda Crusius.

A Sra. Yeda Crusius – Deputado Franco Montoro, tenho um depoimento pessoal a fazer, mas antes o parabenizo também por lançar novamente movimento que busca um grau de civilidade maior nas relações políticas no Brasil, o movimento parlamentarista. V.Exa. já conhece meu depoimento, mas gostaria de fazê-lo. Minha primeira experiência partidária foi no PSDB. Além das lideranças que formaram o PSDB original, o grande motivo que levou a mim e a milhares de outras pessoas a se associarem a essa sigla foi o contido no estatuto do partido: a defesa intransigente do parlamentarismo. O seu movimento não se prende a uma sigla partidária. Por isso, parabenizo-o e chamo esse movimento de seu. Ele se amplia a todos os que crêem que o parlamentarismo aumente o grau de desenvolvimento das relações políticas no país. Com este registro pessoal, do meu ingresso na vida político-partidária, parabenizo mais uma vez V.Exa. e todos os que o acompanham pela grande defesa do parlamentarismo, independentemente de sigla partidária, e pelo lançamento deste movimento. Muito obrigada.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte e ouço, com prazer, o deputado Neiva Moreira.

O Sr. Neiva Moreira – Deputado Franco Montoro, solicito ao Sr. Presidente, deputado José Maurício, que dê a interpretação mais elástica possível ao regimento interno, para que possamos ouvir a conclusão do seu notável discurso. Sou presidencialista, não sou parlamentarista, mas acho que é importante haver um debate desta altura, que honra o Parlamento brasileiro.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte e ouço, com prazer, o deputado Welson Gasparini.

O Sr. Welson Gasparini – Deputado Franco Montoro, gostaria de registrar que aos dezessete anos, quando ingressei na vida pública, na Juventude Democrata Cristã, tive em V.Exa. um grande líder. Ontem, em São Paulo, ao ver sua liderança em definições precisas sobre as grandes linhas da socialdemocracia nos próximos tempos no Brasil, e hoje, ao ouvir o seu pronunciamento sobre a luta parlamentarista, sinto-me como todos os membros do PSDB e desta Casa em geral: honrado em ter em V.Exa. um exemplo do que deve ser um líder e um político neste país. Parabéns.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa. o aparte.

A objeção contra o parlamentarismo é o plebiscito de 1993. É certo que, no plebiscito de 21 de abril de 1993, o parlamentarismo sofreu

uma derrota. Naquela oportunidade, a direção nacional dos tucanos, em nota oficial, reconheceu democraticamente o resultado das urnas e reafirmou sua disposição de prosseguir na luta pelo aperfeiçoamento da nossa democracia com futura introdução do sistema parlamentar de governo. E denunciou alguns vícios e limitações da consulta.

- 1 – Lembrou, em primeiro lugar, que o plebiscito de 1993 oferecia uma proposta vaga e indefinida de parlamentarismo, que poderia, inclusive, ser monárquico.

O Sr. Presidente (José Maurício) – Deputado Franco Montoro, a Mesa concederá sete minutos de prorrogação para que V.Exa. conclua o discurso, em homenagem ao tema que traz à colação.

O SR. FRANCO MONTORO – Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Naquela ocasião, o professor Francisco Weffort, atual ministro da Cultura, advertia: “O povo vai escolher entre parlamentarismo e presidencialismo, mas o conteúdo da escolha, isto é, a forma do sistema vencedor só se definirá depois pelos membros do Congresso”. Era uma espécie de “cheque em branco” para o Congresso. “Seria melhor” – comentou José Serra – “que, em vez de plebiscito, tivéssemos um referendo, no qual a população votaria ‘sim’ ou ‘não’ a um projeto concreto de sistema de governo” (*Reforma política no Brasil*, p. 31).

- 2 – A Executiva Nacional lembrou ainda a histórica pressão dos governos para impedir a diminuição dos seus poderes. Como é sabido, os presidentes da República do Brasil, com todo o seu poder, têm-se oposto à implantação do parlamentarismo.
- 3 – Denunciou também a pressão dos grandes interesses econômicos e financeiros, que, em suas pretensões, preferem entender-se com uma só pessoa que concentre todo o poder.
- 4 – Lembrou, ainda, essa influência sobre os grandes meios de comunicação e, especificamente, um fato da maior importância: durante a campanha do plebiscito, uma novela desmoralizadora do parlamento e do parlamentarismo foi exibida pela TV, com repercussão em todo o país.

Com esses antecedentes, o presidencialismo foi vitorioso. Mas, em relação ao plebiscito anterior (1963), o número de votos parlamentaristas cresceu extraordinariamente: passou de 2 milhões para 16 milhões de eleitores; em termos relativos, passou de 13% para 25%.

Como adverte a nota da Executiva Nacional, “o debate sobre o parlamentarismo serviu para conscientizar os brasileiros, especialmente nossa juventude, preparando o país para as mudanças que haverá de acontecer”.

Desde então, a vida pública brasileira sofreu grandes modificações com o avanço dos meios de comunicação e outros fatores. Cresceu o grau de esclarecimento e conscientização da opinião pública.

Aumentou a organização da sociedade, a mobilização dos movimentos civis e sua participação nos acontecimentos nacionais.

De outra parte, candidatos marcadamente parlamentaristas tiveram votações consagradoras. Fernando Henrique, presidente e líder do partido parlamentarista, foi eleito presidente da República, recebendo o apoio e o voto direto de mais de 34 milhões de brasileiros. Da mesma forma foram eleitos com milhões de votos governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores tucanos em todo o país.

Hoje, com a experiência e o amadurecimento de nossa vida pública, a aprovação das primeiras reformas políticas e a presença no poder de um presidente convictamente parlamentarista, que não impedirá a livre manifestação dos congressistas e da nação, abre-se o caminho para uma campanha de esclarecimento e elaboração, em termos precisos, de uma proposta parlamentarista adequada à nossa realidade, a ser aprovada pelo Congresso Nacional e submetida a referendo da população brasileira.

No estudo sobre democracia no Brasil, Bolívar Lamounier diz:

Os cientistas políticos estão cada vez mais convencidos das vantagens do parlamentarismo para a continuidade e o aperfeiçoamento da democracia, mas reconhecem a dificuldade de sua introdução no Brasil por razões políticas e culturais.

Quais são essas razões? Elas serão insuperáveis? Estarão ligadas a nossa tradição autoritária e presidencialista?

Essas ponderações têm seu fundamento, mas nos levam a formular algumas perguntas que invertem os dados da questão: será que o parla-

mentarismo é o sistema de governo do primeiro mundo e, portanto, não serve para nós? Será que o povo brasileiro não está preparado para o parlamentarismo? Será que devemos conformar-nos com a tradição paternalista e passiva de grandes setores de nossa vida pública, que jogam suas esperanças no aparecimento de um “guia providencial” ou de um “salvador da pátria”? Ou devemos partir para uma ação transformadora, capaz de despertar a consciência dos múltiplos setores da vida nacional para uma realidade fundamental, a de que só haverá solução efetiva para os problemas do nosso povo com a participação cada vez mais consciente e organizada da própria população?

É preciso substituir a passividade pela participação. E é preciso lembrar que a transparência e a descentralização do poder, no sistema parlamentar, são os melhores caminhos para o crescimento dessa participação.

Não é hora de desanimar, mas de trabalhar para a construção de uma democracia cada vez mais participativa, caminho único para a elevação da consciência cívica e da qualidade de vida de nossa população.

Essa é a tarefa que nos propomos enfrentar, certos de que seu êxito não será uma dádiva dos poderosos, mas a conquista dos que souberem lutar pela justiça e pela liberdade.

Previdência Social

Diário da Câmara dos Deputados de 7/2/1998, p. 3425-6.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o problema da Previdência Social está sendo discutido apaixonadamente no Congresso Nacional, com repercussões em todo o país.

A meu ver existe, entretanto, um desvio do problema fundamental da Previdência. Não se trata apenas de discutir este ou aquele benefício. O que está errado é a estrutura da Previdência Social. Não é admissível a centralização de toda a Previdência em mãos do Estado. É a própria Constituição brasileira que determina, de forma clara, que:

Compete ao poder público organizar a seguridade social com base nos seguintes princípios: em primeiro lugar, o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados.

Esta é a grande reforma que precisa ser feita.

Em defesa dessa posição, que depende de regulamentação a ser feita pelo Congresso Nacional, apresentamos, já há algum tempo, projeto de lei estabelecendo a direção colegiada da Previdência Social e sua descentralização, de forma que houvesse uma direção nacional da administração da Previdência integrada por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo. Em cada estado a Previdência também seria dirigida por um conselho estadual dirigido por três trabalhadores, três empresários e três representantes do governo daquele estado, indicados pelas respectivas categorias profissionais.

Da mesma maneira nos municípios. Em lugar do atual sistema, em que a Previdência é dirigida por um funcionário nomeado pelo presidente do INSS, por critérios quase sempre políticos, a Previdência deveria ser dirigida por um conselho integrado por três trabalhadores, três empresários e três representantes do governo regularmente indicados.

Essa solução corresponde à tradição internacional em matéria de seguridade social. Para citar alguns dados menciono, em primeiro

lugar, a grande experiência, altamente positiva, da OIT, Organização Internacional do Trabalho, que propõe – de forma hoje consagrada – a solução tripartite. Qualquer problema que diga respeito às relações de trabalho deve ter uma solução compartilhada por esses três setores: trabalhadores, empresários, governo. Várias conferências internacionais estabelecem essa exigência. A administração da seguridade social no exterior é sempre feita com efetiva participação dos empresários, trabalhadores e governo. Essa é a tradição em todas as nações democráticas, em países com os mais diversos níveis de desenvolvimento. Eis a relação, ainda incompleta: Alemanha, Barbados, Bélgica, Birmânia, Bolívia, Bulgária, Burundi, Chipre, Cingapura, Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Dinamarca, El Salvador, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda... e segue a relação até concluir com a Venezuela.

Os benefícios da participação dos empregados e empregadores na direção do órgão da Previdência são universalmente reconhecidos. Será que os trabalhadores e empresários brasileiros não têm a mesma competência, idoneidade, capacidade e interesse para participar da administração da sua Previdência Social? Os contribuintes da Previdência são trabalhadores e empresários. Dezenas de bilhões de reais são pagos anualmente por eles. Entretanto, não têm nenhuma influência na direção desses organismos.

No Brasil, a história da Previdência Social está ligada a essa participação. A primeira lei da Previdência Social no Brasil foi a famosa Lei Eloy Chaves, que, em 1923, instituiu a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários, cuja direção era feita com a participação de representantes da direção da empresa e dos ferroviários, indicados pela respectiva categoria.

Essa foi a tradição brasileira consolidada pela Lei Orgânica da Previdência Social. Mas, em 1964, com o governo autoritário, deu-se a ruptura dessa tradição democrática. Em 1966, por meio do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro daquele ano – decreto que foi editado com base no Ato Institucional e à revelia do Congresso Nacional, na linha da orientação autoritária e centralizadora dominante –, unificaram-se todos os institutos existentes num único Instituto Nacional de Previdência Social, o INPS, e submeteu-se o sistema ao regime do comando exclusivo de um dirigente nomeado pelo presidente da República. Eliminou-se, assim, a antiga divisão: o IAPP, dos bancários; o IAPC, dos comerciários; o IAPM, dos marítimos; e outros que eram administrados com a parti-

cipação dos trabalhadores e empresários da área. A ditadura achou que o governo sozinho resolveria o problema: unificou os institutos e estabeleceu a direção centralizada.

Quais foram os resultados da direção exclusivamente governamental e da eliminação da participação dos interessados?

A opinião pública de todo o país é testemunha da sucessão de escândalos, fraudes, casos de corrupção administrativa, desvios de importâncias bilionárias, irregularidades no pagamento de indenizações, aposentadorias fantasmas, sonegação fiscal, comercialização de certidões negativas de débitos falsificadas, cessão irregular e locação de imóveis da Previdência Social por preços irrisórios.

Esse resultado, claramente ligado à gestão administrativa centralizada – porque a centralização convida e facilita a corrupção – exige uma mudança estrutural. Como decorrência dos fatos, que são de conhecimento público, há foragidos que estão sendo perseguidos pela Justiça porque furtaram a Previdência Social, há irregularidades em todos os municípios. Eu me lembro de uma carta que recebi de um grupo de vereadores e trabalhadores de Jundiaí, dizendo:

Se a Previdência Social estivesse sob a nossa direção, aqui a situação seria totalmente diferente. Um dos maiores hotéis da cidade é de propriedade do INSS. Está alugado por uma importância correspondente a alguns maços de cigarro e vai da Rua do Rosário até a rua do lado contrário. Vale milhões e está alugado por uma insignificância. Se depender da fiscalização local, esses abusos desaparecerão.

Essa é a grande reforma que deve ser feita. Ultrapassada a fase dolorosa a que estamos assistindo, é preciso que todos convirjam para essa necessidade fundamental de devolver a Previdência Social aos seus legítimos interessados. Porque então, no caso, faz-se o cálculo atuarial. Há ou não recursos suficientes para cobrir esse ou aquele benefício? O problema não é de maioria ou de minoria. O problema é objetivo. Há recursos suficientes, eles serão aplicados. Não há recursos, o benefício não poderá ser concedido. Essa é a tradição internacional adequada à natureza da Previdência Social.

Com esse objetivo, o projeto que apresentamos estabelece alguns pontos fundamentais que, parece-me, poderão servir para uma convergência na discussão séria e objetiva da organização da Previdência Social, que interessa a milhões de trabalhadores de todo Brasil.

(...)

Diretas Já

Diário da Câmara dos Deputados de 20/5/1999, p. 22369-72.

O SR. FRANCO MONTORO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais participantes desta sessão solene, é de justiça em primeiro lugar render a nossa homenagem ao autor desta iniciativa, deputado Lino Rossi.

Se a História é a mestra da vida, cultivá-la é receber, manter e lembrar as grandes lições. A memória é essencial à vida de um povo, especialmente a de uma democracia.

A campanha das Diretas foi um dos episódios mais emocionantes e importantes da nossa história por duas razões fundamentais: primeiro, por que foi um movimento de mobilização popular do qual participaram, com entusiasmo e vibração, todos os setores da sociedade civil; segundo, porque foi um movimento vitorioso, ou seja, produziu resultados. Foi o movimento que derrubou a ditadura no Brasil.

A ditadura não caiu por meio de golpe ou de contragolpe de Estado. Foi o povo nas ruas que forçou a maioria do Colégio Eleitoral a atender àquela reivindicação popular. Foi a campanha das Diretas que derrubou a ditadura militar que dominava o país desde o golpe de 1964. E essa campanha não foi um movimento isolado em nossa história. Ela teve antecedentes e tem conseqüências e efeitos de valor, os quais devem ser lembrados neste momento.

Dentro da limitação de tempo que tenho, vou procurar sintetizar os antecedentes.

O primeiro, sem dúvida, foi a fundação do Movimento Democrático Brasileiro, que uniu brasileiros de todas as tendências que se dispunham a, juntos, lutar pela derrubada da ditadura. Foi uma decisão séria e bastante controvertida. Muitos acreditavam que fazer um movimento, criar um partido, naquele momento, seria coonestar a ditadura. Mas nós e muitos outros – vejo alguns dos companheiros presentes, como o deputado Alceu Collares – sustentávamos que, se havia uma trincheira de luta, um lugar para lutar, era preciso ocupá-lo, e o ocupamos. Isso em 1966.

Em 1974, esse Movimento Democrático Brasileiro, que não era um partido, mas um movimento que reunia todas as tendências, teve sua

primeira vitória – e foi a primeira derrota da ditadura. A ditadura, o governo autoritário, foi derrotada em dezesseis estados do Brasil, e foram eleitos dezesseis senadores da oposição. Alguns historiadores, ao examinar a luta contra a ditadura, mencionam este como o primeiro momento da luta com aspectos de vitória no combate à ditadura.

Outro episódio importante, historicamente da maior significação, foi a proposta, afinal aprovada de forma indireta, da emenda constitucional que restabeleceu a eleição direta de governadores, contra o famoso AI5, que havia criado a figura ridícula dos governadores biônicos. E em 1982 o eleitorado do Brasil elegeu dez governadores da oposição em importantes estados do país. Era mais um passo nessa luta.

Trouxe e distribuí a todos os presentes os remanescentes de uma publicação minha que relembra a primeira fase da luta para as eleições diretas para governador.

Na página 23 desse documento, lembramos a história relativa à farsa biônica:

Para assegurar a continuidade do sistema de poder centralizado e autoritário, o presidente da República, após fechar o Congresso Nacional, alterou de forma arbitrária as normas constitucionais vigentes e estabeleceu um conjunto de medidas casuísticas que ficaram conhecidas como “pacote de abril”.

A esses, o povo e a imprensa, na sua intuição simples e sábia, passaram a denominar senadores e governadores “biônicos”. Alguns líderes do governo estranharam e tentaram desmoralizar a denominação e protestaram contra seu uso. Mas o povo tem razão.

Por que biônico? Exatamente porque, como o homem biônico dos programas de televisão, esses personagens estão sendo fabricados artificialmente pela máquina de governo.

Continuando, temos na página 24 o exemplo de São Paulo:

Nas últimas eleições gerais para a Assembléia Legislativa, a Câmara Federal e o Senado, a população do estado deu mais de 70% dos votos ao MDB e apenas 30% à Arena. Entretanto, no Colégio Eleitoral instituído pelo “pacote de abril”, para a escolha dos governadores e senadores

“biônicos”, por esse processo, a Arena terá 1001 votos e o MDB 250. Isto é, os 70% se transformam em 30% e os 30% em 70%.

A autoridade determinava, e foi aqui, no Congresso Nacional, que surgiu a emenda em cuja apresentação há texto que merece ser lembrado:

POR QUE ELEIÇÕES DIRETAS JÁ?

- 1 – Para acabar com a farsa “biônica”.
- 2 – Para que não se continue usurpando o direito de o povo eleger seus governantes e seus representantes.
- 3 – Para que a comunidade nacional passe da “passividade tutelada” para a “participação responsável”.
- 4 – Para que tenhamos um governo voltado para o povo e não para os interesses de grupos privilegiados.
- 5 – Porque só um governo com raízes será capaz de promover o verdadeiro desenvolvimento nacional.
- 6 – Porque só com eleições diretas haverá verdadeira segurança e pacificação no país.

Esses documentos históricos relembram, neste dia de memória, aqueles fatos, e explicam como aquele movimento cresceu – ou seja, com a apresentação dessa emenda que restabeleceu as eleições diretas de governadores. Esses episódios estão neste livro que escrevemos e do qual citamos algumas páginas. E ao citar os fundamentos, o projeto lembra o princípio vigente desde a queda da monarquia.

Na página 25, vamos encontrar o fundamento dessa emenda e dessa luta. O princípio vigente, desde a queda da Monarquia, é de que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Princípio esse afirmado na generalidade das Constituições modernas e que se vincula, num plano mais elevado, à própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assim dispõe, em seu art. 21: “A vontade do povo será a base da autoridade dos governos”.

Com esse fundamento, criou-se um movimento de opinião pública. Mas, como na Emenda Dante de Oliveira, a emenda foi rejeitada mais uma vez. Porém, era tão grande o impulso que a opinião pública e o próprio Congresso Nacional refletiam desse fato que o próprio governo, pouco depois, por meio do seu líder, apresentava uma emenda semelhante, que afinal foi aprovada. Realizaram-se então as eleições de 1982.

Nessas eleições – a base da campanha das Diretas –, a oposição elegeu dez senadores, inclusive nos grandes estados do Brasil: nove do MDB e um do PDT, Leonel Brizola. Eleitos os governadores, começou um movimento de opinião pública.

Agora, menciono um fato conhecido: houve uma reunião na casa do José Lins, um mecenas do Rio de Janeiro – um jantar com a presença de artistas, jornalistas, intelectuais, para o qual eu havia sido convidado. Eu, governador recém-eleito, respondia às perguntas que eram feitas. Em determinado momento, o jornalista e escritor Oto Lara Resende deu um murro na mesa e, de forma até um pouco violenta, disse: “Governador, os senhores não foram eleitos para administrar apenas farol alto! Os senhores foram eleitos para dar seguimento à luta pela democracia!” Aceitei, evidentemente, as palavras de Oto Lara Resende como colaboração.

Eu disse: “Estou respondendo a perguntas que me foram feitas, que são sobre administração. Mas concordo com você. Realmente, a nossa responsabilidade maior, para dar continuidade ao apoio que o povo nos deu, é dar seguimento a essa luta”. E disse mais: “Na próxima semana terei encontro com Tancredo Neves em Poços de Caldas e vou levar o recado dos artistas e dos intelectuais do Brasil que estavam reunidos no Rio de Janeiro”.

Aqui se vê, mais uma vez, a importância do artista. Fafá de Belém, por exemplo, acompanhou desde o início esse movimento, e acaba de lembrar, nessa execução maravilhosa do Hino Nacional, o aspecto entusiástico e heróico daquele momento, que foi um movimento do povo brasileiro.

Realmente, dias depois, fui a Minas Gerais, como governador recém-eleito de São Paulo, visitar Tancredo Neves e participar de uma inauguração em Poços de Caldas. Levei aquela proposta com o recado do artistas do Rio de Janeiro. Publicamos ali um documento chamado A Declaração de Poços de Caldas, contendo a seguinte redação, que transcrevo, pela importância histórica:

Os governadores de São Paulo e de Minas Gerais, reunidos em Poços de Caldas, estabeleceram os seguintes pontos para uma ação conjunta:

- 1 – Empenhar-se, juntamente com os governadores de todos os estados, numa campanha nacional pela eleição direta do presidente da República.
- 2 – Propor que, além dos governadores, se engajem nessa campanha congressistas, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e representantes dos diversos setores da sociedade civil.
- 3 – A campanha pela eleição direta do presidente da República deve ter caráter suprapartidário e representar a ampla mobilização nacional, com a participação dos partidos e de toda a população do país.
- 4 – Não se deve cogitar, por enquanto, da candidatura à Presidência da República, para não enfraquecer a luta pela eleição direta. Todas as forças devem ser concentradas na campanha pelo reconhecimento do direito que o povo tem de ser ouvido.

Essa declaração teve importância muito grande e marcou a diferença de movimentos que haviam sido feitos – dois ou três movimentos haviam sido feitos.

O PT havia realizado na Praça Charles Miller uma reunião pelas eleições diretas. Mas era uma reunião do PT. Como governador, eu havia sido convidado. Não podendo comparecer, fui representado por Fernando Henrique e José Gregori. Mas era tal o fechamento, que eles não puderam falar. Era um movimento partidário a favor das Diretas. Também o PMDB havia realizado uma reunião, no Paraná, mas era muito em torno da candidatura de Ulysses Guimarães. Ulysses, infelizmente, já se havia lançado candidato em Nova York.

O aspecto duro dessa declaração foi esse último item: a campanha não pode ter candidato à Presidência da República; deve ser um movimento aberto. E esse foi o segredo que permitiu que ela reunisse homens de todos os partidos.

Na primeira reunião, realizada na Praça da Sé, falaram Ulysses Guimarães, Lula, Brizola, Tancredo Neves; marcou-se o caráter aberto dessa campanha.

De acordo com essa resolução, os governadores iriam reunir-se. Coube a mim, como governador de São Paulo, reuni-los. E o fiz, duas

semanas depois, chamando os dez governadores, que assinaram e proclamaram o seguinte documento:

A eleição direta do presidente da República é o caminho para a superação de nossa crise econômica, política e social; é a possibilidade de novos rumos para a economia brasileira, com a reafirmação da nossa soberania e o primado do mercado interno; é a oportunidade de mudança, que substituirá as decisões centralizadas pela consulta democrática aos grandes setores da sociedade; é a forma de assegurar a confiança da cidadania naqueles que são responsáveis pela condução dos seus destinos; é a melhor alternativa para os estados e os municípios, que precisam da sua autonomia fortalecida, em benefício da população e do país; é o alento de que necessitam os que vivem do salário e as empresas; é a esperança para a juventude; é a grande opção patriótica para o Governo Federal, que acima de interesse de grupos e ambições pessoais poderá assegurar ao país um instrumento democrático capaz de permitir que a própria nação fixe os rumos da sua história.

A eleição direta do presidente da República é uma reivindicação da consciência nacional. A imensa maioria dos brasileiros a reclama. A nação tem o direito de ser ouvida.

Coube, em seguida, a convocação do primeiro comício.

O Sr. Presidente (Jaques Wagner) – Deputado Franco Montoro, já lhe concedemos – até porque estamos todos nos deleitando com sua aula de História sobre o Movimento das Diretas – seis minutos além do tempo. Peço a V.Exa., se for possível, que tente sintetizar o pronunciamento.

O SR. FRANCO MONTORO – Procurarei ser breve e depois distribuirei os documentos que trago para conhecimento e para depoimento histórico desse grande movimento.

O primeiro comício foi na Praça da Sé, o qual eu convoquei. Estiveram lá presentes todos os governadores, e todos os candidatos falaram. Pouco antes, o presidente da República, João Figueiredo – é um dado importantíssimo! –, solicitou a formação de uma rede nacional e declarou: “O Brasil tem uma ordem jurídica constituída, eis que prevê a eleição direta, a eleição para o Colégio Eleitoral. Qualquer movimento contrário será considerado subversivo e não será admitido pelo governo”, isso significa: pelos militares.

Muitos pensavam, então, em adiar o comício, marcado para 25 de janeiro. Mas me lembrei de que havia a Emenda Dante de Oliveira, e assim surgiu a idéia. No dia seguinte, também, como governador, solicitei a formação de uma rede nacional; não consegui, mas teve grande repercussão a minha declaração. E comecei com as mesmas palavras do presidente:

O Brasil tem uma ordem jurídica constituída. De acordo com essa ordem, é o Congresso (...). No Congresso há a emenda do deputado Dante de Oliveira. A reunião será feita para aprovar a Emenda Dante de Oliveira dentro da ordem jurídica constituída. Está confirmado o comício do dia 25 de janeiro.

E ele se realizou.

Mas havia um pavor. Era o primeiro comício de grande estilo contra a ditadura a contar com a presença de todos os governadores. Tomei várias cautelas – não adianta, aqui, dar detalhes a respeito disso –, mas quando chegamos à Praça da Sé, era um dia chuvoso, começou a chegar uma multidão que ultrapassou todas as expectativas. Para sintetizar, ao terminar o comício eu deveria falar como governador. Um popular mandou-me, por intermédio do meu filho, um recado que usei ao encerrar o comício: “Quantas pessoas estão aqui? Cem mil? Duzentas mil? Quinhentas mil? Aqui estão 150 milhões de brasileiros a dizer: chega de ditadura. O povo brasileiro quer democracia”. E aquele início, depois, multiplicou-se por todas as capitais do Brasil. Tivemos então um resultado impressionante, com a mobilização do povo brasileiro; foi ela que derrubou a ditadura.

Perdemos a eleição. Muitos achavam que, com isso, tudo estava terminado. Dissemos: “Perdemos uma batalha, mas a guerra continua. No Colégio Eleitoral, vamos concorrer com Tancredo Neves, fazendo um apelo aos parlamentares”. Conseguimos rachar a Arena e eleger Tancredo Neves.

A história é longa, o tempo não permite continuar, mas quero lembrar a importância dessa luta, porque ela tem uma marca fundamental, que é a participação popular. Democracia é participação. É preciso substituir o regime centralizado, de um homem só. Nenhum homem é dono da verdade. É preciso um regime mais aberto, democrático, aperfeiçoado.

A grande reforma política que o Brasil exige é assegurar ao povo brasileiro maior participação.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Parabéns ao autor da iniciativa pela oportunidade de reflexão sobre essa data importante da nossa história.

Despedida do Senado

Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 12/3/1983, p. 310-6.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Depois de doze anos de convívio intenso nesta Casa e de outros doze anos na Câmara dos Deputados, venho despedir-me dos colegas, dos servidores e dos amigos do Senado da República e do Congresso Nacional. Coube-me outro mandato, conferido também pelo voto popular. Na próxima semana estarei assumindo a chefia da Executiva Paulista, representando o mesmo povo, na árdua tarefa de dirigir os destinos do estado.

Transfiro-me de um poder para outro. Do Congresso Nacional para o governo do estado. Desta grande forja de idéias para a grande usina de conversão de programas em realidade.

A visão ampla e institucional, o respeito às leis, a convivência, o diálogo e o debate em torno dos problemas nacionais que regem a vida deste parlamento estarão comigo na gestão de um estado que é um verdadeiro país.

Os muitos Brasis que aqui pulsam e que aqui estão representados estarão em São Paulo comigo, porque se nenhum homem é uma ilha, assim também cada estado é parte solidária do todo nacional.

Aqui fui peça de uma engrenagem federal. No governo de São Paulo continuarei sendo a mesma peça, da mesma engrenagem, do mesmo partido, do mesmo país, porque o cuidado com a minha comunidade não me afasta do círculo da comunidade maior.

A visão da realidade brasileira obtém-se não apenas manuseando-se uma retórica nacional, mas, também, no aprofundamento objetivo de determinada realidade específica e particular.

O exercício intenso das singularidades acaba produzindo um plural autêntico e legítimo. Do programa que me elegeu com mais de cinco milhões de votos constavam apenas algumas palavras: participação, descentralização e geração de empregos, que representavam um único anseio – o desejo de mudar.

Não prometi obras, mas mudanças. Não acenei com milagres de grandeza; propus simplesmente à minha gente o que lhe tem sido sempre

negado: o direito de participar do processo decisório e de escolher seus próprios caminhos.

A abertura democrática que se inicia há de caminhar nessa direção, por meio de processos que assegurem à população brasileira o direito de escolher seus dirigentes em todos os níveis, e aos múltiplos setores da comunidade nacional o direito de voz e de participação nas grandes decisões de interesse coletivo.

Todos os brasileiros responsáveis preocupam-se hoje com a gravidade da crise que se abate sobre o país e com a extensão de suas terríveis consequências.

Como enfrentar essa situação?

Permito-me lembrar pronunciamento feito em cadeia nacional de rádio e televisão, há seis anos, em junho de 1977, em que, a partir de dados alarmantes sobre a dívida externa e sobre a inflação, que já se prenunciavam graves, afirmávamos: “Na base dos problemas que afligem a população brasileira está a consciência, cada vez mais clara, de que sem participação e democracia não haverá soluções efetivas e autêntico desenvolvimento do país”. E concluíamos: “em vez de acentuar as oposições e diferenças, é importante que, como brasileiros, procuremos nos entender, para encontrar as soluções pacíficas e democráticas que constituem a aspiração comum da alma brasileira”.

Desde então, os passos dados no caminho da normalização democrática não bastaram para conter a crise que se prenunciava no campo econômico e suas terríveis consequências no campo social. A eleição direta dos governadores foi passo decisivo no rumo da democracia e traz novo alento aos brasileiros, que, no plano político, tiveram alargado seu campo de alternativas.

No campo econômico e social, o agravamento da situação nacional traz preocupação, hoje generalizada, mas não deve levar ao desespero. Os momentos de crise, a despeito de toda aflição, trazem novas possibilidades para reorientar o desenvolvimento nacional, desde que a sociedade se mobilize em busca de um quadro de alternativas reais.

As crises só são desesperadoras para quem as encara do ângulo de uma recusa obstinada de mudar padrões de convivência política, econômica e social. Para quem as percebe como momento inquietante, mas potencialmente construtivo na trajetória dos povos, elas representam

um desafio à capacidade coletiva de dar curso pacífico e ordeiro às mudanças necessárias.

Neste sentido, podemos dizer: “a hora da crise é a hora da verdade”.

E como lembrava conhecido publicista, podemos acrescentar: “A atual crise nacional e internacional é grave demais para ser deixada apenas em mãos dos financistas”.

O primeiro a sentir os efeitos da crise, antes mesmo de entendê-la, é o trabalhador. O achatamento salarial, o fantasma do desemprego e do desamparo social atuam como sombra ameaçadora sobre a família brasileira.

Ninguém mais ignora o imenso custo social da recessão que se abate sobre a economia do país. O nível de emprego cai assustadoramente, em decorrência do declínio da atividade econômica. Nem os setores mais pujantes são poupados: em julho do ano passado, o nível de emprego na indústria paulista era inferior ao do início de 1976. E nos dois primeiros meses deste ano, a taxa de desemprego já chega aos mesmos níveis da taxa registrada durante o ano de 1982.

Sofre a nação, sofre o trabalhador e aumentam as dificuldades das empresas, principalmente da empresa nacional e, mais do que todas, da pequena e da média empresa. Dramática, também, a situação da indústria de bens de capital, de que dependem nossas possibilidades futuras de desenvolvimento econômico independente.

Esse quadro real não se enfrenta com meras palavras ou intenções. Somente propostas e soluções objetivas de mudança serão capazes de mobilizar a esperança de milhões de brasileiros. Qualquer novo sacrifício será insuportável sem que haja credibilidade nos governantes e participação dos grandes setores da sociedade nas decisões que lhes dizem respeito.

E o que dizer da “trégua” tão discutida nos meios políticos?

A palavra “trégua” pode expressar coisas diferentes. Se trégua significar a suspensão de críticas e a manutenção pacífica do atual modelo econômico e político, não podemos aceitá-la, por fidelidade aos sofrimentos de nosso povo e às exigências de nossa consciência democrática. Essa é a posição do meu partido, o PMDB, com o qual, como sempre, identifico-me.

Mas “trégua” pode significar também a abertura desarmada do debate e da negociação para o encontro de novos caminhos que combatam a recessão e o desemprego, encaminhem à normalização institucional

do país e promovam o efetivo desenvolvimento de nossas potencialidades materiais e de nossos recursos humanos.

Uma grande negociação nacional pode e deve ser feita, mas seu êxito depende da disposição de realizar mudanças efetivas nas condições sociais, econômicas e institucionais que são hoje inadmissíveis, não para este ou aquele partido, mas para a imensa maioria da população.

É chegada a hora do debate e do diálogo franco que a nação reclama há tanto tempo. Nesse momento grave, a busca de alternativas socialmente aceitáveis de desenvolvimento não pode ser tolhida por qualquer espécie de intolerância ou imposição de soluções autoritárias. A crise nos desafia a abrir novos caminhos.

Nesse espírito, permitam que minha despedida desta tribuna seja a ocasião de uma reflexão a respeito de algumas alternativas que precisaremos enfrentar no caminho do desenvolvimento político, econômico e social do país.

O fio condutor desse caminho é o diálogo democrático que, aceitando as divergências, assegure o respeito à vontade da maioria.

Depois da eleição dos governadores dos estados, a eleição direta para escolha dos governantes em todos os níveis constitui uma exigência do povo brasileiro.

Impõe-se, assim, ampliar o espaço de liberdade política, onde possa se exercitar, sem constrangimentos, o confronto democrático das opiniões, das alternativas, dos pontos de vista. Não se trata apenas de fortalecer as prerrogativas do parlamento, mas também de criar um espaço mais amplo de participação da comunidade e de respeito aos direitos do trabalhador e do cidadão.

Esses passos políticos são necessários para superar a atual crise e legitimar as alternativas a serem adotadas no terreno econômico e social.

É impossível prever com segurança em que prazo o país sairá da aflitiva situação econômica em que nos encontramos. É provável que durante algum tempo ainda soframos as conseqüências da crise atual.

Sem dúvida, um quadro internacional tão adverso como o atual deveria comprometer o desempenho da economia brasileira. É certo, porém, que a orientação até agora adotada em nossa política econômica agravou e continua agravando as conseqüências internas da crise mundial.

Essa orientação não impediu o agravamento do desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos e foi incapaz de deter a espiral inflacionária.

Trouxe, porém, a recessão e, com ela, a escalada do desemprego, a preocupante deterioração das finanças públicas, a crescente imobilização dos instrumentos de política econômica e o progressivo enfraquecimento da estrutura empresarial.

Não tem sentido continuar procurando resolver – aliás, com improváveis chances de êxito – os problemas de liquidez do sistema financeiro internacional com sacrifício do emprego, da produção, do desenvolvimento industrial e do nível de renda dos assalariados brasileiros. (...)

É preciso afirmar com veemência: não buscamos na crise econômica pretexto para a crítica sectária e improvisada. Nossa preocupação é com o futuro do país.

Nesse quadro, há alguns pontos fundamentais para conduzir a discussão e encaminhar as alternativas.

Nas negociações sobre a nossa dívida externa, não pode mais ser aceito, de forma passiva, o ajustamento da economia brasileira por meio de recessão. Lembro que esse tipo de reajustamento com imposição de medidas recessivas vem sendo condenado até mesmo por figuras expressivas do mundo internacional. Henry Kissinger chega a afirmar que nos países do terceiro mundo esse procedimento pode causar o caos político e social.

(...)

O Brasil deve buscar ampla cooperação com outros países devedores, tomando a iniciativa de propor soluções globais conjuntas e duradouras para o problema da dívida externa.

Na área do comércio internacional, acordos regionais e trocas diretas com países que hoje também enfrentam problemas de balanço de pagamento constituem fórmulas para melhorar a situação econômica.

Como exigência inadiável de nossa economia, é preciso promover a baixa dos juros internos. Não há sistema produtivo que possa resistir, por muito tempo, a taxas de juros reais tão altas como as atuais.

É preciso também estabelecer, com urgência, mecanismos financeiros que, sem permitir discriminações ou favoritismo, reduzam os prejuízos causados pela maxidesvalorização do cruzeiro às empresas individuais no exterior.

Importa praticar, no setor público, a austeridade que combate o desperdício e a malversação dos recursos oficiais. E, ao mesmo tempo,

executar, a curto prazo, um programa de emergência voltado para a elevação dos níveis de emprego, da produção de alimentos básicos e a sustentação do setor de produção de máquinas e equipamentos.

É preciso estabelecer uma política que assegure a defesa do salário real contra o desgate da inflação.

Por fim, é prioritário o encaminhamento de medidas tributárias de emergência para atender às dificuldades orçamentárias dos estados e municípios, ao mesmo tempo em que se deve abrir desde logo a discussão a respeito de ampla reforma tributária que, além de descentralizar a repartição dos recursos públicos, reduza o grau de iniquidade do atual sistema.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao trazer, em minha despedida, esses temas à discussão nesta Casa, eu o faço na certeza de que passa por este Congresso o caminho que há de levar ao debate democrático das grandes decisões nacionais. É para o parlamento que se voltam os olhos e as esperanças da nação, porque aqui estão reunidos os representantes legítimos do povo brasileiro.

Apesar do entusiasmo com que assumo a nova missão de governar São Paulo, também ela repleta de desafios, não é sem tristeza e emoção que interrompo minha atividade parlamentar no momento decisivo que começamos a viver.

É verdade! O Brasil entra em nova fase, cheia de esperança, a despeito das angústias da crise. Surge um equilíbrio de poderes que, embora ainda distorcido por casuísmos, torna possível e necessário negociar politicamente, como há muito não ocorria em nosso país.

(...)

Independentemente das iniciativas de entendimento que necessariamente serão conduzidas no plano administrativo, sinto que as novas formas de convivência política de que necessitamos começam a ser esboçadas aqui, entre os partidos representados no Congresso. Vejo o quanto é complexa a agenda de negociações que nos espera, começando pela recuperação das prerrogativas essenciais do Poder Legislativo.

No limite de minhas atribuições e responsabilidades executivas, não faltarei com a contribuição para que graves decisões exigidas pelo momento nacional se encaminhem de acordo com os anseios da maioria dos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, despede-se o parlamentar: continuarei parlamentando.

Entrego o mandato ao meu sucessor, FHC, e o faço com alegria de nele reconhecer um dos mais notáveis companheiros de partido, homem de ciência e espírito público, que muito honrará a representação de São Paulo no Senado Federal.

Ao partir, agradeço aos colegas, aos servidores da Casa e aos amigos jornalistas as lições, o apoio e a valiosa colaboração. É de justiça mencionar como exemplo dessas lições a notável atuação e atitude patriótica de um dos companheiros de luta, o senador Teotônio Vilela. Nossa esperança é de que a contribuição, mais uma vez oferecida por ele ao país em sua incansável peregrinação pelos estados, sensibilize os responsáveis pelo destino do Brasil e abra mais uma perspectiva para a solução de nossos problemas.

Meus amigos, de certa forma não estou partindo, continuo a caminhada.

O representante do povo é o mesmo. O partido é o mesmo. O povo é o mesmo. Mudo de casa e de cidade, mas a trincheira é igual, assim como as convicções que me trouxeram até aqui e que daqui me levam, depositário de parte da esperança com que a nação se volta para esta Casa, certo de que das lutas que aqui se travam pode surgir o futuro que o Brasil espera. Nosso desenvolvimento político, econômico e social, feitos de democracia e de liberdade.

Discurso de posse como governador de São Paulo

São Paulo, 15/3/1983

Sr. Governador José Maria Marin, excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, meus amigos.

Agradeço, Sr. Governador, as palavras de V.Exa. e sua presença neste ato de transmissão de cargo. Agradeço também a presença do corpo consular e das autoridades que nos honram com seu comparecimento. Sinto-me sensibilizado com a presença significativa de companheiros de luta pela causa democrática, particularmente daqueles que, vindos de países da América Latina, Europa e África, nos trazem sua expressiva solidariedade.

Assumo, neste momento solene, o governo do estado, por decisão inequívoca do povo de São Paulo. E reafirmo, por ocasião de minha posse, a profissão de fé democrática contida no juramento que há pouco prestei perante a Assembléia Legislativa.

A eleição direta dos governadores foi resultado do longo combate do povo brasileiro pela democracia. A eleição direta dos governantes em todos os níveis, do prefeito municipal ao presidente da República, é anseio que a nação deseja agora ver realizado como próximo passo dessa longa caminhada.

A cerimônia democrática de alternância no poder, que hoje se realiza, assume especial significado no contexto das graves dificuldades que afligem o país. O modelo centralizador e autoritário demonstrou-se incapaz de resolver os problemas do país e de atenuar as desastrosas consequências da crise econômica.

Afirmo mais uma vez: a vitória nas eleições de 15 de novembro não me pertence. Não pertence a nenhum homem. É o resultado de uma luta em que se empenharam múltiplos setores da sociedade civil, da capital e do interior, aqui representados: mulheres e homens, jovens e adultos, negros e brancos, profissionais, trabalhadores e empresários da agricultura, da indústria e do comércio, estudantes, cientistas, jornalistas, parlamentares. Essa vitória exprime, claramente, o desejo de mudança do

povo de São Paulo, a vontade de participação e a esperança na busca de alternativas pela própria sociedade.

Ninguém pode contestar: o PMDB foi o grande instrumento político dessa luta. O processo eleitoral foi conquista de todos e exprimiu uma clara opção pelas diretrizes básicas de nossa proposta.

Renovo, ao chegar ao governo por força da vontade manifestada nas urnas, o compromisso assumido. Compromisso com a democratização da prática e das decisões da administração pública. Compromisso de promover a descentralização do processo decisório e estimular a participação de todos os setores nas questões de interesse coletivo. Compromisso com a moralidade na ação governamental e austeridade na aplicação dos recursos públicos, fruto do sacrifício comum.

Nossa preocupação maior é atender aos problemas da maioria da população e, especialmente, de suas camadas mais carentes. O potencial econômico de São Paulo será dirigido ao atendimento das necessidades básicas do cidadão e à valorização de atividades que contribuam para a criação de empregos, especialmente a agricultura e a construção civil.

A construção de casas, escolas, postos de saúde, a produção de alimentos básicos e a melhoria das estradas vicinais, as obras de saneamento e de preservação do meio ambiente são prioridades que respondem ao duplo objetivo de atender às necessidades mais prementes da população e de abrir oportunidades de trabalho, mesmo com o escassos recursos atuais.

As empresas nacionais serão apoiadas na proposta aprovada pelos eleitores. São Paulo estará também contribuindo com o país na guerra contra a recessão, contra a carestia e contra o desemprego, os três grandes males que corroem nossa economia e trazem preocupação e sofrimento à maioria dos brasileiros.

Eleito governador, com o trabalho e a luta de meu partido, o PMDB, e de expressivas forças de nossa sociedade civil, cumpre-me hoje ser o intérprete da vontade de São Paulo no seio da Federação. A grande afirmação de nosso estado será também uma manifestação de respeito. Respeito solidário pelos estados-irmãos, muitos deles às voltas com dificuldades ainda maiores do que as nossas. Respeito profundo pelos nossos municípios, esvaziados de recursos próprios, mas lutando sempre com problemas que só nos próprios locais podem encontrar solução.

Respeito também para com os demais poderes, que a Constituição quer independentes e harmônicos; pelas prerrogativas que o Legislativo luta por restaurar e pela autonomia que o Judiciário precisa ver assegurada.

Respeito no relacionamento com o presidente da República e as demais autoridades da União, o mesmo de que não prescindimos no trato com o nosso estado e seus representantes.

Em minha despedida do Senado Federal, há poucos dias, afirmei a necessidade de uma grande negociação nacional que significa que a abertura desarmada do debate para o encontro de novos caminhos que combatam a recessão e o desemprego conduzam à normalização institucional do país e promovam o efetivo desenvolvimento de nossas potencialidades materiais e de nossos recursos humanos. Esse é o diálogo que a nação espera, a ele São Paulo não faltará.

Esse caminho não se atinge só com palavras e intenções. No plano estadual, ainda hoje serão tomadas as primeiras medidas delineadas na proposta de governo. Reafirmo, também, que, no limite de minhas atribuições e responsabilidades executivas, não faltarei com a contribuição para que as graves decisões exigidas pelo momento nacional se encaminhem de acordo com os anseios da maioria dos brasileiros.

Tudo isso não é tarefa de um homem só, mas de toda a comunidade que o elegeu. O que nos anima é que a esperança sobrevive, apesar da angústia da crise. Agradei, muitas vezes, durante a campanha, nas ruas e nas praças, a confiança do povo. Renovo hoje, neste Palácio de portas abertas, que passa a ser símbolo da presença popular no governo, os agradecimentos pelo apoio que o povo de São Paulo sempre me concedeu.

Não governarei sozinho. Seria impossível avançar no caminho democrático e na solução dos problemas que afligem nosso povo sem o concurso de todos. Apelo a cada um dos brasileiros de São Paulo para que dêem sua contribuição na busca de uma sociedade mais justa e mais humana.

Sei, como todos os brasileiros, que temos inúmeras dificuldades a enfrentar. Não acenei e não aceno com soluções milagrosas. Afirmo mais uma vez: não prometi grandes obras, mas mudanças.

Não acenei com miragens de grandeza; propus simplesmente a minha gente o que lhe tem sido sempre negado: o direito de participar do processo decisório e de escolher seus próprios caminhos.

Nunca deixei de confiar na capacidade de trabalho, na criatividade e no empenho de meus concidadãos para, juntos, encontrarmos os recursos necessários à construção de um amanhã de segurança, justiça e prosperidade.

Com humildade, peço a ajuda de todos. Com firmeza, asseguro que, no limite de minhas possibilidades, não descansarei para cumprir o programa de governo que recebeu a consagração das urnas. Com esperança, encaro o futuro, certo de que São Paulo, reanimado pela chama democrática, reencontrará, com serenidade, o caminho do trabalho para todos, da austeridade administrativa e da solidariedade para com todos os brasileiros. Que Deus nos dê força para cumprir essa tarefa.

Muito obrigado.

Discurso de transmissão do governo de São Paulo

São Paulo, 1986

EMOÇÃO E SENTIMENTO DO DEVER CUMPRIDO

Este não é um ato isolado. Ele tem raízes no passado, responsabilidades graves no presente e abre, para nossa população, perspectivas de um futuro marcado pelas conquistas cada vez mais amplas da justiça e da liberdade.

Ele se liga à continuidade histórica, com mais de vinte anos de lutas, de um movimento democrático brasileiro, que se chamou MDB. E que, em determinado momento, para enfrentar as manobras da ditadura que tentava destruí-lo, passou a denominar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Essa foi e é a nossa luta. Luta do povo brasileiro para superar o arbítrio, a opressão, a miséria, as injustiças e as desigualdades de que é vítima.

Hoje dois militantes deste combate, perante milhares de outros companheiros, realizam um ato ao mesmo tempo simbólico e real: pelo voto livre do povo de São Paulo, o militante Franco Montoro passa o governo de São Paulo ao militante Orestes Quércia.

Quais as mudanças havidas entre minha posse, quatro anos atrás, e o dia de hoje?

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Quando assumi o governo, em 15 de março de 1983, depois de vinte anos de experiência autoritária e governadores nomeados, tornava-se efetiva a primeira vitória da democratização: eleições diretas de governadores.

Foi o primeiro passo. A partir daí mudamos o regime do país. Começamos a reescrever, todos juntos, a história de nosso estado e do nosso Brasil. E teve início um processo realmente democrático.

Impossível não lembrar aqui a importância da participação de São Paulo nessa acidentada e gloriosa caminhada.

Foi aqui mesmo neste Palácio, de portas abertas, que se realizaram históricas reuniões que culminaram na grande campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

Foi aqui, em novembro de 1983, que se realizou a primeira reunião de governadores eleitos pelo voto direto. Seu manifesto, com o título “A nação tem o direito de ser ouvida” era um brado de alerta a despertar consciências e uma advertência aos detentores do poder autoritário.

Daqui saiu, também, a convocação do histórico comício da Praça da Sé pelas eleições diretas, no dia 25 de janeiro. Começou com ele a maior campanha cívica da história do país. A população deixou de ser mera espectadora dos acontecimentos e passou a ser participante ativa da nossa história.

Grandes comícios se realizaram em todo o território nacional, culminando com o Vale do Anhangabaú, com mais de um milhão de participantes, certamente a maior concentração pública de que se tem notícia no Brasil.

Derrotada a emenda das eleições diretas, foi ainda nesta casa do governo de São Paulo que os dez governadores da oposição lançaram a candidatura de Tancredo Neves, aclamada pela população de todo o país e capaz de ser vencedora no próprio Colégio Eleitoral, com a união dos democratas de todos os partidos.

No dia da eleição de Tancredo Neves e José Sarney caiu a ditadura no Brasil e se iniciou um processo de normalização democrática que tem na Assembléia Nacional Constituinte, já eleita e instalada, seu ponto culminante. Esperamos todos que ela dê ao Brasil, com a maior brevidade, uma Constituição que assegure a todos os setores da população brasileira os caminhos democráticos e competentes para a solução de nossos problemas.

DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Mas as mudanças não ocorrem somente ao nível político da nação.

A democracia foi prática diária do meu governo. Foram ampliadas as franquias democráticas. O diálogo, a descentralização e a participação tornaram-se norma. Os movimentos de trabalhadores e de outros setores da sociedade civil foram respeitados e tiveram seus direitos assegurados.

Procurei fazer um governo democrático, sério, justo, baseado na descentralização e participação. Em vez de centralizar recursos e poder, meu governo apoiou e estimulou as iniciativas e a atuação dos diversos setores da população. E procurou desburocratizar a máquina do Estado, entregando, sempre que possível, poderes e recursos aos municípios e órgãos locais. Foi assim na municipalização das construções escolares e merenda escolar, com o estímulo à produção local de alimentos. Foi assim na multiplicação e descentralização dos centros de saúde, estradas vicinais, nos Fundos Municipais de Solidariedade, na criação das legiões de governo e nos mutirões da casa própria.

Para permitir a participação organizada dos setores da população na solução dos seus problemas, foram criados Conselhos da Condição Feminina, dos Jovens, dos Negros, dos Idosos, dos Deficientes e outros.

A seriedade, o trabalho, o senso de justiça e, acima de tudo, o respeito pela dignidade e valor de cada pessoa inspiraram nosso trabalho.

Deu certo?

SANEAMENTO FINANCEIRO

Na área financeira, os resultados aí estão:

- O déficit orçamentário caiu de 9,7%, do orçamento em 1983, para 3,7% em 1984; 1,4% em 1985, e 0,5% em 1986.
 - A dívida global do estado, que havia crescido 71% no governo anterior, cresceu 0,9% em nossa administração.
 - Extinguimos a Paulipetro, o Instituto Paulista do Café e a Bolsa de Mercadorias de Santos. Hotéis do estado passaram para o Senac, para a
-

Associação dos Funcionários e para particulares mediante concorrência pública.

- A dívida das empresas do estado, que havia crescido 78% no governo anterior, diminuiu em 7% em nossa administração.
- O conjunto das empresas estatais, em 1986, apresentou não prejuízos, como ocorria no passado, mas, sim, um lucro operacional de doze bilhões de cruzados.
- O saneamento das finanças foi obtido com medidas de austeridade, modificações administrativas, descentralização com aproveitamento dos recursos da comunidade e combate ao desperdício, com a recuperação de vagões, máquinas e equipamentos.

PRINCIPAIS OBRAS

Essa economia nos gastos públicos nos permitiu realizar, principalmente em cooperação com as prefeituras e mediante convênio, dezenas de milhares de obras de interesse social:

- Construímos quatro mil quilômetros de estradas vicinais asfaltadas (o que equivale a duas Transamazônicas).
 - Executamos a linha do metrô Itaquera–Barra Funda, com dezessete quilômetros, beneficiando uma população trabalhadora de cinco milhões de pessoas e gerando cinco mil empregos.
 - Construímos as eclusas de Ibitinga e Promissão, abrindo caminho para a hidrovia Tietê–Paraná, com 440 quilômetros já entregues à navegação.
 - Demos início ao Sistema Metropolitano de Trólebus, unindo os municípios do ABC à capital.
 - Com a municipalização das construções e da merenda escolar, construímos uma escola por dia e asseguramos diariamente uma refeição sadia a cinco milhões de crianças.
 - Setecentos centros de saúde foram construídos, ampliados ou reformados.
-

- Juntamente com as prefeituras foram construídas seiscentas creches.
- E milhares de outras medidas foram executadas no campo da alimentação, habitação, saúde, educação, cultura, transporte, segurança, obras públicas e defesa do meio ambiente.

O balanço do que foi realizado nos autoriza afirmar que ele não foi obra exclusiva do governador e da equipe de governo, mas sim resultado de uma luta conjunta em que se empenharam múltiplos setores da sociedade civil, do interior e da capital: prefeituras e entidades sociais, mulheres e homens, jovens e adultos, negros e brancos, profissionais, trabalhadores e empresários, estudantes, cientistas, jornalistas, parlamentares e militantes políticos. Todos aqueles, enfim, que expressaram o desejo de mudança do povo de São Paulo e a vontade de participar na busca de alternativas e soluções para os problemas que afligem nossa população.

Foram essas forças, em sua maioria, que transformaram o PMDB no grande instrumento de luta. Foram esses cidadãos, Sr. Governador Orestes Quércia, que, com a eleição de V.Exa., manifestaram seu apoio aos rumos do governo que hoje se encerra e expressaram a certeza de que, na sua decidida liderança, as esperanças e os caminhos abertos nesses quatros anos serão ainda mais alargados e consolidados.

ESSA CERTEZA TEM RAÍZES SÓLIDAS

A tradição municipalista de Orestes Quércia – que, além de senador e vice-governador, foi também vereador, prefeito, presidente da Associação Paulista de Municípios e defensor incansável da reforma tributária – constitui garantia de que a defesa e o desenvolvimento das comunidades locais estão assegurados no seu governo.

Sua pregação e seu programa em favor dos pequenos e dos mais carentes, da criança, do consumidor, do inquilino e do favelado nos dão a certeza de que seu governo dará prioridade à área social.

Por tudo isso é com a maior emoção e o sentimento de dever cumprido que passo, neste momento, ao companheiro Orestes Quércia a missão honrosa e grave de governar o Estado de São Paulo, em nome do povo que o elegeu.

Quércia, parabéns pela vitória e cumprimentos antecipados por seu governo que veio do povo, será exercido com o povo e voltado permanentemente para o povo de São Paulo.



Crédito: Acervo da família

3ª PARTE

PROJETOS DE LEI

Projetos apresentados
no exercício dos mandatos
de deputado federal
(décadas de 50, 60 e 90)
e de senador (década de 70)

Projetos de lei do deputado federal

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 240, de 1959 – Dá preferência aos sindicatos de arrumadores para prestar serviços de movimentação de mercadorias nas estradas de ferro de propriedade da União ou por ela administradas.

Justificativa – A movimentação de mercadorias em armazéns e pátios das estradas de ferro da União, ou por ela administradas, é feita por turmas de armazenadores. Ocorre que tais empregados são amiúde agenciados por empreiteiros de serviço que os exploram, dando-lhes uma ninharia do que recebem e deixando de assegurar-lhes quase todos os direitos concedidos pelas leis trabalhistas.

Daí a medida adotada pelo presente projeto de lei, que visa fomentar os sindicatos de arrumadores, dando-lhes preferência legal para contratação da prestação de serviços com as estradas de ferro da União e excluindo, indiretamente, a concorrência dos agentes burladores da lei.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 12/5/1959.

Assunto: relações trabalhistas e previdência social

Projeto de Lei nº 460, de 1959 – Define como crime de apropriação indébita o não-recolhimento pelo empregador das contribuições descontadas dos seus empregados e devidas a entidade de previdência.

Justificativa – A organização previdenciária no Brasil está sendo desmontada pelos abusos e pela incúria dos que têm dever de mantê-la e preservá-la. Consentir que os empregadores inidôneos se apropriem impunemente dos descontos dos impostos aos trabalhadores equivale a coonestar num claro embuste os graves compromissos que o Estado assumiu de manter a paz social e de proteger os direitos de cada um contra a fraude e contra o crime.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 16/6/1959.

Assunto: sindicalismo

Projeto de Lei nº 721, de 1959 – Assegura estabilidade provisória aos dirigentes sindicais.

Justificativa – Os sindicatos são associações de classes de capital importância na vida trabalhista brasileira, tanto para os empregados como para os empregadores e para o Estado. O empregado que passa a exercer qualquer função sindical, pelo fato de estar prestando serviços de interesse público, como são todos quantos se refiram às relações jurídicas oriundas do trabalho, deve continuar no gozo dos mesmos direitos do emprego, cujo exercício apenas fica suspenso enquanto ele devotar os seus esforços a serviço do sindicato.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 4/8/1959.

Assunto: legislação trabalhista**Projeto de Lei nº 847, de 1959**

Justificativa – O desenvolvimento econômico do país no último quarto de século tem multiplicado os empreendimentos industriais, com o conseqüente aumento dos problemas relativos à mão-de-obra. Assim sendo, os problemas correlatos de fiscalização das normas de duração e condições do trabalho, de proteção do trabalho do menor e da mulher, de higiene e segurança do trabalho, de nacionalização do trabalho, de cumprimento das disposições do salário mínimo e de cumprimento de todas as disposições legais referentes à remuneração, como descanso semanal remunerado e cumprimento das decisões proferidas em dissídios coletivos, foram grandemente aumentados.

A fiscalização da legislação do trabalho, centralizada no Ministério do Trabalho, além da natural burocracia, pelo âmbito e variedade dos problemas, impede uma fiscalização eficiente, de que se valem os empregadores faltosos, concorrendo assim ilicitamente com os que desejam cumprir a lei. Se o ordenamento jurídico brasileiro reconhece, nos sindicatos, entidades de eminente interesse público, atribuindo-lhes o dever de colaborar com os poderes públicos, genericamente falando, justifica-se que sejam eles incumbidos, especificamente, de

exercer, em caráter subsidiário, os misteres da fiscalização do trabalho, dentro de suas categorias profissionais.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 7/9/1959.

Assunto: financiamento da agricultura de subsistência

Projeto de Lei nº 935, de 1959 – Dispõe sobre o financiamento a lavradores para produção de gêneros de subsistência.

Justificativa – Alguns dos aspectos mais delicados e mais graves do grande problema que aflige, de norte a sul, a população do Brasil – o problema do custo de vida e das suas causas reais e não-arentes, aquelas que vinculam a nossa estrutura econômica e a triste dependência em que se encontra grande parte da nossa vida econômica.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 22/9/1959.

Assunto: financiamento da agricultura

Projeto de Lei nº 1.307, de 1959 – Cria o Fundo Nacional de Mecanização Agrícola e dá outras providências.

Justificativa – Vivemos um angustioso paradoxo: enquanto a indústria recebe o impacto de um desenvolvimento tão dispendioso, a agricultura é relegada a terrível e inexplicável esquecimento. Todos sabemos que a nossa industrialização vem sendo custeada com os sacrifícios da agricultura.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 8/12/1959.

Assunto: Forças Armadas

Projeto de Lei nº 1.840, de 1960 – Transforma os Ministérios da Aeronáutica, Guerra e Marinha no Ministério da Defesa Nacional e estabelece limite para as respectivas despesas.

Justificativa – O fim principal a ser atingido é a economia, reduzidas as atuais despesas militares a proporções mais compatíveis com a nossa conhecida e inegável realidade de país que trava gigantesca luta no caminho do desenvolvimento econômico. Numa época em que o planejamento combinado – operacional e logístico – constitui a base do emprego das Forças Armadas, impondo direção unificada,

e em que a limitação dos recursos orçamentários disponíveis está a exigir uma dosagem criteriosa das dotações a serem distribuídas a cada ramo das Forças e um emprego cuidadoso dessas dotações a fim de evitarem não só seu desenvolvimento desproporcionado, como, também, o desperdício de recursos com repetições desnecessárias de serviços, a criação de tal órgão de supervisão parece indispensável.

Para evitarem preferências e ciúmes conseqüentes entre os três ramos das Forças Armadas, no tocante a sua administração comum, os secretários de Estado da Defesa Nacional deveriam ser escolhidos de preferência entre civis possuidores de curso da Escola Superior de Guerra e familiarizados, portanto, com o problema da segurança nacional.

A unificação das Forças Armadas, num todo homogêneo, permitirá, de um lado, o melhor atingimento de seus próprios e atuais objetivos e, de outro, o carreamento de maiores recursos financeiros e de pessoal (transferência de civis dos ministérios militares para órgãos da administração civil) para a grande batalha que estamos enfrentando e precisamos vencer: a superação do estágio do subdesenvolvimento.

Não é possível – nem crível – que um país pobre como o nosso continue despendendo cerca de 40% de suas disponibilidades financeiras em despesas com a segurança nacional. Além de nossa tradição pacífica, encrustada em preceito constitucional, há que se ter em conta estar completamente superada nossa organização bélica, em face da mutação da técnica de guerra moderna.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 7/5/1960.

Assunto: eleições

Projeto de Lei nº 1.978, de 1960

Justificativa – Nossa democracia será mais autêntica na medida em que for maior o nosso eleitorado.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 24/6/1960.

Assunto: propaganda eleitoral

Projeto de Lei nº 2.230, de 1960 – Assegura aos partidos políticos igual oportunidade de propaganda eleitoral.

Justificativa – Um dos males mais graves de nossa vida democrática é a influência preponderante do dinheiro no processo eleitoral.

Com raras exceções, só são eleitos os que dispõem de grandes recursos ou são financiados por poderosos grupos financeiros, além do caso, infelizmente freqüente, dos que se servem dos recursos públicos para montar máquinas eleitorais.

O certo é que sem muito dinheiro não se ganham eleições. É o regime da “argenticocracia”, com suas inarredáveis conseqüências e, principalmente, a influência dominante de grupos econômicos sobre o poder público. Combater essa influência decisiva do dinheiro e garantir igual oportunidade a todos significa defender a base da democracia e servir ao bem comum.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 30/8/1960.

Assunto: salário

Projeto de Lei nº 2.543, de 1961 – Isenta do pagamento do Imposto de Renda os vencimentos e salários de qualquer natureza, até o limite igual a cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Justificativa – Salário não é renda!

Baseado nesse princípio de rigorosa justiça, os trabalhadores e assalariados em geral pleiteiam de há muito isenção do Imposto de Renda sobre a remuneração do trabalho.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 13/1/1961.

Assunto: salário-família

Projeto de Lei nº 2.624, de 1961

Justificativa – Com a finalidade de se amenizarem as dificuldades por que vinham passando os chefes de famílias numerosas, foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 32.000, de 14 de abril de 1941, o abono familiar. Na ocasião, o auxílio de cem cruzeiros por dependente era satisfatório. Entretanto, com o passar dos anos, a contínua

elevação do custo de vida fez com que essa importância se tornasse irrisória, não atendendo mais ao seu fim. Com o propósito de proporcionar um auxílio que possa realmente representar ajuda condizente com a atual necessidade, é que propomos seja fixado o valor do abono familiar em 10% do maior salário mínimo.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 26/1/1961.

Assunto: Imposto de Renda

Projeto de Lei nº 2.820, de 1961

Justificativa – A galopante inflacionária que se apossou do organismo econômico da nação está transformando o Imposto de Renda em autêntico confisco. Realmente, como o mínimo de isenção e as alíquotas da tabela do complementar progressivo não acompanham, nem mesmo à distância, o ritmo de desvalorização da moeda, ocorre que, a cada novo avanço da espiral inflacionária, mais se agrava a pressão tributária, precipuamente sobre os contribuintes que vivem de salário.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 4/4/1961.

Assunto: segurança no transporte

Projeto de Lei nº 2.959, de 1961 – Dispõe sobre o uso obrigatório de placas refletoras nos caminhões e veículos de transportes coletivos e dá outras providências.

Justificativa – A sucessão dramática de desastres ocorridos nessas circunstâncias – e que têm custado a vida de milhares de pessoas – está a exigir do poder público medidas práticas e urgentes. A experiência levada a efeito em outros países demonstrou que a utilização de placas refletoras na parte traseira dos veículos coletivos constitui um meio eficiente de reduzir sensivelmente a ocorrência de tais acidentes, em geral de consequências fatais.

A compulsoriedade dessa experiência só pode ser estabelecida por meio de lei. Cabe, pois, ao Poder Legislativo armar as repartições responsáveis pela segurança do trânsito da indispensável autoridade

para exigir observância de cuidados e cautelas especiais na sinalização de veículos.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 27/5/1961.

Assunto: indústria nacional

Projeto de Lei nº 3.276, de 1961 – Prorroga por mais cinco anos a isenção do Imposto Único concedida às indústrias de refinação de óleo lubrificante usado.

Justificativa – Essas empresas que já operam no país há vários anos têm enfrentado dificuldades em virtude da concorrência que lhes é feita pelas grandes companhias petrolíferas estrangeiras. Se elas não gozarem por um período de mais de cinco anos das vantagens que o art. 5º da Lei nº 2.975 lhes outorga, algumas delas não sobreviverão, causando grandes prejuízos à nação.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 13/2/1962.

Assunto: comportamento

Projeto de Lei nº 1.293, de 1963 – Dispõe sobre abono de faltas do empregado ao serviço, quando em virtude de doação voluntária e gratuita de sangue.

Justificativa – Ninguém certamente desconhece ou poderá desconhecer a triste realidade de milhares de pessoas que, diariamente, morrem nos hospitais e fora deles por falta de sangue necessário à transfusão. E é preciso que se diga mesmo: há falta de sangue, mas não há doadores. O que, entretanto, na realidade ocorre é que homens que vivem de seus parcos salários não podem perder um dia sequer de trabalho para praticar um ato de humanidade, comparecendo perante um hospital ou banco de sangue para voluntária e gratuitamente doar o seu próprio sangue, que será empregado na salvação de outras vidas.

Por outro lado sabe-se igualmente que os mais necessitados de sangue, nos hospitais ou fora deles, são indigentes e operários, que não podem comprar ou, então, indenizar o dia de trabalho de seus modestos doadores. E é para o atendimento geral, mas principalmente dos

mais necessitados, que apresento à consideração desta Casa o presente projeto de lei.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 21/11/1963.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 1.594, de 1963 – Eleva para cinco vezes o salário mínimo o limite legal estabelecido para efeito de cálculo de indenização por acidentes do trabalho.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 31/1/1964.

Assunto: Imposto de Renda

Projeto de Lei nº 1.900, de 1964 – Estabelece como salário mínimo fiscal, para efeito de pagamento do Imposto de Renda em 1964, o fixado pelo Decreto nº 53.578, de 21 de fevereiro de 1964, que reestrutura os níveis do salário mínimo.

Justificativa – Não se pode exigir do contribuinte um imposto superior à sua capacidade. O resultado é contraproducente, além de injusto e anti-social.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 11/4/1964.

Assunto: isenção de Imposto de Renda

Projeto de Lei nº 1.955, de 1964 – Isenta do Imposto de Renda os rendimentos do trabalho até o limite de cinco vezes o salário mínimo.

Justificativa – O projeto isenta do Imposto de Renda os que vivem de salário, até o limite de cinco vezes o salário mínimo. Beneficia, portanto, toda a classe trabalhadora e uma grande parte da classe média. A pressão tributária atinge entre nós pesadamente as camadas mais humildes da população. Por meio dos tributos indiretos, como os de consumo e de vendas e consignações, é a grande massa da população de menores recursos que paga a maior parte dos impostos.

Não se pode exigir do contribuinte um imposto superior à sua capacidade. O resultado é contraproducente, além de injusto e anti-social.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 15/5/1964.

Assunto: inflação

Projeto de Lei nº 2.406, de 1964 – Estabelece a aplicação dos índices de desvalorização da moeda nas condenações trabalhistas.

Justificativa – Não é justo um empregado, ao pleitear o seu direito perante a Justiça do Trabalho, receber com atraso de alguns anos, como está ocorrendo em todo o Brasil, uma indenização cujo valor já está gradualmente reduzido em virtude da desvalorização da moeda.

Não é justo nem humano que os trabalhadores sejam excluídos dos benefícios dessa atualização.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 28/10/1964.

Assunto: representação de empregados em empresas estatais

Projeto de Lei nº 2.474, de 1964 – Estabelece a participação de representantes dos empregados na direção das empresas estatais.

Justificativa – A participação de representantes dos empregados na direção das empresas estatais ou sob controle do poder público constitui medida do maior alcance e significação.

Essa providência se liga a uma das orientações fundamentais da encíclica *Master et magistra*. Trata-se de introduzir nas empresas modificações que alterem sua estrutura no sentido da humanização. A participação dos empregados na vida da empresa em que trabalham é uma exigência da maior importância. “Deve sempre tender”, diz esse documento social, “para que as empresas se tornem verdadeiras comunidades humanas”.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 25/11/1964.

Assunto: custo de vida e críticas ao governo militar

Projeto de Lei nº 1.227, de 1968 – Institui, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Comissão Nacional do Custo de Vida e dá outras providências.

Justificativa – Oferecemos ao governo a oportunidade de demonstrar, por fatos, e não por palavras, seu propósito de assegurar aos trabalhadores de todo o Brasil um salário que atenda às exigências de

um mínimo de justiça e de humanidade. O poder concentrado é quase sempre o mais fraco dos poderes. Poder forte é o poder dividido com o povo. É o que não teme a participação daqueles que vêm ajudar o governo a fiscalizar a apuração dos dados. A verdade não teme a fiscalização direta e próxima dos interessados.

As forças militares que se instalaram no Brasil a partir da Revolução assumiram o compromisso com este povo de terminar com a desordem, com a anarquia, com a inflação, de resolver o problema educacional, de dar, afinal de contas, a este povo um rumo definitivo. Vemos o fracasso, a desorganização do atual governo. O problema educacional nunca foi tão mal equacionado; o problema salarial nunca foi tão mal formulado. Vemos que o salário dos trabalhadores não acompanha o ritmo galopante da inflação, e nem se dá a esses trabalhadores instrumentos necessários para que eles possam ser os próprios artífices da sua melhora material.

Não vamos apenas lamentar, não vamos apenas denunciar. Vamos oferecer ao governo, como disse, um eficiente e adequado instrumento de ação. Se o governo quiser ter força para vencer determinadas pressões, precisa dar força àqueles que com sua atuação possam contribuir para que a justiça se estabeleça. É preciso dar aos trabalhadores, aos empregados e aos empregadores a oportunidade de fiscalizar a apuração dos dados e fixação de índices.

O problema do salário é dramático e afeta profundamente a família trabalhadora brasileira. Se o governo quer humanizar, ele não pode pretender que isso se faça de forma paternalística, outorgando novos níveis de salário à massa dos trabalhadores ou dos empregados do Brasil como uma dádiva. Precisa reconhecer, como exige a Constituição, que os organismos sindicais são órgãos consultivos e técnicos do poder público. É preciso ouvir aqueles que se organizam para lutar por maior justiça. Se o governo não tiver como aliada a classe trabalhadora na fixação desses índices, ele não conseguirá fazer justiça.

Ganha hoje significação e importância, em todo o mundo, a participação da própria comunidade na solução dos seus problemas, contra as fórmulas paternalistas, de índole estatista, capitalista ou fascista. Embora óbvio, nem por isso deixa de ser o mais melancólico

dos pressupostos da realidade da República brasileira atual o pressuposto de que há uma fraude na aferição do resíduo inflacionário que compõe a fórmula para fixação dos salários. De fato, admitir que o governo fraude em matéria de alta gravidade para a vida de tantas centenas de milhares de famílias é admitir algo muito sério.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 1/5/1968.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 2.036, de 1968 – Determina o pagamento de salário-família aos trabalhadores em gozo de benefícios ou desempregados.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 1/12/1969.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 2.184, de 1970 – Assegura o pagamento do salário-família, sem discriminação aos aposentados pelo INPS.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 30/6/1970.

Assunto: aposentadorias, pensões e benefícios do INPS

Projeto de Lei nº 2.227, de 1970 – Determina que o reajustamento das aposentadorias, pensões e outros benefícios do INPS seja feito na mesma data da alteração do salário mínimo.

Justificativa – Atualmente as aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pela Previdência Social são reajustados somente sessenta dias após a vigência do novo salário mínimo. Essa situação é injusta e, dado o achatamento que vem sofrendo o salário mínimo, pode ser considerada desumana. Na mesma data da elevação do salário, em igual proporção, dá-se a arrecadação de contribuições do INPS. Não é justo que haja um critério para receber contribuições e outro para pagar benefícios. Da mesma forma, não é justo que, sujeitos à mesma elevação do custo de vida, iguais perante a lei, os aposentados só comecem a receber o reajustamento sessenta dias depois dos empregados em atividade. Além disso, é até mesmo desesperadora a situação dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, principalmente pelo

fato de receberem, na maioria dos casos, mensalidades inferiores ao salário mínimo.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 1/8/1970.

Assunto: habitação popular

Projeto de Lei nº 2.257, de 1970 – Determina que o certificado de regularidade de situação não será exigido dos proprietários de casa popular, quando construída pelo próprio dono e seus familiares com a cooperação espontânea de terceiros.

Justificativa – Para a solução do problema da casa própria é frequente no Brasil a prática do mutirão: famílias de trabalhadores aproveitam os seus dias de folga para, com o trabalho próprio e o auxílio de parentes, vizinhos ou amigos, sem qualquer remuneração, construir seu modesto lar.

O mutirão é um exemplo de trabalho cooperativo da maior significação econômica, social e humana, e sua prática no Brasil tem sido citada elogiosamente em congressos internacionais de habitação. É, por isso, estranhável que essa atividade esteja sendo praticamente impedida por alguns setores da administração pública em virtude da inexata interpretação de alguns dispositivos legais. O que tem ocorrido é que humildes trabalhadores, depois de construírem seu pequeno e modesto lar, são impedidos de fazer a averbação no registro de imóveis. E, se tal não bastasse, ainda têm a surpresa de se verem cobrados e até executados pelo INPS por contribuições indevidas e arbitrariamente calculadas por metro quadrado, segundo tabelas do instituto.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 20/8/1970.

Assunto: língua espanhola

Projeto de Lei nº 425, de 1995 – Dispõe sobre o ensino obrigatório da língua espanhola nos estabelecimentos de ensino de segundo grau.

Justificativa – O objetivo é concorrer para o fortalecimento da integração cultural da América Latina. A importância da medida proposta ganha maior significação com o atual processo de formação do Mercosul. A introdução da língua espanhola e da língua portuguesa nas escolas do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai favorecerá a

integração cultural e o aperfeiçoamento da comunicação entre países da região.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 29/6/1995.

Assunto: Previdência Social

Projeto de Lei nº 502, de 1995 – Assegura aos trabalhadores e empregadores participação na direção da Previdência Social e promove sua descentralização administrativa.

Justificativa – A estrutura da Previdência está errada. O governo manda sozinho. Empregados e empregadores são os maiores interessados no bom funcionamento da Previdência Social. Devem participar de sua direção. Essa participação é consagrada pela generalidade das nações democráticas.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 8/8/1995.

Assunto: voto distrital misto

Projeto de Lei nº 1.306, de 1995 – Institui o voto distrital misto e dá outras providências.

Justificativa – O sistema distrital misto fortalece os partidos e as regiões, torna as leis mais representativas e reduz a influência do poder econômico.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 13/1/1996.

Assunto: radiodifusão

Projeto de Lei nº 1.663, de 1996 – Regulamenta o serviço especial de radiodifusão sonora comunitária e dá outras providências.

Justificativa – Elas não são “rádios-pirata”, nem clandestinas. Atuam abertamente com apoio da população, em milhares de comunidades brasileiras como meio de comunicação local. Prestam relevantes serviços de informação e divulgação das iniciativas da comunidade. Atuam na defesa da população em casos de acidentes, enchentes e outras calamidades localizadas em bairros e municípios. E constituem poderoso instrumento em defesa das artes, folclore e culturas típicas de cada região. Além disso, as rádios comunitárias são grandes geradoras

de emprego e trabalho para a população em todo o território nacional. Estamos convencidos da importância de dotarmos as pequenas comunidades de um canal legítimo para a livre expressão de sua cultura e para a discussão e solução de seus problemas locais.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados* de 12/4/1996.

Assunto: salário-família

Projeto de Lei nº 2.222, de 1996 – Eleva a renda mensal de setores mais pobres da população, atualizando o valor do salário-família devido aos trabalhadores.

Justificativa – Mais grave do que o sofrimento dos famintos é a inconsciência dos fartos. Não é um estímulo à natalidade, porque é inferior ao custo da manutenção de uma criança, mas apoio à família trabalhadora.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados* de 13/8/1996.

Assunto: fidelidade partidária

Proposta de Emenda à Constituição nº 499, de 1997 – Introduz o princípio da fidelidade partidária no ordenamento jurídico brasileiro.

Justificativa – A fidelidade partidária é um dos instrumentos necessários ao aperfeiçoamento de nossa vida pública. As freqüentes mudanças de partido por conveniência pessoal constituem um desrespeito ao programa partidário, à vontade do eleitorado e, acima de tudo, a uma exigência ética.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados* de 23/8/1997.

Assunto: urbanização

Projeto de Lei nº 4.493, de 1998 – Proíbe a impermeabilização total dos terrenos urbanos.

Justificativa – As enchentes constituem um dos mais graves problemas com que se deparam as cidades brasileiras, mormente nas áreas metropolitanas. As grandes cidades enfrentam as enchentes com tanta freqüência, que o controle é dos primeiros desafios para as administrações municipais.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados* de 30/5/1998.

Projetos de lei do senador

Assunto: consumidor

Projeto de Lei nº 1.624, de 1973 – Torna obrigatória a indicação de preço nas mercadorias expostas a venda e dá outras providências.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 1/11/1973.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 2.078, de 1974 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família na forma da lei civil.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 6/8/1974.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 2.202, de 1975 – Eleva de 5% para 10% do salário mínimo a quota de salário-família devida aos empregados, por filho menor de quatorze anos ou inválido de qualquer idade.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 8/3/1975.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 1.947, de 1976 – Concede estabilidade provisória à empregada gestante.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 7/4/1976.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 3.728, de 1977 – Assegura o amparo da Previdência Social aos segurados incapazes para o trabalho nos casos que indica.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 9/6/1977.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 4.372, de 1977 – Restabelece, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes do trabalho.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 8/11/1977.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 2.504, de 1977 – Estende aos vigias o regime de jornada de trabalho de oito horas.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 24/11/1977.

Assunto: relações trabalhistas

Projeto de Lei nº 2.830, de 1980 – Concede aos empregados domésticos férias anuais remuneradas de trinta dias corridos, após cada período de doze meses de trabalho.

Fonte: *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 26/4/1980.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abel Rafael (Abel Rafael Pinto)

• *aparte*, 80, 81

Abreu, João Leitão de, 41

Abreu, Leitão de **ver** Abreu, João Leitão de

Adenauer, Konrad, 9, 181-192, 250, 265

Aécio Neves (Aécio Neves da Cunha), 278

• *aparte*, 277

Afonso, Almino Monteiro Álvares **ver**

Almino Afonso

Afonso Arinos (Afonso Arinos de Melo Franco), 49, 265

Afonso, Almino **ver** Almino Afonso

Agostino, Carmelo D' **ver** Carmelo D'Agostino

Agripino, João **ver** João Agripino

Agripino Filho, João **ver** João Agripino

Alberto Goldman (Alberto Goldman), 40

Alberto Pasqualini (Alberto Pasqualini), 82, 265

Albuquerque, José Lins **ver** José Lins

Alceu Collares (Alceu de Deus Collares), 288

Alckmin, Geraldo **ver** Geraldo Alckmin Filho

Alckmin Filho, Geraldo **ver** Geraldo Alckmin Filho

Alde Sampaio (Alde Feijó Sampaio)

• *aparte*, 215, 215, 217

Alencastro Guimarães (Napoleão de

Alencastro Guimarães), 154

Alessandri Rodríguez, Jorge, 98

Alexandre Cardoso (Alexandre Aguiar Cardoso)

• *aparte*, 279

Almeida, Cândido Antônio José Francisco Mendes de **ver** Cândido Mendes

Almeida, João **ver** João Almeida

Almeida, José Newton de **ver** Baptista, José Newton de Almeida, *bispo*

Almino Afonso (Almino Monteiro Álvares Afonso), 38, 39, 40, 242, 258

Alves, Cardoso **ver** Alves, Roberto Cardoso

Alves, Roberto Cardoso, 40, 45

Alves Sobrinho, Eduardo Jorge Martins **ver** Eduardo Jorge

Amaral Furlan (Antônio Oswaldo do Amaral Furlan)

• *aparte*, 79

Amaral Peixoto (Ernani do Amaral Peixoto), 38

Amoroso Lima, Alceu, 9, 11, 26, 265

Andrada, Bonifácio José Tamm de **ver** Bonifácio de Andrada

Andrade, Auro Soares de Moura **ver** Moura Andrade

Andrade, Moura **ver** Moura Andrade

Andrade, Oswald de, 31

Aníbal, José **ver** José Aníbal

Ant, Clara, 21

Aquino, Tomás de **ver** Tomás de Aquino, s.

Araújo, José Ribamar Ferreira de **ver** José Sarney

Arinos, Afonso **ver** Afonso Arinos

Armando Correa (Armando de Souza Correa)

• *aparte*, 222, 223, 224

Arndt, Werner, 186

Arno Arnt (Arno Fernando Arnt), 88

• *aparte*, 68, 80, 85

Arnt, Arno Fernando **ver** Arno Arnt

Arns, Paulo Evaristo, *bispo*, 42, 43, 46

Arraes, Miguel **ver** Miguel Arraes

Arruda Câmara (Alfredo de Arruda Câmara), 190

Arthur da Távola (Paulo Alberto

Moretzsohn Monteiro de Barros), 242

Ataíde, Tristão de **ver** Amoroso Lima, Alceu

Aylwin Azócar, Patrício, 266

Azócar, Patrício Aylwin **ver** Aylwin Azócar, Patrício

B

Balzac, Honoré de, 34
 Barbosa, Rui **ver** Rui Barbosa
 Bardino, Luigi Biondi, *marquês de*, 112
 Barreto, José Maurício Linhares **ver** José Maurício
 Barros, Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro
 de **ver** Artur da Távola
 Batista, Fulgêncio **ver** Batista y Zaldívar,
 Fulgêncio
 Batista Pereira, Antonio, 144
 Baptista, José Newton de Almeida, *bispo*,
 111, 115
 Batista y Zaldívar, Fulgêncio, 110
 Belém, Fafá de **ver** Fafá de Belém
 Benedito Ferreira (Benedito Vicente Ferreira),
 205, 207
 • *aparte*, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199,
 200, 201, 217, 219, 220, 221, 222, 223
 Bergson, Henri, 26
 Bernardone, Francesco **ver** Francisco de
 Assis, s.
 Bierrembach, Flávio Flores da Cunha **ver**
 Flávio Bierrembach
 Biondi, Luigi **ver** Bardino, Luigi Biondi,
marquês de
 Bolívar, Simón, 256
 Bolívar y Palacios, Simón José Antonio de la
 Santísima Trinidad **ver** Bolívar, Simón
 Bonaparte, Napoleão **ver** Napoleão I, *da*
França
 Bonifácio de Andrada (Bonifácio José Tamm
 de Andrada), 280
 • *aparte*, 280
 Borges, Jorge Luis, 55
 Bosco, Dom **ver** Bosco, João Melchior, s.
 Bosco, Giovanni Melchior **ver** Bosco, João
 Melchior, s.
 Bosco, João Melchior, s., 239, 240
 Braga, Roberto Saturnino **ver** Saturnino
 Braga
 Braga, Saturnino **ver** Saturnino Braga
 Branco, Humberto de Alencar Castelo **ver**
 Castelo Branco, Humberto de Alencar
 Brisolla, Octávio Pinheiro **ver** Pinheiro
 Brisolla

Brisolla, Pinheiro **ver** Pinheiro Brisolla
 Brito, Raimundo de Souza **ver** Raimundo
 Brito
 Brizola, Leonel **ver** Leonel Brizola
 Brizzola, Leonel de Moura **ver** Leonel Brizola
 Brochado da Rocha (Francisco de Paula
 Brochado da Rocha), 108
 Brum, Jairo **ver** Jairo Brum
 Brum, Jethro Jairo de Macedo **ver** Jairo
 Brum
 Brunini, Raul **ver** Raul Brunini
 Brunini Filho, Raul **ver** Raul Brunini
 Buda, 56
 Buzzi, Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi
 Pecci Prosperi **ver** Leão PP XIII

C

Café Filho (João Fernandes Campos Café
 Filho), 154
 Café Filho, João Fernandes Campos **ver** Café
 Filho
 Caldera, Rafael **ver** Caldera Rodríguez,
 Rafael Antonio
 Caldera Rodríguez, Rafael Antonio, 250, 251,
 252, 253, 254, 255, 256, 266
 Câmara, Alfredo de Arruda **ver** Arruda
 Câmara
 Câmara, Arruda **ver** Arruda Câmara
 Câmara, Hélder Pessoa, *bispo*, 242, 262
 Camargo, Candido Procópio Ferreira de, 43
 Camargo, Procópio **ver** Camargo, Candido
 Procópio Ferreira de
 Campos, Haroldo Eurico Browne de, 11
 Campos, Wilson de Queiroz **ver** Wilson
 Campos
 Cândido Mendes (Cândido Antônio José
 Francisco Mendes de Almeida), 12
 Cantídio Sampaio (Cantídio Nogueira
 Sampaio), 197, 202
 • *aparte*, 195, 201, 202, 203, 204
 Cardijn, Joseph Leo, *cardeal*, 10, 120
 Cardoso, Alexandre Aguiar **ver** Alexandre
 Cardoso
 Cardoso, Fernando Henrique **ver** Fernando
 Henrique Cardoso

Carlos Lacerda (Carlos Frederico Werneck Lacerda), 12, 184
 Carmelo D'Agostino (Carmelo D'Agostino)
 • *aparte*, 93, 94
 Carvalho, Cid Rojas Américo **ver** Cid Carvalho
 Carvalhosa, Modesto Souza Barros, 29
 Castelo Branco, Humberto de Alencar, 211, 212, 213
 Castro, Fidel, 110
 Castro, Josué Apolônio de **ver** Josué de Castro
 Castro Ruiz, Fidel **ver** Castro, Fidel
 Cavalcanti, Pedro, 27, 33, 35, 36
 Chagas Rodrigues (Francisco das Chagas Caldas Rodrigues)
 • *aparte*, 156, 157, 159
 Chardin, Pierre Teilhard de **ver** Teilhard de Chardin, Pierre
 Chaves, Eloy de Miranda **ver** Eloy Chaves
 Chaves, João Pacheco e **ver** Pacheco Chaves
 Chaves, Pacheco **ver** Pacheco Chaves
 Chesterton, Gilbert Keith, 250
 Chiaramonti, Luigi Barnaba Gregorio **ver** Pio PP VII
 Cid Carvalho (Cid Rojas Américo Carvalho)
 • *aparte*, 66
 Clodomir Millet (Clodomir Teixeira Millet)
 • *aparte*, 135, 136, 137, 138
 Clóvis Stenzel (Clóvis Stenzel)
 • *aparte*, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213
 Coimbra, Daso de Oliveira **ver** Daso Coimbra
 Collares, Alceu de Deus **ver** Alceu Collares
 Collor, Fernando **ver** Fernando Collor
 Colombo de Souza (José Colombo de Souza), 85, 86, 88
 • *aparte*, 84, 85
 Corção, Gustavo, 11
 Correa, Armando de Souza **ver** Armando Correa
 Costa, José Sarney da **ver** José Sarney
 Costa e Silva, Artur da **ver** Silva, Artur da Costa e
 Covas, Mário **ver** Mário Covas
 Covas Júnior, Mário **ver** Mário Covas

Cristo, Jesus **ver** Jesus Cristo
 Crusius, Yeda Rorato **ver** Yeda Cruzius
 Cunha, Aécio Neves da **ver** Aécio Neves

D

D'Agostino, Carmelo **ver** Carmelo D'Agostino
 Daniel Faraco (Daniel Agostinho Faraco)
 • *aparte*, 201, 202, 203, 204
 Dantas, João Carlos Tourinho **ver** Tourinho Dantas
 Dantas, Francisco Clementino de San Tiago **ver** Saniago Dantas
 Dantas, Santiago **ver** Santiago Dantas
 Dantas, San Tiago **ver** Santiago Dantas
 Dantas, Tourinho **ver** Tourinho Dantas
 Dante de Oliveira (Dante Martins de Oliveira), 26, 291, 294
 Darci Ribeiro (Darci Ribeiro), 242
 Davi, *de Israel*, 113
 Daso Coimbra (Daso de Oliveira Coimbra)
 • *aparte*, 133, 134
 De Gasperi, Alcide, 9, 95, 184, 186, 190, 250, 265
 Del Mayo, Victor, 240
 Delfim Netto (Antônio Delfim Netto), 199
 Dias, José Carlos, 24, 47
 Dias, Heitor **ver** Heitor Dias
 Dória Júnior, João, 25
 Durand, Paul, 231
 Dzhugashvili, Iosif Vissarionovich **ver** Stalin

E

Eco, Umberto, 36
 Eduardo Jorge (Jorge Martins Alves Sobrinho), 278, 279
 • *aparte*, 278
 Einstein, Albert, 36
 Eisenhower, Dwight David, 93
 Elias Murad (José Elias Murad)
 • *aparte*, 231
 Eloy Chaves (Eloy de Miranda Chaves), 235, 286
 Escobar, Maria Ruth dos Santos Escobar, 24, 47

Escobar, Ruth **ver** Escobar, Maria Ruth dos Santos Escobar
 Euclides Triches (Euclides Triches)
 • *aparte*, 127, 128

F

Faber, Frederick William, *padre*, 113
 Facio, Gonzalo **ver** Facio Segreda, Gonzalo
 Facio Segreda, Gonzalo, 87
 Fafá de Belém, *pseud de* Maria de Fátima Palha de Figueiredo, 291
 Faraco, Daniel Agostinho **ver** Daniel Faraco Faria, Otávio de, 11
 Farias, Paulo César Cavalcante, 278
 Fernando Collor (Fernando Affonso Collor de Mello), 278
 Fernando Gasparian (Fernando Gasparian), 37
 Fernando Henrique Cardoso (Fernando Henrique Cardoso), 14, 19, 23, 24, 37, 41, 241, 242, 254, 265, 267, 283, 292, 302
 FHC **ver** Fernando Henrique Cardoso
 Figueiredo, João **ver** Figueiredo, João Batista de Oliveira
 Figueiredo, João Batista de Oliveira, 24, 39, 47, 293
 Figueiredo, Maria de Fátima Palha de **ver** Fafá de Belém
 Flávio Bierrembach (Flávio Flores da Cunha Bierrembach), 39
 Francisco de Assis, s., 56, 68
 Franco, Affonso Arinos de Melo **ver** Afonso Arinos
 Franco, Francisco **ver** Franco Bahamonde, Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo
 Franco Bahamonde, Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo, 96
 Frei, Eduardo **ver** Ruiz-Tagle, Eduardo Frei
 Frei Montalva, Eduardo Nicanor, 65, 239, 242, 243
 Frondizi, Arturo, 98
 Furlan, Amaral **ver** Amaral Furlan
 Furlan, Antônio Oswaldo do Amaral **ver** Amaral Furlan
 Furtado, Celso Monteiro, 242

G

Gabriel Hermes (Gabriel Hermes Filho)
 • *aparte*, 163
 Gabriel Passos (Gabriel de Resende Passos), 64, 198
 • *aparte*, 64
 Gale, Natal **ver** Natal Gale
 Garcia, Clóvis, 76, 77
 Gaspari, Elio, 56
 Gasparian, Fernando **ver** Fernando Gasparian
 Gasparini, Welson **ver** Welson Gasparini
 Gaulle, Charles André Joseph Marie de, 66
 Gautama, Siddhartha **ver** Buda, 56
 Genevois, Margarida, 42
 Geraldo Alckmin Filho (Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho), 14, 28, 42, 52
 Getúlio Vargas (Getúlio Dornelles Vargas), 12, 13, 265, 278
 Giannotti, José Artur, 34
 Goldman, Alberto **ver** Alberto Goldman
 Gomes, Severo Fagundes **ver** Severo Gomes
 Gordon, Abraham Lincoln, 171
 Gordon, L. **ver** Gordon, Abraham
 Gordon, Lincoln **ver** Gordon, Abraham Lincoln
 Görgen, Hermann, 186
 Goulart, João Belchior Marques **ver** João Goulart
 Grama **ver** Magalhães Teixeira
 Graziano, Xico **ver** Xico Graziano
 Graziano Neto, Francisco **ver** Xico Graziano
 Gregori, José, 39, 42, 47, 48, 292
 Grouès, Henri **ver** Pierre, Abbé
 Gudin, Eugênio, 61, 98
 Guerreiro Ramos (Alberto Guerreiro Ramos), 12
 Guilherme Machado (Guilherme Machado), 149
 • *aparte*, 149
 Guimarães, Alencastro **ver** Alencastro Guimarães
 Guimarães, Napoleão de Alencastro **ver** Alencastro Guimarães

Guimarães, Ulysses Silveira **ver** Ulysses
Guimarães
Gushiken, Luiz **ver** Luiz Gushiken

H

Hamilton Nogueira (Hamilton de Lacerda
Nogueira), 60, 62, 63
• *aparte*, 60, 61, 62, 63
Hamilton, Zé **ver** Ribeiro, José Hamilton
Hardy, Alfredo Toro **ver** Toro-Hardy, Alfredo
Harris, Seymour Edwin, 64
Hashim, Abu al-Qasim Muhammad ibn 'Abd
Allah ibn 'Abd al-Muttalib ibn **ver** Maomé
Heitor Dias (Heitor Dias Pereira)
• *aparte*, 182
Hélio Machado (Hélio Ferreira Machado), 90
• *aparte*, 83
Henrique, Luiz **ver** Luiz Henrique
Herbet Levy (Herbet Victor Levy), 73, 173
Herculino, João **ver** João Herculino
Hermes, Gabriel **ver** Gabriel Hermes
Hermes Filho, Gabriel **ver** Gabriel Hermes
Hitler, Adolf, 190
Humberto Lucena (Humberto Coutinho de
Lucena)
• *aparte*, 78

I

Israili, Mussa bin Maimun ibn Abdallah al-
Kurtubi al- **ver** Maimônides, Moses

J

Jaguaribe, Hélio **ver** Matos, Hélio Jaguaribe
de
Jairo Brum (Jethro Jairo de Marcelo Brum)
• *aparte*, 222
Janari Nunes (Janari Gentil Nunes)
• *aparte*, 188
Jango **ver** João Goulart
Jânio Quadros (Jânio da Silva Quadros) 12,
154, 215, 278
Jaguará, Erivaldo, 124

Jarbas Vasconcelos (Jarbas de Andrade
Vasconcelos), 47
Jaques Wagner (Jaques Wagner)
• *aparte*, 293
Jesus Cristo, 114, 116, 117, 119
João Agripino (João Agripino Filho), 59, 70
João Almeida (João Almeida dos Santos)
• *aparte*, 280
João Goulart (João Belchior Marques
Goulart), 278
João Herculino (João Herculino Souza
Lopes)
• *aparte*, 191
João Meneses (João de Paiva Meneses)
• *aparte*, 62, 63, 81
João Paulo PP II, 229
João PP XXIII, 111-119, 189
Johnson, Lyndon Baines, 170, 171
José Aníbal (José Aníbal Peres de Pontes),
50
José Lins (José Lins de Albuquerque), 290
José Maurício (José Maurício Linhares
Barreto), 281
• *aparte*, 282
José Sarney (José Ribamar Ferreira de
Araújo), 53, 308
José Serra (José Serra), 5, 14, 19, 24, 38, 39,
40, 45, 48, 50, 242, 282
Jordão, Fátima, 23
Jorge, Eduardo **ver** Eduardo Jorge
Jost, Nestor **ver** Nestor Jost
Josué de Castro (Josué Apolônio de Castro),
68
• *aparte*, 68
Juscelino Kubitschek (Juscelino Kubitschek
de Oliveira), 188, 239, 240, 278

K

Kennedy, John Fitzgerald, 170, 171
Kissinger, Henry Alfred, 300
Kubitschek, Juscelino **ver** Juscelino
Kubitschek
Kipling, Rudyard, 55

L

- Lacerda, Carlos Frederico Werneck de **ver**
 Carlos Lacerda
 Lamounier, Bolívar, 266, 283
 Leão PP XIII, 114, 115, 189
 Lebon, Joseph, *padre*, 60
 Lebret, Joseph **ver** Lebret, Loius-Joseph
 Lebret, Loius-Joseph, 72, 250, 265
 Lembo, Cláudio Salvador, 42
 Leonel Brizola (Leonel de Brizzola), 21, 23,
 39, 292
 Leopoldo Peres (Leopoldo Peres Sobrinho)
 • *aparte*, 215
 Levy, Herbet Victor **ver** Herbet Levy
 Lima, Alceu Amoroso **ver** Amoroso Lima,
 Alceu
 Lima, Chopin Tavares de, 43
 Lima, Jorge de, 11
 Lima, Jorge da Cunha, 14, 15, 37, 42
 Lino Rossi (Laudnir Lino Rossi), 288
 Lins, José **ver** José Lins
 Lombardo, Antônio, 231
 Lopes, João Herculino Souza **ver** João Herculino
 Lopes, Paulo Sarasate Ferreira **ver** Paulo Sarasate
 Lucena, Humberto Coutinho de **ver**
 Humberto Lucena
 Luís Inácio Lula da Silva (Luís Inácio Lula da
 Silva), 23, 41, 51, 292
 Luiz Gushiken (Luiz Gushiken), 280
 • *aparte*, 280
 Luiz Henrique (Luiz Henrique da Silveira), 47
 Lula **ver** Luís Inácio Lula da Silva

M

- Macarini, Paulo **ver** Paulo Macarini
 Machado, Guilherme **ver** Guilherme
 Machado
 Machado, Hélio Ferreira **ver** Hélio Machado
 Machado Filho, Alexandre Marcondes **ver**
 Marcondes Filho
 Magalhães, Sérgio **ver** Sérgio Magalhães
 Magalhães Júnior, Cesário Nazianzeno de
 Azevedo Mota, 153

- Magalhães Júnior, Sérgio Nunes **ver** Sérgio
 Magalhães
 Magalhães Teixeira (José Roberto
 Magalhães Teixeira), 41
 Maimon, Moshe ben **ver** Maimônides,
 Moses
 Mangabeira, Otávio **ver** Otávio Mangabeira
 Maomé, 56
 Marcondes Filho (Alexandre Marcondes
 Machado Filho), 265
 Mário Covas (Mário Covas Júnior), 43, 44,
 45, 49
 • *aparte*, 157
 Marin, José Maria, 303
 Maritain, Jacques 9, 26, 27, 28, 35, 166, 233,
 250, 252, 259, 265, 266
 Mário Martins (Mário de Souza Martins), 88
 • *aparte*, 69, 85
 Marshall, Thurgood, 277
 Martins, Helio Leôncio, 90
 Martins, Mário de Souza **ver** Mário Martins
 Maschio, Antonio, 25
 Matos, Hélio Jaguaribe de, 12, 268
 Maurício, José **ver** José Maurício
 Mayo, Victor Del **ver** Del Mayo, Victor Del
 Mayo
 Medeiros Neto (Luiz Medeiros Neto)
 • *aparte*, 190
 Medeiros Neto, Luiz **ver** Medeiros Neto)
 Médici, Emílio Garrastazu, 205
 Mello, Fernando Affonso Collor de **ver**
 Fernando Collor
 Mendes, Cândido **ver** Cândido Mendes
 Mendes, Murillo **ver** Murillo Mendes
 Meneses, João de Paiva **ver** João Meneses
 Miguel Arraes (Miguel Arraes de Alencar),
 39
 Miller, Charles William, 292
 Millet, Clodomir Teixeira **ver** Clodomir Millet
 Milton Reis (Milton Reis)
 • *aparte*, 128
 Mirkine-Guetzevitch, Boris Serguerievitch,
 232
 Mitterrand, François, 262
 Monroe, James, 65

Montalva, Eduardo Nicanor Frei **ver** Frei
 Montalva, Eduardo Nicanor
 Montini, Giovanni Battista **ver** Paulo PP VI
 Montoro, José Ricardo Franco, 45
 Montoro, Luci Pestana Silva Franco, 43, 257
 Montoro, Mônica Franco, 258
 Montoro, Ricardo **ver** Montoro, José Ricardo
 Franco
 Montoro Filho, André Franco, 45
 Moreira, José Guimarães Neiva **ver** Neiva
 Moreira
 Moreira, Neiva **ver** Neiva Moreira
 Mota, Cesáreo **ver** Magalhães Júnior,
 Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota
 Mota, Sérgio Roberto Vieira da, 37
 Mota Filho, Cândido, 154
 Mouchez, Amedée Ernest Barthélémy, 84
 Mounier, Emmanuel, 26, 250, 265
 Moura Andrade (Auro Soares de Moura
 Andrade), 26
 Mujalem Saffle, José, 71
 Muñoz, Heraldo **ver** Muñoz Valenzuela,
 Heraldo
 Muñoz Valenzuela, Heraldo Munôz, 241
 Murad, Elias **ver** Elias Murad
 Murad, José Elias **ver** Elias Murad
 Murillo Mendes (Murilo Mendes Rocha), 11

N

Napoleão I, *da França*, 114
 Nasser, Gamal Abdel, 97
 Natal Gale (Natal Gale), 37
 Nehru, Jawaharal, 97
 Neiva Moreira (José Guimarães Neiva
 Moreira), 281
 • *aparte*, 281
 Nelson Omegna (Nelson Baker Omegna), 88
 Nestor Jost (Nestor Jost)
 • *aparte*, 86
 Netto, Antônio Delfim **ver** Delfim Netto
 Netto, Delfim *ver* Delfim Netto
 Neves, Aécio **ver** Aécio Neves
 Nilton Veloso (Nilton Moreira Veloso), 148
 Nobre, José de Souza **ver** Padre Nobre
 Nogueira, Antônio Martins, 124

Nogueira, Hamilton de Lacerda **ver**
 Hamilton Nogueira
 Nunes, Janari **ver** Janari Nunes
 Nunes, Leôncio *ver* Martins, Helio Leôncio

O

Oliveira, Áurea Yolanda de, 124
 Oliveira, Chico de **ver** Oliveira, Francisco de
 Oliveira, Francisco de, 38
 Oliveira, Juscelino Kubitschek **ver** Juscelino
 Kubitschek
 Oliveira, Dante Martins de **ver** Dante de
 Oliveira
 Oliveira, Rui Barbosa **ver** Rui Barbosa
 Omegna, Neson Baker **ver** Nelson Omegna
 Orestes Quércia (Orestes Quércia), 23, 37, 40,
 43, 44, 45, 307, 311, 312
 Osasco, João Batista Cândido, 124
 Otávio Mangabeira (Otávio Mangabeira),
 163

P

Pacelli, Eugenio Maria Giuseppe Giovanni
ver Pio PP XII
 Pacheco Chaves (João Pacheco e Chaves),
 37, 38
 Padre Nobre (José de Souza Nobre)
 • *aparte*, 220, 221
 Padin, Cândido, *bispo*, 9, 11
 Padin, Rubens **ver** Padin, Cândido, *bispo*
 Paiva, Maria José, 124
 Pasquale, Carlos, 154
 Pasqualini, Alberto **ver** Alberto Pasqualini
 Passos, Gabriel de Resende **ver** Gabriel
 Passos
 Paulo de Tarso (Paulo de Tarso Santos), 242
 • *aparte*, 65
 Paulo Macarini (Paulo Macarini), 160
 • *aparte*, 160
 Paulo PP VI, 232
 Paulo Renato Souza (Paulo Renato Costa
 Souza), 49
 Paulo Sarasate (Paulo Sarasate Ferreira
 Lopes), 162

Pazzianotto, Almir **ver** Pinto, Almir
 Pazzianotto
 PC **ver** Farias, Paulo Cesar Cavalcante
 PC Farias **ver** Farias, Paulo Cesar Cavalcante
 Pedro, *apóstolo*, 112, 114
 Pedro Simon (Pedro Jorge Simon), 37
 Peixoto, Amaral **ver** Amaral Peixoto
 Peixoto, Ernani do Amaral **ver** Amaral
 Peixoto
 Pereira, Antonio Batista **ver** Batista Pereira,
 Antonio
 Pereira, Armando Temperani **ver** Temperani
 Pereira
 Pereira, Heitor Dias **ver** Heitor Dias
 Pereira, Temperani **ver** Temperani Pereira
 Peres, Leopoldo **ver** Leopoldo Peres
 Peres Sobrinho, Leopoldo **ver** Leopoldo
 Peres
 Pierre, abade **ver** Pierre Abbé
 Pierre, Abbé, *pseud. de Henri Grouès*, 140,
 141
 Pilla, Raul **ver** Raul Pilla
 Pinheiro Brisolla (Octávio Pinheiro Brisolla),
 131
 • *aparte*, 130-131, 132, 138, 139
 Pinto, Abel Rafael **ver** Abel Rafael
 Pinto, Almir Pazzianotto, 21
 Pio PP VII, 114
 Pio PP X, s., 112, 114
 Pio PP XI, 112, 114
 Pio PP XII, 73, 141, 189
 Pereira, Bresser **ver** Pereira, Luís Carlos
 Bresser Gonçalves
 Pereira, Luís Carlos Bresser Gonçalves, 48
 Platão, 36
 Plínio Sampaio (Plínio Soares de Arruda
 Sampaio), 38, 39, 40, 242
 Pontes, José Aníbal Peres de **ver** José Aníbal
 Pereira, José Luiz Portella, 44, 45

Q

Quadros, Jânio da Silva **ver** Jânio Quadros
 Queiroz Filho (Antônio de Queiroz Filho),
 190
 Queiroz Filho, Antônio de **ver** Queiroz Filho
 Quércia, Orestes **ver** Orestes Quércia

R

Rafael, Abel **ver** Abel Rafael
 Raimundo Brito (Raimundo de Souza Brito)
 • *aparte*, 186
 Rambam **ver** Maimônides, Moses
 Ramos, Alberto Guerreiro **ver** Guerreiro
 Ramos
 Ramos, Guerreiro **ver** Guerreiro Ramos
 Ramos, Rui Vitorino **ver** Rui Ramos
 Ratti, Ambrogio Damiano Achille **ver** Pio
 PP XI
 Raul Brunini (Raul Brunini Filho)
 • *aparte*, 184
 Raul Pilla (Raul Pilla), 277
 Reinhold Stephanes (Reinhold Stephanes),
 235
 Reis, Milton **ver** Milton Reis
 Renato, Paulo **ver** Paulo Renato Souza
 Resende, Oto Lara, 291
 Reyes, Tomás **ver** Reyes Vicuña, Tomás
 Reyes Vicuña, Tomás, 77
 Ribeiro, Darci **ver** Darci Ribeiro
 Ribeiro, José Hamilton, 23
 Rocha, Brochado da **ver** Brochado da Rocha
 Rocha, Francisco de Paula Brochado da **ver**
 Brochado da Rocha
 Rocha, Murilo Mendes **ver** Murillo Mendes
 Rodrigues, Chagas **ver** Chagas Rodrigues
 Rodrigues, Francisco das Chagas Caldas **ver**
 Chagas Rodrigues
 Rodríguez, Jorge Alessandri **ver** Alessandri
 Rodríguez, Jorge
 Rodríguez Zapatero, José Luis **ver** Zapatero,
 José Luis Rodríguez
 Roland Corbisier (Roland Cavalcanti de
 Albuquerque Corbisier), 12
 Roncalli, Angelo Giuseppe **ver** João PP XXIII
 Roosevelt, Franklin Delano, 10
 Rossi, Laudnir Lino **ver** Lino Rossi
 Rossi, Lino **ver** Lino Rossi
 Rostow, Walt Whitman, 171
 Rui Barbosa (Rui Barbosa de Oliveira), 277
 Rui Ramos (Rui Vitorino Ramos), 89
 • *aparte*, 88

Ruiz-Tagle, Eduardo Frei, 65, 190, 239, 243-249, 250, 266

S

Salazar, Antonio de Oliveira, 96
Salomão, *de Israel*, 113
Samir Achôa (Samir Achôa), 39, 40
Sampaio, Alde Feijó **ver** Alde Sampaio
Sampaio, Cantídio Nogueira **ver** Cantídio Sampaio
Sampaio, João, 12
Sampaio, Plínio Soares de Arruda **ver** Plínio Sampaio
Santiago Dantas (Francisco Clementino de San Tiago Dantas), 59, 70, 71
Santos, João Almeida **ver** João Almeida
Santos, Osmar, 47
Santos, Paulo de Tarso **ver** Paulo de Tarso
Sarasate, Paulo **ver** Paulo Sarasate
Sarney, José **ver** José Sarney
Sarto, Giuseppe Melchiorre **ver** Pio PP X, s.
Saturnino Braga (Roberto Saturnino Braga), 71
Sayad, João, 48
Schumann, Maurice, 9, 184, 186, 190, 250, 265
Schweitzer, Albert, 192
Sérgio Magalhães (Sérgio Nunes Magalhães Júnior)
• *aparte*, 68, 69, 70, 71
Serres, Michel, 35
Severo Gomes (Severo Fagundes Gomes), 43
Silva, Amaro Vieira da, 124
Silva, Artur da Costa e, 214
Silva, Luís Inácio Lula da **ver** Luís Inácio Lula da Silva
Silveira, Luiz Henrique da **ver** Luiz Henrique
Simon, Pedro Jorge **ver** Pedro Simon
Smathers, George Armistead, 84
Soares, Maurício, 21
Sócrates, 36
Sodré, Abreu **ver** Sodré, Roberto Costa de Abreu
Sodré, Roberto Costa de Abreu, 26

Souza, Colombo de **ver** Colombo de Souza
Souza, José Colombo de **ver** Colombo de Souza
Souza, Paulo Renato **ver** Paulo Renato Souza
Souza, Paulo Renato Costa **ver** Paulo Renato Souza
Stalin, *pseud* de Iosif Vissarionovich Dzhugashvili, 10
Stephanes, Reinhold **ver** Reinhold Stephanes
Stenzel, Clóvis **ver** Clóvis Stenzel
Sueldo, Horácio, 77

T

Tamura, Yukishigue **ver** Yukishigue Tamura
Tancredo Neves (Tancredo de Almeida Neves), 21, 22, 23, 26, 32, 38, 291, 292, 294, 308
Tarso, Paulo de **ver** Paulo de Tarso
Távola, Artur da **ver** Artur da Távola
Távora, Virgílio do Nascimento Fernandes **ver** Virgílio Távora
Teilhard de Chardin, Pierre, 250, 262, 265
Teixeira, José Roberto Magalhães **ver** Magalhães Teixeira
Teixeira, Magalhães **ver** Magalhães Teixeira
Temperani Pereira (Armando Temperani Pereira), 83
• *aparte*, 82
Teotônio Vilela (Teotônio Brandão Vilela), 46, 302
Tiradentes, *pseud.* de Joaquim José da Silva Xavier, 23, 32
Tomás de Aquino, s., 12
Toro-Hardy, Alfredo, 250
Torres, João Batista de Vasconcelos **ver** Vasconcelos Torres
Torres, Vasconcelos **ver** Vasconcelos Torres
Tourinho Dantas (João Carlos Tourinho Dantas)
• *aparte*, 129-130
Toynbee, Arnold Joseph, 108
Triches, Euclides **ver** Euclides Triches
Trohmann, Erick, 60

U

Ulysses Guimarães (Ulysses Silveira Guimarães), 20, 23, 26, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 47, 48, 51, 292

V

Vargas, Getúlio Dornelles **ver** Getúlio Vargas
Vasconcelos, Jarbas de Andrade **ver** Jarbas Vasconcelos
Vasconcelos Torres (João Batista de Vasconcelos Torres), 59, 71
• *aparte*, 69, 70, 71
Veloso, Nílton Moreira **ver** Nílton Veloso
Vilela, Teotônio Brandão **ver** Teotônio Vilela
Virgílio Távora (Virgílio do Nascimento Fernandes Távora), 198

W

Wagner, Jaques **ver** Jaques Wagner
Weffort, Francisco Correia, 38, 282
Welson Gasparini (Welson Gasparini), 281
• *aparte*, 281
Wilheim, Jorge, 39
Wilson Campos (Wilson de Queiroz Campos)
• *aparte*, 257
Wojtyła, Karol **ver** João Paulo PP II

X

Xavier, Joaquim José da Silva Xavier **ver** Tiradentes
Xico Graziano (Francisco Graziano Neto), 45

Y

Yeda Crusius (Yeda Rorato Crusius), 280
• *aparte*, 281
Yukishigue Tamura (Yukishigue Tamura), 189
• *aparte*, 95, 187, 190

Z

Zaldívar, Fulgêncio Batista y **ver** Batista y Zaldívar, Fulgêncio
Zapatero, José Luis Rodríguez, 20

ÍNDICE DE ASSUNTOS

A

AÇÃO CATÓLICA, 9, 10

ACORDO LATINO-AMERICANO, 87

ADENAUER, KONRAD

- homenagem, 181-192

A descoberta do outro. CORÇÃO, Gustavo., 11

ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA

- princípios, 260

AD PETRI CATHEDRAM (ENCÍCLICA PAPAL), 114

AERONÁUTICA **ver** FORÇAS ARMADAS

AGRICULTURA, 69, 80, 83, 88, 89, 181, 186

- financiamento, 317
- política, 272

AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

- financiamento, 317

AI2 **ver** ATO INSTITUCIONAL N. 2 (AI2)

AI5 **ver** ATO INSTITUCIONAL N. 5 (AI5)

ALFABETIZAÇÃO **ver** ANALFABETISMO

ALIANÇA PARA O PROGRESSO, 167, 168, 170

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA), 38, 41, 203, 205, 206, 210, 211, 226, 289, 290, 294

ALIMENTAÇÃO, 86, 194, 195, 269, 311

- alimentação, 67

AMÉRICA LATINA, 5, 6, 9, 13, 52, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 99, 152, 171, 172, 186, 187, 188, 209, 210, 241, 244, 247, 254, 255, 261, 262, 266, 276, 303

- alimentação, 67
- democracia cristã, 92
- desafios, 243
- desenvolvimento econômico, 66, 87, 168
- desenvolvimento social, 87
- desigualdade social, 245
- dívida externa, 229-230, 253, 273

- economia, 64

- Estados Unidos

- *relação exteriores*, 101

- gasto militar, 69, 76-91

- integração, 186, 251, 254-255, 261, 273

- *Europa*, 187-189

- integração cultural, 261

- integração econômica, 67, 261

- integração política, 66, 67, 70, 71, 99, 241, 261

- integração regional, 246-247

- integração social, 67, 99, 261

- população, 245

- problemas, 245

- saúde, 67

ANALFABETISMO, 65, 67, 78, 152, 153, 154, 162

ANALFABETO **ver** ANALFABETISMO

ANISTIA, 47

APM **ver** ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS (APM)

A política contemporânea de seguro social. DURAND, Paul., 231

APOSENTADORIA

- INPS, 325

ARENA **ver** ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA)

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 308

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS (APM), 311

ATO INSTITUCIONAL N. 2 (AI2)

- crítica, 166

ATO INSTITUCIONAL N. 5 (AI5), 40, 41, 205, 289

A tragédia burguesa. FARIA, Otávio de., 11

B

BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*, 34

BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), 80

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH), 146, 149

BENEFÍCIO

- INPS, 325

BNDES **ver** BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

BNH **ver** BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

BRASIL

- democracia, 278
- desenvolvimento, 60
- desenvolvimento econômico, 64, 209, 211, 299
- desenvolvimento industrial, 167-171
- desenvolvimento político, 299
- desenvolvimento social, 299
- dívida externa, 297
- educação, 152
- finanças públicas, 300
- indústria, 6, 321
 - *desenvolvimento*, 167-171
- previdência social, 235
- recessão, 298, 300, 304, 305,
- reforma política, 295
- sistema habitacional, 148, 149
- subdesenvolvimento econômico, 62

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1967.

- projeto
- *crítica*, 173-180

BRASIL E ESTADOS UNIDOS

- relações econômicas, 61
- relações políticas, 61

C

CAFÉ, 67

CALDERA, RAFAEL **ver** CALDERA RODRÍGUEZ, RAFAEL ANTONIO

CALDERA RODRÍGUEZ, RAFAEL ANTONIO

- presidente da Venezuela
- *saudação*, 250-257

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- despedida, 227

CAMPANHA DAS DIRETAS **ver** ELEIÇÕES DIRETAS

CAPS-M **ver** CONSELHOS MUNICIPAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CAPS-M)

CAPS-R **ver** CONSELHOS REGIONAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CAPS-R)

Carta Mensal. GUDIN, Eugênio. Reflexões sobre a ajuda econômica americana., 61

CASA PRÓPRIA

- financiamento, 149

CEBRAP **ver** CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS (CEBRAP)

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS (CEBRAP), 37, 38, 42, 44, 51

CEPAL **ver** COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL)

CGT **ver** CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT)

CHILE

- visita do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, 250-260

CIDADE

- política, 272

CLT **ver** CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT)

CNE **ver** CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)

COLÉGIO ELEITORAL, 288, 289, 293, 294, 308

COMECOM **ver** MERCADO COMUM EUROPEU (COMECOM)

COMÍCIO DAS DIRETAS **ver** ELEIÇÕES DIRETAS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL), 210, 224, 229, 244, 245, 253

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (NOVACAP), 168

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT), 24

CONGRESSO DA JUVENTUDE TRABALHADORA DE SÃO PAULO (2.: 10 DE NOVEMBRO DE 1963), 120, 124

CONJUNTURA ECONÔMICA., 208, 212, 224

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE), 174

CONSELHOS MUNICIPAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CAPS-M), 238

CONSELHOS REGIONAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CAPS-R), 238

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT), 122

CONSTITUIÇÃO DE 1967 **ver** BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1967.

Constituições européias. MIRKINE-GUETZÉVITCH, Boris. 232

CONSUMIDOR, 329

CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL **ver** MEIO AMBIENTE

COOPERATIVISMO, 271

CORÇÃO, Gustavo. *A descoberta do outro.*, 11

CORRUPÇÃO, 15, 33, 35, 43, 236, 248, 255, 278, 287

- luta, 242, 267

CRESCIMENTO ECONÔMICO, 269

CRIMINALIDADE, 245

Crise ou mudança?: o futuro da política na era da globalização. LAMOUNIER, Bolívar, 266

CULTURA, 19, 27, 28, 29, 32, 174, 176, 182, 183, 188, 207, 214, 270, 311

CUSTO DE VIDA, 6, 193–204, 207, 208, 214, 215, 217, 220, 223, 224, 317, 320, 323, 325

D

DANTE DE OLIVEIRA (DANTE MARTINS DE OLIVEIRA)

- emenda **ver** eleições diretas

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 34, 36, 141, 152, 178, 290

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL **ver** MEIO AMBIENTE

DEMOCRACIA, 5, 9, 13, 21, 23, 24, 33, 39, 49, 53, 60, 73, 85, 92, 93, 96, 100, 103, 108–110, 132, 144, 153, 166, 183, 187, 189, 190, 214, 216, 217, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249,

251, 252, 256, 259, 261, 264, 266, 267, 268, 269, 277, 282, 283, 284, 288, 291, 294, 297, 302, 303, 309

- Brasil, 278
- princípios de administração, 260

DEMOCRACIA CRISTÃ, 5, 9, 13, 39, 49, 53, 166, 187, 189

- América Latina, 92–102
- princípios, 103–107

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM (DNER), 168

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS), 168

DEPUTADO FEDERAL

- projetos de lei apresentados, 315–328

DESARMAMENTO MILITAR, 69

DESEMPREGO, 34, 143, 168, 209, 229, 245, 269, 298, 300, 304, 305

DESENVOLVIMENTO, 77

- Brasil, 60

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 32, 59, 60, 80, 83, 88, 91, 101, 142, 143, 153, 189, 211, 212, 213, 215, 249, 270, 298

- América Latina, 66, 168
- Brasil, 64, 209, 211, 299
- Nordeste, 167

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- América Latina, 87

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

- Brasil, 167–171

DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

- Brasil, 299

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- América Latina, 87
- Brasil, 299

DESENVOLVIMENTO URBANO, 143

DESIGUALDADE SOCIAL

- América Latina, 245

DIREITOS HUMANOS, 10, 22, 60, 260

DIRETAS JÁ **ver** ELEIÇÕES DIRETAS

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, 210, 271

DITADURA MILITAR **ver** GOLPE MILITAR

DÍVIDA EXTERNA, 254, 300

- América Latina, 228-230, 253, 273
- Brasil, 297
- países em desenvolvimento, 252, 253, 262

DIVULGAÇÃO ARTÍSTICA **ver** CULTURA

DIVULGAÇÃO CULTURAL **ver** CULTURA

DNER **ver** DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM (DNER)

DNOCS **ver** DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS)

DOAÇÃO DE SANGUE, 321

DOCTRINA DE MONROE, 65

DURAND, Paul. *A política contemporânea de seguro social*, 231

E

ECOLOGIA, 43, 48, 60

ECONOMIA

- América Latina, 64

ECONOMIA MUNDIAL

- panorama, 61

EDUCAÇÃO, 23, 51, 67, 69, 77, 80, 83, 85, 88, 107, 116, 120, 121, 123, 141, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 174, 176, 188, 246, 262, 269, 270, 311

- Brasil, 152

ELEIÇÕES, 318

ELEIÇÕES DIRETAS, 7, 14, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 46, 47, 53, 56, 264, 289, 292, 293, 297, 299, 300, 303, 307, 308

- campanha, 288-295
- governador de estado, 297, 303

EMENDA DANTE DE OLIVEIRA **ver** ELEIÇÕES DIRETAS

EMPREGADO DOMÉSTICO

- regulamentação da profissão, 121

EMPREGO, 13, 123, 167, 179, 181, 182, 198, 246, 269, 272, 296, 298, 300, 301, 304, 310

EMPRESA ESTATAL

- representação de empregados, 323

EMPRESA NACIONAL

- dificuldades, 298

ENCÍCLICA PAPAL

- Ad petri cathedram, 114
- Mater et magistra, 115, 189, 232
- Pacem in terris, 115, 116
- Quadragesimo anno, 189, 232
- Rerum novarum, 10

ENSINO FUNDAMENTAL, 152-166

ENSINO PRIMÁRIO **ver** ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO PROFISSIONALIZANTE, 67

ESTADO

- descentralização, 242

ESTADOS UNIDOS

- América Latina
- *relação exteriores*, 101

ÉTICA, 5, 9, 12, 33, 33-36, 205, 219, 229, 230, 241, 242, 248, 250, 251, 252, 258, 265, 266, 267, 273, 328

EURATOM, 63

EUROPA

- Integração com América Latina, 184-186

EVASÃO ESCOLAR, 152

EXCLUSÃO SOCIAL, 34, 229, 244, 245, 270

EXÉRCITO **ver** FORÇAS ARMADAS

F

FAO **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

FARIA, Otávio de. *A tragédia burguesa*, 11

FARROUPILHA **ver** REVOLTA FARROUPILHA

FEDERALISMO, 266, 267, 276

FGTS **ver** FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)

FIDELIDADE PARTIDÁRIA, 328

FINANÇAS PÚBLICAS

- Brasil, 300

FMI **ver** FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Folha de S.Paulo (jornal), 130, 176

FORÇAS ARMADAS, 13, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 317, 318

FRANCO MONTORO (ANDRÉ FRANCO MONTORO)

- homenagem aos oitenta anos, 257-262

FREI, EDUARDO **ver** RUIZ-TAGLE, EDUARDO FREI

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), 179, 329

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), 99

G

GASTO MILITAR

- América Latina, 69, 76-91
- globalização, 15, 34, 244, 246, 248, 262, 279, 280

GOLPE MILITAR, 14, 19, 288

GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA, 241, 248

GOVERNO MILITAR

- críticas, 323

GUDIN, Eugênio. Reflexões sobre a ajuda econômica americana. *Carta Mensal*, 61

H

HABITAÇÃO, 39, 120, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 182, 269, 311, 326

- política, 120, 140-150
- reforma, 140

HABITAÇÃO POPULAR, 326

HIPERINFLAÇÃO **ver** INFLAÇÃO

HUMANISMO, 246

HUMANISMO DEMOCRÁTICO, 241

I

IGREJA CATÓLICA

- papel, 43

Ilusões perdidas. BALZAC, Honoré de, 34

IMPOSTO DE RENDA, 319, 320, 322

- isenção, 322

INDÚSTRIA

- Brasil
- desenvolvimento, 167-171

INDUSTRIALIZAÇÃO

- Nordeste, 167

INDÚSTRIA NACIONAL, 6, 167, 168, 171, 321

INEP **ver** INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP)

INFLAÇÃO, 31, 82, 142, 148, 149, 196, 207, 208, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 223, 244, 270, 273, 297, 301, 323, 324

INJUSTIÇA SOCIAL **ver** JUSTIÇA SOCIAL

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 271

INPS **ver** INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INPS)

INSS **ver** INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)

INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INPS), 193, 196, 197, 198, 204, 225, 236, 286, 325, 326

- aposentadoria, 325
- benefício, 325
- pensão, 325

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP), 164

INTEGRAÇÃO

- América Latina, 66, 70, 71, 254-255, 273

INTEGRAÇÃO CULTURAL

- América Latina, 261

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, 63, 64, 66, 99, 188, 255

- América Latina, 67, 99, 261

INTEGRAÇÃO POLÍTICA

- América Latina, 67, 99, 100, 261

INTEGRAÇÃO REGIONAL

- América Latina, 246-247

INTEGRAÇÃO SOCIAL

- América Latina, 67, 99, 261

INTERNACIONAL SOCIALISTA, 53, 232

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA), 210

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), 237, 285, 287

Invenção de Orfeu. LIMA, Jorge de., 11

INVESTIMENTOS, 271

IPEA **ver** INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA)

J

JOÃO PP XXIII

- homenagem, 111-119

JOÃO PP XXIII. *Mater et magistra.*, 189

JOÃO PP XXIII. *Pacem in Terris.*, 189

JOC **ver** JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC)

JUC **ver** JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC)

JULAD **ver** JUVENTUDE LATINO-AMERICANA PELA DEMOCRACIA (JULAD)

JUSTIÇA, 180

JUSTIÇA ELEITORAL, 129, 130, 132

JUSTIÇA SOCIAL, 5, 10, 11, 108-110, 140, 159, 189, 203, 241, 243, 246, 249, 251, 252-254, 256, 265, 266, 267, 269, 270

JUVENTUDE DEMOCRATA CRISTÃ, 281

JUVENTUDE LATINO-AMERICANA PELA DEMOCRACIA (JULAD), 242, 256

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC), 120-124

JUVENTUDE TRABALHADORA **ver** JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC)

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC), 10, 12, 27

L

LACERDA, Carlos. O que Adenauer entendeu. *Tribuna de Imprensa.*, 184

LAMOUNIER, Bolívar. *Crise ou mudança?* : o futuro da política na era da globalização., 266

LDB **ver** LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

LEÃO PP XIII. *Rerum novarum.*, 189

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, 107, 316

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), 154, 161

LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (LOPS), 234, 286

LIBERALISMO, 34, 96, 103, 144, 209, 213, 233, 268

LIBERALISMO ECONÔMICO, 96

LIBERDADE, 251-252

LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu.*, 11

LÍNGUA ESPANHOLA, 326

LOPS **ver** LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (LOPS)

M

MARINHA **ver** FORÇAS ARMADAS

MATER ET MAGISTRA (ENCÍCLICA PAPAL), 115, 189, 232

Mater et magistra. JOÃO PP XXIII., 189

MDB **ver** MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)

MEIO AMBIENTE, 35, 260, 264, 269, 272, 304

- contaminação, 245
- defesa **ver** preservação
- degradação, 245
- preservação, 272-273, 311

Memórias em linha reta. MONTORO, André Franco., 33

MERCADO COMUM EUROPEU (COMECOM), 63, 187

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL), 241, 247, 254, 326

MERCOSUL **ver** MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

MIRKINE-GUETZÉVITCH, Boris. *Constituições européias.*, 232

MONARQUIA, 174, 290

MONROE, JAMES

- doutrina **ver** Doutrina de Monroe

MONTORO, ANDRÉ FRANCO **ver também** FRANCO MONTORO (ANDRÉ FRANCO MONTORO)

MONTORO, André Franco. *Memórias em linha reta.*, 33

Movimento (jornal)., 7, 37, 265, 288, 293, 307

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB), 14, 38, 39, 40, 49, 206, 222, 265, 289, 290, 291, 307

MOVIMENTO PARLAMENTARISTA BRASILEIRO
• formação, 274-284

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR8), 44

MR8 **ver** MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR8)

MUNICIPALISMO, 257

N

NARCOTRÁFICO, 245

NATUREZA **ver** MEIO AMBIENTE

NORDESTE, 63, 74, 78, 167, 169, 170, 255
• desenvolvimento econômico, 167
• industrialização, 167

NOVACAP **ver** COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (NOVACAP)

O

OBRAS PÚBLICAS, 168, 311

O Estado de S.Paulo (jornal)., 194, 195

OIT **ver** ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *Por que construí Brasília?*, 240

OMS **ver** ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)

ONU **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

OPERAÇÃO LATINO-AMERICANA, 67

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA, 67

Opinião (jornal)., 37

O que Adenauer entendeu. LACERDA, Carlos. *Tribuna de Imprensa.*, 184

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 34, 79, 98, 106, 142, 143, 209, 228, 230, 253, 254, 262

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO), 142

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), 142

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), 142, 179, 180, 227, 233, 286

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), 142

P

PACEM IN TERRIS (ENCÍCLICA PAPAL), 115, 116

Pacem in Terris. JOÃO PP XXIII., 189

PAEG **ver** PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG)

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, 253
• dívida externa, 252, 253, 262

PARLAMENTARISMO, 14, 15, 49, 50, 51, 261, 269, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284

PARLAMENTO EUROPEU, 185, 228, 229

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO, 228, 229, 230

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, 120

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB), 37

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), 14, 41, 49, 53, 54, 261, 277, 278, 281
• homenagem, 264-274
• programa, 268-274

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC), 10, 11, 12, 14, 26, 59, 103, 105, 108, 134, 159, 166, 190, 191, 198

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT), 291

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), 14, 37, 49, 292, 298, 304, 307, 311

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), 21, 41, 46, 47, 51, 292

PARTIDO POLÍTICO, 82, 88, 123, 128, 130, 139, 231, 248, 319

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD), 59, 133, 134, 198

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), 279

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP), 198

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB), 59, 159, 198

PCdoB **ver** PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB)

PDC **ver** PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

PDT **ver** PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTAS (PDT)

PENSÃO

- INPS, 325

PEQUENA E MÉDIA EMPRESA, 298

PETROBRAS **ver** PETRÓLEO BRASILEIRO SA (PETROBRAS)

PETRÓLEO BRASILEIRO SA (PETROBRAS), 107, 168, 188

PIO PP XI. *Quadragesimo anno.*, 189

PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG), 213

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO, 120

PLANO RODOVIÁRIO DO NORDESTE, 167

PMDB **ver** PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB)

POBREZA, 34, 42, 65, 229, 245

- América Latina, 245

POLÍTICA AGRÍCOLA, 272

POLÍTICA EXTERNA, 272

POLÍTICA HABITACIONAL, 120, 140-150

POLÍTICA SALARIAL, 222

POLÍTICA URBANA, 272

POLÍTICAS PÚBLICAS, 249

POPULAÇÃO

- América Latina, 245

POPULISMO, 268

POPULORUM PROGRESSIO (ENCÍCLICA PAPAL), 191, 210

Por que construí Brasília? OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek, 240

PRESIDENCIALISMO, 14, 261, 269, 276, 277, 279, 282, 283

PREVIDÊNCIA SOCIAL, 120, 157, 158, 285-287, 315, 327

- Brasil, 235
- reforma, 231-238, 261

PRODUÇÃO ARTÍSTICA **ver** CULTURA

PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA **ver** CULTURA

PRODUÇÃO CULTURAL **ver** CULTURA

PROPAGANDA ELEITORAL, 319

PROPRIEDADE PRIVADA, 269

PSB **ver** PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

PSD **ver** PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

PSDB **ver** PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

PSP **ver** PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

PT **ver** PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

PTB **ver** PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Q

QUADRAGESIMO ANNO (ENCÍCLICA PAPAL), 189, 232

Quadragesimo anno. PIO PP XI., 189

QUESTÃO CULTURAL **ver** CULTURA

R

RADIODIFUSÃO, 327

RECESSÃO, 298, 300, 304, 305

Reflexões sobre a ajuda econômica americana. GUDIN, Eugênio. *Carta Mensal.*, 61

REFORMA ADMINISTRATIVA, 109

REFORMA AGRÁRIA, 51, 59, 60, 62, 64, 104, 106, 109, 116, 121, 123, 202, 272

REFORMA BANCÁRIA, 109

REFORMA DE RAIZ **ver** REFORMA DE BASE

REFORMA ECONÔMICA, 108-110

REFORMA EDUCACIONAL, 151

REFORMA ELEITORAL, 109, 125-139, 261

REFORMA ESTRUTURAL **ver** REFORMA DE BASE

REFORMA HABITACIONAL, 140

REFORMA POLÍTICA, 108-110, 261, 274, 279
• Brasil, 295

Reforma política no Brasil: parlamentarismo
X presidencialismo. SERRA, José., 282

REFORMA SOCIAL, 59

REFORMA TRIBUTÁRIA, 109, 301, 311

REFORMA URBANA, 109, 120, 121, 140, 272

REFORMAS DE BASE, 59-72, 121, 123, 140

REGIME MILITAR, 20, 242, 265, 278

RELAÇÕES ECONÔMICAS
• Brasil e Estados Unidos, 61

RELAÇÕES POLÍTICAS
• Brasil e Estados Unidos, 61

RELAÇÕES TRABALHISTAS, 315, 322, 325, 329, 330

REPRESENTAÇÃO DISTRITAL, 132, 136, 137

REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, 129, 132, 136, 137, 138, 139

RERUM NOVARUM (ENCÍCLICA PAPAL), 10

Rerum novarum. LEÃO PP XIII., 189

RESERVA DE MERCADO, 271

RESPONSABILIDADE SOCIAL, 273

Revista da Confederação Nacional da Indústria., 212, 272

REVOLTA CONSTITUCIONALISTA, 74

REVOLTA DE PERNAMBUCO, 74

REVOLTA FARROUPILHA, 74

REVOLUÇÃO DE 1932

• homenagem, 73-75

REVOLUÇÃO FRANCESA, 258

REVOLUÇÃO RUSSA, 265

RIBEIRO, José Hamilton. *Os três segredos que o fizeram o político mais votado do Brasil.*, 23

RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA, 63

RONCALLI, ANGELO GIUSEPPE **ver** JOÃO PP XXII

RUIZ-TAGLE, EDUARDO FREI

• discurso proferido, 243-249
• presidente do Chile
• visita, 238-249

S

SALÁRIO, 319

• achatamento, 205-226, 298
• defesa, 301
• política, 222

SALÁRIO-EDUCAÇÃO, 151, 160, 161, 162, 164

SALÁRIO-FAMÍLIA, 122, 160, 197, 204, 319, 328
• lei, 151, 158
• aprovação, 120

SALÁRIO MÍNIMO, 120, 121, 178
• achatamento, 192-203

SÃO PAULO

• governo
• discurso de posse, 303-306
• discurso de transmissão, 307-311

SAÚDE, 23, 51, 67, 69, 76, 77, 80, 88, 113, 116, 188, 246, 269, 270, 304, 309, 310, 311
• América Latina, 67

SAÚDE PÚBLICA, 270

SEGURANÇA

• transporte, 320

SEGURANÇA PÚBLICA, 25, 83, 87, 88, 89, 107, 182, 210, 273, 290, 299, 306, 311, 316, 318, 320

SEGURIDADE SOCIAL, 270

SENADO FEDERAL

• despedida, 296-302

SENADOR DA REPÚBLICA

- projetos de lei apresentados, 329-330

SERRA, José. *Reforma política no Brasil: parlamentarismo X presidencialismo*, 282

SINDICALISMO, 316

SINDICALIZAÇÃO, 121

SINDICATO, 121

SISTEMA DE GOVERNO

- modernização, 261

SISTEMA DEMOCRÁTICO **ver** DEMOCRACIA

SISTEMA HABITACIONAL

- Brasil, 148, 149

SOCIEDADE CIVIL, 14, 24, 25, 42, 43, 48, 51, 56, 163, 229, 248, 260, 266, 267, 268, 288, 292, 303, 304, 309, 311

- fortalecimento, 242

SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Brasil, 62

SUDENE **ver** SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

SUMOC **ver** SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO (SUMOC)

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO (SUMOC), 168

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE), 74, 167, 169, 170, 171

T

TRABALHADOR BRASILEIRO, 151, 160

TRABALHO DA MULHER, 120

TRABALHO DO MENOR, 120

TRANSPORTE, 91, 146, 181, 311

- segurança, 320

Os três segredos que o fizeram o político mais votado do Brasil. RIBEIRO, José Hamilton., 23

Tribuna de Imprensa. LACERDA, Carlos. O que Adenauer entendeu., 184

U

UDN **ver** UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

UNE **ver** UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)

UNESCO **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN), 12, 198

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), 24

UNIÃO PARLAMENTAR DA AMÉRICA LATINA **ver** UNIÃO PARLAMENTAR LATINO-AMERICANA

UNIÃO PARLAMENTAR LATINO-AMERICANA 67, 68, 70, 101

URBANIZAÇÃO, 328

V

VENEZUELA

- saudação ao presidente Rafael Antonio Caldera Rodríguez, 250-257

VOTO DISTRITAL, 126-127, 135

VOTO DISTRITAL MISTO, 261, 327

W

WESTMINSTER ACT DE 1931, 63



<i>Produção Editorial</i>	<i>Coordenação Edições Câmara dos Deputados</i>
<i>Impressão e Acabamento</i>	<i>Seep</i>
<i>Editorado em</i>	<i>Abril de 2009</i>
<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Tipografia Miolo</i>	<i>Adobe Minion Pro e Myriad</i>
<i>Tipografia Capa</i>	<i>Castle T e Bodoni</i>
<i>Papel Miolo</i>	<i>Off-set 75 g/m²</i>
<i>Papel Capa</i>	<i>Couché fosco 240 g/m²</i>



Jorge da Cunha Lima foi secretário de Cultura do Estado de São Paulo durante o governo de Montoro, de 1983 a 1986, e acompanhou o político em muitos momentos da vida pública. Entre os cargos de relevo que Lima exerceu, destacam-se os de presidente da Fundação Padre Anchieta, da TV Cultura de São Paulo e da Associação Brasileira de Emissoras Públicas de Televisão. É vice-presidente do Itaú Cultural. Em seu diário na Internet, realça a condição de poeta, tendo lançado *Ensaio geral* (Martins Editora), *Mão de obra* (Brasiliense) e *Véspera de Aquarius* (Paz e Terra); e de prosador com os títulos *O jovem K*, romance (Siciliano), *Cultura pública*, artigos (Senac) e *Uma história da TV Cultura* (Imprensa Oficial).

A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser — ao lado do povo — protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série *Perfis Parlamentares* resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.



ISBN 978-85-736-5523-0

